UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

GUILHERME ARAUJO SILVA

O SILÊNCIO QUE ME TOCA: EFEITOS DE SENTIDO, SILENCIAMENTO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DA TOCA

Palhoça, SC

2017

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

GUILHERME ARAUJO SILVA

O SILÊNCIO QUE ME TOCA: EFEITOS DE SENTIDO, SILENCIAMENTO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DA TOCA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Prof.ª Dr.ª Solange Maria Leda Gallo (Orientador)

Palhoça, SC

2017

S58 Silva, Guilherme Araujo, 1981-
O silêncio que me toca : efeitos de sentido, silenciamento e constituição do sujeito da toca / Guilherme Araujo Silva. – 2017.
281 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Ciências da Linguagem.
Orientação: Prof. Dra. Solange Leda Gallo

1. Análise do discurso. 2. Negros. 3. Quilombo. 4. Sujeito (Filosofia). 5. Negros - Identidade racial. I. Gallo, Solange Leda. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. VI. Título.

CDD (21. ed.) 401.41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

GUILHERME ARAUJO SILVA

O SILÊNCIO QUE ME TOCA: EFEITOS DE SENTIDO, SILENCIAMENTO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DA TOCA

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 11 de dezembro de 2017.

Professora e orientadora Solange Maria Leda Gallo, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Professora Ana Josefina Ferrari, Doutora.
Universidade Federal do Paraná

Professora Giovanna G. Benedetto Flores, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho à minha família, em especial à minha amada avó Ioná, a negrinha dos olhos azuis, que foi inspiração para esta dissertação. Da mesma forma, dedico este trabalho aos moradores da Toca que já fazem parte da minha família e da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, pela paciência e pelo amor que sempre me dedicaram. Vó Ioná, Vó Terezinha, Ioná, Alexandre, Joana, Mãe (Dulcéia) e Pai (Roberto), amo vocês para sempre.

Também agradeço à minha orientadora, Solange Gallo, que apesar de pesquisar outra temática, aceitou o desafio de abraçar o Quilombo e a pesquisa comigo. Muito obrigado pelas ideias, pela atenção e pela compreensão.

Aos Professores do PPGCL, Nádia, Giovanna, Maliska, Ana, Dilma, Caco e às Secretárias Edna e Karina pelo conhecimento compartilhado, amizade e orientações.

À minha equipe de trabalho e aos meus colegas de Mestrado/Doutorado, que me escutaram e me acalentaram nos momentos mais difíceis.

À Equipe de gestores da UnisulVirtual, que me ofereceu a flexibilidade e também me incentivou financeiramente, para que eu continuasse com meus estudos.

Ao Professor Moacir Heerdt, por ter me presenteado com dados sobre Paulo Lopes. À Mariana Bertoncini pelo auxílio na tradução. À Adriana Cardoso por me apresentar alguns moradores da comunidade. Sem esse apoio, meu projeto teria sido bem mais difícil.

Aos moradores idosos da Toca, em especial à dona Glória e à dona Maura, que tão bem me receberam durante a pesquisa. À Tati e à Cris, que me subsidiaram com informações preciosíssimas. Da mesma forma, Alisson e Teteu (Mateus), por terem me auxiliado nas entrevistas e nos deslocamentos. Eu estava perdido e vocês me fizeram rever caminhos.

Agradeço a todos, do fundo do meu coração. Vocês foram fundamentais neste projeto.

"A favela é a filha *(natural)*[1] do quilombo." (CHACON, 1995)

[1] Termo entre parênteses incluído pelo autor.

RESUMO

Toca é o nome tradicionalmente utilizado para nomear uma comunidade negra rural, localizada no município de Paulo Lopes, distante aproximadamente 70 quilômetros da capital do Estado, Florianópolis. Nesta dissertação, analisamos o movimento de deslocamento de sentido desse nome (Toca), para o nome Santa Cruz, um processo de (re)nomeação/apagamento que é simultâneo a um outro processo de silenciamento dos sujeitos negros daquela comunidade. Nosso corpus de análise foi composto por múltiplas materialidades produzidas acerca do negro, que localizamos em cartas oficiais, registros de batismo, anúncios em jornais estaduais, reportagens televisivas e impressas, bibliografias sobre Paulo Lopes (HEERDT, 1988; MACHADO, 1993; e GEREMIAS, 2003) e também Desterro - atual Florianópolis (CARDOSO, 2000; PIAZZA, 1975a; 1975b; 1982). Da mesma forma, realizamos entrevistas com os cinco moradores mais idosos daquele lugar, bem como investigamos os perfis de 25 deles no Facebook em busca de enunciados produzidos por eles. Nosso dispositivo foi construído com base no escopo teórico e analítico da Análise de Discurso da vertente francesa (AD). Historicamente submetidos a um regime de servidão, os negros daquela comunidade não se constituíram no discurso de escrita. A Toca, que no discurso oral designa o lugar e seus moradores - o lugar dos negros de Paulo Lopes - após a atuação mais efetiva da Igreja Católica naquele município, é nomeada Santa Cruz. Depois disso, todo o processo de regularização do território, pelo INCRA, para institucionalizar a comunidade como quilombo, toma essa nomeação (Santa Cruz) como referência. Os processos que analisamos têm levado ao apagamento/silenciamento de uma forma-sujeito, própria do discurso de oralidade, na qual se inscrevem os sujeitos negros, descendentes dos negros escravizados da região. Nossa análise permitiu mostrar que, dessa forma, esses sentidos vão se deslocando para a institucionalidade do quilombo Santa Cruz.

Palavras-chave: Negro. Quilombo. Análise de discurso.

ABSTRACT, RÉSUMÉ OU RESUMEN

Toca is the name traditionally used to name a rural afrodescendant community, located in Paulo Lopes' city, about 70 kilometers from the capital state , Florianópolis. In this work, it was analyzed a way of changing from (Toca), to Santa Cruz, this process of (re) naming / deletion is simultaneous with another one, the silencing of afrodescendant subjects in that community. Corpus of analysis was composed by multiple documents produced about the Paulo Lopes' afrodescendants, included official letters, baptism records, state newspaper ads, television news, printed reports and bibliographies about Paulo Lopes (HEERDT, 1988, MACHADO, 1993 and Geremias, 2003) and also Desterro - now Florianópolis' city (CARDOSO, 2000, PIAZZA, 1975a, 1975b, 1982). Similarly, interviews were made with the five oldest residents in that community, as well a investigation of 25 profiles on Facebook in search of statements produced by them. The system used to research was built based on the theoretical and analytical scope of Discourse Analysis of the French language (AD). Historically submitted to a servitude work way, afrodescendant from that community did not make by themselves, written documents. The Toca, which in the oral speech, designates the place and its inhabitants - the place of the blacks in Paulo Lopes - after a effective action of the Catholic Church, was named Santa Cruz. After this, the entire process of land regularization, by INCRA, to regulate the community as a quilombo, takes this denomination (Santa Cruz) as a reference. The processes analyzed have led to the erasure / silencing the subject-form, typical oral discourse, of afrodescendants from region slaves. This analysis allowed us to show, in this way, the subjects inside the institutionalition of the Santa Cruz quilombo.

Keywords, Mots-clés ou Palabras-clave: Afrodescendent . Quilombo . Discourse Analysis

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Emblema da campanha #lugardonegro. 13
Figura 2 – Árvore genealógica a partir dos relatos 55
Figura 3 - Pranchão de Paulo Lopes até a Pinheira. 57
Figura 4 – Comunidade em frente ao Tribunal de justiça 75
Figura 5 – Tribunal de justiça 76
Figura 6 - Região da Toca retratada pelo pintor Eduardo Dias – 1872. 95
Figura 7 - Mapa de Paulo Lopes, elaborado a partir das entrevistas. 111
Figura 8 - Sujeitos na Toca. 123
Figura 9 - Vídeo mostra tiroteio à luz do dia na Restinga. 125
Figura 10 - Bandidos de Belford Roxo ostentam armas no *Facebook*. 126
Figura 11 - Bandidos migram para Belford Roxo e ostentam armas na rede social. 127
Figura 12 - Processo de individua(liza)ção. 127
Figura 13 - Enunciados *Facebook*. 140
Figura 14 - Caso Maria das Graças no *Facebook*. 141
Figura 15 - Enunciado *Facebook* 142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Reportagem transcrita..... 71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
2 DO SUJEITO 18
2.1 IDEOLOGIA E SUJEITO 18
2.2 FORMA-SUJEITO 20
2.4. HISTORICIDADE 30
2.4.2 Para uma compreensão melhor da Toca 53
2.4.3 O sujeito negro da Toca 55
2.5 NEGRO: SUJEITO DE DIREITO? 78
3 EFEITOS DE SENTIDO EM TRÊS MOVIMENTOS 86
3.1 NOMEAÇÃO 86
3.2 POSSÍVEIS EFEITOS DE SENTIDO 89
3.3 QUILOMBOS CATARINENSES 91
3.4 ONDE ESTÁ ESSA TOCA? 93
4 MEMÓRIA, POLÍTICA DO ESQUECIMENTO 100
4.1 E A ESCRAVIDÃO SE TRANSFORMA EM SEGREGAÇÃO NO DESTERRO 102
4.2… E TAMBÉM NA TOCA 109
4.3 TOCA E SEGREGAÇÃO SOCIAL: UM SEGUNDO EFEITO DE SENTIDO 117
4.4 A TOCA NO DISCURSO DE ESCRITORALIDADE 123
5 SILÊNCIO E VISIBILIDADE 131
5.1 "[…] TIRARAM A TOCA E BOTARAM SANTA CRUZ" 133
5.1.1 A terra de Santa Cruz 133
5.1.2 A Toca invisível e a Santa Cruz visível 138
6 ... É O FIM? 144
REFERÊNCIAS 147
APÊNDICE 155
APÊNDICE 1 - TRANSCRIÇÃO DEPOIMENTO JOAQUINA 156
APÊNDICE 2 – TRANSCRIÇÃO DEPOIMENTO DONA CARMEM 209
APÊNDICE 3 – TRANSCRIÇÃO DEPOIMENTO DONA ISOLETE 238
APÊNDICE 4 – TRANSCRIÇÃO DEPOIMENTO CRISTINA 250
APÊNDICE 5 – TRANSCRIÇÃO DEPOIMENTO SEU MAURO 263

1 INTRODUÇÃO

Sendo negro e também catarinense, não foram poucas as vezes em que me senti deslocado. Isso porque Santa Catarina nunca foi considerada um "lugar de negros", sendo que a influência de africanos e descendentes foi constantemente silenciada. Lembro que, certa vez, quando tinha oito anos, minha madrasta (Sônia) resolveu encaminhar algumas fotos minhas e de minhas irmãs (Ioná e Joana) para um concurso de fotogenia infantil chamado de "Corujinhas", promovido pela Revista Moda Moldes da Editora Globo.

Meses depois, recebemos uma ligação da Editora dizendo que eu havia vencido o Concurso e que deveria ir até um estúdio em São Paulo para ser fotografado. Uma menina chamada Carla, nascida no Recife, também havia ganho o concurso e junto comigo estrelaria a edição de maio da revista. Feitas as fotografias, meses depois o resultado saiu às bancas. Também havia alguns textos que davam suporte à edição, que era um especial infantil, inclusive este que segue: "Eles vestem do bom ou do melhor, numa total inversão geográfica, o moreno Guilherme veio do Sul, enquanto a loiríssima Carla nasceu no Nordeste – as duas pontas do país se juntaram para serem a cara e o jeitinho brasileiro desta edição". [2]

Esse texto expressa bem a conjuntura social na qual me criei, um período que foi, segundo Orlandi (2007), marcado pelo silêncio constitutivo sobre a influência do negro na história e na cultura catarinense, e pela esquiva do ser negro, conforme nos diz Ana Maria Niemeyer em seu texto "O silenciamento do 'negro' na auto-identificação étnica". Éramos morenos, pois naquele tempo e naquela Formação Discursiva, o negro não poderia ser dito (NIEMEYER, 2002).

Além disso, os discursos que há muito tempo reforçavam o mito da democracia racial brasileira encontraram, naqueles primeiros anos da constituição de 88, o seu ápice. Afinal de contas, pela lei, éramos, a partir daquele momento, iguais e homogêneos (NIEMEYER, 2002).

À medida em que fui crescendo, os discursos foram naturalizando aquilo que era contraditório (a ausência de negros nos meios pelos quais eu circulava). Por conta das minhas experiências, sempre considerava estranho não haver negros com quem me identificar, no entanto, a cada oportunidade que surgia de pesquisar a respeito, acabava por apagar completamente tal temática, na medida em que naquela formação discursiva, não era algo que

[2] MODA MOLDES. São Paulo, n° 47, ano 4, mai. 1990.

poderia ser dito. (PÊCHEUX, 2009)

Uma vez no programa de pós-graduação em Ciências da Linguagem, trilhei diversos caminhos na busca por um tema que refletisse um pouco daquilo que eu sou e no qual tivesse o interesse de me aprofundar, com vistas à conclusão do Mestrado. E poucos meses após o início das aulas, fui impactado pela campanha #lugardonegro.

Criada pela agência Propeg para o governo federal, visando o combate ao preconceito no mês da consciência negra, tal anúncio me chamou bastante atenção, pois percebi ali marcas que remetiam ao preconceito, apesar do anúncio propor o contrário.

Figura 1 - Emblema da campanha #lugardonegro.

Fonte: BRASIL. Igualdade racial #lugardonegro. Disponível em: <https://www.brasil.gov.br/igualdaderacial/igualdade-racial-lugardonegro>. Acesso em: 25. Nov. 2015.

Durante o final de 2015 e o primeiro semestre de 2016, escrevi sobre os efeitos de sentido (re)produzidos por tal campanha.

Nessa análise, conjecturei a partir de todos os elementos levantados pela análise, que há nesse anúncio publicitário marcas que remetem a sentidos já dados, marcas que reforçam sentidos da história do negro no Brasil. Considerando que há na peça a repetição, sem a produção de novo sentido, acredito que esse anúncio, apesar de surgir dentro de uma campanha que visava a igualdade racial através da assunção de "novos" lugares pelo negro, ou seja, pela mobilidade/deslocamento social, a peça acabava por (re)produzir efeitos de sentidos contrários.

Sendo assim, ao trazer personagens que se apresentam em/a partir de lugares já socialmente aceitos/reconhecidos como posições em que o negro pode/deve se inscrever, retoma sentidos relacionados com a escravidão, com o preconceito racial e com lugares que o negro já ocupa ou ocupou no passado.

Paralelo a esse projeto, prossegui com minhas investigações, sendo impactado por outra materialidade, que me causou um estranhamento muito maior do que todas as outras anteriores (inclusive aquela com o qual estava trabalhando, a campanha publicitária #lugardonegro). Uma reportagem sobre Maria das Graças Pereira de Jesus, uma mãe, moradora da "Toca", comunidade negra rural localizada na cidade de Paulo Lopes/SC, que havia perdido a guarda das duas filhas por, conforme parecer da juíza, "descender de escravos".[3]

O caso, que tem circulado nos veículos de comunicação há aproximadamente dois anos, chamou minha atenção, principalmente, por parecer contemporâneo àqueles que circularam no pós-escravidão, nas quais os negros, mesmo libertos, não possuíam quaisquer direitos. Há neste caso, a forte presença do silêncio conforme proposto em Orlandi (2007), que pretendo analisar discursivamente, procurando compreender o político materializado nesse silêncio.

Isso porque a partir de estudos que havíamos realizado sobre a questão do negro urbano na contemporaneidade, já considerávamos que a escravidão continuava (re)produzindo efeitos de sentido nas relações sociais da atualidade, o que culminava no preconceito. No entanto, em nenhum dos textos coletados anteriormente, havia uma relação tão direta com o sistema escravagista quanto aqueles que circularam sobre o negro da "Toca".

O município de Paulo Lopes fica localizado a pouco mais de setenta quilômetros da capital do Estado de Santa Catarina, entre o Morro do Siriú (Garopaba) e o dos Cavalos

---

[3] Reportagem exibida pelo SBT Santa Catarina, programa SBT News em 2 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jCpPmueNgE4>. Acesso em: 22 out. 2016.

(Palhoça). É um município pequeno, de aproximadamente seis mil moradores que apesar da proximidade com o ambiente urbano de Florianópolis, não compartilha de sua economia, havendo a manutenção de uma economia baseada na agropecuária praticada em grandes propriedades (de 100 a mais de 500 hectares[4]), principalmente o cultivo do arroz, sendo destaque a empresa Ligeyrinho Alimentos, cuja sede fica localizada às margens da BR - 101.

Historicamente, os sesmeiros da região, ou melhor, os coronéis que exploraram economicamente a localidade, utilizaram a mão de obra dos negros escravizados em seus latifúndios. Parte dos remanescentes desses antigos moradores, que foram fundamentais na constituição do município, ainda residem por lá, em um local chamado no discurso oral da sociedade de Paulo Lopes e também pelos moradores da própria comunidade, de Toca. Um lugarejo anexo à sede do Município, no qual fica localizado o cemitério municipal, e que concentra a maior parte da população negra.

Apesar do passado de resistência relacionado ao sistema escravagista, os moradores da comunidade nunca tiveram, por parte do Estado, o reconhecimento do território em que residem. Mas em virtude disso, com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 19885, que reconhece a propriedade definitiva das terras aos remanescentes de quilombo, e no decreto nº4887, de 20 de novembro de 2003, que define regras para a "[...] identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias"[6], a Toca, a "terra dos pretos" de Paulo Lopes, transforma-se em Comunidade Quilombola Santa Cruz. Em 2010, foi ingressada uma solicitação de regularização fundiária do território (MOMBELLI, 2014). Em 2016, o estudo antropológico que atestaria o passado de resistência e a necessidade de regularização das terras foi apresentado pelo Incra à comunidade (evento ao qual estive presente), entretanto, até o momento não houve publicação do estudo e, sendo assim o processo de legitimação continua estacionado.

Nesta introdução, quero salientar o fato de que essa regularização esperada, nomeia como Santa Cruz a comunidade conhecida, até então, como Toca. Esse fato será retomado no desenvolvimento deste trabalho como central para a nossa reflexão.

---

4 SEBRAE. Santa Catarina em números. Florianópolis:Sebrae/SC, 2010. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Paulo-Lopes.pdf >. Acesso em: 22 out. 2017.

5 SENADO FEDERAL. Ato das disposições constitucionais transitórias. Disponível em: <>. Acesso em: 22 out. 2017.

6 BRASIL. Decreto nº4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em 22 out. 2017

Nesta dissertação, e com vistas à continuidade do estudo, interessa-me analisar o movimento de deslocamento de sentido desse nome (Toca), para o nome Santa Cruz, um processo de (re)nomeação/apagamento que conjecturamos ser simultâneo a um outro processo de silenciamento dos sujeitos negros daquela comunidade (iniciaremos nossa trajetória no primeiro movimento imigratório – em Dias Velho, fundador de Desterro – até a contemporaneidade e seu regime de visibilidade). Esse será o recorte, ou melhor, a unidade discursiva de análise (ORLANDI, 2008).

Farei isso, com base no dispositivo teórico da Análise de Discurso (AD) da vertente francesa, que, conforme Orlandi (2010, p. 91), encaixa-se "[...] no entremeio de três campos do saber: linguística, psicanálise e marxismo". Será o mesmo que determinará nossa análise através do batimento entre interpretação e descrição.

De acordo com Orlandi (2008, p. 40-41), é "[...] no jogo do Dispositivo Teórico (DT) com o Dispositivo Analítico (DA) que o analista pode construir a sua posição de 'objetividade' contraditória", ou seja, é através desse batimento que teremos condições de estabelecer uma posição de objetividade científica à análise, que nada mais é que um efeito.

Ainda sobre a construção do Dispositivo Teórico, proponho abordar em profundidade noções como ideologia, forma-sujeito, nomeação, memória, silêncio e visibilidade, mesmo sabendo que outras noções da AD serão mobilizadas ao longo do projeto.

Antecipo que, como a literatura a respeito da comunidade "Toca" e seus moradores é bastante escassa, o que nos conduziria inevitavelmente para uma abordagem dominante, optei por não me limitar a uma única materialidade, mas sim a estabelecer como *corpus* múltiplas materialidades, tais como cartas, documentos antigos, registros de nascimento dos municípios de Garopaba e Paulo Lopes, registros de casamento em ambas as localidades, anúncios e reportagens em jornais e televisões, bibliografias sobre Paulo Lopes e sobre Florianópolis.

Além disso, como não localizei materialidades provenientes da própria comunidade, entre junho de 2016 e junho de 2017, realizei sete visitas ao local, no intuito de conhecer melhor o lugar e tentar observar as dinâmicas sociais. Nessas ocasiões, tive a oportunidade de submergir na cultura, reconhecer hábitos, conhecer pontos geográficos importantes para a região, como plantações, riachos e cachoeiras e também conviver com os moradores, participando de atividades em grupo. Esse contato mais próximo com alguns dos membros favoreceu a realização de entrevistas com os habitantes mais antigos. Ao todo, cinco sujeitos foram entrevistados – os quais chamaremos de Joaquina, Cristina, Mauro, Isolete e Carmem - os nomes de registro foram preservados para proteger a privacidade. Os depoimentos coletados, além de material para a análise, nos servirão como um contraponto ao que é dito com

relação à história sobre a localidade.

Durante o processo de coleta de dados, também fomos apresentados ao ex-seminarista professor Moacir Heerdt, Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, que durante os anos 80 teve a oportunidade de trabalhar com o Padre Eugênio Kinceski, um dos párocos da região de Paulo Lopes entre os anos 70 e 2000. Dos contatos estabelecidos com a comunidade de Paulo Lopes, no ano de 1988, o professor Moacir realizou uma entrevista com aquele que era o morador mais idoso do Município, Manoel Lopes do Nascimento, conhecido como "Mané Lopes", que assim como Manoel Venâncio Machado (1993) e Cacildo Geremias (2003), autores que escreveram livros sobre Paulo Lopes, falou sobre a história da região. Este depoimento, somado aos depoimentos dos moradores da Toca, possibilitou que se recontasse a história do município.

Considero importante ressaltar que nesta dissertação, buscaremos pela materialidade de Toca no discurso da oralidade - através das entrevistas que realizamos. Em textos do discurso de escrita, encontraremos, como já mencionamos acima, uma outra nomeação que pretendemos analisar, que é a de Santa Cruz. Finalmente, observaremos, na escritoralidade, formas específicas que não são nem do discurso da escrita nem da oralidade. Para atender esta última demanda, também investiguei perfis de vinte e cinco moradores nas redes sociais, no intuito de compreender os processos que envolvem a "Toca" no digital e os efeitos de sentido que são reproduzidos pelo termo, nesse ambiente.

Para uma melhor compreensão da nossa abordagem, proponho dividir esta dissertação em duas partes. Na primeira, buscarei revisitar as condições de produção que envolveram a constituição dos sujeitos negros, tanto do urbano quanto do rural (Florianópolis, que foi escolhida por sua urbanidade, e Paulo Lopes), para investigar se houve diferenças e como as mesmas influenciaram os sujeitos.

Na segunda parte, buscarei pela materialidade do termo "Toca" em três movimentos de análise, iniciando nossa trajetória pela historicidade e os efeitos de sentido de "Toca" relacionados à escravidão/fugas. Posteriormente, tentaremos compreender esses sentidos após a abolição e, por último, analisaremos a "Toca" na contemporaneidade.

2 DO SUJEITO

2.1 IDEOLOGIA E SUJEITO

Em seu livro “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”, Althusser (1970, p. 11) enunciou que, para existirem, as formações sociais devem reproduzir as condições de produção existentes, tanto “as forças produtivas” quanto “as relações de produção existentes”. Forças produtivas compreendidas não como meios de produção, mas sim como a força do trabalho.

Disse o autor que, para assegurar essa força de trabalho, é necessário, além das condições materiais (entre elas o salário, que é uma necessidade histórica da classe operária), que a mesma precisa ser “competente” para colocar o processo de produção em operação. Entretanto, a aprendizagem necessária não se dá no processo produtivo, mas sim fora, “através do sistema escolar capitalista e outras instâncias e instituições” (ALTHUSSER, 1970, p. 20).

Na escola, por exemplo, o sujeito aprende “saberes práticos” como ler e contar, ou seja, técnicas que serão essenciais para o aprimoramento da força de trabalho, mas faz isso através de moldes que assegurem “[...] *a sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da «prática» desta” (ALTHUSSER, 1970, p. 22).

Ainda conforme Althusser (1970, p. 21– 22):

> Enunciando este facto numa linguagem mais científica, diremos que a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os Operários e uma reprodução da capacidade (para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, «pela palavra», a dominação da classe dominante.

Não apenas nas escolas, mas também em outras instituições como a Igreja, a família e a imprensa, as quais chama de Aparelhos Ideológicos de Estado, submetem o sujeito às ideologias dominantes ou o habilitam para a utilização de suas práticas. Todos os envolvidos na produção precisam estar inscritos na ideologia dominante (explorados, exploradores, entre outros personagens) (ALTHUSSER, 1970).

Da mesma forma, a partir da teoria de Marx, Althusser (1970) diz que as sociedades são constituídas por duas camadas: infraestrutura (uma base econômica) e pela superestrutura. Esta última, que estaria dividida em ideologia e jurídico-política, seria determinada pela primeira, ou seja, pelo capital. Além disso, para o autor, a reprodução das relações produtivas

só se sustentaria através do funcionamento da superestrutura, ou seja, a perpetuação das relações de poder é garantida pelo funcionamento dos aparelhos ideológicos do estado e pelo intermédio da ideologia dominante.

Sobre a ideologia, Althusser (1970) formulou duas teses: uma primeira, na qual afirma que a mesma é fruto do imaginário, não tendo, em sua grande parte, relação com a realidade. Assim, "[...] chega-se à conclusão de que na ideologia «os homens se representam sob uma forma imaginária as suas condições de existência reais»" (ALTHUSSER, 1970, p. 79).

Na segunda tese, acerca de uma possível existência material da ideologia, o autor enunciou que a ideologia nos AIE ordena práticas materiais que são aceitas e reproduzidas pelos sujeitos livremente, em total consciência de suas crenças.

Para o autor (1970, p. 91), "1- Só existe prática através e sob uma ideologia; 2 - Só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos", ou seja, práticas, como a linguagem, só existem sob o manto ideológico, e ideologia e sujeitos estão diretamente relacionados.

Com relação à segunda proposição, acrescentou que é através da ideologia que o indivíduo é convocado, ou melhor, interpelado a ser sujeito. Como a ideologia é eterna (omni-histórica), ou seja, atua sob a mesma forma durante toda a história, analisa que os "indivíduos são sempre já sujeitos", sendo que o funcionamento da ideologia nos leva a acreditar que somos sempre sujeitos e que os sentidos atribuídos às palavras e enunciados existem em si, efeito que foi nomeado por Althusser de "ideológico elementar" (ALTHUSSER, 1970).

No entanto, para que existam sujeitos, também se faz necessário que a ideologia tenha um Outro Sujeito (absoluto e singular) que sirva à interpelação, ao qual os sujeitos se submetam, como Deus serve à ideologia religiosa. Conclui Althusser (1970, p. 113) que:

> [...] o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, portanto para que aceite (livremente) a sua sujeição, portanto, 'Para que «realize sozinho» os gestos e os actos da sua sujeição. Só existem sujeitos para e pela sua sujeição.

Michel Pêcheux desenvolve as noções apresentadas por Althusser e as transporta para uma perspectiva discursiva. Envolve à questão do sujeito a noção de Formação Discursiva (que desenvolve a partir de Foucault). Isso porque, de acordo com o pesquisador, é a FD (Formação Discursiva) tudo "[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]" (PÊCHEUX, 2009, p. 147). Sendo assim, o conceito desenvolvido por Althusser (1970) de que a ideologia convocaria os indivíduos a serem sujeitos, a partir de

Pêcheux (2009, p. 147), "[...] os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes".

Ainda conforme Pêcheux (2009), são essas posições que, uma vez ocupadas pelo sujeito, definem os sentidos das palavras e proposições, ou seja, a evidência de sentido à qual todos estamos submetidos é um efeito ideológico e isso é característico de qualquer Formação Discursiva.

O complexo de formações discursivas com dominante, que é chamado por Pêcheux (2009) de Interdiscurso, oferece ao sujeito evidências de sentido que são aceitas como literais, provocando, com isso, o esquecimento da submissão ao Outro Sujeito (com S maiúsculo).

Sobre posição-sujeito, parafraseamos Orlandi (2010), para quem existe uma relação de forças no discurso que tornam a posição ocupada pelo sujeito em constitutiva daquilo que o mesmo diz. Um padre significa mais que um coroinha, por exemplo. No entanto, a autora destaca que é importante não confundir essas posições com sujeitos físicos ou seus lugares empíricos. Segundo a pesquisadora (2010, p. 40), “Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição discursiva. O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto socio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito).”

2.2 FORMA-SUJEITO

É através do processo de interpelação que a ideologia em geral apaga as determinações, tanto do sentido que é concebido pelo sujeito em sua literalidade, como se tomado em sua transparência, quanto do sujeito, que se coloca enquanto origem do dizer (do seu discurso), conforme mencionamos anteriormente.

Esse idealismo, Pêcheux (2009) explica, é uma operação espontânea da forma-sujeito. O sujeito toma uma posição identificada com a Formação Discursiva que o domina, na qual veicula a forma-sujeito, esquecendo as determinações às quais está submetido. No entanto, os traços da determinação se inscrevem no discurso do próprio sujeito através de processos pré-construídos e de articulação (discurso transverso).

Ainda conforme Pêcheux (2009), essa tomada de posição pode assumir três modalidades. Na primeira, denominada identificação, o sujeito se identifica plenamente com a forma-sujeito da Formação Discursiva; é "[...] um recobrimento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal" (PÊCHEUX, 2009, p. 199). Isso é o funcionamento do discurso do bom

sujeito.

Já na segunda modalidade, o sujeito, de maneira não-consciente (pois não há livre-arbítrio) contra identifica-se com a forma-sujeito e os sentidos de uma determinada Formação Discursiva.

Segundo Indursky (2007, p. 81):

> Estas duas modalidades de tomada de posição representam o que Pêcheux chamou de bom sujeito e mau sujeito. Pêcheux apontou estas duas modalidades, mas se formos fazer análises, veremos que no interior de uma formação discursiva, se ela for entendida como um domínio heterogêneo em relação a ela mesma, podemos identificar não apenas duas, mas várias posições-sujeito.

Quando falamos de posição-sujeito, logo nos vem à cabeça o lugar empírico que esse indivíduo ocupa. Pensando dessa forma, por exemplo, um médico sempre falaria através da posição-sujeito médico. De acordo com Indursky (1992), e de maneira simplificada, designa-se posição-sujeito a identificação dos diferentes sujeitos com os diferentes sujeitos do saber de uma Formação Discursiva. Sendo assim, na perspectiva da AD, não nos interessa somente esse "lugar" social, mas sim:

> [...] suas imagens que resultam dessas projeções [...] são as imagens que constituem essas diferentes posições. E isto se faz de tal modo que o que funciona no discurso não é o operário visto empiricamente, mas o operário enquanto posição discursiva produzida pela formação imaginária (ORLANDI, 2010, p. 40-41).

Após esse breve esclarecimento acerca da posição-sujeito, voltamos a Pêcheux, que, além das duas primeiras modalidades, introduz uma terceira: a desidentificação. Nessa modalidade, o sujeito se desidentifica com a FD e com seu Sujeito Universal, deslocando sua identificação para outra Formação Discursiva e outra Forma-Sujeito.

De acordo com Indursky (2007, p. 81):

> O que ocorre é uma ruptura com os saberes de uma FD e a consequente desidentificação com a sua Forma-Sujeito e a subsequente identificação com outra FD e sua respectiva Forma-Sujeito. Diria mesmo que, quando isto ocorre, de fato, antes mesmo de migrar para outra FD, o sujeito, sem o saber, já não mais se identificava com o domínio em que pensava estar inscrito.

Entretanto, apesar de Pêcheux em seu estudo referir-se às Formações Discursivas que dominam o sujeito, haverá sempre uma Formação Discursiva que se sobressaia entre todas as outras, sempre com origem na forma histórica, jurídica e capitalista. Essa forma-sujeito histórica, na qual o sujeito tem a ilusão de ser a origem daquilo que diz, sem perceber as

determinações da exterioridade, é uma característica do sujeito de direito (sujeito jurídico) que se inicia no fim da Idade Média.

Sobre o sujeito de direito, Pêcheux (2009, p. 145) diz que:

> Essas relações sociais jurídico-ideológicas não são intemporais: elas têm uma história ligada à construção progressiva, no fim da Idade Média, da ideologia jurídica do Sujeito, que corresponde a novas práticas nas quais o direito se desprende da religião, antes de se voltar contra ela. Mas isso não significa, em absoluto, que o efeito ideológico de interpelação apareça somente com essas novas relações sociais: simplesmente elas constituem uma nova forma de assujeitamento, a forma plenamente visível da autonomia.

Essas diferenças com relação à forma-sujeito também são estudadas por Claudine Haroche. Em "Fazer Dizer, Querer Dizer" (livro no qual descreve as relações existentes entre determinação, subjetividade e elipse numa perspectiva discursiva), a pesquisadora (1992, p. 178) conjectura que "[...] a forma-sujeito representa 'a forma de existência histórica de todo o indivíduo', não impede com efeito, em nada, que a forma-sujeito, tenha podido tomar, no curso da história, formas diferentes". Além disso, menciona três épocas distintas com relação à dependência do sujeito europeu à ideologia dominante.

A primeira, sobre a qual escreve brevemente, denominada como Mestres da Verdade, em que a verdade era guardada exclusivamente por aqueles que detinham o privilégio da sua determinação (como os filósofos, por exemplo). A esses "mestres" estava destinada a responsabilidade de desambiguação, controlando a verdade para aqueles que não eram mestres. Segundo a autora, essa noção de verdade era relativa e regulada para e pela elite (HAROCHE, 1992).

Posteriormente, escreve sobre uma segunda forma-sujeito, a qual chama de religiosa, e sobre o processo de transição para a jurídica. Na fase dominante do discurso religioso, o indivíduo era determinado através das crenças. Existia um sujeito religioso "[...] totalmente submetido à ideologia cristã […] largamente assujeitado por práticas rituais (não discursivas) (HAROCHE, 1992, p. 57). Isso culminava em um sujeito submetido explicitamente ao discurso, obediente, ou seja, "O dogma cristão, que exige uma obediência cega à fé divina, descarta a possibilidade de autonomia do sujeito" (HAROCHE, 1992, p. 65).

Gradativamente, a partir do século XIII, ocorre uma migração econômica. A Europa, que até então era rural e feudal, paulatinamente passa a ser urbana e capital. O "[…] modo de produção da vida social [...]" também muda (MAIAILLE, 2005, p. 117). O comércio se fixa devido ao progresso da escrita (das trocas através da mesma) e o juridismo emerge. Todas essas condições somadas favorecem uma redefinição do sujeito, que acaba pendendo

para um individualismo, colocando-se na origem do dizer, único, ao mesmo tempo em que é assujeitado.

Conforme Haroche (1992, p. 59):

> A ideologia jurídica vai-se insinuar sub-repticiamente no sujeito para fazer dele alguém intercambiável, 'qualquer um', fazendo-o ou levando-o a crer, ao mesmo tempo, que ele é alguém singular […] o sujeito se vê como um ser único, mestre e responsável por si mesmo, podendo, entretanto, a qualquer momento soçobrar no anonimato de qualquer um.

De acordo com Haroche (1992), no século XIII há a insurgência de um sujeito de direito, que se faz de forma embrionária sem afetar inicialmente a autoridade religiosa. A relação homem-a-homem dos séculos X e XI vai sendo substituída por outra, econômica. A partir do século XIII, se quisesse liberdade, o vassalo precisaria pagar pela mesma com dinheiro emprestado de seu senhor. A pesquisadora também diz que essa "liberdade" é uma fase pré-sujeito de direito, pois só haverá sujeito de direito com a ascensão do capitalismo.

Há então a concessão da liberdade para a sujeição econômica do sujeito através do direito. Com o direito, o sujeito recebe maior importância. Alia-se "[...] obrigação econômica à liberdade jurídica; o sujeito torna-se, assim, 'livre para se obrigar'" (HAROCHE, 1992, p. 69)

Haroche (1992, p. 70 – 71) continua sua argumentação dizendo que:

> As formas de assujeitamento, de fechamento do sujeito na ordem religiosa e depois na jurídica podem se descrever por uma passagem da 'letra' às 'letras', do signo fechado à letra combinável, das práticas rituais mnemônicas às práticas discursivas, pela preponderância da língua. Enfim, como a ordem religiosa não chega mais, diante da expansão econômica, a fechar, a 'esquadrinhar' a ordem social, o direito toma a dianteira, assegurando outras formas mais insidiosas de fechamento que passarão, paradoxalmente, pela autonomização que é fundamental à economia.

Sendo assim, as condições de produção econômicas e sociais do capitalismo, vagarosamente ao longo dos séculos vão se sobrepujando às práticas rituais e de imitação do religioso, tornando o indivíduo livre e dono de si através da letra da lei.

Entretanto, o processo de mudança da vida social e, consequentemente, de dominação da forma-sujeito histórica não se deu da mesma maneira em todas as regiões e países do mundo. Miaille (2005) menciona que, na Europa, as condições históricas que propiciam a emergência do capitalismo se consolidam após o século XVI, mas que em outras nações isso ocorre de maneira diferente. Cita o exemplo da Inglaterra, país que transforma a terra em bem comercial, expulsando camponeses (o que encerra o campesinato do sistema feudal), forçando-os, de maneira bastante autoritária, a oferecerem sua força de trabalho nas indústrias

(manufaturas). Essas condições tornaram possível uma emergência precoce da forma-sujeito jurídica.

Por outro lado, Miaille (2005) diz que a declaração de que seres humanos são iguais e livres não se constitui em um progresso. O autor menciona países de terceiro mundo cujos regimes coloniais ou neocoloniais de introdução da dominação capital ocorreram somente no século XIX, promovendo também o esfacelamento dos grupos sociais.

Conforme escreve Miaille (2005, p. 117):

> A introdução da dominação capitalista sob a forma colonial e neocolonial produziu aí este efeito do desfazer do grupo social numa multiplicidade de indivíduos isolados a partir daí. Assim, na Argélia, a partir da colonização francesa, viu-se o esbatimento dos fenômenos tradicionais de solidariedade dos grupos de base, família, aldeia ou tribo à medida em que se verificava a submissão das relações sociais à dominação capitalista.

Ainda sobre a Argélia, Miaille (2005) diz que havia um sistema agrícola, no qual o arrendatário, chamado pelo pesquisador de Khammés, destinava 80% daquilo que produzia ao proprietário das terras, ficando com apenas 20% da produção (sistema bastante similar ao feudal). Sendo assim, para garantir controle, os Europeus declararam fim às terras coletivas, conferindo às mesmas o título de bem. Com isso, os trabalhadores agrícolas tornam-se gradativamente assalariados. No entanto, acreditamos ser importante destacar que essa alteração não ocorreu de um dia para o outro, mas sim que houve um processo gradativo que culminou na substituição de forma-sujeito primitiva pela capitalista e que, no Brasil, o processo não ocorreu da mesma forma, apesar de Argélia e Brasil terem sido colônias.

2.3. O TERCEIRO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A VIA COLONIAL

Conforme dissemos anteriormente, nossa forma de existência, a forma histórica a qual estamos submetidos, é a capitalista, esta que é sustentada pelo jurídico.

Sobre esse assunto, Pêcheux (2011) escreve que o sujeito de direito se ergue com a Declaração dos Direitos do Homem, no entanto nessa época o modo de produção capitalista (MPC) não era unificado, mas sim dividido em duas categorias, ou melhor, em duas formas históricas divergentes.

A primeira via, chamada pelo percursor da Análise de Discurso de “Americana”, tomava como base o sujeito de direito, na qual há dominação da ideologia jurídica, ou seja, o homem iludido, acha que é livre e dono de si. E a segunda, chamada por ele de “Prussiana”, na

qual o capitalismo gradativamente se apropriava da estrutura feudal para o seu próprio benefício.

Ainda de acordo com Pêcheux (2011, p. 81), "o MPC se esforça em tirar partido das antigas formas de assujeitamento para adaptá-las a suas próprias necessidades. Ele tende a virar a máquina do Estado feudal-monárquico para fazer dela um instrumento de seu próprio desenvolvimento [...]."

Sobre a via Prussiana, Chasin (1999), estudioso dos MPC, escreve o que ocorria na Alemanha, uma nação que à época era relativamente atrasada com relação à França e à Inglaterra, cuja estrutura montada provinha do feudalismo. Nessa sociedade, os burgueses pagavam aquilo que era demandado pelo governo (basicamente uma nova aristocracia), como se fosse seu dever.

Chasin (1999, p. 42) afirma ainda que:

> [...] a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento.

Pêcheux (2011), em seu artigo "Foi propaganda mesmo que você disse?", salienta que com o fim da Segunda Guerra Mundial, consolida-se um Socialismo Prussiano enquanto a ideologia liberal Americana se torna hegemônica; uma supremacia justificada pelo combate ao comunismo nazista.

Ainda segundo o autor (2011), o pós-guerra consolidou formas de assujeitamento nas quais contribuímos ativamente com o nosso próprio assujeitamento, bem mais eficazes do que aquelas utilizadas pelas instituições à moda Prussiana. Isso porque, iludidos com a forma histórica contemporânea capitalista, caracterizada pelo sujeito de direito, nos tornamos onipotentes, pessoal e socialmente, negando a existência de uma ideologia, bem como uma dissimetria de luta de classes.

É através dessa forma-sujeito histórica, e o que é indispensável para o funcionamento do capital, que o sujeito nega qualquer ideologia e se coloca como origem e dono das suas palavras/si, ilude-se com a "transparência[...] E há formas de onipotência também no domínio do social: 'juntos podemos tudo', posição que se sustenta na quantidade e na pretendida consciência coletiva. Ilusão da transparência da sociedade, negação da ideologia" (ORLANDI, 2012, p. 13).

Sobre a sociedade contemporânea, Orlandi ainda escreve, com base na teoria de Henriquez (2006), que nessa perspectiva há um efeito de igualdade, ou seja, "[...] se tenho

direitos, ele também tem [...]" e que isso gera um problema, "[...] como regular uma sociedade da imanência, como fazer com que o outro exista com seus direitos e sua alteridade e o eu próprio" (ORLANDI, 2012, p. 223).

Nessa conjuntura, o trabalho, bem como a sua alienação, tornam-se importantes no processo de, conforme escreve Orlandi (2012, p. 231) "[...] individu(aliz)ação do sujeito. O que lhe confere condições de identificação no conjunto da sociedade, ou da formação social, se quisermos". Somos mercadoria e, por conta disso, somos individu(aliz)ados pelo Estado para podermos ser identificados pela sociedade burguesa.

No entanto, apesar de reconhecer a dominância da forma-sujeito histórica capitalista, ao realizar sua análise sobre "Falcão, meninos do tráfico", Orlandi (2009) diz que o sujeito do contemporâneo vive uma nova conjuntura, com base na visibilidade, e analisa que os estudos teóricos que são desenvolvidos pelos países ricos abordam apenas o sujeito das economias desenvolvidas. Afirma que os constituídos em sociedades do hemisfério sul vivem apenas os ecos dessas teorizações. Por conta disso, questiona-se sobre os sujeitos desses países, que não são abraçados por tais teorias.

Parafraseando Chasin (1999), para quem o capitalismo reina absoluto, mas há estágios no ser capitalista relacionados às nações, que precisam ser levadas em consideração antes de assumirmos qualquer teoria europeia.

Além de Chasin, também trazemos Eni Orlandi (2009, p. 221) que, em sua análise sobre "Falcão", questiona: "não seria possível que os sujeitos tenham sido implicados em regimes e sociedades diferentes, implicando numa alteração da forma histórica de ser sujeito"? Com base nesse questionamento e na seção que é proposta por estudiosos sobre o tema, inclusive Pêcheux, com relação à forma histórica, que propomos trazer para a perspectiva discursiva uma discussão sobre a teoria de Chasin, ou seja, de uma possível terceira via, um terceiro MPC (além da Americana e da Prussiana).

Nos países do terceiro mundo, e no caso do Brasil, apesar das similaridades com a via Prussiana da Alemanha, no qual havia um retardo no desenvolvimento econômico em virtude de um problema "[...] que um novo paga tributo ao velho" (CHASIN, 1999, p. 8), os dois países eram bastante diversos e, por conta disso, não seria possível simplificar a questão do modo de produção capitalista tanto assim.

A grande propriedade rural na Alemanha devia-se a um sistema feudal. No Brasil, de acordo com o Professor de Economia e Política, Antônio Carlos Mazzeo (2003), apesar de nas teses do Komintern, especialmente as oriundas do VI Congresso de 1928, terem sido levantadas e aceitas teorias sobre a existência de relações feudais na América Latina, havia

nessa corrente um forte eurocentrismo, relegando ao segundo plano características que são próprias desse território.

Ainda conforme Mazzeo (2003, p. 154):

> Essas análises interpretativas do continente, impregnadas por uma visão universalista e fortemente eurocêntrica, priorizavam o aspecto jurídico-político na conformação da organização da estrutura colonial, isto é, a herança de aspectos histórico-superestruturais de ordem feudal, que permaneciam nas formas administrativas das metrópoles ibéricas, o que possibilitava a elaboração de interpretações analógicas em relação à Europa, exatamente por não elevar o aspecto concreto da especificidade latino-americana, seja em suas particularidades histórico-processuais, seja referente aos elementos concreto-singulares.

A questão agrária do sistema feudal e do sistema colonial da américa são diferentes. O caso latino-americano decorre de outras questões históricas (sistema escravagista, capitanias hereditárias, sesmarias etc.). Neste contexto, houve prevalência de uma produção orientada ao mercado externo, ou seja, um MPC que servia aos interesses das nações do centro, deixando o país sempre na periferia do capitalismo. Estávamos destinados a uma versão não-clássica do capital (MAZZEO, 2003).

Além disso, em ambos os casos, o sistema feudal europeu e sua "versão" latino-americana, houve a ampliação das forças produtivas que se deu de maneira retardatária, se compararmos à via americana (ou clássica). No entanto, a industrialização alemã se inicia muito antes, o que garantiu um desenvolvimento imperialista. O mesmo não ocorre no Brasil.

Conforme nos diz Chasin (1999, p. 09):

> [...] no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o "verdadeiro capitalismo" alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hipertardio.

Por conta desses atrasos com relação à forma clássica (Americana), Chasin (1999) escreve sobre outras duas formas não-clássicas de MPC: a Prussiana e a via Colonial. Gradativamente ocorre a migração desses para a via clássica, capitalismo industrial. No entanto, e com base no exposto, pudemos observar que devido às diferentes formas de dominação, as quais tanto Alemanha quanto as colônias estavam submetidas, consideramos que a evolução do capital industrial frente aos demais MPC's não ocorreu de maneira síncrona, podendo haver divergências históricas, tanto entre países quanto entre municípios (Florianópolis e Paulo Lopes, por exemplo).

De acordo com Chasin (1999), apesar da industrialização da Alemanha ser tardia,

de 1860 a 1913, a mesma cresce exponencialmente, setuplicando. No Brasil, a industrialização "hipertardia" sofre inúmeros retardos. A economia agroexportadora, por necessitar de financiamento externo, acabava por não gerar nenhum valor. Após a "revolução" de 30, tem-se início a uma predominância urbano industrial, que só se torna efetiva a partir de 1956.

Em nosso país, a industrialização ocorre devido à crise do café, não havendo qualquer revolução humanista, apenas movimentações superficiais, realizadas por latifundiários em parceria com a burguesia. No país, nenhum movimento promoveu qualquer transformação social relevante.

Sendo assim, o processo de industrialização, que é a base da forma-histórica de sujeito, no Brasil ocorria de maneira hipertardia, uma das características de um capitalismo chamado pelo pesquisador de "imaturo" (CHASIN, 1999).

No entanto, acreditamos que, apesar de todos os "avanços" no que tange o capital, o modo de produção capital de terceira via, ou melhor, da via colonial, ainda esteja vigente.

Para Mazzeo (2003), no Brasil, apesar do recente processo de industrialização, ainda não houve um processo revolucionário que tenha conseguido tirar a burguesia dominante do poder. Sendo assim, ainda estaríamos submetidos ao sistema colonial. Isso porque a burguesia dominante historicamente não autorizou o rompimento com o mesmo. Por conta da submissão dos governos a essa elite dominante, continuamos vivendo em relações de subordinação e de redução das conquistas históricas dos trabalhadores (direitos e miséria). O autor segue dizendo que "[...] As tarefas democráticas do Brasil e a ruptura com a via colonial somente serão concluídas se construirmos a via revolucionária sob a hegemonia dos trabalhadores" (MAZZEO, 2003, p. 170).

Sobre esse assunto, trazemos um trecho da obra do sociólogo Caio Prado Junior (2000), que na década de 40 escreveu sobre a formação do Brasil contemporâneo. Na citação, o autor evidencia que, em muitos aspectos, o terceiro modo de produção capitalista vigora em nosso país na década de 40, no entanto, da forma como escreve, deixa vestígios de que o mesmo esteja ativo ainda nos dias de hoje:

> Analisem-se os elementos da vida brasileira contemporânea; "elementos" no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico, social, político. O passado, aquele passado colonial [...] aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franco e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não "tomou forma". É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até

> nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial. Não me refiro aqui unicamente a tradições e a certos anacronismos berrantes que sempre existem em qualquer tempo ou lugar, mas até a caracteres fundamentais da nossa estrutura econômica e social. No terreno econômico, por exemplo, pode-se dizer que o trabalho livre não se organizou ainda inteiramente em todo o país. Há apenas, em muitas partes dele, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço mais ou menos bem-sucedido naquela direção, mas que conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu. O mesmo poderíamos dizer do caráter fundamental da nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados do exterior, e da correlata falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado. Donde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; subordinação aliás que se verifica também em outros setores. Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional. No terreno social a mesma coisa. Salvo em alguns setores do país, ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado cunho colonial. Entre outros casos, estas diferenças profundas que cindem a população rural entre nós em categorias largamente díspares; disparidade que não é apenas no nível material de vida, já inteiramente desproporcionado, mas sobretudo no estatuto moral respectivo de umas e outras e que nos projeta inteiramente para o passado. Os depoimentos dos viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do séc. XIX são frequentemente de flagrante atualidade. Neste, como aliás em outros setores de igual relevo. Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas (PRADO JUNIOR, 2000, p. 10-11).

Trouxemos a citação de Caio Prado por observarmos que no Brasil de 2017 ainda continuamos subordinados à economia estrangeira, sem oferecer condições de consumo a boa parte da população, que segue abaixo da linha de pobreza. Além disso, relacionando tal enunciado ao caso de Maria das Graças Pereira de Jesus, mãe quilombola da comunidade "Toca" que perdeu a guarda das filhas por "descender de escravos"[7], conforme decisão do judiciário (caso que analisaremos com mais calma posteriormente), observamos haver esse anacronismo mencionado por Prado Junior (2000), na medida em que ressalta essa desigualdade de direitos entre moradores do urbano e do rural, e que ainda existe, em alguns casos, uma forte relação com o sistema escravagista. Acreditamos que Maria das Graças seja, portanto, vítima de um sistema colonial que ainda está ativo e, de acordo com o parecer da juíza, ainda (re)produz efeitos de sentido[8].

---

[7] GELEDÉS. Mãe perde guarda das filhas por 'descender de escravos'. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiX6K6OvK7VAhXBQ5AKHSzwA8wQFggpMAE&url=https%3A%2F%2Fwww.geledes.org.br%2Fma-perde-guarda-das-filhas-por-descender-de-escravos%2F&usg=AFQjCNHLWyuu2SbzvBuxef-dEUE7DOFQZA>. Acesso em: 29 jul. 2017.

[8] Antecipamos que o processo "corre" em segredo de justiça, portanto, não traremos qualquer citação do mesmo nesta dissertação.

2.4. HISTORICIDADE

Com base em José Horta Nunes, no artigo “Leitura de Artigo: historicidade e compreensão”, diremos que a análise de discurso promove o deslocamento da noção de história para o de historicidade, pois cabe ao analista não investigar o conteúdo, mas sim, efeitos de sentido que são (re)produzidos. Conforme escreve o autor: “[...] a noção de historicidade desloca a noção de história como conteúdo e como fonte unívoca de interpretação. (NUNES, p.02, 2005)

Para esse autor, um analista de discurso deve romper com os sentidos estabilizados, investigando-os em sua opacidade. Não pode, portanto, perceber essa história como algo exterior à análise, mas sim enquanto “[...] constitutiva da produção de sentidos.” (p.02, 2005)

O trabalho com historicidade propicia ao analista movimentar-se por caminhos não visitados, desfazendo“[...] cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas.” (NUNES, 2005, p.02).

Dizendo de outra maneira: ao lançar gestos de interpretação e não tentando observar a história de maneira objetiva, tal qual faz o historiador, é possibilitado ao analista romper com a univocidade da história, percebendo outros movimentos possíveis para os sentidos, como a paráfrase, a polissemia e até mesmo a sua ruptura.

Sendo assim, nossa proposta foi definir um arquivo que compreende materialidades discursivas que foram produzidas sobre ou pelo negro, tanto do urbano quanto do rural, e apreender nesses textos sua historicidade. Ou seja, conforme escreve Giovanna Benedetto Flores, em sua obra “Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821 – 1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro”, a partir dessas materialidades será “[...] necessário pensar como a temporalidade na relação sujeito/sentido, inscreve-se no texto enquanto materialidade histórica, compreendendo como a historicidade do texto produz sentido.” (FLORES, 2014, p.36)

2.4.1 O sujeito negro do Desterro

Na segunda metade do século XVII, houve grande expansão do domínio português em todo o Brasil. No Nordeste, a economia açucareira continuava sendo a base da economia nacional. No Sudeste e no centro-oeste, bandeiras vasculhavam o território em busca do ouro, o que paulatinamente encontraram em abundância. Devido à riqueza do território, o risco de

invasão por parte de outras nações Europeias se torna cada dia maior. Percebendo uma possibilidade de perder seus domínios mais ao Sul, uma localização bastante estratégica, a Coroa investe na ampliação do território.

Entretanto, conforme escreve Pereira (2003), diferentemente da Inglaterra e da França, que haviam recorrido ao excedente populacional para povoar suas colônias nas Américas, transpondo o modo de produção que vigora na Europa, a corte Portuguesa decide povoar o Sul do Brasil com o excedente da própria colônia, mais especificamente os súditos da Colônia de São Vicente.

Acreditamos que esse contexto de expulsão da terra original (São Vicente) tenha sido o estopim para o processo de nomeação da Ilha em Nossa Senhora do Desterro, após a chegada de Francisco Dias Velho, seu fundador, no ano de 1673. Nossa Senhora do Desterro, da fuga, ou ainda "Madonna degli Emigranti", em italiano, seria a protetora daqueles que estariam exilados em terra estrangeira.9

Raphael Bluteau, no dicionário "Vocabulario e Portuguez & Latino", publicado em data próxima à fundação – 1673, também relaciona o significante Desterro ao exílio e à proibição de acesso. Segundo ele (1728, p.175): "[...] há três castas de Desterro. A expulsão para terras remotas; a relegacao em alguma ilha, & a prohibiçaõ de alguns lugares particulares".

Neste caso, consideramos que a designação não tenha se dado ao acaso, na medida em que a palavra "Desterro" (simbólico) se relaciona com o real da história. Conforme nos diz Eduardo Guimarães (2003, p.54):

> A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real.

Sendo assim, consideramos que o processo de nomeação tenha relação com o exílio ao qual Dias Velho e sua comitiva; que se dirigia para Desterro no intuito de aliviar a província de São Vicente da população excedente.

Em 1712, o engenheiro militar Francês Amedéé François Frézier, que estava em uma embarcação que havia ancorado na Ilha de Santa Catarina, escreveu o seguinte (1717, p. 39):

> C´est une forêt continuelle d´abres verdes toute l´année, on n´y trouve de lieux

[9] Nossa Senhora do Desterro. História. Disponível em: https://nossasenhoradodesterro.com.br/>. Acesso em 05 nov. 2011

> praticables que ce qu´il y a de défriché autour de habitations; c´est-à-dire 12 ou 15 endroits disperfez ça & là au bord de la mer dans les petites anses qui sont face a la terra ferme
>
> Les habitants qui les occupent sont les Portugais, une partie d´Européens fugitifs, & quelques Noirs; on y voit aussi des Indiens qui se jettent volontairement parmi eux pour les servir, ou qu´ils prennent en guerre.
>
> Quoiqu´ils ne payent aucun tribut au Roi de Portugal, ils sont ses sujets & obéissent au governeur ou Capitaine qu´il établit pour les comander en cas d´affaire contre les enemis de l´Europe, & les Indiens du Bresil avec lesquels ils sont presque toujours em guerre; de forte qu´ils n´osent aller moins de 30 ou 40 hommes ensemble bien armez, lorsqu´ils pénétrent dans la terre ferme, qui n´est guéres moins embarrassée de foréts que l ísle.
>
> Ce capitaine ne comande ordinairement que trois ans, il releve du gouverneur de la lagoa petite ville éloginée de l´isle de douze lieues au SSO. Il avoit alors 147 blancs dans fon département, quelques insdiens e noirs libres, dont une parte est dispersée sur les bords de la terre ferme. Leurs armes ordinaires sont des conteaux de chasse, des fléches & des haches[10].

No enunciado, Amedéé Frézier diz que os habitantes da Ilha naquele momento histórico eram portugueses, europeus (fugitivos), alguns negros, além de índios que "voluntariamente" se oferecem para ajudar. Da mesma forma, enuncia que o departamento da Ilha, acreditamos que das forças armadas, era composto por aproximadamente 147 pessoas brancas, alguns índios e negros, aos quais chama de libertos.

Observamos haver na citação uma menção à presença do negro em dois lugares distintos: parte deles estava em pequenas chácaras espalhadas pela Ilha, possivelmente cultivando as terras; e outra parte estaria nas forças armadas da Coroa. A adjetivação do negro em liberto "Noir libres" evidencia que havia escravidão naquele lugar, do contrário não haveria necessidade de utilizar esse termo. Sendo assim, acreditamos que ao referir-se sobre aqueles sujeitos, a quem chama "negros", que estavam nas chácaras, e não "negros libertos", conforme fez posteriormente sobre africanos e descendentes que atuavam no Departamento da coroa, Frézier estivesse falando sobre o negro escravizado. O termo "Noir" seria sinônimo de escravidão e para ser liberto, o negro deveria ser, antes de mais nada, escravizado. Essa era uma

---

[10] "É uma floresta contínua de estufas durante todo o ano, há apenas lugares onde não há mata em torno de casas; ou seja, 12 ou 15 lugares se espalham aqui e ali à beira do mar nas pequenas baías que estão em frente à terra firme. Os habitantes que os ocupam são os portugueses, parte de europeus fugitivos e alguns negros; também vemos os índios que se lançam voluntariamente entre eles para servi-los ou levá-los à guerra.
Embora não paguem tributos ao Rei de Portugal, são seus súditos e obedecem ao governador ou ao capitão que é responsável por comandá-los em caso de luta contra os inimigos da Europa ou os índios do brasil com quem eles estão quase sempre em guerra; são tão fortes que eles não se atrevem a ir menos de 30 ou 40 homens juntos bem armados, quando eles entram no continente, o que não é menos constrangedor na floresta do que na ilha.
O capitão normalmente ordena por apenas três anos, faz relatórios ao governador da Laguna, uma pequena cidade da ilha de doze léguas no SSO. Ele tinha então 147 brancos em seu departamento, alguns índios & negros livres, dos quais uma parte está dispersa nas margens do continente. Suas armas comuns de caça são flechas e machados [...]"

condição.

Ressaltamos também que no texto não está dito de onde vem esse negro. Entretanto, analisamos que o engenheiro se preocupa em dizer algo sobre o restante da população (“Europeus” e “portugueses”). Acreditamos que neste momento histórico, não interessava a África e sua história, apenas o negro enquanto força de trabalho aqui-já. Nessa conjuntura, a memória de que os índios seriam “du Bresil” só é resgatada quando há a necessidade de ressaltar a selvageria local. Também destacamos que, no texto, os colonizadores (Europeus, Africanos e Portugueses), eram enunciados enquanto estrangeiros, apenas os indígenas eram compreendidos enquanto brasileiros, o que reforça nossa hipótese sobre a nomeação “Desterro”.

Além disso, esse enunciado reforça nossa hipótese para o processo de nomeação, na medida em que ele menciona “Embora não paguem tributos ao Rei de Portugal [...]”, ou seja, apesar de serem súditos, estavam exilados em terra “estrangeira”; só havendo presença da Coroa na defesa do território: “[...] em caso de luta contra os inimigos da Europa ou os índios do brasil com quem eles estão quase sempre em guerra” (1717, p. 39). Da mesma forma, ele menciona a existência de “Europeus fugitivos”, ou seja, a Ilha de Santa Catarina era fora da lei.

Após o assassinato de Dias Velho por invasores Holandeses (uma vingança decorrente de um roubo praticado pelo fundador de Desterro) e, posteriormente, da fuga de sua família para Laguna, a ilha e sua Terra Firme (região continental) continuavam sendo cultivadas por esses desterrados, que, possivelmente, realizavam trocas diretas (permuta) de alimentos e outros bens de consumo com tripulações que ancoravam nas praias e baías. Um sistema econômico bastante diferente do europeu e do brasileiro àquela época.

Em seus relatos sobre a ilha e sua Terra Firme, escritos no ano de 1712, Amédéé Frézier, também descreveu que os moradores da Vila eram pessoas muito simples, às quais faltavam muitas das comodidades supérfluas da Europa. No entanto, observava que, de maneira geral, eram muito felizes. Também afirmou que nas trocas comerciais, os habitantes preferiam pedaços de tecido ao metal, por perceberem nas fazendas maior importância. (FRÉZIER, 1717). Entretanto, conjecturamos, conforme análise, que a escravidão, tanto do negro quanto do índio (o qual, de acordo com o autor, era voluntário), já existia na localidade, mesmo que em menor proporção.

Em 1733, sesmarias começam a ser concedidas para aqueles que pretendiam residir na localidade. Em 1738, Silva Paes, que se tornou o primeiro governador do território, consegue separar a província de Santa Catarina da de São Vicente e subordiná-la diretamente ao Rio de Janeiro. Com isso, lentamente, a ilha passou a receber mais investimentos para a construção de

fortificações e contratações de novos recrutas (que, conforme vimos, poderiam ser negros, desde que libertos). Além disso, para atender às quase 900 pessoas que já residiam na ilha, em 30 de abril de 1739, o Mestre-de-Campo Mathias Coelho de Souza, em nome do Brigadeiro Silva Paes, enviou uma carta ao governador interino do Rio de Janeiro, ao qual solicitava a contratação de um médico cirurgião.

Souza (1739 apud PIAZZA, 1982, p. 69) afirma que:

> Como se achado n'esta Ilha (de Santa Catarina) mais de 900 pessoas e não ha medicos nem cirurgião, nem botica, nem na distância de 60 legoas, peg() a V.S. queira mandar para aqui o cirurgião mulatinho[11], e huma botica para se poder acudir a quaesquer incidentes precisos e sabe V.S. a menos número de gente se dá esta providencia, e eu a não trouxe quando vim por entender, que aqui havia hua, e outra couza que não há. Espero dever a V.S. queira mandar o dito Cirurgião porque sey tão bem entende de medicina.

Destacamos o termo "mulatinho", por considerar que o mesmo (re)produz um efeito de sentido específico, relacionado à cor[12], que sugere que naqueles tempos alguns mulatos (que consideramos negros), desde que não escravizados, pelo menos em Desterro, poderiam ser ditos na posição de médico na sociedade florianopolitana.

Antes, conforme vimos em Frézier (1717), não havia essa cessão tão clara do grupo negro, havendo diferenciação através da utilização do adjetivo liberto. Entretanto, no texto que trouxemos acerca de Paulo Lopes Falcão, emerge um terceiro significante, o mulato, o que silencia outros significantes e sentidos relacionados, no caso, o negro.

Em "As formas do silêncio", Eni Orlandi (2007) fala em diferentes categorias de silêncio, entre elas o silêncio local (2007), o qual acreditamos estar relacionado com esse apagamento[13]. Compreendemos que se trata de silêncio local e não constitutivo, pois o processo se dá no nível da formulação, sendo determinado pelo efeito-leitor. Dizendo de outra maneira: o sujeito-autor pré-conscientemente precisa da aprovação de um leitor (este que lhe é idealizado). Sendo assim, ao formular, formula de uma maneira que poderia ser aceita por esse interlocutor imaginário. O significante "negro" funciona como algo censurado, quando o sentido se divide dando lugar a um outro possível, que é "mulato"

Além disso, o Mestre-de-Campo não buscava um médico cirurgião, mas sim, "o

---

[11] Grifo nosso.

[12] De acordo com o dicionário de Rafael Bluteau de 1728: "MULÂTA, & Mulato. Filha, & filho de branca, & negra, ou de negro, & de mulher branca. Este nome Mulato vem de Mú, ou mulo, animal gèrado de dous outros de diferente espécie" (1728, p. 628).

[13] Nos aprofundaremos sobre a noção do silêncio no capítulo 5, entretanto, antecipamos que para Orlandi (2007) o silêncio local está relacionado à interdição do dizer, e o constitutivo, "[...] mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer" (ORLANDI, 2007, p.74).

dito Cirurgião", ou seja, alguém específico. O enunciado também deixa vestígios de que o interesse do Império por Desterro era mínimo, e que não havia àqueles tempos ao menos um médico para cuidar dos Desterrados, ou seja, os detentos, doentes, sem-terra, libertos e imigrantes que eram encaminhados para a Vila.

Em 1740, com a aquiescência do Rei, Paulo Lopes Falcão, que antes já havia ido até Desterro em busca de mantimentos para a colônia de Sacramento, aos 26 anos, aproximadamente, é empossado como Cirurgião do Presídio da Ilha de Santa Catarina. Reforçamos que Paulo Lopes foi chamado para ocupar o posto em um presídio, não em um hospital, apesar de ter servido tão bem à Coroa. Com base nisso, nos questionamos: Teria sido Paulo Lopes, que dá nome ao município de Paulo Lopes, esse médico mulato e jovem que é descrito por Souza?

Em 1763, o capelão Dom Antoine-*Joseph Pernety*, que teria aportado na Vila a bordo da expedição de Bouganville (1763), relata em sua obra como foi a recepção da tripulação na Ilha de Santa Catarina e descreve algumas peculiaridades de Desterro naquele momento histórico. Diz que a Ilha sediava aproximadamente 150 residências simples, algumas poucas famílias residiam no Continente e o restante do território era de mata fechada, não havendo habitações. Entretanto, o que mais nos chama atenção na descrição de Pernety, foi sua preocupação em categorizar os negros em diferentes grupos e dividimos o enunciado coletado em sequências discursivas (a partir de agora SDs) para facilitar a compreensão:

1) Negros libertos que trabalhavam na guarnição:

SD 1 – "A guarnição ocupa uma parte, e é composta principalmente de homens brancos." (1763, p.46)

Destacamos a sequência discursiva acima por observamos que havia, naquele contexto, uma questão hierárquica bem estabelecida, pois a guarnição estaria no topo da pirâmide social.

Entretanto, ao enunciar "principalmente de homens brancos", acaba por deixar de fora, no nível do não-dito, outras etnias que possivelmente faziam parte da guarnição (negros e índios), mesmo que não as exclua ao enunciar "principalmente. Consideramos possível dizer que naquela formação discursiva, a da sociedade Florianopolitana, não era autorizado ao negro significar fora das posições previamente delimitadas. Para que a guarnição significasse, era importante calar sentidos que estavam sendo relacionados ao negro; um silêncio constitutivo (ORLANDI, 2007).

2) Negros e mulatos libertos:

SD 2 – “O resto dos habitantes são quase todos negros ou mulatos; eles são encontrados de todas as tonalidades do preto até o branco. O maior número de ambos os sexos é mulato e, na maior parte, não estão em forma. Eles têm um ar de selvagens, como pode ser esperado em uma raça meio brasileira e meio negra [...]. Encontramos alguns, que sem dúvida são mais ricos, que usam chapéus de tamanho muito grande [...]. Estes têm os pés cobertos [...]” (1763, p.46)

Em SD 2, fica bem marcada, no nível do dito, a questão hierárquica da sociedade. Ao enunciar “o resto dos habitantes” o autor deixa vestígios de que se referia aos marginalizados, ou seja, o lugar social ocupado por negros e mulatos; e, ao dizer “quase todos”, silencia a existência de brancos nessa posição. Essa hierarquia também está presente em “de todas as tonalidades do preto até o branco”, na medida em que observamos que o branco seria o último tom, numa ordem em que toda a sociedade deveria chegar. Essa “superioridade” hierárquica dos brancos, também fica evidente em “Eles têm um ar de selvagens, como pode ser esperado em uma raça meio brasileira e meio negra [...]”.

Diferentemente de Frézier (1717), que considerava todos os habitantes (excluindo-se indígenas) estrangeiros, Pernety (1763), atribui aos brancos o adjetivo “brasileiro”. Entretanto, em SD2, os negros continuam sendo considerados selvagens e de um outro lugar não mencionado (que não é o Brasil). De acordo com Lilia Moritz Schawacz (1993), é na segunda metade do século XVIII que passam a serem delineadas concepções evidentemente etnocêntricas, com base na obra de Buffon, e acreditamos que o discurso do sujeito já esteja atravessado por essas questões.

Naquela formação discursiva, a da sociedade florianopolitana - formação discursiva compreendida com base na obra de Pêcheux, ou seja, aquela que define o que pode e deve ser dito (2010), o branco poderia “levar uma vida muito preguiçosa” (SD 7), mas não poderia ser dito numa posição social inferior, como a do negro, mulato ou cafuzo liberto.

Ainda sobre SD 2, podemos dizer que, apesar da impossibilidade de ser dito em alguns lugares sociais, o negro poderia ascender financeiramente. Em “Encontramos alguns, que sem dúvida são mais ricos [...]”, o autor evidencia que àqueles tempos era possível ao mulato liberto, “O maior número de ambos os sexos [...]”, ocupar uma posição melhor que o negro escravizado ou liberto. Segundo Cardoso (2000, p. 71), “[...] a intensificação da atividade

econômica resultou em um aumento na proporção de negros na população", ou seja, quanto maior o interesse do Estado, mais aquecida era a economia e mais intensa era a participação dos negros.

SD 3 – "Poucas lojas são vistas na cidade. Eu encontrei apenas duas; um serralheiro e um boticário. As mulheres negras, que obtiveram a liberdade, trazem frutos em grandes cestos na cabeça, ou se agacham nas esquinas das ruas com as cestas à sua frente." (1763, p.48)

Por se tratar de um texto em inglês, impresso na Inglaterra no século XVIII e que foi traduzido durante o desenvolvimento da dissertação, destacamos haver nas sequências discursivas que trouxemos a menção dos seguintes significantes: Negro ("Negroes", "Negro"), Mulatos (Mullatoes), preto (Black) e Escravo (Slaves). Em nossa análise, observamos que, em todas as SDs, os significantes negros e mulatos são ditos em substituição ao liberto. Enquanto que pretos e escravos estão relacionados à escravidão. Em SD 3, por exemplo, o autor enuncia "As mulheres negras, que obtiveram a liberdade, trazem frutos [...]". Nesse trecho, há a ocorrência de uma oração subordinada adjetiva explicativa, ou seja, "[...] que obtiveram a liberdade [...]" não é restritivo apenas àquelas que trazem frutas, mas sim explicita um detalhe comum a todas as mulheres negras.

3) Escravizados:

SD 4 – "Enquanto tomávamos café, uma dúzia de oficiais da guarnição entrou, e nos entretinha com um pequeno concerto de música instrumental; alguns tocando flauta alemã, alguns no violino, um no violoncelo e um em uma espécie de oboé. Os mesmos performers tocavam diferentes instrumentos de maneira bem-sucedida. Havia junto deles dois pretos, que sopravam o chifre francês. O desempenho foi muito bom." (1763, p.46)[14]

SD 5 - "Os escravos ficam nus, exceto os homens que têm um par de calções ou bermudas, e às vezes uma camisa, que é praticamente qualquer coisa: muitas vezes eles não têm outra cobertura senão um pedaço de pano simples sobre os ombros. É muito incomum ver qualquer um com camisa e colete. Mas quando obtém a liberdade, podem usar o dobro de roupas e o manto feito de coisas como as pessoas brancas." (1763, p.47)

SD 6 - "As escravas pretas também estão nuas, com exceção de um pedaço de linho que amarram em torno de suas extremidades, e que chegam da cintura até o meio de suas coxas

[14] While the coffee was pouring, a dozen of the officers of the garrison came in, and entertained us with a little concert os instrumental music; some playing on the German flute, some on the violin, one on the violoncello, and onde on a species of hautbois. The same performs played successively on different instruments. There were besides two blacks, who blew the French horn. The Whole performance was very good.

no máximo. Quando elas são libertas, vestem-se como outras mulheres com uma anágua [...]" (1763, p.47)

Também encontramos vestígios de que o significante preto estaria em relação de paráfrase com escravizado nas SD 4 e 6. Em SD 6, "pretas" adjetiva o sujeito "As escravas". Ser preta, portanto, era uma característica das mulheres escravizadas. Já em SD 4, consideramos que o autor esteja falando desse grupo em especial por conta da locução prepositiva "junto de" (besides). Ou seja, ao utilizar a locução não inscreve os "pretos" no grupo da guarnição. Sendo assim, consideramos que os mesmos eram escravizados, apesar da atividade especializada (no caso, a música).

SD 7 - "Tanto os homens como as mulheres costumam levar uma vida muito preguiçosa, e confiam nos seus escravos à gestão dos assuntos de sua casa, e que pouco trabalho deve ser feito ao ar livre. A terra produz quase todos os tipos de necessidade, sem que eles se deem ao trabalho de cultivá-la." (1763, p.48)

Também há nesse texto o silenciamento inclusive da humanidade. Em SD 7, quando diz que "Tanto os homens como as mulheres costumam levar uma vida muito preguiçosa, e confiam nos seus escravos à gestão dos assuntos de sua casa [...]", apaga que escravos também eram homens e mulheres. Entretanto, deixa vestígios de que isso seria recuperado mediante a libertação. Em SD 5, diz que "Mas quando obtém a liberdade, podem usar o dobro de roupas e o manto feito de coisas como as pessoas brancas". Da mesma forma, em SD 6, enuncia que "Quando elas são libertas, vestem-se como outras mulheres com uma anágua [...]" (1763, p.47). Uma vez libertos, poderiam recuperar sua humanidade.

Com base no exposto, consideramos que já havia naquele contexto uma separação muito clara das camadas sociais, o branco no topo e o negro escravizado na base. Nesse texto, o passado do negro, sua origem e tradição, continuam sendo silenciados; não era mais possível dizer sobre o negro em alguns lugares da sociedade, como a guarnição (lembramos que antes, em Frézier (1719), isso era possível). Outro detalhe que nos chama atenção é a preocupação com as vestimentas: Ser negro, naquele contexto, também passa a ser sinônimo de pobreza, na medida em que os brancos se vestiam como os Europeus, enquanto os negros, pelo menos no nível do dito, não. Entretanto, por outro lado, cria-se um efeito de que havia a possibilidade de liberdade, humanização e de enriquecimento por parte do negro, em especial do miscigenado.

Durante o século XVIII, três áreas foram mais importantes para a geração de renda: a agricultura, o artesanato e a pesca. A partir do final do século, o comércio de exportação e o

transporte de bens também ganham destaque. Em todas, houve a exploração da mão de obra do negro ainda escravizado.

Em 1808, a família real chega ao Brasil e, com isso, uma sensação de pertencimento, de ser brasileiro, ganha força em todo o país, inclusive em Desterro. A independência, ocorrida em 1822, reforça ainda mais esse sentimento nacionalista, tanto que os índios e as coisas da terra passam a ser reproduzidos. É nesse contexto que em 1816, Paulo Brito, enviado pela Coroa para atuar junto ao Governo de Santa Catarina, escreve um livro sobre a história da Província. Este é a primeira história sobre Santa Catarina que foi impressa.

Nesse livro, traz dados paroquiais acerca da população de Desterro que indicam haver na Villa 8.872 brancos libertos, 3.313 negros escravizados e 316 negros livres.

Os dados apresentados demonstram que havia uma grande população de negros na Ilha naquela época (29% dos sujeitos eram de origem africana), comprovando que à época havia negros libertos no município e que os mesmos constituíam uma parcela significativa da população.

Na obra, também escreve sobre os negros, os quais distribui em castas, conforme texto que segue:

> A classe dos habitantes de côr he geralmente inclinada a toda a qualidáde de industria, e aos officios mecanicos: os mulatos são dotados de muita habilidade e viveza, qualidades geralmente inherentes a esta casta de gente, em consequencia do cruzamento das raças de que procedem.
> Dos escravos pouco se pode dizer; porque a sua desgraçada condição os inhibe do gozo dos direitos sociaes, e por conseguinte do que delles se deriva: são aptos para toda a qualidade de trabalho braçal e maquinal, e tambem se encontrão alguns com habilidade para os officios mecanicos mormente os crioulos (BRITO, 1829, p. 75).

Assim como Pernety, divide os negros em categorias, aqueles que chama de “Côr” e uma outra que compreendia os escravizados.

Sobre esse significante, de “côr”, chama-nos atenção o fato de que o autor, ao formular dessa forma, não de outra, silencia no discurso todas as tonalidades que vão do preto ao branco, conforme enunciado por Pernety. Acreditamos que no século XVIII, já não era necessário dizer, na medida em que todos sabiam que ele estava se referindo aos mulatos. Havia ocorrido, devido a repetição. Os mulatos eram os libertos e os negros eram os escravizados. Conforme dissemos anteriormente, essa impossibilidade de enunciar o “negro” enquanto liberto na formação discursiva da sociedade escravagista, reforça nossa hipótese de que trata-se de um silêncio local do tipo que interdita o dizer, pois ocorre no nível da formulação. (ORLANDI, 2007)

Da mesma forma, observamos que ele suprime o significante liberto do texto, transformando os significantes “de côr” e “mulato”, em seus sinônimos. Mulato, era liberto e era “de côr”, já o negro sub-repticiamente era o escravizado.

Sobre os escravizados, afirma ainda que: “Dos escravos pouco se pode dizer”. Evidenciamos a utilização de “se”, não sendo possível identificar o sujeito. Sendo assim, o pronome poderia identificar qualquer um, naquele momento histórico, pois do negro pouco era dito. Cremos que ele reproduza no nível da formulação, o silenciamento histórico ao qual escravo era submetido. Sem passado, sem origem ou direitos, podendo ser dito apenas enquanto mão-de-obra.

Além disso, ao enunciar “[...] sua desgraçada condição inhibe do gozo dos direitos sociaes, e por conseguinte do que delles se deriva” cria um efeito de provisoriedade à essa situação, pois compreendemos o termo “condição” como algo que não é definitivo. Ao mesmo tempo, apaga os culpados, pois nem mesmo à Coroa é atribuída qualquer responsabilidade. Notamos, com base no enunciado, que ao escravizado era impossível a constituição em sujeito-de-direito, entretanto, ao liberto, ao mulato, o mesmo não era dito, apesar do preconceito ao qual estava submetido.

Também consideramos importante mencionar que há no texto o atravessamento de sentidos relacionados ao ser brasileiro, certamente influenciado pela vinda da família real. O autor não fala em preto, não fala em negro, não fala em africano, mas sim, em mulatos e crioulos, que são os negros nascidos em território brasileiro. Esses, de acordo com o autor, “são dotados” ou possuem “habilidade para os officios mecânicos mormente”.

Com base no exposto, diremos que a citação indica que, à época, intensificou-se a divisão social entre todos os habitantes e que os negros, em especial os mulatos libertos, apesar do preconceito racial, possuíam alguns benefícios quando comparados com os pretos africanos e crioulos escravizados (denominação para os negros nascidos no Brasil) que estavam na base da pirâmide social. Da mesma forma, observamos que os “habitantes de côr”) poderiam realizar atividades remuneradas que eram socialmente mais aceitas, como a carpintaria, marcenaria, a sapataria etc. Já os escravizados, a quem faltavam direitos de toda sorte, poderiam desempenhar atividades que eram rejeitadas pela sociedade, havendo exceções.

Ao enunciar dessa maneira e não de outra, o autor leva em conta o negro (escravizado ou liberto) apenas no nível do trabalho. Melhor dizendo: mesmo liberto o negro só detinha serventia no nível profissional. Tal enunciado também deixa clara uma espécie de política de clareamento aos quais os negros passam a ser submetidos, na medida em que afirma que a mistura de raças é que garante a esperteza e a habilidade nos negócios. Mulatos eram

dotados, vivazes, muito hábeis, enquanto os escravizados estariam apenas aptos e sem direitos. Lembramos que em 1828 há a fundação da primeira colônia composta por alemães na província de Santa Catarina, sendo assim, consideramos que o enunciado, publicado em 1829, já traga marcas relacionadas à uma política de embranquecimento que estava emergindo.

Assim como Brito, Saint-Hilaire (1936) opera a mesma divisão. Relata que durante a viagem de lancha que realizou de Desterro à Garopaba, no ano de 1820, houve uma grande confusão envolvendo Manoel, um liberto que o acompanhava na viagem. De acordo com o autor:

> Ninguem se igualava em orgulho a esse homem, e ninguem, aliás, se iguala nesse ponto aos negros l'ibertos. Como a sua côr póde induzir qualquer pessoa a tornai-os por es'cravos, elles só pensam nos meios de desfazer o engano e recusam-se a fazer diversos serviços que não repugnaria a nenhum branco razoavel executa-los.
> O tempo amanhecera calmo; mas, só ás duas horas da tarde o patrão da lancha se decidiu a partir, dando ordem aos negros que tomassem dos remos (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 201).

Na passagem que trouxemos, observamos que o negro liberto, Manuel, que, segundo o autor, é orgulhoso e se recusa a realizar ofícios que os razoáveis se recusariam a desempenhar, ocupa uma posição social diferente dos demais negros que estavam na mesma lancha. Os últimos, possivelmente, estavam submetidos ao patrão, desenvolvendo atividades braçais e sem qualquer direito**.**

Mesmo assim, tanto Manoel quanto as pessoas que conduzem o barco são ditos enquanto "negros", o que demonstra que apesar de ocuparem posições discursivas diferentes, para um homem na posição do branco, mesmo que estrangeiro, àqueles tempos não haveria grande diferença. Conforme escreve: "Como a sua côr póde induzir qualquer pessoa". No enunciado, ocorre uma transferência de responsabilidade para o sujeito negro, na medida em que a pele induz e não o sujeito autor do preconceito ("Como a sua côr pode induzir [...]", por conta disso, são as vítimas do preconceito que precisam se desfazer da confusão. Neste enunciado, assim como no texto de Paulo José de Brito, fica marcado que o sujeito negro, apesar de liberto, ainda era culpabilizado pelo preconceito que o outro (sujeito branco) expressava.

De acordo com Cardoso (2000), "[...] o branco esperava submissão do escravo aos seus caprichos, e que a isso o compeliria, pela violência se necessário, quando por qualquer motivo não houvesse, como contrapartida, a aceitação tácita e efetiva pelo escravo do seu direito à dominação" (CARDOSO, 2000, p. 179). Já os libertos teriam o direito (pelo menos existia um efeito de que poderiam) de dizer, pelo menos no discurso oral, ou melhor, de recusar. Dizemos efeito, pois é o próprio autor quem equipara o liberto a ninguém: "[...] ninguem, aliás,

se iguala nesse ponto aos negros l'ibertos.” (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 201).

Saint-hilaire (1936), identificado com a formação discursiva da sociedade florianopolitana, diz: “Como a sua côr póde induzir qualquer pessoa a tornai-os por es'cravos [...]”, ou seja, para poder se identificar com a formação discursiva da sociedade catarinense, precisaria ser silenciada a voz do escravizado, da senzala. O negro para ser liberto não poderia mais se identificar com aquela formação discursiva.

A partir dos anos vinte do século XIX, ocorre um acelerado processo de urbanização do Desterro, já não há mais tantas matas fechadas quanto antigamente. Ao redor da Praça XV de novembro, estradas são construídas e sobrados, de pedra ou tijolo, são erguidos. Por ser uma cidade marítima e comercial, desde muito cedo já havia movimentação de lanchas nos portos realizando o transporte de gêneros (SAINT-HILAIRE, 1936).

Charles Van Lede (1843 apud BRITO, 1829) escreve que, em 1810, conforme dados que já apresentamos, a proporção era de 5,4 homens/mulheres libertos para cada homem/mulher escravizado na província de Santa Catarina.

Entretanto, catorze anos após essa pesquisa, havia cerca de 29.877 homens mulheres brancos e de “côr” (*Blancs et hommes de couleurs* – “hommes de coleurs” era a forma pela qual eram chamados os libertos àquela época); já os homens/mulheres negros escravizados compreendiam uma população de 15.533 pessoas, o que significou uma diminuição da proporção, de 1,9 homens e mulheres brancos e negros libertos, para cada homem e mulher escravizado (VAN LEDE, 1843).

A partir desses dados, passamos a acreditar que não apenas os negros escravizados, mas também os libertos, compreendiam um grande número de pessoas em Desterro no ano de 1824, sendo considerados, na pesquisa, em conjunto com a população branca. Conforme dissemos anteriormente, o aquecimento do desenvolvimento econômico era o fator que determinava a quantidade de escravizados em uma província. Sendo assim, possivelmente, por ser o principal município e onde se comercializava a produção, certamente recebeu mais pessoas escravizadas para atender tal demanda.

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, no livro Espetáculo das raças, havia na Europa do século XVIII uma visão mais humanista, relacionada à Revolução Francesa. Entretanto, no século XIX, que é sobre o qual escrevemos, ocorre uma alteração “[...] estabelecendo-se correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais.” (SCHWARCZ, 1993, p.62) Acreditamos que nesse contexto, apesar do efeito de independência de 1822, o Brasil continuava colônia e (re)produzia, portanto, sentidos relacionados à hierarquia racial que provinham da Europa. Sendo assim, havia, por parte das

autoridades, o ideal de embranquecer a população e acreditamos que as principais medidas para conter o número de afrodescendentes na província tenham sido: a imigração do trabalhador livre proveniente da Europa, que, de acordo com Cardoso (2000), passa a ser mais efetiva a partir do ano de 1828 (Colônia de São Pedro de Alcântara); e a proibição do tráfico humano oriundo da África, uma lei que foi sancionada pelo Imperador Dom Pedro e declarava que "Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres" (BRASIL, 1831). Lembramos que naquele momento histórico ocorria na Europa a Revolução Industrial, o que deixou muitos habitantes desempregados e favoreceu a imigração.

De acordo com Van Lede (1843, p. 174):

> Un autre fait, plus secondaire à la vérité, mais qui n´en est pas moins important, c´est l´accroissement rapide de sa population libre, par suite de la émigration des pays étrangers et par l´augmentation naturelle des regnicoles, pendant que le nombre des esclaves depuis la suppression de la traite , parait aller en diminuant; et quoique ce ne soit pas encore en proportion avec l´augmentation de la population blanche, il est permis cependant despérer que le moment n´est pas éloigné où la race blanche libre aura remplacé, complément et sans secousse, la race noire et esclave.[15]

Van Lede (1843) também apresenta dados populacionais relacionados ao ano de 1842: na província, eram 4,5 libertos (brancos e negros) para cada africano e descendente escravizado. Ainda conforme o autor, na ilha de Santa Catarina a população era de 24.622, sendo que desta, 20.500 eram brancos e negros libertos, e 4.122 eram escravizados, uma sensível redução, pouco mais de vinte anos depois.

Entretanto, Van Lede que era Europeu, apaga que a redução na população negra também devia-se à morte por conta das péssimas condições de vida às quais a mesma estava submetida. Também não considera outros fatores que poderiam alterar as contagens estatísticas populacionais, reduzindo a proporção da população negra escravizada, como os altos impostos e o tráfico ilegal (CARDOSO, 2000).

A partir dos anos cinquenta, a inserção de novos trabalhadores livres no mercado àquela época pode até ter diminuído proporcionalmente o número de escravizados existentes no município, no entanto, a exploração desse tipo de mão de obra continua sendo importante.

Disse Saint-Hilaire (1936, p. 199): "[...] em toda a ilha não havia famílias que possuíssem mais de um ou dois escravos; o desejo de todos os lavradores, porém, era obter um

15 Outro fato, que é secundário à verdade, mas que não é menos importante, é o rápido aumento de sua população livre, como resultado da emigração de países estrangeiros e pelo aumento natural da população, o número de escravizados desde a supressão do tráfico de escravizados parece estar diminuindo; e embora ainda não esteja em proporção com o aumento da população branca, é, no entanto, possível esperar que não esteja longe o momento em que a raça branca livre substituirá, totalmente e sem choque, a raça negra e escravizada.

número de escravos que satisfizesse simultaneamente a sua vaidade e a sua indolência". Neste trecho, fica bem marcado que o contexto escravagista desprivilegiava o sujeito negro escravizado do ambiente rural, na medida em que eram os lavradores que detinham a maior quantidade de escravizados, ou pelo menos o desejo de terem.

Em 1864, o Brasil entra em Guerra com o Paraguai. E para sagrar-se vitorioso, conta com o auxílio financeiro da Inglaterra que tinha interesse na derrota do país vizinho e na abolição da escravatura.

Nesse contexto, no dia 24 de novembro de 1867, é publicado um poema nas páginas do Jornal O mercantil, este de cunho liberal. No texto, o autor (João R. de Carvalho) reclama as dores e o sofrimento dos anos de trabalho no exército a uma mulher, chamada Juvita. (CARVALHO, 1867, P.04):

Que queres de mim Juvita
Se nada posso, acredita, Eu só tenho pranto e dôr.
- De meu fado a impiedadde
Só me deixa em liberdade
Martyrio enorme transpor.
Tu te queixas, eu me queixo,
Em quanto gemes, eu choro;
Se annos vinte lamentas
Mais nove eu triste deploro,
Se o prazer tu desconheces
Eu a ventura ignoro.
Sejamos francos Juvita
Meçamos nossa desdita,
E teu destino e meu fado;
E, depois falla e responde
Se já viste, diz-me aonde?
Quem é como eu desgraçado.
Na flôr, na flôr de meus annos
Como tu armas tomei;
Sem uma estrella, sem norte
Sempre soldado fiquei;
E, assim, sem ter um guia
Onde annos caminhei.
Caminhei immerso em pranto.
Ai de mim! não sabes quanto
Caro amigo padeci.

Pai, irmã, irmãos queridos
Ei-los p´ra sempre perdidos ...
Deixei-os não mais os vi;
E como imbelle cordeiro
Do rebanho desgarrado,
Ousei lutar com a sorte
Na marulhosa carreira,
Na carreira do soldado.
Ah! que não sabes Juvita
Mas eu te conto, acredita
Quantos desgostos passei:
Privações, pranto e maldade
Eis na minha mocidade
O prazer que desfrutei.
Escuta eu era sargento
O curso d´arma estudava
E meo lente por gracejo
De mulato me chamava
E findo o anno por isso
Minha côr me reprovava.
Não obstante eu teimoso
O anno assim repetia,
Estudava com afindo,
Com orgulho e energia
Era o lente mais teimoso
A pilheria repetia.
Vence afinal o mais forte
E ai de mim, desta sorte
Para o corpo regressei;
E mesmo lá meo Juvita
Não mentirei, acredita
Pela côr passo marquei.
Mas n´um dia de combate
Minha côr se transformou;
Graças, graças á mudança
Um favor por mim passou,
E não mais, não mais engano
Tudo, tudo se findou.
E eu assim mal seguro
Desconhecendo o futuro

Ousei, ousei esperar;
E por isso bem vaidoso,
Creio mesmo que orgulhoso.
Mas ahi bem cèdo a verdade
Trouxe a mim o desengano
As honras, trophéos e louros
Qu´eu buscava bem ufano
Em martyrios se tornárão;
Quiz assim fado tyrano.
Já vês, já vês meo Juvita
Não é mentira, acredita
Que eu nada tenho que dar;
- Apenas agradecido
Por teo mimo tão subido
Comtigo quero chorar.

Com relação ao texto, destacamos alguns pontos. Em primeiro lugar, o poema que trouxemos, circulou na seção "a pedidos" do jornal e não na seção "oficial" – que também estava disponível naquela edição, ou seja, produz-se um efeito de que o poema se constitui em uma publicação sugerida por um leitor, sem a interferência direta de um colaborador do jornal. Percebemos nessa questão, uma forma de fazer o enunciado circular sem torná-lo uma parte do editorial, de tornar público sem torna-lo a voz do veículo. Além disso, o autor fala em forma de poema, o que enfraquece sua voz enquanto "verdade". Entretanto, reforçamos que alguém do jornal, um editor possivelmente, aprovou sua publicação, do contrário não seria possível circular.

Em segundo lugar, observamos que pela é a primeira vez, na narrativa que estamos desenvolvendo para esta dissertação, que um autor fala a partir de uma posição-sujeito do negro e reclama por seu sofrimento. Entretanto, também notamos que apesar do dizer, não consegue enunciar-se enquanto negro, havendo a necessidade de dizer de si, de se descrever enquanto mulato, através de um discurso sobre: "De mulato me chamava".

Dissemos anteriormente que essa impossibilidade de uso do significante "negro" (re)produzindo sentidos de liberto no contexto escravagista está relacionado ao silêncio local, que é descrito por Orlandi (2007). Uma interdição que ocorre no nível da formulação.

Conforme escreve Cardoso (2000, p. 56), "[...] na própria tropa havia negros e mulatos [...] Como eles eram livres deviam merecer dos brancos, tratamento diverso daquele

que, segundo a etiqueta, podia ser aplicado a negros e mulatos escravos.”

Com base nessa fala, diremos que existem naquele poema vestígios de que o tratamento melhor a que o liberto tinha direito, naquela formação discursiva era o silêncio, o não-dizer. Se ocorresse falha, poderia haver inclusive revolta, conforme enunciamos anteriormente, no caso de Manoel (SAINT-HILAIRE, 1936).

Em “Minha côr me reprovava” e em “Pela cor passo marquei”, também há marcas de que o sujeito culpava a si mesmo pelos maus-tratos sofridos. Seu chefe era branco, ele não. Logo a culpa era da cor, e não do homem a quem chamava de “lente” (mestre), que enunciava por “gozação”: “E meo lente por gracejo”.

Por último, mas não menos importante, interpretamos um fator para a ascensão de um mulato: o apadrinhamento. Em “Mas n´um dia de combate Minha côr se transformou; Graças, graças á mudança Um favor por mim passou, [...]”, fica no nível do dito que alguém intercedeu por ele, o que chama de “favor”.

Pouco tempo depois, no dia 28 de abril de 1870, o Jornal Regeneração, jornal de forte cunho político e assinado por membros do partido liberal (que circulou na província entre 1868 e 1869), publicou uma carta de Gastão D´Orleans (Conde D´eu), esposo da Princesa Isabel, na qual o mesmo solicita ao Imperador a abolição da escravatura naquele país durante o regime provisório, chamando de ignorantes os que praticavam a escravidão e de tiranos os governos que permitiam. A solicitação é atendida pelo Império. 16 (1870)

Entretanto, apesar da abolição paraguaia, no Brasil havia permanência do regime escravagista. Uma realidade sobre a qual um redator do Regeneração, assinando como “A reforma”, enuncia:

> É uma victoria moral que a humanidade alcançou sobre a barbaria e que certamente não vale menos que as victorias obtidas pelo canhão. Há n´ella alguma cousa mais. É uma promessa feita ao Brazil que tem mais de 1,800,000 escravos, por cuja manumissão o principe solemnemente se compromete. Desejamos que elle tenha o melhor exito n´essa obra generosa que honrará sua patria adoptiva.[17]

Com base no exposto, percebemos que a abolição da escravatura, naquela

[16] REGENERAÇÃO: JORNAL DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA. Noticiário. Desterro, 28 de abril de 1870. Disponivel em: < http://memoria.bn.br/DocReader/709603/607>. Acesso em> 28 out. 2017

17 REGENERAÇÃO: JORNAL DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA. Noticiário. Desterro, 28 de abril de 1870. Disponivel em: < http://memoria.bn.br/DocReader/709603/607>. Acesso em> 28 out. 2017

conjuntura, era tida por eles enquanto uma vitória que valeria tanto quanto a conquista da guerra. Consideramos que já havia, portanto, nesse momento histórico, uma crescente pressão tanto interna de um movimento abolicionista (composto pela imprensa e pelos formadores de opinião), quanto externa (por parte da Inglaterra) para que fosse abolida a escravidão.

Em 1871, um ano depois do fim da guerra do Paraguai, é promulgada a "Lei do Ventre Livre". Sancionada pela Princesa Isabel, a lei nº 2.040 de 28 de setembro de 187118 declarava livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir daquela data. Os procedimentos para que isso ocorresse especificava verbas para a emancipação dos escravizados e autorizava a transmissão de pecúlio, bem como a sua utilização em alforrias. Também tornava libertos os escravos da nação, ou seja, aqueles que trabalhavam para o Estado (BRASIL, 1871)

Tal lei visava promover uma ruptura na medida em que permite às mães escravizadas e filhos, agora livres, e escravos de nação alguns direitos, mesmo que mínimos. A partir dessa lei, promovesse um efeito de que é autorizado a parte da população escravizada constituírem-se enquanto sujeitos de direito.

Destacaremos e analisaremos algumas SDs extraídas do documento:

SD 8 – "Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos [...]"

Destacamos esta SD por observarmos que diferentemente de enunciado de Pernety, no qual escravo não possuía um gênero, a lei o delineia. Só será possível haver filhos, se houver uma mulher, uma mãe. Percebemos uma subjetivação. Entretanto, ao aplicarmos ao enunciado a lógica de uma sociedade escravagista como a brasileira daquele contexto, consideramos que o filho de uma escrava seria escravo; poderia não ser mais no direito, mas no nível da linguagem sim. A lacuna se completa. Haveria, portanto, a (re)produção dos sentidos. Além disso, neste mesmo enunciado, a autora enuncia o termo "escravos da nação", demonstrando que, apesar de libertos, todos continuariam sendo escravos, pelo menos no nível discursivo.

SD 9 – "Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de crial-os e tratal-os até a idade de oito annos

[18] BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annaul de escravos..... Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm>. Acesso em: 29 out. 2017.

completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãi terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600$000, ou de utilisar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor."

De acordo com a lei, era o proprietário da mãe quem deveria cuidar das crianças, que em virtude da lei, estivessem livres até a idade de oito anos. Posteriormente, poderia optar por entregá-las aos lares do governo, recebendo uma indenização de 600.000 reis19 por criança, ou por mantê-las sob seu domínio até que a mesma completasse 21 anos – trabalhando para ele durante todo esse tempo. A lei garantia que o menor deveria pagar uma indenização para o Senhor de sua mãe, caso não desejasse sofrer o ônus da escravidão. Tal multa deveria ser calculada com base no tempo que ainda deveria ser trabalhado (até 21 anos). Ou seja, mesmo visando a libertação, a lei os submetia a servir até a maioridade, devendo obediência ao Senhor de suas mães.

Da mesma forma, interpretamos que a lei deixe lacunas no que tange a forma de tratamento. A obrigação de "[...] crial-os e tratal-os [...]" não especifica de que forma ocorreria esse trato, abrindo-se a possibilidade de manutenção dos maus tratos.

SD 10 – "Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1°, se, por sentença do juizo criminal, reconhecer-se que os senhores das mãis os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos"

Trouxemos SD 10, por observarmos, mais uma vez, que a lei trata de um efeito, na medida em que não há especificação de quais seriam esses castigos. Em um contexto de escravidão, até mesmo as torturas mais horrendas poderiam ser tidas como "naturais".

SD 11 – "As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar esses serviços [...]"

De acordo com a lei, mesmo que a criança fosse entregue para um lar do governo, a mesma deveria servir gratuitamente até completar maior idade – podendo essas associações,

19 R$24.000,00 (aproximadamente vinte e quatro mil reais).

inclusive, alugar os serviços do menor para terceiros. Sendo assim, o menor era obrigado a trabalhar em regime de escravidão mesmo quando estava sob a tutela do Estado. Também observamos que o direito das associações, neste artigo, acaba sobrepujando aquilo que é proposto pela lei, que é a libertação. Cessa-se a prestação de serviços por parte dos escravos de nação, mas o Estado continuaria se utilizando da mão de obra do menor.

SD 12 - "É permittido ao escravo a formação de um peculio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias."

De acordo com a lei, era necessária a autorização prévia de seu algoz para a acumulação de bens, ou seja, mesmo se conseguisse acumular divisas, continuaria submetido à dominação de um terceiro que poderia, inclusive, roubar seu dinheiro.

Em 1872, ocorre um recenseamento geral em todos os estados do Brasil. Nesse levantamento, analisou-se que a capital da província (todas as freguesias) possuía aproximadamente 25.129 pessoas, sendo que dessas, 18.097 eram brancas e 7.032 eram negras (um habitante negro para cada 2,6 brancos). Entre os negros, 3.505 ainda eram escravizados, enquanto 3.527 eram libertos.

Em Desterro, já àquela época (em virtude do intenso comércio e de sua função administrativa), a proporção era ainda menor, um habitante negro a cada 1,8 residentes brancos (habitantes brancos – 5.884; negros – 3.266). Os ainda escravizados, compreendiam 1.682 indivíduos e os libertos 1.584.

O recenseamento também é específico no que tange as atividades desenvolvidas. Os brancos, que estavam no topo da cadeia produtiva, atuavam em quase todas as áreas. Exerciam desde profissões mais comuns como lavrador, até outras mais valorizadas e especializadas nas áreas da saúde, direito, educação, comércio, funcionalismo etc., sendo que alguns desses profissionais eram únicos e, por conta disso, procurados por moradores de todas as freguesias da ilha e do interior.

Entre os escravizados de Desterro, destacam-se ofícios como artista (21), marítimo (35), pescador (24), costureira (21), operário – barcos, fazendas, minas, madeira, construção civil, roupas, chapéus e calçados – (126), assalariado – auxiliando em afazeres domésticos e recebendo por dia – (99) e domésticos (524) (BRASIL, 1872).

A maioria das mulheres escravizadas atuava no serviço doméstico (415)[20] e, em

menor número, eram colocadas para trabalhar como costureiras (21). Já os homens serviam como operários em oficinas e manufaturas (126). Também havia os domésticos (109)[21], os que prestavam serviços de toda a sorte (76), os que trabalhavam no mar (59) e artistas (21) (BRASIL, 1872).

Cremos que esses dados sejam vestígios de que a urbanização conduziu à uma maior especialização do trabalhador negro. Ainda havia lavradores em Desterro (124)[22], no entanto, estes possivelmente já atuavam no regime de mão de obra livre, o que favoreceu o aproveitamento do trabalhador negro em outras funções.

Consideramos que essa especialização no trabalho, pelo menos em alguns casos, tenha otimizado a vida do negro liberto e também daqueles que estavam no cativeiro.

Com relação aos escravizados, escreve Rebelatto (2006) em sua dissertação sobre os quilombos e as fugas na ilha de Santa Catarina, que ser especialista em uma atividade era lucrativo para o Senhor e garantia ao negro um relativo poder de barganha que outros, pouco especializados, não tinham. A pesquisadora acrescenta ainda que, quanto mais especialista era o escravizado, menores as chances de fugas. Da mesma forma, ser entendedor de sua atividade minimizava a possibilidade de descarte frente à mão de obra europeia que, como vimos, a todo momento desembarcava na província.

Em 1885, o Império lançou a lei nº 3270 de 28 de setembro, denominada "Lei dos Sexagenários", que libertava escravos com mais de 65 anos, sendo que a mesma foi efetiva para poucos sujeitos. Conforme diz a lei "- Serão isentos de prestação de serviços os escravos de 60 a 65 annos que não tiverem sido arrolados". (BRASIL, 1885)

Em Desterro, no ano de 1883, havia 253 senhores cadastrados e 552 negros escravizados. A maior parte dos senhores possuía um servo (vale ressaltar que havia taxas a serem pagas, o que não encorajava os senhores a realizarem o cadastro).

Dos matriculados, apenas 22 possuíam mais de 60 anos e 146 possuíam até 20 anos[23], o que demonstra que a Lei do Ventre Livre pouco funcionava e que a Lei do Sexagenário possivelmente não funcionaria plenamente.

Além disso, destacamos alguns trechos da lei dos sexagenários que demonstram

---

[22] **BRASIL (1872).**

[23] O DESPERTADOR. O elemento servil. 19 dez. 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/709581/8307>. Acesso em: 29 jan. 2017.

que, apesar de propor-se à libertação dos escravos, o Império ainda protegia os interesses dos latifundiários.

"A quem libertar ou tiver libertado, a titulo gratuito, algum escravo, fica remittida qualquer divida á Fazenda Publica por impostos referentes ao mesmo escravo." (BRASIL, 1885)

Ao enunciar "A quem libertar", o autor possibilita a manutenção da escravidão, na medida em que qualquer "Senhor", poderia utilizar os serviços do escravizado até o fim de sua vida produtiva. Pouco antes, bastaria registrar a alforria que se livrariam de quaisquer impostos.

"A 2ª parte será applicada á libertação por metade ou menos de metade de seu valor, dos escravos de lavoura e mineração cujos senhores quizerem converter em livres os estabelecimentos mantidos por escravos." (BRASIL, 1885)

Neste segmento, apesar do autor enunciar que os estabelecimentos sobre os quais se refere eram "mantidos" por escravizados, não arroga-se ao direito de obrigar os "Senhores" a libertação; em contrapartida. Da mesma forma, apesar de manter em nível do não-dito, a lei (re)produz sentidos de que não haveria continuidade da escravidão no ambiente urbano, na medida em que não prevê quais funções no nível da prestação de serviços como passível de "conversão"; tampouco, preocupa-se em definir de que forma se daria a transição, ou qualquer questão de cunho trabalhista. Há um efeito de que ser livre bastava ao negro.

"Para desenvolver os recursos empregados na transformação dos estabelecimentos agricolas servidos por escravos em estabelecimentos livres e para auxiliar o desenvolvimento da colonização agricola, poderá o Governo emittir os titulos [...]" (BRASIL, 1885)

Com base na SD, a partir dessa lei, o "Senhor" poderia libertar todos os seus escravizados e custear, com o dinheiro do Império, a vinda de colonos para o Brasil. Além disso, percebemos que o autor comete um ato falho. Ao enunciar "[...] em estabelecimentos livres [...], provoca no sujeito leitor um questionamento: livre do quê? Com isso, produz-se um efeito de sentido de que não os escravizados não eram mais desejados naqueles locais. E acreditamos que não eram mesmo.

"Qualquer liberto encontrado sem occupação será obrigado a empregar-se ou a contratar seus serviços no prazo que lhe fôr marcado pela Policia"

Interpretamos que para o Governo, o que interessava era o trabalho, e os negros libertos deveriam trabalhar. Mesmo que isso significasse retornar à condição anterior. Novamente, conforme vimos em sequências discursivas que analisamos anteriormente, ocorre atribuição de responsabilidade à vítima. Além disso, atribuía a qualquer liberto, mesmo aqueles

que já estavam nessa condição antes da publicação dessa lei, a obrigação de trabalharem sob o risco de retornarem ao cárcere. Possivelmente já havia um grande problema social que não seria resolvido por nenhuma norma.

Para concluir esta seção, resumiremos nosso percurso dizendo que ao negro escravizado do Desterro, assim como de outros lugares do país, não foi autorizado o lugar de fala. Apesar disso, ele significou em um discurso sobre ele. Conforme escreve Ana Josefina Ferrari (2001), durante do regime escravagista, a voz do escravizado "[...] não é ouvida", ela "[...] é doméstica, não aparece, não conta e, quando aparece, é traduzida pelo senhor nos atos em que se estabelece uma relação com o Estado" (2001, p.35). Entretanto, apesar disso, a autora diz que "O escravo silenciado produz com seus gestos a fala a respeito dele. Ele provoca essa fala. Existe a necessidade de falar a respeito dele porque ele está ali, está presente e sua presença significa enquanto gesto. Gestos extremos que significam também na ausência" (2001, p.38).

Dizendo de outra maneira: acreditamos que mesmo submetida ao silêncio a população escravizada ainda significava, quer seja no âmbito jurídico, como nas leis, quer em seus gestos políticos, como as fugas. Consideramos, assim como Ferrari, que seja nesse silêncio no discurso da escrita que o sujeito negro escravizado tenha se constituído enquanto sujeito histórico (FERRARI, 2001).

Entretanto, apesar desse silenciamento imposto ao escravizado, também houve, antes da abolição da escravatura, a possibilidade de um furo, relativo ao liberto. Este, conforme vimos no poema de Carvalho – 1867 - uma vez inscrito na formação discursiva da sociedade escravagista, ocupou um lugar de dizer, mesmo que em um espaço que não produzia o mesmo efeito de legitimidade que uma notícia dita "oficial". Pode expressar sua insatisfação e o preconceito relacionados à cor de pele. Contudo, para ter direito a esse tratamento diferenciado, também precisava silenciar a formação discursiva da senzala e seus efeitos de sentido.

Essa diferença também se apresenta na censura que observamos haver acerca do significante negro. Na formação discursiva escravagista, o significante "mulato" torna-se sinônimo de liberto, silenciando o significante negro. Compreendemos esse silencio como local (ORLANDI, 2007)

2.4.2 Para uma compreensão melhor da Toca

Na próxima seção, tentaremos escutar outros sentidos possíveis acerca do negro da

Toca. Trabalharemos com as falas dos moradores além do discurso sobre esse negro, em enunciados coletados nas obras de Manoel Venâncio Machado, Cacildo Geremias, na entrevista de Manoel Lopes do Nascimento (realizada por Moacir Heerdt na década de 80) e também em materialidades históricas, como registros de nascimento.

Antes de iniciarmos esse movimento, gostaríamos de destacar o critério metodológico que utilizamos para a seleção dos entrevistados. Por se tratar de uma comunidade negra rural, partimos do pressuposto que a cultura era transmitida com base no discurso oral – o que fica bastante marcado nas entrevistas, como por exemplo em "Na minha cabeça, outro dia eu estava falando pras gurias [...]". Sendo assim, optamos por entrevistar os moradores indicados pelos pares como mais idosos, devido às vivências diretas e das memórias que lhes foram transmitidas pelo convívio direto com os antepassados. O acesso aos mesmos se deu pelo intermédio da própria família.

Destacamos que três entrevistadas, Joaquina, Carmem e Isolete (nomes fictícios), nasceram e se criaram na Toca (apenas Dona Carmem informou ter nascido no Bom Retiro, mas, por conta da proximidade da região de nascimento – mesmo morro praticamente – estamos considerando esse lugar como Toca). Seu Mauro também nasceu e se criou na Toca, entretanto, quando estava com 28 anos, aproximadamente, mudou-se para Florianópolis. Casou-se, então, com Cristina, que nasceu no Morro da Caixa, uma região localizada próxima do Instituto Federal de Santa Catarina e do Hospital de Caridade. Atualmente, ambos residem na Toca. Cristina (64 anos), portanto, faz parte da comunidade pelo matrimônio, mas sabemos de antemão que esse sujeito não se constitui nesse lugar.

Dona Joaquina (64 anos) e Seu Mauro (78) nasceram e cresceram no que consideramos o centro da Comunidade, próximos da residência da Avó, a quem chamam de Dindinha, e do Avô, Manoel Felipe. Dona Joaquina também era neta de Lúcia Cândida Lourença e de Raimundo Marcelino, que residiam do outro lado do Morro, na direção do Bom Retiro (lugar no qual se desenvolveram as maiores fazendas da região).

Carmem (80 anos) nasceu do outro lado do Morro da Toca (lado do Bom Retiro); ainda adolescente fugiu com seu futuro marido, que era filho de Avellina e de Manoel, para o começo da Rua Manoel Felipe (que é a única rua que atravessa a Toca). O local onde reside até hoje fica bem próximo da Sede de Paulo Lopes. Carmem era neta de Aninha de Jesus e de Agostinho[24]. Também era neta de Raimundo Marcelino e de Lúcia.

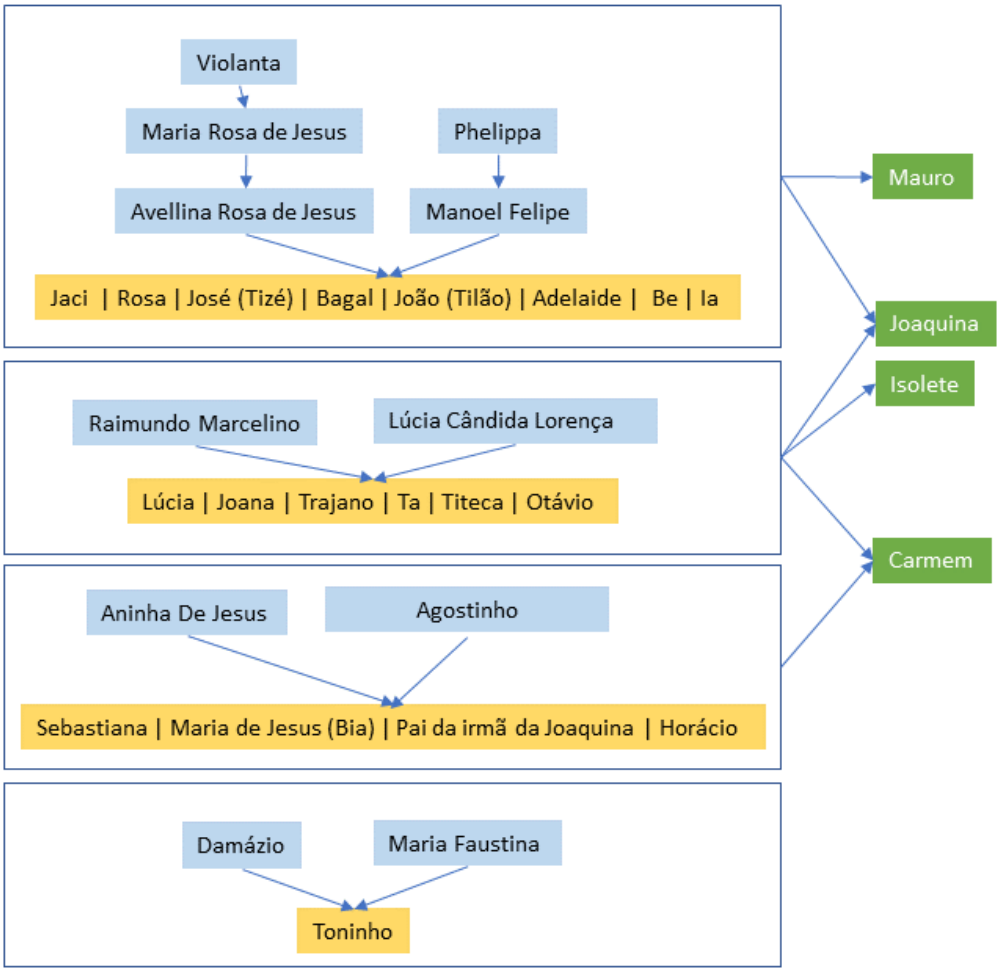
---

[24] A informação de que Agostinho era esposo de Aninha não foi obtida através das entrevistas, mas sim, em consulta à antropóloga do Incra – Dra. Cínthia Creatini Rocha. Até a publicação desta dissertação, o laudo antropológico sobre a Toca não estava disponível para consulta.

Dona Isolete (80 anos) afirma que nasceu e se criou no início da Rua que hoje é chamada Manoel Felipe. É neta de Avellina, Manoel, Raimundo e Lúcia.

Esboçaremos uma árvore genealógica com base nas entrevistas para facilitar a compreensão:

Figura 2 – Árvore genealógica a partir dos relatos



Fonte Acervo do autor (2017)

Consideramos importante especificar essas condições mínimas de constituição dos sujeitos, pois essas conjunturas diferenciadas culminam em contradições quando comparamos alguns enunciados.

2.4.3 O sujeito negro da Toca

O início do processo de povoamento de Paulo Lopes por imigrantes Açorianos se deu com atraso, quando comparamos com outras localidades litorâneas Catarinenses, devido a

sua localização. Em carta escrita e destinada para a Coroa Portuguesa no ano de 1789.[25], a família do Capitão Miguel Gonçalves Leão, reclamava o território, de Gamboa até Paulo Lopes, por ainda estar deserto. Apenas no século XIX, com o crescimento da província, é que alguns lugares como Bom Retiro e sertão da Gamboa se erguem devido ao seu potencial agrícola. A sede, que hoje é Paulo Lopes, recebe algumas Olarias, e acreditamos que esse evento possa ter desencadeado um processo de nomeação do lugarejo inicialmente em "Olaria".

Também vale ressaltar que do início do povoamento até a década de 70 do século XX, Paulo Lopes possuiu diversos problemas no que tange o transporte de mercadorias e pessoas. A estrada do litoral, que começou a ser planejada em 1816, previa um trajeto através da orla da praia (FILHO, 2013) e ficava afastada por vários quilômetros da Olaria, o que dificultava o deslocamento da produção por conta da distância. Outras razões para a não utilização dessa via são indicadas por Machado (1993) e por Filho (2013). Para o primeiro, o transporte via carro de bois ou em carroças implicava no risco constante de assalto. Já o segundo argumenta que a passagem das tropas e as chuvas causavam problemas estruturais nas estradas. Segundo Filho (2013), "[...] na época das chuvas e com a passagem do gado, o caminho novamente ficava intransitável, o que obrigava a fazer novos reparos. Era uma tarefa de Sísifo".

A precariedade (ou efeito de) da estrada do litoral, bem como os grandes investimentos necessários para a sua manutenção estão presentes nas falas de muitos dos Presidentes da Província até o final do século XIX[26]. No entanto, o empobrecimento da região após a chegada dos imigrantes no Sul do Estado prolongará esse isolamento até o século XX com o início da construção da BR-101, entre os anos de 1964 e 1971 (FILHO, 2013).

Com tantas dificuldades no uso de carros de bois e cavalos, a única opção para Olaria seria o transporte através do rio, utilizando canoas. Porém, mesmo dessa maneira, o transporte não foi coisa fácil. Em uma das edições do Jornal A Regeneração, do ano de 1880, algumas das dificuldades são descritas:

> Quanto á navegabilidade do rio Paulo Lopes, ninguém melhor que o conhecedor do local poderá julgar das difficuldades que elle offerece á navegação; bastando dizer-se que em consequência da grande lagôa denominada -Gambôa- só póde o Rio Paulo Lopes ser acessível á pequenas canôas; accrescendo que desaguando elle no mar grosso, em uma costa baixa, e juncada de recifes, não offerece, nem

[25] PROJETO RESGATE. REQUERIMENTO dos herdeiros do capitão Miguel Gonçalves Leão, Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho, Miguel Nicolau de Azeredo Leão e Davi de Azeredo Leão, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação da carta de sesmaria de uns pastos e alagadiços situados entre o caminho da guarda de Imbaú à vila da Laguna, ilha de Santa Catarina. Disponível em:<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/394211>. Acesso em: 01 ago. 2016.

[26] Não propomos nos aprofundar neste tema. Para mais, ver: PIRES, 1835, p. 3; CAVALCANTE, 1836, p. 10; COUTINHO, 1855, p. 22

offerecerá nunca, entrada á embarcação alguma.[27]

Sendo assim, supomos que mesmo pelos rios tal transporte era dificultoso, pois, entre o rio da Madre (chamado de Paulo Lopes) e o oceano, a profundidade era pequena e um banco de corais impedia a transposição em embarcações.

Em virtude disso, é sancionada a lei provincial nº 17 de 12 de maio de 1836, que autorizava a contratação de empresa para a abertura do Canal da Independência: via que ligaria o Rio da Madre ao Mar da Pinheira (onde ficava um porto). A obra, que deveria levar poucos anos para ficar pronta, em 1850, após o investimento de um milhão e cem mil réis, nunca funcionou corretamente.[28] A correnteza entre o mar e o rio era tão forte que impedia a navegação, inviabilizando a obra.

Sem encontrar solução definitiva, os comerciantes da localidade decidiram que, em vez de navegar pela via que havia sido aberta, iram arrastar as canoas da Guarda do Embaú até o Mar da Pinheira, uma operação difícil que, possivelmente, contou com a mão de obra de negros escravizados.

Figura 3 - Pranchão de Paulo Lopes até a Pinheira.

[27] A REGENERAÇÃO: JORNAL DA PROVÍNCIA. **Estradas.** 29 abr. 1880. Disponível em:< http://memoria.bn.br/docreader/709603/3154>. Acesso em: 05 set. 2016.

[28] NOVO IRIS. Canal da Independência. 23 abr. 1850. Disponível em:< http://memoria.bn.br/docreader/759244/48>. Acesso em: 25 out. 2016

Fonte: Acervo do autor (2017).

A partir dessa resolução, o sistema de transporte na localidade passou a operar da seguinte maneira: de carro de boi ou de barco, a produção, proveniente de Bom Retiro e outras localidades, era deslocada até o Rio Paulo Lopes na região do porto (próximo ao atual pórtico, entrada da sede). Acreditamos que naquele ponto eram realizadas trocas com os negociantes (NASCIMENTO, 1988).

Parte da produção, aquela que já estivesse pronta para a venda, era armazenada até o transporte para a capital. Cremos que produtos como o café, a mandioca e a cana-de-açúcar eram transferidos para os engenhos e transformados (em farinha, açúcar e café pelado) antes de serem transportados (NASCIMENTO, 1988).

Quando havia condições de transporte, as mercadorias eram novamente embarcadas em canoas e conduzidas pelo Rio da Madre até a Guarda do Embaú, onde ficava localizado o Canal da Independência. Ao chegarem naquele local, as canoas, com o intermédio de carros de boi, eram conduzidas até o Mar da Pinheira.

Uma vez nessa região, os produtos eram transferidos para pranchões com os quais eram deslocados até o Porto da Pinheira, novamente embarcados em lanchas e transportados até Desterro, onde eram comercializados.[29]

[29] A REGENERAÇÃO: JORNAL DA PROVÍNCIA. **Estradas.** 29 abr. 1880. Disponível em:<

No entanto, apesar desse sistema ter operado por muitos anos, o formato era extremamente complicado e, posteriormente, no início do século XX, o assoreamento dos rios impediu o acesso de embarcações pesadas através dos rios da região, dificultando novamente o transporte.

Contudo, se por um lado o isolamento era um problema para alguns, conduzindo à prática de uma economia de subsistência com base na troca de produtos (HEERDT, 1993; GEREMIAS, 2003), acreditamos que para outros tal situação era favorável. Isso porque, diferentemente do que ocorria na capital, na região da Olaria se praticava uma agricultura escravagista de grande propriedade e o isolamento favorecia a dominação, tanto dos escravizados quanto da população mais carente, por parte dos Senhores. Eram estes que controlavam o transporte pelos rios, os engenhos, as olarias, as terras, o comércio, a religião e também a política do município.

Pela descrição de Machado (1993), no livro "**Paulo Lopes**: Breve história de uma terra e de seu povo", acreditamos que foram os pioneiros Raulin Pereira e Manuel da Costa os responsáveis pelas maiores plantações naquele território. De acordo com o autor (1993), também foram Manoel e Raulin que introduziram a mão de obra do negro escravizado na localidade, infelizmente desconhecemos o ano.

Sobre o negro escravizado, diremos que em 1848 é realizado o primeiro registro de nascimento de um sujeito no primeiro livro de batismos da paróquia de Garopaba (destacamos que durante muito tempo Paulo Lopes ficou subordinado à essa Vila).

No quarto registro de nascimento, o padre Francisco Assis de Braga declarou:

SD 1 – "Neste mesmo dia baptizei e pus os santos em Mª escrava de Ml. Silvano Perª. nascida a 6 meses, filha de Violanta[30] crioula escrava do mesmo. Padrinhos Jacintho escravo de Joaq.m [...] e Constância escrava de João Bento." [31]

No enunciado, fica marcado que o padre havia batizado um bebê de seis meses chamado de Maria, filha da crioula Violanta[32], ambas escravas de Manoel Silvano Pereira. Os padrinhos foram Jacintho e Constância, também escravizados. Infelizmente, nos livros de batismo não havia especificação do local de nascimento, mas vale frisar que apenas naquele ano, 16 dos 55 registros de batismo em Garopaba eram relativos a pessoas escravizadas.

---

http://memoria.bn.br/docreader/709603/3154>. Acesso em: 05 set. 2016.

30 Coincidentemente, Violanta também era o nome da Avó de Avellina, matriarca dos habitantes da Toca.

31 Livro de batismos da Paróquia de São Joaquim da Garopaba – 1848 – 1853. Disponível em:< https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-9Q9Q?i=3&wc=MFKN-MMS%3A1030402501%2C1030402502%2C1030428701&cc=2177296 >. Acesso em: 03 fev. 2016.

32 Violanta também era o nome da Avó de Avellina, matriarca dos habitantes da Toca.

Notamos ainda que naquele ano, naquele mesmo livro, enquanto pardos e crioulos foram adjetivados escravos em todos os registros, nenhum dos Africanos levados ao batismo após a adolescência, foram adjetivados dessa forma[33]:

SD 2 - "[...] Isabel de Nação Conga idade 14 anos mais ou menos trazida ao Baptismo por [...] (BRAGA, 1848)

SD 3 – "[...] Januario Africano trazido ao baptismo por Eufrasio Jose da Silva, cujo Africano teria quinze anos de idade. Forão Padrinhos os pretos João e Anna escravos. (BRAGA, 1848)

SD 4 – "[...] Januario Africano trazido ao baptismo por Eufrasio Jose da Silva, cujo Africano teria quinze anos de idade. Forão Padrinhos os pretos João e Anna escravos de Gabriel de Souza." (BRAGA, 1848)

SD 5 – "[...] Thomas Africano idade 20 annos trazido ao Baptismo por Manoel Lopes Dutra, sendo padrinhos Joaquim de Nação, e Luiza Crioula escravos de Florentino Nunes." (BRAGA, 1848)

SD 6 – "[...] João Africano idade de 14 annos, trazido ao Baptismo por Jose Joaquim de Sousa, sendo padrinhos o preto José, Thomasia escravos de Manoel Pires de Sousa." (BRAGA, 1848)

SD 7 – "[...] Jose Africano trazido ao Baptismo por Sabino Francisco Berguer." (BRAGA, 1848)

SD 8 – "[...] Mariano Africano idade 15 annos mais ou menos apresentado ao baptismo por Jose Martins Venâncio. Forão Padrinhos Mariano escravo de Florentino J. Nunes [...] " (BRAGA, 1848)

SD 9 – "[...] Antônio Africano idade de 19 annos mais ou menos apresentado ao Baptismo por Ignacio de Souza Leal. Forão Padrinhos Luciano escravo de Florentino J. Nunes e [...]" (BRAGA, 1848)

Consideramos que essa regularidade, esse apagamento, seja indício de que na formação discursiva da sociedade catarinense todo africano na Vila de Garopaba daquele contexto, seria considerado escravizado. Em contrapartida, pardos e crioulos que haviam nascido no país, consideramos que já havia a possibilidade de serem forros.

Com base nesses enunciados, também passamos a acreditar que o registro de batismo era a legitimidade que o branco necessitava para continuar escravizando o negro, pois

[33] Livro de batismos da Paróquia de São Joaquim da Garopaba – 1848 – 1853. Disponível em:< https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-9Q9Q?i=3&wc=MFKN-MMS%3A1030402501%2C1030402502%2C1030428701&cc=2177296 >. Acesso em: 03 fev. 2016.

tudo estaria registrado "aos olhos do Pai". Com isso, o negro escravizado, que não tinha possibilidade de dizer nessa formação discursiva, continuava sendo subjugado com a conivência da Igreja Católica. Há marcas disso nas SDs que trouxemos. Ao enunciar os verbos "apresentar" e "trazer" no tempo particípio passado, o sujeito evidencia a força que a Igreja possuía sobre a população. Os sujeitos Africanos não eram convidados, mas sim obrigados, trazidos e apresentados ao batismo. Não havia escolha.

Outra observação acerca dos enunciados que trouxemos está na relação de presença e ausência. Em SD 1: "Neste mesmo dia baptizei e pus os santos em Mª escrava de Ml. Silvano Perª. nascida a 6 meses, filha de Violanta[34] crioula escrava do mesmo", observamos que quem batiza, batiza alguém, que neste exemplo trata-se de Maria. De acordo com o registro, eram necessários à cerimônia o Padre e o sujeito batizado. Apesar de ser filha de Violanta, a mãe não parecia ser necessária nesse ato. Não agia. No caso dos Africanos, o sujeito que os conduzia até o local de batismo também estava presente no enunciado, a mãe não. A mãe (se existisse) era silenciada no ritual. Não possuía autoridade para dizer nem mesmo no ato de batismo.

Entre 1860 e 1875, Luciano José dos Santos chega à Olaria. Natural do Ribeirão da ilha de Santa Catarina viaja acompanhado de sua primeira esposa, Bibiana Rosa de Jesus e seus filhos[35]. Instala-se na sede do município, dedicando-se ao comércio[36] e à política, tornando-se, inclusive, membro do Conselho Municipal de Garopaba[37] (da qual Paulo Lopes era distrito).

O reconhecimento de Luciano como um Senhor de escravos da região foi o que nos levou às bases da constituição da "Toca". Isso porque, de acordo com alguns registros de batismo que localizamos relativos à Paróquia de São Joaquim Garopaba, Luciano foi "proprietário" de uma preta chamada Philippa, que por sua vez foi progenitora de Manoel, um dos pais da comunidade da "Toca". Escreveu o padre Rafael Faraco (pároco da região à época) que:

> Aos vinte oito dias do mez de Abril de mil oitocentos e setenta oito nesta Matriz de Sam Joaquim de Garopaba, baptizei e pus os Santos no innocente Manoel, nascido

---

[34] Coincidentemente, Violanta também era o nome da Avó de Avellina, matriarca dos habitantes da Toca.

[35] Consideramos tais hipóteses a partir de dados coletados no livro de batismos da Paróquia do Ribeirão, que indica que uma de suas filhas, Maria, ainda nasceu no Ribeirão (Livro de batismos da Paróquia do Ribeirão. Nascimento de Maria. Desterro, 23 dez. 1857. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S1-7BM>. Acesso em 13 jan. 2017); bem como no registro de casamento de Luciano com sua segunda esposa - Adelaide, no qual fica confirmados a identidade desse cidadão e o local do seu nascimento (Livro de registro de matrimônio da Paróquia de São Joaquim da Garopaba. Casamento de Luciano José dos Santos e Adelaide Rosa de Jesus. Garopaba, 05 mar. 1892. Disponível em: < https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-9DJH?mode=g&i=25&wc=MFKN-329%3A1030402501%2C1030402502%2C1030488601&cc=2177296>. Acesso em: 13 jan. 2017.

[36] A REGENERAÇÃO: JORNAL DA PROVÍNCIA. Desterro, 21 mar. 1872. n. 362. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=709603&pagfis=1283>. Acesso em: 15 out. 2016

[37] REPÚBLICA. Desterro 08 ago. 1894. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/4070>. Acesso em: 11 out. 2016.

> aos vinte dias do mez filho natural da preta Philippa, escrava de Luciano José dos Santos. Forão padrinhos Manoel Luciano dos Santos e Vossa Senhora.[38]

Apesar de tais registros não fazerem menção ao sobrenome da criança, nossa suposição de que este seja Manoel Felipe (patriarca da Toca) leva em consideração algumas características do processo de nomeação dos negros cativos nos períodos pré e pós-escravidão. De acordo com Weimer (2013), por não terem pais assim reconhecidos, a geração nascida sob a vigência do cativeiro – ou os filhos considerados naturais, na geração posterior – trouxeram para si os prenomes de suas mães.

Na citação, também observamos que Manoel é dito enquanto "filho natural". Durante o regime escravagista, de acordo com Cardoso (2000, p. 178), "Não era permitido ao negro casar". Por conta disso, havia naquele período um grande número de filhos naturais (filhos de mãe solteira) e não legítimos (filhos de pais casados). Filhos concebidos pelo encontro "natural" de uma mulher e um homem, sem a legitimidade do matrimônio. Acreditamos que a ausência do nome paterno no registro de batismo, possivelmente, foi o que conduziu à adoção do nome da mãe (Felipe), o que se perpetua até os dias de hoje, sendo o sobrenome de muitos dos habitantes. Registro que essa é uma das características indicativas de que aquela localidade remanesce da escravidão, ou seja, configura-se em uma comunidade quilombola pela legislação brasileira.

De acordo com Matos (2006), nos mocambos, "A família como linhagem, os nomes próprios que se repetem em cada geração ou se transformam em sobrenomes, a parentela como referência de pertencimento à comunidade, práticas comuns às antigas comunidades de senzala do Brasil oitocentista, apresentam-se como regularidades […]" e acreditamos que todas essas características ainda estejam presentes na "Toca".

Assim como Manoel, Avellina, sua esposa, também recebeu o sobrenome Rosa de Jesus, que é o nome de sua mãe.

Da mesma forma, nas visitas e entrevistas que realizamos com os moradores em 2016, percebemos que, em gerações diferentes, há a repetição de prenomes femininos como Lúcia, Adelaide, Rosa, Joana e Maura, o que confirma a existência dessas características que foram descritas por Matos (2006). "Tinha tanta Joana aqui na época. A minha sogra era Joana. Ah, era Joana, Joana, eu te falei né?" (JOAQUINA, 2016).

Com relação aos padrinhos, observamos que diferentemente de Maria, em 1848, o

---

[38] Livro de batismos da Paróquia de Garopaba 1771 – 1888. Garopaba 28 de abr. Disponível em:<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-MC8N?i=19&cc=2177296>. Acesso em: 08 ago. 2016.

primeiro enunciado que trouxemos, os padrinhos de Manoel eram parentes do Senhor de sua mãe. Manoel Luciano dos Santos era filho de Luciano dos Santos. Acreditamos que enquanto o comércio de escravizados era autorizado, antes da Lei Eusébio de Queiroz, poderia haver maior distanciamento entre brancos e negros e a necessidade de reforçar laços sociais entre os pares. Já em 1878, observamos que ocorre uma aproximação com os brancos para a melhora nas condições de vida. Apadrinhado por Manoel, de quem pode ter herdado o nome, Manoel e sua esposa foram os únicos moradores da Toca a "receberem" terras.

Em sua entrevista, Dona Joaquina (2016) disse o seguinte: "É. Diz que foi ele que cedeu esse terreno aqui pra Dindinha, minha vó. Na verdade foi pro meu avô, né? Que na época trabalhava de empregado dele e ele cedeu."

Apesar de ter ocorrido sem legitimidade, no fio do bigode, pois não houve registro disso, houve respeito às terras ganhas por Manoel Felipe até o final da década de 70, coincidentemente, período de falecimento de Dona Avellina. Conforme escreve Brugger (2004, p.06):

> A opção preferencial por padrinhos livres indica a intenção dos cativos de estabelecer, através do compadrio, alianças "para cima". Afinal, o padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, em um com-padre: ou seja, alguém com quem, de algum modo, se dividia a paternidade. Nada mais "normal" do que a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens situados socialmente num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio – para o "cuidado" dos afilhados.

Lembramos ainda que o registro de Manoel Felipe ocorre após 1871. Sendo assim, ele já não poderia ser registrado como escravizado, pois tal nascimento ocorre após a lei do Ventre Livre. Entretanto sua progenitora sim.

Contudo, conforme dissemos anteriormente, tal lei não passou de um efeito, na medida em que Manoel Felipe e outros sujeitos que deram origem à Toca (como Damázio) ainda foram escravizados. Destacamos algumas SDs das entrevistas que realizamos:

SD 10 - "[...] no Bom Retiro, na entrada do Bom Retiro tinha uma fazenda aí que dava arroz que ali morreu um bocado de gente no tempo dos escravos." (MAURO, 2016)

SD 11 - "O meu avô contou. Contou que a gente. Falou que era muito judiado, muito chicotado. [...] Chicotado. Sim. Puxava, puxava carro como um animal. Puxava carro como um animal." (MAURO, 2016)

SD 12 - "Ah, ele era, ele era do tempo dos escravos fazia. [...] Ele fazia o que era mandado." (MAURO, 2016)

Em primeiro lugar, em SD10, a região da entrada do Bom Retiro, sobre a qual

enuncia Seu Mauro, é onde residiram três dos quatro dos núcleos que formaram a comunidade. Acreditamos que, portanto, todas as famílias estivessem conectadas de alguma maneira à família de João Antônio de Souza (Marcelino, Jesus e Damázio). De acordo com Dona Joaquina (2016), "O Joaquim Santos era Dono do que? Ah, da casa de arroz. Da fábrica de arroz, né? E... e o Deca Pindá era Dono quase do Bom Retiro todo, né? Aí depois vendeu.". Ou seja, na fala de Joaquina, fica especificado que Deca Pindá era muito poderoso. Ao não dizer exatamente do que fala acerca desse "quase do Bom Retiro todo", compreendemos que Pindá era dono de quase todas as terras, quase todas as casas, dos animais, das plantações e de quase todas as pessoas.

Em duas sequências discursivas (10 e 12), também fica marcado que o tempo era dos escravos. Há aí uma contradição, pois sabemos, e seu Mauro também, que o tempo era dos senhores, não dos escravos. Eram aqueles que mandavam. Conforme dissemos anteriormente, historicamente, o negro se culpava, e era culpado, pelos desmandos da sociedade. Já falamos sobre isso anteriormente.

Ele também poderia ter formulado esse enunciado "tempo dos escravos" de outra maneira: "no tempo dos meus antepassados" ou "no tempo do meu avô", por exemplo.

No livro "Por Amor a Paulo Lopes", Cacildo Geremias entrevistou alguns dos moradores mais velhos da região no ano de 2003. Manoel Medeiros Pereira (apud GEREMIAS, 2003), então com 92 anos, era enteado de Maria Bibiana dos Santos Pereira (que por sua vez era neta de João Antônio de Souza e bisneta de Luciano José dos Santos). Segundo o autor do livro, ele "Comentou também que alcançou o tempo dos Escravos." (2003, p.110). Trouxemos esse segundo enunciado, pois observamos que ambos utilizam a mesma expressão. Entretanto, Manoel era neto do senhor, enquanto Mauro era neto do escravizado. Isso indica a dominação que até hoje os moradores daquela comunidade sofrem e na qual se constituíram. Isso porque ao dizer "tempo dos escravos", e não "tempo de outra coisa", Mauro ocupa a posição sujeito do senhor, na formação discursiva da sociedade paulopense; um senhor que não se responsabiliza pelo contexto e que joga a culpa por tudo nos escravizados. O tempo era dos escravos, não dele.

Além disso, Mauro generaliza ao mencionar as mortes que ocorreram àqueles tempos. Em "[...] morreu um bocado de gente", interpretamos que não apenas os negros morreram, o que atenua os danos que foram causados aos negros e à sua família.

Entretanto, em SD 11, apesar do atravessamento da narrativa dominante, ainda há memórias sobre a escravidão que atravessam o discurso do sujeito, que falha. Nesse enunciado, além da confirmação de que Manoel foi escravizado, também fica evidente que a dor é compartilhada por todos até hoje, e ainda se sente essa memória. Em "Contou que a gente"

(MAURO, 2016), o sujeito na falha ao se incluir nesse sofrimento, entretanto, ao fazer isso demonstra que esta memória ainda vive.

Nas últimas décadas do século XIX, João Antônio de Souza (mais conhecido como "Coronel Pindá"), casa-se com uma das filhas de Luciano José dos Santos, Constância Bibiana de Jesus. Pindá foi um dos grandes fazendeiros da região, bem como político de renome. Certamente um dos personagens mais importantes na elevação do povoamento à distrito em 1910 (MACHADO, 1993). Foi, principalmente, nas lavouras desse cidadão que Manoel Felipe trabalhou como escravizado e, posteriormente, como servo (chamaremos de servo devido às relações pré-sujeito de direito que serão apresentadas na seção 2.5). Com base nas entrevistas realizadas com os moradores (2016), também será o mesmo que encaminhará a família de Manoel Felipe para a região da "Toca".

Mesmo após a abolição, a família de Avellina precisava trabalhar nas fazendas dos Senhores, junto com as demais famílias de negros. Conforme nos diz Isolete (2016) "Trabalhavam na roça e trabalhavam muitas vezes assim com os outros, né, na roça com os outros, né? Ele tinha uma rocinha dele e tinha a roça trabalhando com os outros."

As mulheres, em contrapartida, exerciam trabalhos domésticos. Com base nos dados do recenseamento de 1872 (BRASIL, 1872), no qual aproximadamente 89% das mulheres negras escravizadas atuavam com serviços domésticos, e nas regularidades relativas à atividade profissional que foram encontradas nas falas dos moradores mais velhos da comunidade (2016), acreditamos que Felippa, bem como suas filhas (pelo menos enquanto residiram na região), tenham se dedicado aos serviços domésticos, tanto nas casas dos membros da família quanto no comércio de Luciano José dos Santos.

Em 1889, nasce a matriarca da família Felipe, Avellina Roza de Jesus, batizada pelas mãos do Padre Rafael Faraco, na Paróquia de São Joaquim da Garopaba[39]:

> Aos vinte e nove dias do mez de novembro de mil oitocentos e oitenta e nove nesta matriz de Sam Joaquim de Garopaba, baptizei e puz os Santos a innocente Avellina nascida a trinta de setembro proximo findo filha natural de Rosa. Avós paternos desconhecidos; maternos Violanta. Forão padrinhos Torquato Antônio da Rosa e Luiza José da Silveira [...]

No registro de nascimento de Avellina, tanto a mãe quanto a filha constam sem especificação de cor. Entretanto, isso se trata apenas de um efeito, na medida em que ainda é possível, através da ausência de sobrenome e da utilização do significante "natural", de que o

[39] Livro de batismos da Paróquia de Garopaba – 1885 - 1891. Termo de nascimento – Avellina. Garopaba 22 nov. 1889. Disponível em:<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-MCLL?mode=g&cc=2177296>. Acesso em 12 jan. 2017

sujeito recém-nascido é descendente de um negro escravizado. Essas famílias não se encaixavam no modelo; por não terem sido autorizados ao casamento, constituíam-se na ausência. No silêncio constitutivo (ORLANDI, 2007).

Sobre os padrinhos, observamos que Torquato Antônio da Rosa e sua esposa Luiza José da Silveira[40] eram parentes do "Senhor" de Philippa (ou Felippa). Torquato era filho de Fortunato Antônio da Rosa e irmão de Adelaide Rosa de Jesus (segunda esposa de Luciano José dos Santos). Por conta dos laços apresentados com relação à família de Adelaide, acreditamos que assim como Felippa, Rosa também buscou estabelecer boas relações de compadrio. Lembramos que, posteriormente, o casal (Dindinha e Manoel), será o único a, pelo menos no discurso oral, receberem terras em doação.

Em 1888, a Princesa Isabel instituiu o decreto 9.886, que incidiu sobre o registro civil dos nascimentos estabelecendo normas para que os mesmos fossem realizados. Lembramos que os registros que trouxemos anteriormente eram realizados pela Igreja, não por cartórios. Em 1911, primeiro ano de funcionamento da escrivania de paz em Paulo Lopes, Avellina, considerada solteira, por não ter casado com Manoel Felipe, registra seu filho João [41]:

> Termo de nascimento número dezoito, Aos oito dias do mez de Abril de mil e novecentos e onze, neste 2º districto de Paulo Lopes Município de Garopaba, Comarca da Palhoça, Estado de Santa Catharina, Compareceu em cartório Avelina Roza de Jesus, e perantes as testemunhas abaixo assinadas declarou que no dia sete do corrente mez há doze horas do dia havia nascido um criança de sexo masculino cor preta, de ser posto o nome de João filho natural de Avelina Roza de Jesus, solteira natural deste Estado cor parda avós paternos ignorado Roza de Jesus, padrinhos Trajano Manoel Antônio e Geraldina Felipe, e para constar fasso este termo que assigna arrogo da declarante por não saber ler Manoel Feliz de Souza, com as testemunhas Manoel Bazileu dos Santos e João Antônio de Souza a quelle lavrador este negociante ambos residentes neste 2º districto de Paulo Lopes, Eu Frederico Victorino dos Santos escrivão e escrevi.

Temos algumas considerações acerca do enunciado. Uma primeira é que Avellina foi a primeira mulher a pisar no cartório para declarar sua maternidade. Nenhuma outra havia feito o mesmo até aquele momento histórico. Da mesma forma, é o primeiro registro de nascimento de uma pessoa dita como "preta". Isso é importante, pois demonstra a importância daquela comunidade para o município de Paulo Lopes.

Diferentemente do que ocorria nos registros anteriores, Avellina consta com

---

[40] Livro de Batismos da Paróquia de Garopaba – 1885 - 1891. Termino de nascimento – Athanazio. Garopaba, 10 dez. 1888. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-MCK5?mode=g&i=114&cc=2177296>. Acesso em 04 fev. 2017

[41] Livro de batismos do cartório civil de Paulo Lopes – 1911 – 1916. Termo de nascimento. Paulo Lopes 08 abr. 1911. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-61LW-2P?mode=g&i=9&wc=MXYK-2ZS%3A337696601%2C337696602%2C337712601&cc=2016197>. Acesso em 10 set. 2017

sobrenome, agora é Avelina Roza de Jesus, parda. Em seu registro de nascimento, que vimos anteriormente, não havia o registro da cor. Essa necessidade de registrar nome e sobrenome decorre do decreto 9.886 (BRASIL, 1888)

Apesar do enunciado se constituir após o término da escravidão, observamos que o fragmento "[...] filho natural de" [...]" (SANTOS, 1911), está em relação de paráfrase com aqueles que trouxemos anteriormente, pois foi repetido em diferentes contextos e por diferentes instituições. De acordo com o decreto 9.886 de 1888, a certidão de nascimento deveria conter "A declaração de ser legitimo, illegitimo ou exposto". Naquela conjuntura, natural e ilegítimo poderiam até ser sinônimos, mas, (re)produziam sentidos diferentes. Há, portanto, nesse enunciado, efeitos de sentido oriundos do sistema escravagista sendo reproduzidos, sem respaldo legal.

Em "Compareceu em cartório Avelina Roza de Jesus, e perante as testemunhas [...] Manoel Bazileu dos Santos e João Antônio de Souza [...]" (SANTOS, 1911), apesar de atribuir a performance ao sujeito, no caso à mãe, não acreditamos que Avellina tenha dito dessa maneira. Mesmo assim, para que esse registro tivesse validade, produziu-se um efeito de que a mesma se responsabiliza pelas informações prestadas, falando em nome de quem não podia (no caso, o bebê). Essa "fala" de Avellina, entretanto, era sustentada por duas testemunhas, sendo que uma delas é João Antônio de Souza (Pindá), o dono do Bom Retiro (quase todo) (JOAQUINA, 2016). Essa presença de Pindá no documento pode ser indício de que mesmo após a abolição, ainda não era possível ao negro da Toca dizer sem a autorização do mesmo. Conforme decreto (BRASIL, 1888), que continua valendo mesmo após a abolição: "As testemunhas para os assentos do registro civil deverão ser, sempre que fôr possivel, varões, livres e maiores de 21 annos." Acreditamos que naquela conjuntura, os negros do Bom Retiro não se encaixariam no perfil proposto, garantindo a dominação por parte de João Antônio de Souza.

Ainda de acordo com o decreto (BRASIL, 1888), "Os nomes, sobrenomes e appellidos dos pais; a naturalidade, condição e profissão destes; a parochia ou logar onde casaram e o domicilio ou residencia actual;" No registro de batismo de João, apenas o nome, o sobrenome, a naturalidade e a paróquia são ditos. Avellina não é casada, e acreditamos que também não possuía terras, sendo assim, sobre ela pouco é dito. Entretanto, o endereço das testemunhas foi indicado (Paulo Lopes). Ambos conduziram ou foram conduzidos até o local pela mãe, o que produz um efeito de sentido de que Avellina estaria residindo às terras de Deca Pindá ou de Manoel Bazileu dos Santos (ambos residentes em Paulo Lopes) junto com Manoel.

A ausência de Manoel Felipe, apesar de já poder registrar seu filho[42], e a presença do "Senhor", conforme anúncios de escravidão que apresentamos, talvez sejam uma marca de que a escravidão continuava.

Muito tempo depois, em 1988, Moacir Heerdt realiza uma entrevista com Manoel Lopes Filho do Nascimento, um dos moradores mais idosos de Paulo Lopes naquele contexto. Esta foi a primeira vez que qualquer estudo foi realizado por um pesquisador no município, o que reflete a importância desse trabalho. Em seu relato oral, Nascimento (1988), identificado na citação com a letra M, então com 88 anos (nascido em 1900) disse a Moacir Heerdt, entrevistador identificado com a letra E, o seguinte a respeito dos negros daquele município (NASCIMENTO, 1988, p.08 – 09):

> O senhor se lembra, pois lá na Toca moram bastante pessoas pretas, de cor preta; senhor se lembra se teve pessoas que tinham escravos em Paulo Lopes? M - Meu pai tinha uma escrava ... eu conheci ela. Outro não, aí em Paulo Lopes também não conheci e esses pretos que moram na banda da "Toca" como se chama moravam lá no Porto. A onde tem aquele ... E - ... pra lá da casa e açougue do seu Sagi ... M - ... isso mesmo ... ali mesmo queera os morado. Parece que lá nem tem mais nenhum, poderá ter algum pardo. Preto não tem nenhum E - E eles moravam tudo ali... M - Ali que era a panela deles. Ali é que era ... E - Desde que o Senhor está aqui eles sempre moravam ali, desde pequeno eles já moravam ali? M - Desde pequeno ... preto bem preto e depois foi ficando mais branco, mas era tudo preto ... foi então aí pra cá que Paulo Lopes pegou a aumenta também ... E - O pai do Senhor teve uma escrava? M - Um casal de escravos. O pai dele deu ... "E - Se avô deu um casal de escravos? M - Quando ele casou deu um casal. Uma mulher e um homem. A preta ainda conheci ... E - Outras famílias também tinha? M - Também algumas tinham ... mas desse tempo do meu pai pra cá não houve mais esse negócio de "escravadura" é por isso. Eles tbém já ... de escravo.

Nesse enunciado observamos que o entrevistador restringe os sentidos sobre o negro da Toca à escravidão. Identificado com essa formação discursiva escravagista, o entrevistado confirma a existência. Uma escravidão conforme modelo aplicado no restante do Brasil, na qual o sujeito proprietário dispunha do outro: em "pessoas que tinham escravos", "Meu pai tinha uma escrava [...]", "O pai dele deu [...]", Quando ele casou deu um casal". Além disso, conjecturamos que a escravidão no município durou mais tempo, passando de 1888. Isso porque ao dizer sobre a mulher que era escravizada por seu pai (este que faleceu em 1940), não depõe sobre qualquer mudança nessa condição, deixando a entender que ela pode ter falecido sendo dominada. Essa hipótese nos é confirmada com base no livro "Por Amor a Paulo Lopes",

---

[42] De acordo com o decreto 9.886 de 9 de março de 1888: "Sendo illegitimo, não se declarará o nome do pai sem que este expressamente o autorise e compareça, por si ou por procurador especial, para assignar, ou, não sabendo, ou não podendo, mandar assignar a seu rogo o respectivo assento, com duas testemunhas."

de Cacildo Geremias (2003).

Em entrevista com a irmã de Manoel Nascimento, Apolônia Sebastiana de Jesus, à época com 92 anos, Geremias escreve que: “O pai dela teve duas Escravas, a Cândida e a Inácia, escravas que ajudaram a cria-la”. (GEREMIAS, p.128). Diferentemente do irmão, Apolônia informou à Geremias que o pai teve duas escravizadas, e deu nomes: Cândida e Inácia. Apolônia era nove anos mais nova que Nascimento, sendo assim, cremos que a escravidão possa ter perdurado até depois de 1920 naquele município.

Nessa citação também observamos que Toca era o lugar dos negros em 1988, mas, que antes o lugar, pelo menos de alguns deles, era o Porto. “Ali que era a panela deles”, ou seja, o lugar que residiam sem poder se misturar com o resto da população. Antes, em outro trecho da entrevista, havia dito que João Pindá, que era o “Chefe do lugar”, “Morava alí aonde tem aquela casa pra cá do banco” (1988, p.04), referindo-se ao Banco do Brasil que até hoje existe no município, logo na entrada do mesmo. Com base nisso, reforçamos nossa hipótese que Avellina e Manoel ainda estavam submetidos à Pindá naquele momento histórico. Isso porque a região do Porto fica a apenas 130 metros do banco do Brasil, ou seja, pouco mais de dois minutos a pé. Conforme diz Nascimento (1988, p.08): “esses pretos que moram na banda da “Toca” como se chama moravam lá no Porto”. Ainda de acordo com o entrevistado (1988, p.08) preto bem preto e depois foi ficando mais branco, mas era tudo preto.”

Lembramos que Dindinha (Avellina) era uma negra bem clara. Isso foi relatado em as entrevistas que realizamos com os moradores da Toca: “Já a Dindinha já era bem mais, bem mais branca do que a Jéssica. Bem mulatona mesmo, né? Branca mesmo” (JOAQUINA, 2016); “Era um… não era um branco total, mas ela era branca”. (CRISTINA, 2016); “A minha vó era branca.” (MAURO, 2016). Tudo nos leva a crer que os mulatos sobre o qual se refere sejam os filhos do casal Avellina e Manoel (que de acordo com as entrevistas que realizamos com os moradores seriam pelo menos oito). Além disso, consideramos que o enunciado esteja em relação de paráfrase com Pernety (1763, p.46), lembramos: “[...] eles são encontrados de todas as tonalidades do preto até o branco.[...]”. Ou seja, (re)produz efeitos de sentido do período escravagista; um interesse constante em diluir a população negra na branca.

Entretanto, para fins desta dissertação, o mais importante é observarmos que o recorte memorável acerca do negro de Paulo Lopes, pelo menos nos trabalhos que analisamos, é a escravidão. Pouco além disso é dito. Sub-repticiamente, a ideologia dominante funcionava para continuar reproduzindo sentidos acerca dessa condição, nada além disso. Isso garantia a dominação do negro, que continuava não tendo lugar de dizer.

Machado (1993), autor do primeiro livro sobre a história do município, sobre o

negro diz: “Trouxeram consigo outras famílias, diversos escravos, animais domésticos, muitas ferramentas e até sementes para o plantio, oferecidas pelo donatário da capitania [...]” (MACHADO, 1993, p.14) e “Ele, juntamente com outros moradores e seus escravos, deu um grande impulso à sesmaria que lhe foi entregue, construindo engenhos de farinha e açúcar” (MACHADO, 1993, p.14).

Geremias, com base no relato oral de Manoel Medeiros Pereira (92 anos) enteado de Maria Bibiana dos Santos Pereira (que por sua vez era neta de João Antônio de Souza e bisneta de Luciano José dos Santos), disse que Pereira (2003 p.110 - 111):

> Comentou também que alcançou o tempo dos Escravos. Aqui tinha os Senhores: Capitão Costa e Capitão Pina, que tinham Escravos. Ainda sobre os Escravos, ele disse que quem negociava Escravo por aqui era o falecido Anástácio. Comprar e vender Escravos, era com ele mesmo. Dizia que dava muito lucro. Chegou a ver muitos inventários de Escravas. Os Senhores de Escravos faleciam, imediatamente já eram providenciados os inventários, para saber com quem ficavam determinados Escravos.

Tanto em Machado (1993) quanto em Geremias (2003), portanto, há indicação que àqueles tempos havia uma grande quantidade de escravizados, entretanto, os mesmos não particularizados. Não interessava seus nomes, origem, condições de vida, ou qualquer coisa além da submissão aos senhores. O mesmo silenciamento que ocorre na citação de Nascimento (1988)

Em Geremias (2003), ainda há marcas de que a escravidão persistiu, pelo menos naquela região, até a segunda década do século XX, e não até 1888, conforme indicam os livros de história do Brasil.

Diferentemente dos negros da comunidade quilombola de Batuva, território pesquisado por Ana Josefina Ferrari (2013), que foram dispensados das fazendas em virtude da chegada de colonos estrangeiros, em Paulo Lopes esse movimento colonizador não ocorreu intensamente, favorecendo a manutenção de um sistema baseado na mão de obra escravizada.

Somado a isso, havia o isolamento. Em Paulo Lopes, mais especificamente, não havia igrejas, nem hospitais, nem cartórios, nem correios, nem escolas – o primeiro colégio particular foi criado por José dos Santos em seu sótão, só em 1890 (MACHADO, 1993). Tampouco havia estradas para o deslocamento da produção e, além disso, o transporte por rio até o Desterro era pago, o que não encorajava a implantação de indústrias ou de novas fazendas.

Cremos que esses fatores tenham ocasionado na permanência de um regime de servidão. Os negros, que não tinham terras, conforme seu Mauro (2016) a respeito de seu Damázio, faziam o que os fazendeiros mandavam. Por conta disso, foram “libertos”, mas

permaneceram em um regime de servidão, residindo nos locais onde seu trabalho era necessário.

Outros, como Manoel Felipe, Avellina e seus descendentes, "possuíam" terras (doação no fio do bigode – sem registro), mas, possivelmente, aquilo que produziam era trocado por outros produtos nos estabelecimentos comerciais da sede, cujo um dos proprietários já conhecemos: Luciano José dos Santos. Sendo assim, aquilo que produziam garantia apenas a subsistência da família. Por conta disso, mantiveram-se por muitos anos residindo em casas de pau a pique, cozinhando em fogão de gancho e usando roupas de riscado, diferentemente dos moradores da sede, cujos casarões – de Dona Cizina e Coronel Pindá – chamavam a atenção da Dona Joaquina (2016).

Entretanto, apesar da escravidão ter sido abolida há mais de cem anos e a constituição ter sido promulgada em 1988, consideramos que até os dias de hoje (2017), o sujeito negro de Toca, seja silenciado e os sentidos sobre a escravidão parafraseados incessantemente funcionando de maneira a garantir a dominação.

No final de 2014, Maria das Graças, mãe, nascida e criada na Comunidade Toca de Paulo Lopes, perdeu a guarda das duas filhas menores no final de 2014, pois a juíza entendeu que ela não teria condições de criar as meninas. Como o processo judicial não pode ser utilizado, pois "corre" em segredo de justiça, utilizaremos uma reportagem televisiva que foi produzida e transmitida acerca do evento:

Tabela 1 - Reportagem transcrita[43]

Lettering: Movimentos sociais acusam justiça de racismo Âncora: – Um caso envolvendo uma família quilombola de Paulo Lopes está gerando polêmica, principalmente entre os movimentos sociais negros. – Há um ano e meio, uma mulher perdeu a guarda das duas filhas. Para o Ministério Público ela não tem condições de criar as crianças, já para a Comunidade Toca Santa Cruz, elas foram levadas porque a mãe é descendente de Escravos. – Nesta tarde, mais uma audiência foi realizada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina sobre este caso. Externa: – Com faixas e camisetas um Grupo de Moradores da Comunidade Quilombola

[43] SBT SANTA CATARINA. SBT News. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=jCpPmueNgE4>. Acesso em 02 jun. 2016.

e Representantes dos Movimentos Sociais fizeram uma manifestação silenciosa em frente ao Tribunal de Justiça.
- O pedido é que as duas meninas de três e cinco anos sejam devolvidas à mãe. O Processo teve início em 2014 após uma denúncia de maus tratos, depois disso o Ministério Público de Garopaba pediu que as crianças fossem retiradas de casa, pois estariam correndo risco de vida por conta da falta de higiene.
- Maria das Graças de 47 anos "teria sido" declarada incapaz, segundo laudo médico que atestou retardo mental leve.

Patrícia Soares Martins de Oliveira (Advogada):
- A alegação que havia maus tratos é inverídica. Carteira de vacinação rigorosamente em dia, as crianças estavam indo para a aula. Na verdade, o que acontece é que a conduta foi tida como atípica por ela ser descendente de escravos, né? E foi dito ali que a cultura dela não primava pela qualidade de vida.

Repórter:
- A mãe ficou um ano sem ver as meninas. Somente no fim do ano passado foi autorizada a fazer visitas regulares. Hoje as duas crianças estão morando em um "abrigo" no Município de Biguaçu e estão frequentando a Escola, mas o fato de terem sido afastadas da Comunidade Quilombola também gerou revolta.
- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente quando uma criança Quilombola sai da guarda dos pais, ela deve ficar com outra família que pertence a mesma Comunidade.

Luciano Góes (SOS Racismo):

- Tem um processo racista muito explícito. A justiça tirando as crianças desse meio, é um processo genocida porque acaba com a identidade dessas crianças.

Maria de Lourdes Mina (MNU-SC):

- Quem que tem o direito de dizer que essa mãe não tem o direito de criar suas filhas. Quem pode dizer isso? Aonde existe uma legislação que diz que essa mãe que não é violenta, as crianças tem o parecer inclusive do abrigo dizendo que as crianças chegaram bem tratadas, bem alimentadas, bem nutridas.

Repórter:

- No entendimento da Promotoria de Justiça a Toca Santa Cruz não é reconhecida oficialmente como Quilombo. O INCRA contesta essa argumentação.

Cinthia Creatini da Rocha (Antropóloga - INCRA):

- É inquestionável que sim, né? Ela pertence a uma comunidade Quilombola, ela pertence a uma história de relações de servidão. E é fato que há sim, ali, práticas, modos de vida, culturas específicas dessas pessoas.

Patrícia Soares Martins de Oliveira (Advogada):

– É lamentável que isso ainda aconteça!

Âncora:

– Ninguém do Ministério Público foi encontrado para falar sobre o caso. A audiência foi adiada pro dia 07 de julho.

Fonte: SBT SANTA CATARINA. SBT News. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=jCpPmueNgE4>. Acesso em 02 jun. 2016

A materialidade consiste em uma reportagem produzida e transmitida pelo SBT Santa Catarina no dia 02 de junho sobre o caso da Maria das Graças. A captação e as entrevistas foram realizadas em frente ao Tribunal de Justiça, local onde também ocorria uma pequena Manifestação em prol de Maria das Graças.

Em primeiro lugar, ao lançarmos nosso gesto de interpretação sobre o primeiro segmento da reportagem, acreditamos que o mesmo produza um efeito de sentido relacionado à neutralidade, à imparcialidade do SBT Santa Catarina diante da ocorrência.

Destacamos algumas sequências discursivas para deixar mais nítidos os nossos apontamentos:

SD 13 - "Um caso envolvendo uma família quilombola de Paulo Lopes; está gerando polêmica, principalmente entre os movimentos sociais negros."

SD 14 - "Para o Ministério Público ela não tem condições de criar as crianças [...]"

SD 15 – "[…] já para a Comunidade Toca Santa Cruz, elas foram levadas porque a mãe é descendente de Escravos".

SD 16 – "Ninguém do Ministério Público foi encontrado para falar sobre o caso."

Em nossa leitura, observamos haver aí uma esquiva do SBT em emitir um juízo de valor direto sobre os fatos que estão sendo apresentados, uma forma de silenciamento. Por isso, não é à toa que o título da reportagem (exibido em *lettering - caracteres*), "Movimentos sociais acusam justiça de racismo" não é exibido neste primeiro segmento da matéria, pois essa denúncia não parte do SBT (que é "neutro"). De acordo com Camargo e Flores (2017), que em artigo apresentado ao Intercom falam sobre a misoginia com a qual foi tratada a questão do Impeachment de Dilma Roussef, "[...] a mídia hegemônica busca se situar neutra mesmo que dessa forma conduza-se ao que entendemos por silenciamento" (2017, p.13).

Para Mariani, esse "efeito de distanciamento" do discurso jornalístico é relativo ao

discurso sobre, modalidade na qual o discurso jornalístico se inscreve, "[...] pois coloca o mundo como objeto" (1996, p.64).

De acordo com a Pesquisadora: "o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se 'envolveu' com a questão. (1996, p.63-64)

Portanto, acreditamos haver aí, e o que é muito comum no discurso jornalístico, a reprodução de um efeito de que não há qualquer subjetividade em jogo que possa influenciar o que está sendo dito, o que não é possível.

Isso porque o sentido de um enunciado não existe em si mesmo, não é transparente, conforme nos diz Pechêux. Há uma determinação ideológica que reproduz expressões. E esses sentidos se alteram de acordo com as posições ideológicas daqueles que as utilizam. (PÊCHEUX, 2009)

Ainda de acordo com o pesquisador, consideramos que o processo de interpelação, conforme vimos, se dá a partir da identificação do próprio sujeito com a formação discursiva que lhe é dominante e na qual ele se constitui enquanto sujeito:

> Essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma [...] enquanto pré-construído; e processo de sustentação) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 2009, p.150)

Dando sequência na nossa análise, traremos outras duas SDs que demonstram essa determinação que está presente em qualquer discurso e que diz muito sobre o lugar do qual o sujeito fala:

SD 17 - "principalmente entre os movimentos sociais negros."

SD 18 - "[...] foram levadas porque a mãe é descendente de Escravos."

Com relação ao SD 17, cremos que ao formular o enunciado dessa maneira, apaga outras formas possíveis de dizer o mesmo através de Esquecimento Número 2 ("[...] que é da ordem da enunciação: ao falarmos o fazemos de uma maneira e não de outra[...]" (ORLANDI, 2010, p.35). No entanto, ao enunciar dessa forma, acaba produzindo um efeito relacionado com a exclusão, pois concentra a polêmica apenas ao movimento negro, excluindo Incra e público geral do contexto.

Em SD 18, apesar de falar em nome da Toca Santa Cruz, ao enunciar “[...] a mãe é descendente de escravos”, faz uma elipse apagando que outros povos e etnias também foram escravizados no nosso país e também no mundo. Com isso, retomam-se sentidos que já existiam anteriormente através do esquecimento número 1 (PECHÊUX, 2009), ou seja, o sujeito identificado com a formação discursiva dominante reproduz uma história do Brasil, na qual apenas os negros são descendentes de escravos, esquecendo outras memórias relacionadas (como a escravidão dos indígenas, por exemplo), reforçando sentidos dominantes. Os sentidos sobre a escravidão são (re)produzidos incessantemente ao longo da história, entretanto, em Paulo Lopes, conforme vimos, essa memória ainda está muito mais ativa.

Já no segundo segmento da reportagem, que foi gravado em frente ao Tribunal de Justiça, a manifestação serve como pano de fundo para as entrevistas que ocorrem. Entre um entrevistado e outro, a repórter apresenta mais dados sobre o processo, sobre a situação das crianças e sobre a legislação.

Neste trecho, chama-nos atenção que, se por um lado temos diferentes mulheres, em vez de Maria das Graças, carregando a faixa “Sou mãe e quero minhas filhas de volta”, produzindo um efeito de Todos, de comunidade, e corroborando com o Estatuto da Criança e do Adolescente …

Figura 4 – Comunidade em frente ao Tribunal de justiça

fonte: Reprodução/ Youtube

Figura 5 – Tribunal de justiça

Fonte: Reprodução/ Youtube

… Por outro lado, a comunidade não fala em frente às câmeras de televisão. Sendo assim, nos questionamos: por que os moradores da Toca, em especial Maria das Graças, estão em silêncio enquanto outros sujeitos negros (Luciano Góes, Maria de Lourdes Mina e Patrícia Soares), que chamaremos de negros do urbano, não estão?

Sobre essa diferença entre os sujeitos/silêncio, lembramos Haroche para quem a forma-sujeito é "[...] a forma de existência de histórica de todo indivíduo, não impede com efeito, em nada, que a forma-sujeito tenha podido tomar, no curso da história, formas diferentes." (1992; p.178)

A atual forma-sujeito histórica, chamada de sujeito-de-direito, é relativa à Sociedade Moderna. Na mesma, os sujeitos são livres para serem livremente assujeitados, ou seja, conforme nos diz Orlandi o sujeito é "[...] capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento" (2010, p.50)

No entanto, no Brasil, o modo de produção escravagista, não autorizou que parte dos negros se constituíssem enquanto sujeito jurídico.

Sendo assim, a constituição de sujeito-de-direito não se deu da mesma maneira para todos os grupos étnicos. Em Santa Catarina, os brancos imigrantes, tanto antes quanto após a abolição da escravatura já chegavam da Europa plenamente identificados com a Forma-Sujeito (primeiro a religiosa e posteriormente a jurídica), tanto que, nas imigrações pós-abolição, os Europeus eram trazidos para atender "aos interesses das elites intelectuais e políticas do país,

de implantar um povoamento com populações provenientes de áreas 'desenvolvidas' e, sobretudo, de tornar o país 'racialmente mais branco'". (LEITE, 2012, p.01)

Quanto aos negros, pensando apenas no pós-abolição, acreditamos ser possível dividi-los em dois grupos: Aqueles que já residiam nas cidades e estavam mais próximos de visões dominantes de progresso, e que apesar do preconceito acabaram se constituindo enquanto sujeitos jurídicos, mesmo que mais afastados que os imigrantes do discurso de escrita. E aqueles que estavam nos quilombos, inicialmente vivendo isolados, a quem se estendeu a privação de direitos, e que, agora, apesar de identificados com a formação discursiva (ou cultural, conforme teoria de Ferreira) dominante resistem à cultura dos descendentes europeus, o que gera conflitos e segregação (LEITE, 2012, p.04).

De acordo com Ferreira:

> [...] a cultura é um lugar privilegiado de produção de sentidos e também fonte de produção de estereótipos a provocarem danosos efeitos de homogeneidade nos fatos, condutas e valores. Por outro lado, na contramão da homogeneidade, a cultura, paradoxalmente, em sua potência de pluralidades, como matriz de diversidades, pode funcionar como anteparo ideológico de dominação e de opressão. (2015, p.165-166)

Acreditamos que, por um lado, o sujeito quilombola resista e, por isso, o silêncio na reportagem. Ou seja, cremos que seja nessa falta/silêncio/resistência que a linguagem/discurso sobre o "outro" - quilombola se presentifique. Para corroborar com a nossa argumentação parafraseamos Orlandi (1990) que nos diz que o índio não falava nos documentos à época do descobrimento, mas era falado por outros (discurso sobre).

Como em AD "o silêncio significa", acreditamos haver na reportagem sujeitos jornalistas identificados com a formação discursiva dominante e que evitam outras "regiões de sentido", o que acaba silenciando os moradores.

Ana Josefina Ferrari, em seu artigo sobre Dona Amélia, busca analisar "[...] os silêncios que atravessam os quilombolas [...]" (FERRARI, 2017, p. 232). Nesse artigo, escreve sobre uma "categoria" a qual chama de silêncio da proibição, que está relacionada ao passado escravagista, no qual o escravizado não tinha direito à palavra. Como durante o percurso que realizamos identificamos a não existência de um lugar de dizer devido ao passado escravagista, observamos que também ocorre a invalidação da palavra no discurso jornalístico. Conforme escreve Ferrari (2017): "A não validade da palavra ou a desvalorização da palavra, o silenciamento dos negros continua usando não diferentes estratégias às usadas no período escravagista". No caso, temos um advogado e uma série de especialistas que falam, menos o

negro do espaço rural.

Outro apontamento acerca do silêncio, é que observamos que os sujeitos promovem uma "[...] manifestação silenciosa [...]". Ou seja, inconscientemente sabem que numa formação discursiva de escrita, eles não têm lugar de dizer. Um silêncio constitutivo (ORLANDI, 2007), categoria que nos aprofundaremos no capítulo "Silêncio e visibilidade".

Sabemos que há muito mais a ser dito acerca do texto que trouxemos, entretanto, concentramos nossa atenção àquilo que nos interessa, que é demonstrar que do primeiro registro de nascimento até os dias de hoje, ainda não foi autorizado ao negro da Toca um lugar de dizer no discurso da escrita.

Além disso, consideramos que na formação discursiva da sociedade catarinense, os saberes acerca das comunidades negras rurais, tendem a retomar memórias relativas à escravidão. Em Paulo Lopes, esses sentidos, conforme vimos, são parafraseados incessantemente para garantir a dominação, impedindo outros possíveis sentidos de serem ditos.

2.5 NEGRO: SUJEITO DE DIREITO?

Após a retomada das historicidades, tanto de Desterro quanto de Paulo Lopes, podemos afirmar que, apesar de estarem geograficamente próximas (pouco mais de 70 quilômetros), as condições de produção às quais essas comunidades estavam submetidas foram diversas.

Conforme vimos, Desterro era a capital da província e, como tal, sua economia baseava-se no comércio portuário, o que autorizava ao negro outras formas de subsistência além das atividades domésticas e rurais. Já em Paulo Lopes (Olaria), a economia era quase exclusivamente agrícola operando em grandes propriedades, havendo concentração da mão de obra do negro nas atividades mais básicas (agricultura e doméstica). Nesse cenário, não havia para os sujeitos negros daquele município grandes chances de especialização, mas sim um sistema que operava com o objetivo de manter o regime escravagista, similar àqueles praticados em outras regiões (nordeste e sudeste do Brasil, principalmente).

Miaille (2005) diz que o escravo em si não se constituía em um sujeito de direito, mas que mesmo em um regime escravagista poderia haver diferenças entre os escravizados. Sendo assim, acreditamos que alguns, mesmo que assujeitados ao regime vigente, poderiam ter acesso ao comercio jurídico (comprar, vender, emprestar etc.).

Em sua tese, Ana Josefina Ferrari, ao analisar a utilização do significante "ladino" em anúncios relativos à fuga de escravizados, evidencia marcas dessa diferença. Ela diz que:

“Ao dizer é ladino podemos supor [...] Ele fala bem porque está na casa grande, porque é um escravo que tem privilégios, o de conviver com os senhores, o de viver nos dois mundos, nas duas esferas, ou seja, porque é ladino.” (FERRARI, 2008, p.213). Falar bem, ser ladino, poderia ser uma possibilidade de conviver com os senhores.

Com o fim da escravidão, essas diferenças ficam ainda mais evidentes. Fernando Henrique Cardoso (2000), quando escreve sobre o pós-escravidão em Florianópolis, diferencia os negros em grupos: um cujos sujeitos viviam na ilha e eram mais estáveis economicamente (apadrinhados pelos ex-proprietários brancos), tendo como ocupações profissões mecânicas e o funcionalismo; outro que vivia em uma situação de subemprego crônico, morando nos morros e no continente; e um último constituído pelos negros provenientes do interior do estado, que compreendiam artesãos e profissionais semiqualificados, também concentrados na região do continente.

A partir de apontamentos extraídos das obras de Miaille (2005) e Cardoso (2000), conjecturamos que após a abolição reforçou-se diferença entre o grupo negro em uma estrutura concêntrica que se movimentaria do centro para as margens (da ilha para o continente). Por isso, quanto mais próximo o sujeito estivesse do centro, mais identificado estaria com a forma-sujeito histórica do capital.

Paulo Lopes, que estava ainda mais afastada do próprio continente (região do estreito) e os morros, manteve-se em um regime diferenciado de servidão, havendo grande dissimetria entre os privilégios do Senhor (no caso os grandes senhores de terra da cidade de Paulo Lopes) e dos servos (no caso, os negros).

Segundo Miaille (2005, p. 119):

> […] o servo é um sujeito de direito, ele não é, no entanto, um sujeito de direito comparável, a fortiori equivalente àquele que o senhor incarna. Esta diferença é marcada pelo facto de nem as regras nem os tribunais lhe serem comuns. Plebeus e nobres pertencem a duas ordens diferentes. Que isto fique bem compreendido: a dois universos jurídicos. Em definitivo, não há medida comum entre estas duas pessoas, ou melhor, não há estatuto jurídico comum que sirva de equivalente, de medida. [...]. É por isso que o senhor não tem direitos maiores que os do servo: ele tem outros direitos. Vale mais dizer que, no sistema feudal, não há direitos, não há senão privilégios ligados a cada uma das ordens que constituem o grupo social. O servo não é, pois, livre para vender a sua força de trabalho, visto que ele está preso à terra e ligado ao senhor.

Sabemos que há uma formação discursiva dominante, que é a capitalista, no entanto, acreditamos na existência de formas de dominação históricas diferentes de acordo com o MPC. Com base em Haroche (1992) e Miaille (2005), consideramos que na “Toca”, por conta de condições de produção específicas, houve a submissão dos sujeitos primeiramente a um

regime de escravidão latifundiária, no qual não poderiam se constituir enquanto sujeitos de direito e, posteriormente, a uma fase prolongada de servidão na qual os direitos dos coronéis de Paulo Lopes eram outros (tal qual o que ocorria no feudalismo), havendo grande oposição da sociedade dominante (descendente de açorianos) no que tange à alteração do sistema.

> […] a via colonial não predispõe, como se pode estimar com facilidade, para as batalhas pelo progresso, não é de estranhar que um número tão significativo de brasileiros, embalados por tantas razões pela "vocação agrária", tenham acompanhado, pelo menos durante algum tempo e com reduzida consciência, o chefe integralista. Mesmo porque, por mais estranho que possa parecer, e estas coisas têm sido, quando o são, com raras exceções, […] há que registrar, em plena segunda década do século […] um forte movimento de franca oposição à industrialização e à urbanização do país (CHASIN, 1999, p. 22).

De acordo com Cacildo Geremias (2003), João Pindá foi o maior chefe político do município, membro do Partido Republicano. E esse conservadorismo de Pindá se aplicou diretamente à Paulo Lopes, demonstrando o quanto aquele distrito estava "estagnado" com relação às demais colônias catarinenses, já em vias da industrialização. Nessa conjuntura (isolamento geográfico, problemas de transporte, economia agrícola e latifúndios), apenas os grandes comerciantes e fazendeiros tinham acesso aos bens ofertados na capital.

Ainda conforme Geremias (2003), a família Santos (proprietária de casas comerciais, e na história recente, da primeira indústria da região) encabeçava o comércio e o transporte de bens, e a família Souza (do Coronel Pindá), a política e a agricultura. Na fala de Dona Joaquina (2016): "O Joaquim Santos era Dono do quê? Ah, da casa de arroz. Da fábrica de arroz, né? E o Deca Pindá era dono quase do Bom Retiro todo, né? Aí depois vendeu". Além disso, Geremias (2003, p. 30) alega que "quem possuía terra, emprestava para quem não tinha, para pagar 'terço' do que produzia", e acreditamos que isso não se dava em um sentido de caridade, conforme acredita o autor, mas sim de dominação, pois era uma ação que visava a ampliação do lucro, na medida em que não era necessário pagar salário.

Sendo assim, consideramos que as famílias abastadas ficavam com a maior parte da produção. Já os pobres que não possuíam terras tampouco tinham a oportunidade de deslocamento para outras localidades no intuito de comercializar seus produtos. Tinham que trocar os bens produzidos, ou melhor, praticar escambo.

De acordo com Machado (1993, p. 28), para essa parcela da população:

> As moedas não tinham a menor importância. Elas de nada lhes serviam e o que mais cobiçavam era, na verdade, pedaços de fazenda para se vestir. Isso para eles era muito mais valioso que "um pedaço de metal", como chamavam porque com moedas não podiam alimentar nem proteger das intempéries.

Da mesma forma, diz Geremias (2003, p. 22) que os habitantes:

> [...] colhiam da terra a mandioca, o feijão, o amendoim, o milho, frutas e verduras. Como havia falta de dinheiro na época, tais produtos também eram trocados por querosene, açúcar, sal, fósforos, tecidos, etc. Na época era praticado o comércio do "troca, troca". Quem explorava só a pesca, trocava também o seu produto, por produtos de lavoura e vice-versa.

Com base em livros sobre a história do município de Paulo Lopes, destacamos que, assim como ocorreu em Desterro no século XVIII, os habitantes do município até muito tempo depois não utilizavam moedas de metal, pois deviam entregar seus bens em trocas de outros bens, em um regime de subsistência.

Já os coronéis da cidade, que dominavam o transporte, poderiam levar essa produção para a capital. Conforme mencionamos anteriormente, o MPC colonial visa o mercado externo, não havendo preocupação com o desenvolvimento da população local. Consideramos que nesse sistema, os negros, mesmo após a abolição, mantiveram-se em um regime de servidão, no qual deviam trabalhar sem receber em dinheiro, "[...] preso à terra e ligado ao senhor" (MIAILLE, 2005, p. 119). Isso se reflete na questão da posse das terras dos moradores da "Toca", o que até hoje é contraditório. Sobre João Pindá, diz Dona Joaquina (2016) "[...] que foi ele que cedeu esse terreno aqui pra Dindinha, minha vó. Na verdade, foi pro meu avô, né? Que na época trabalhava de empregado dele e ele cedeu".

No entanto, apesar da doação ser mencionada, não conseguimos localizar qualquer registro administrativo de que tal cessão tenha ocorrido, mas, esse efeito de doação garantia a dominação. Os moradores da comunidade da "Toca", em virtude das promessas e da ausência do Estado, acabaram se unindo naquele local e subsistindo até a atualidade, mantendo-se com caraterísticas inerente ao quilombo (coletividade, principalmente).

Também há marcas disso no registro de nascimento de João de 1906, no qual Avellina consta como solteira e sem residência, enquanto João Pindá é descrito conforme a letra da lei. Nessa etapa da análise, consideramos que Avellina e Manoel Felipe continuavam residindo às terras de Pindá. Inicialmente na região do Porto e, posteriormente, à Toca.

Outro fator que diferenciou Paulo Lopes e Desterro foi a chegada dos imigrantes europeus. De acordo com Miaille (2005, p. 119-120):

> Os colonizadores europeus encontraram nos territórios em que se instalavam formas de organização social que ignoravam a noção universalizante e abstracta de sujeito de direito; pelo contrário, as relações pessoais de dependência eram muito fortes num universo de solidariedade social representado por grupos que iam da família à tribo.

> Para permitir a introdução e depois o desenvolvimento do capitalismo, foi preciso destruir esta organização social e transformar os indivíduos em sujeitos de direito, capazes de vender sua força de trabalho.

Entretanto, conforme mencionamos anteriormente, a presença europeia (excluindo-se a açoriana, que foi constitutiva da comunidade, anterior às levas de imigrantes dos séculos XIX e XX) em Paulo Lopes não foi considerável, havendo permanência de um regime pré-capitalista por parte dos descendentes açorianos, mantendo-se uma economia rural sem um avanço considerável para a industrialização. Geremias (2003, p. 60) diz que "Os habitantes do município são quase todos de origem açoriana, tendo aparecido, nos últimos anos, algumas famílias de outras origens".

Devido aos fatores que mencionamos, conjecturamos que os moradores da Toca não tenham se constituído enquanto sujeitos de direito de maneira plena, mas sim de forma lacunar, na falha do estado, migrando de uma maneira bastante retardatária para um regime de visibilidade (sobre o qual falaremos mais adiante). E fazem isso de maneira diferente do negro de Desterro.

Isso porque, conforme vimos, mesmo à margem, os negros do Desterro, pelo menos parte deles, tiveram a possibilidade de constituírem-se em sujeitos de direito e, com isso, na formação discursiva do mercado, puderam se posicionar hierarquicamente à frente dos negros de Toca. Estes, até os dias de hoje, não possuem lugar de dizer nessa formação discursiva, enquanto os negros do urbano, conforme estudamos, já possuem desde o século XIX (pelo menos uma parte deles). Dizemos isso pois não podemos sucumbir ao idealismo tão criticado por Pêcheux (2009), acreditando que existe igualdade mesmo que à margem. Nessa conjuntura, o negro do urbano e suas manifestações sociais, políticas e culturais, tornam-se dominantes, impondo um discurso diferenciado.

Essa diferença fica bastante marcada nas entrevistas que realizamos com os moradores. Cristina, que nasce, cresce em Florianópolis, e se muda para a Toca depois de adulta por conta do matrimônio, consideramos que já se constitua em sujeito de direito. E isso fica marcado nos enunciados que trouxemos:

> Eu quando casei, depois eu vim até na família do meu marido, a minha sogra era de uma. hmmmm, meu Deus, ela se sentiu lá embaixo porque ela disse assim: ah, o Mauro trouxe a menina e daí como é. Vai fulano, na casa do fulano ver se tem uma xícara pra arrumar pra mim dá café pra ela. Porque antes era aquelas latinhas de leite condensado, né, a gente abria, lavava bem, né, amassava e era canequinha. E ela se sentiu mal porque ela achava que de certo eu era alguma ricaça, né? Aí eu fiquei olhando, aí quando as crianças dela iam saindo pra ir eu fiz todo mundo voltar. Volto. Parece até que eu já mandava na família. Volto. Aqui somos todo mundo iguais. Vamos tomar café. Onde um toma café o outro toma. Na minha casa eu também sou pobre,

> né? E aí que a minha sogra começou assim a, e ela achou assim, pô, eu fazia uma ideia dela e é outra, né? Eu achei que eu ia passar vergonha, achei que isso que aquilo, mas não é. Ela até que ela é legal. Ela achou, né, até que eu era legal porque eu não rejeitei nada, não tinha o que rejeitar, pois nós era pobre também. (CRISTINA, 2016)

Do enunciado que apresentamos destacaremos dois pontos[44]:

Em . "Aqui somos todo mundo iguais. Vamos tomar café. Onde um toma café o outro toma. Na minha casa eu também sou pobre, né?" percebemos o atravessamento da questão jurídica. Nesta posição sujeito, Cristina que já se constituía enquanto sujeito de direito, por ser do urbano, tem seu discurso atravessado pelo discurso da igualdade que é próprio do jurídico, do capital. Esquece, entretanto, que os sujeitos daquela comunidade haviam se constituído de maneira diferenciada, em um ambiente isolado e rural, sem direitos. Não há igualdade mesmo a margem. Eles não eram iguais.

Conforme ORLANDI (2010, p.298):

> [...] o efeito de sentido é o de que se faz referência à lei para afirmar a igualdade entre os homens e, portanto, a uma memória discursiva em que funciona o jurídico de forma pressuposta, produzindo um efeito de pré-construído: diante da lei supõem-se que todos são iguais. E isto está sustentado na definição da forma-sujeito-histórica capitalista, da qual falamos mais acima, que é constituída pelo jurídico [...]

Também fica marcado que Cristina ocupa uma posição hierárquica à frente dos sujeitos daquela comunidade, tanto que acaba silenciando os moradores. "[...] eu fiz todo mundo voltar. Volto. Parece até que eu já mandava na família" (2016). Nesse enunciado, ficam as marcas dessa dissimetria. O "já" é a marca que ela viria a mandar neles todos. Não apenas nas crianças, mas sim em todo mundo, "[...] na família".

Devido à constituição diferenciada, é Cristina quem se identifica com a formação discursiva do Quilombo, com saberes oriundos do discurso jurídico, sendo assim pode enunciar desse lugar:

> Porque aqui é um território Quilombola. A terra são do pessoal todos. [...] Então morreu, mas, outra pessoa da família ou, né, que são de todos os quilombolas. Eu não posso dizer pra ti: - ah, isso aqui só é meu. Isso aqui agora é só deles. Não. A terra é de todos os Quilombolas. Tanto que a família vai crescendo, vão pegando, fazendo as suas casas, entendes? Não tem essa coisa. (CRISTINA, 2016)

De todos os entrevistados, ela foi a única que utilizou o significante "Quilombo" (re)produzindo sentidos já legitimados pelo Estado. Os demais não, o que indica que ela já está

[44] Nos aprofundaremos mais acerca da questão social posteriormente.

inscrita nessa formação discursiva.

Em outra passagem das entrevistas que realizamos, ocorre o apagamento de memórias inoportunas. Isso porque enquanto entrevistávamos seu Mauro, Dona Cristina desde o início tentou direcionar resposta, não possibilitando brechas para a escuta de outros sentidos possíveis. Na voz dela (2016):

> Ele quer saber como é que é a coisa assim de ser quilombola. Se tu se acha quilombola por… pelo que tu vive, pelo território que é de vocês, pelo território que era de escravo, né? Era de escravo, então ficou pra vocês, pra família de vocês. Então ele quer saber como é que tu te acha nisso.

No enunciado, observamos que ela, apesar de morar naquele lugar, exclui-se da descrição. “pelo que tu vive, pelo território que é de vocês, pelo território que era de escravo, né? Era de escravo, então ficou pra vocês, pra família de vocês.” Nesses dizeres fica explícito que ela não se constitui naquele lugar, entretanto, assim como é descrito por Ana Josefina Ferrari a respeito do Conapa – Conselho da área de proteção ambiental do município de Guaraqueçaba, no artigo o Silêncio de Dona Amélia, percebemos haver uma hierarquia nessa relação, na qual ocorre um direcionamento dessa fala para aquilo que é legitimado pelo Estado, silenciando outras memórias possíveis. Apesar de não tratarmos de uma estrutura letrada, percebemos nesse enunciado relação com o “silêncio gentil” que é proposto por Ferrari, por haver a organização dessa fala de uma maneira inacessível para os demais moradores. (FERRARI, 2017).

Conforme nos diz Orlandi (2012, p. 234), “nas formas atuais de assujeitamento do capitalismo, há um resto, nas relações dissimétricas, que produz a resistência, não na forma heroica a que estamos habituados a pensar, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir”.

Em nossa compreensão, são, portanto, o “resto” da sociedade catarinense negra e por conta disso (r)existiam. A “Toca” fica a poucos quilômetros do centro da cidade, havendo garantia de dominação por parte da sociedade branca. Resistiram, portanto, por serem o resto e não estarem no centro dessa sociedade. Eram a margem por não conseguirem se constituir enquanto sujeitos mais próximos do centro da formação discursiva mercado. Diremos assim que dessa maneira (r)existiram, ou melhor, resistiram por terem sido impelidos para fora daquela Formação Discursiva, criando laços sociais e culturais específicos. Resistiram na/por invisibilidade.

Como no capital não pode existir um fora, e havia (e ainda há), conforme vimos,

uma falha do Estado no que tange os sujeitos residentes nas comunidades negras rurais (em nosso estudo representadas pela Toca), em 1988 foi adicionado à constituição federal o Artigo 68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988).

Essa norma é atualizada posteriormente pelo decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, promulgado por Luiz Inácio Lula da Silva, que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” (BRASIL, 2003)

Desses dispositivos legais, ergue-se uma nova qualidade de sujeito de direitos e deveres coletivos (ARUTI, 2006), que é chamado pelo Estado de “Quilombola”. Esse será o reconhecimento da falha que relatamos. De acordo com José Maurício Aruti, antropólogo que escreveu sobre a formação da Comunidade Quilombo (2006, p.67):

> A categoria 'remanescentes de quilombos' foi criada pelo mesmo ato que a instituiu como sujeito de direitos (fundiários e, de forma mais geral, 'culturais') e, nesse ato, o objeto de lei não é anterior a ela ou, de um outro ângulo, nele o direito cria seu próprio sujeito. O 'artigo 68' não apenas reconheceu o direito que as 'comunidades remanescentes de quilombos' têm às terras que ocupam, como criou tal categoria política e sociológica por meio da reunião de dois termos aparentemente evidentes.

Com base em Aruti (2006), cremos que seja possível dizer que o Estado reconhece a falha na constituição desses sujeitos (em sujeitos de direito). Como já há um processo de reconhecimento em andamento, nossa dissertação fará uma análise de materialidades coletadas nesse período de transição, entre a invisibilidade que remanesce da escravidão e a inscrição dos mesmos na formação discursiva do mercado através do reconhecimento dos sujeitos enquanto quilombolas.

Com base no que apresentamos, podemos dizer que nesse entremeio os sujeitos ainda não se constituam em sujeitos de direito. E por conta disso, ainda não possuem lugar de dizer no discurso da escrita, conforme já vimos.

3 EFEITOS DE SENTIDO EM TRÊS MOVIMENTOS

Nos próximos capítulos desta dissertação, buscaremos a materialidade do termo “Toca”. Para isso, realizaremos uma análise em três movimentos: um primeiro, que levará em consideração a materialidade do significante antes da abolição da escravatura; um segundo, que investigará possíveis efeitos de sentido relacionados ao significante no pós-escravidão; e um terceiro, que analisará os processos relacionados ao contemporâneo. Teria a designação do termo se alterado ao longo da história? Ainda existe a “Toca” no digital? Estes são dois questionamentos que se abrem.

3.1 NOMEAÇÃO

Na perspectiva linguística, a língua é tomada enquanto sistema e o interesse dos linguistas transforma-se em saber como opera e no que consiste a língua. Além disso, Benveniste (1991, p. 23) diz que "[...] as entidades linguísticas [...] não tem valor a não ser como elementos de uma estrutura", contrariamente aos estudos que prevaleciam anteriormente. A partir da obra de Saussure, parte descrita em “Curso de Linguística Geral”, nada mais significa em si e o significado é dado "[...] em função do conjunto" (BENVENISTE, 1991, p. 23-24).

Ainda segundo o autor, essas unidades de língua configuram-se em dois planos: sintagmático e paradigmático, e que

> [...] descrever essas relações, definir esses planos, é referir-se à estrutura, à forma da língua; e formalizar assim a descrição, é - sem paradoxo - torná-la cada vez mais concreta reduzindo a língua aos elementos significantes de que ela compõe unicamente e definindo esses elementos pela sua dependência mútua (BENVENISTE, 1991, p. 23-24).

No entanto, é a “função” da linguagem, que também é introduzida por Benveniste, que nos interessa em sobremaneira, pois para o autor "A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade produzida novamente por intermédio da linguagem" (BENVENISTE, 1991, p. 26). Ou seja, a partir de Benveniste, podemos dizer que não precisamos ter o objeto no presente ou vivenciado um acontecimento para falar dele, por intermédio da linguagem somos capazes de representar (no nosso caso nomear) o real com signos abstratos e ainda assim compreendê-los. De acordo com o autor, "Isso é que é próprio do homem e que faz do homem um ser racional" (BENVENISTE, 1991, p. 27).

Do mesmo modo, em “Problemas de Linguística Geral”, Benveniste (1991, p. 27) argumenta que:

> [...] é dentro da, e pela língua que o indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. O homem sentiu sempre - e os poetas frequentemente cantaram - o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu.

Apesar de tal citação estar ancorada em uma explicação sobre o poder da palavra que, segundo o autor, “não existe realmente poder mais alto [...]” (BENVENISTE, 1991, p. 27), ao mesmo tempo introduz essa noção de que a palavra “[...] traz de volta o que desapareceu”, ou seja, acreditamos que através da palavra torna-se possível representar a realidade, mesmo quando essa falta.

Quanto à essa relação entre presença e ausência, Lacan (1998), em seus escritos, retorna à Freud. Para o autor, é através da palavra que a essa ausência acaba se nomeando. Para o autor, a partir da alegoria “*Fort! Da!,* Freud consegue explicar a elevação do desejo à uma segunda potência. No momento em que ocorre a destruição da coisa, tal qual a criança que na brincadeira oculta o carretel, é que ocorre o despertar do sujeito para o discurso de um outro, desse alter ego dominante. Sendo assim, o desejo não está mais na coisa em si, mas sim no simbólico.

Conforme explana o psicanalista, “[...] o símbolo se manifesta inicialmente como o assassinato da coisa, e essa morte constitui no sujeito a eternização a seu desejo” (LACAN, 1998, p. 320).

Da mesma forma, Derridá (1995, p. 222), também calçado pela teoria de Freud, diz que a máquina, ou melhor, a representação, a palavra, é a morte da coisa. Para esse pesquisador, a escritura em si não consegue ter vida sozinha, ou seja, “Uma representação pura, uma máquina, jamais... funciona por si só”**.** Para repetir-se, a escritura precisa unir-se à vida, ao presente. Acrescenta que, em seus estudos, Freud não chegou a aprofundar-se sobre como a representação a cada dia tem se tornado mais semelhante a memória.

Retornamos a tais noções da linguística e da psicanálise, pois interessa-nos compreender a palavra não enquanto elemento de um sistema linguístico, mas sim tal qual Eduardo Guimarães (2005) no livro “Semântica do Acontecimento”, enquanto processo de significação do real, uma relação que se dá na história.

Para o autor (2005, p. 14), a enunciação não deveria, tal qual ocorre em Benveniste, ser tomada enquanto centrada no sujeito - o sujeito não pode ser encarado como a origem do

dizer - mas sim enquanto acontecimento de linguagem, que é aquilo que "constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que [...] rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência do futuro". O dizer atualiza-se a cada enunciação, no entanto, retorna a um sempre já lá que possa ser interpretado.

Eduardo Guimarães (2005) considera o falante uma figura política que se constitui em espaços de luta pelos direitos e modos de dizer, um espaço de luta de classes que de acordo com Althusser (1978), constitui a divisão de classes. Conforme escreve, "O homem está sempre a assumir a palavra por mais que esta lhe seja negada" (GUIMARÃES, 2005, p. 16).

Segundo Pêcheux (2009, p. 82), as classes não são indiferentes à língua, na medida em que "[...] a língua se traduz pelo fato de que todo o processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes". Sendo assim, a partir de Pêcheux, cremos que seja nessa luta no nível do discursivo que os sentidos sejam definidos.

Ainda de acordo com o fundador da Análise de Discurso (2009), por mais que a ideologia dominante funcione de maneira a ocultar a luta de classes, não podemos nos considerar a origem dos sentidos, tal qual o Barão de Münchhausen, que se puxava pelos próprios cabelos. Somos sujeitos à e pela linguagem, através de um processo de interpelação do indivíduo pela ideologia. Ou seja, para o autor, não devemos tomar as palavras a partir de uma evidência de sentido, a partir de uma posição idealista, mas sim sabendo que existe um sempre "já-lá" que retomamos a cada ato de enunciação.

Pêcheux (2009) também menciona que o sujeito está submetido a duas formas de esquecimento. Um primeiro (ao qual chama de 1), que estaria relacionado à constituição do sentido, e um segundo relacionado à formulação desse sentido. Conforme escreve Pêcheux (2009, p. 161-162):

> Concordamos em chamar esquecimento n° 2 ao 'esquecimento' pelo qual todo sujeito-falante 'seleciona' no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada [...] esquecimento n°1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.

E continua suas explicações dizendo que "esse exterior [...] é radicalmente ocultado para o sujeito-falante que está sob dominância dessa formação discursiva" (PÊCHEUX, 2009, p. 165).

De acordo com Guimarães (2005), no processo de nomeação esse apagamento

também ocorre. Para o autor, uma vez inscrito na formação discursiva administrativa, o sujeito não consegue se colocar fora daquela formação discursiva, apagando o que ele chama de "memorável".

Contudo, assim como Guimarães (2005), consideramos importante analisar os processos históricos que desencadearam o processo de nomeação em "Toca" e se os acontecimentos que ocorreram posteriormente modificaram ou não os sentidos. Além disso, interessa-nos verificar se está ocorrendo um processo de esvaziamento desses sentidos.

3.2 POSSÍVEIS EFEITOS DE SENTIDO

De acordo com o escritor Theodoro Sampaio[45] (1901), autor de diversos livros, entre eles o "O Tupy na Geographia Nacional", que nos é bastante interessante, o significante "Toca" provém da língua tupy e, pelo menos na versão descrita por esse autor, estaria relacionada com a questão habitacional e ao esconderijo. Diz o autor (1901) que "Toca" é "s. abs. oca, a casa, o refúgio, o esconderijo; [...] V. oca" (1901, p. 154). Sobre oca, refere-se "[...] a casa, o coberto, o abrigo, o refúgio, o paradeiro; alt. og, oka. roca, toca, segundo o tema".

No livro "Toldo Chimbangue: história e luta Kaigang em Santa Catarina" (1984), alguns índios das tribos do Rio Irani na região de Chapecó, por exemplo, utilizaram esse termo ao referirem-se sobre os locais de habitação de seus antepassados que, após intensa perseguição no Rio Grande do Sul, acabaram dirigindo-se para aquela região.

Sobre os povoamentos que se formaram na região, a índia Ana da Luz Fortes do Nascimento Fendó, nascida em 1917 e irmã do Cacique Clemente Xêyuyá, disse que "Aqui se gerou três toldos: o Chimbangue, as Tocas e na beira do Irani Velho" (FENDÓ, s/d apud D´ANGELIS, 1984, p. 71). Além de Fendó, outra indígena chamada Maria Fortes KariKâg confirma o depoimento: "Tinha o toldinho no Chimbangue, e tinha lá embaixo. Aí na Toca também tinha um grupo de índio, e lá no Irani também tinha" (KARIKÂG, s/d apud D´ANGELIS, 1984, p. 71).

Além dos índios de Chapecó, Manoel Nascimento (1988, p. 6), morador de Paulo Lopes, em entrevista dada ao pesquisador Moacir Heerdt no ano de 1988, também enunciou "Toca" reproduzindo sentidos relacionados ao esconderijo. Diz o entrevistado o seguinte: "É, foi sim, senhor. Mesmo eles… foram João Pindá… eu levei pra **toca de pedra.** E muitos outros veredavam pra outras casas longe do lugar, outros ia pro mato **se abriga** nas pedras pra se

[45] Theodoro Sampaio era negro e foi escravizado por muitos anos.

defende do que poderia haver, porque o povo nunca tinha visto isso, esse povo mais novo" (NASCIMENTO, 1988, p. 6).

Entretanto, se por um lado, para os sujeitos na posição dos indígenas, as tocas poderiam ser compreendidas como esconderijo e abrigo também para pessoas, para alguns sujeitos na posição dos portugueses, que estavam no lugar do dominante, esse sentido se desloca, relacionando o significante aos animais e com o social.

Rafael Bluteau (1728), em seu "Vocabulário Português & Latino", publicado no século XVIII relaciona o termo aos animais, exclusivamente. De acordo com o autor (1728, p. 182) "Toca. Buraco na rocha, na terra, ou em arvores, aonde o pássaro, coelho ou outro animal se recolhe". Identificados com a formação discursiva da sociedade paulopense, os sujeitos moradores da Toca, nas entrevistas que realizamos, parafrasearam esse sentido. Em Joaquina (2016) temos: "Olha, eu acho que foi assim que começaram a abrir o caminho da Toca, porque o caminho de bicho. Era só uma trilha". Em Carmem (2016) diz que "o nome de Toca é lugar feio, diz que nome de Toca é nome de casa de Tatu". Isolete (2016) afirma que "Era muito feio. Ele disse que Toca é nome de gente. Ele disse que Toca não era negócio de a pessoa morar".

Já no final daquele século, Antônio de Moraes e Silva (1813, p. 779), acrescenta à "Toca" outro, ao qual chama de pejorativo e chulo. "Tóca, s. f. Buraco no tronco da arvore, na rocha, ou terra, onde o coelho, e alguns animaes se recolhem. fig. e chulo, *cazebre"*. Este último termo relacionado à pobreza (casa humilde, conforme definição na p. 356).

Na atualidade, o significante "Toca" ainda (re)produz os sentidos relacionados. No Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, o termo pode ser compreendido como "1 - Cova que serve de abrigo para animais; buraco, covil, furna, lura […] 2 FIG. Habitação pequena e miserável […] 3 Qualquer local destinado a esconderijo".

Entretanto, para os sujeitos moradores, observamos que ainda ocorre identificação de Toca enquanto um lugar, o lugar deles. Em Carmem (2016): "A Toca, a Toca, começa ali no cemitério e termina pra lá. Não… lá tem o engenho. Termina do engenho pra cá". Em Isolete (2016): "Até a casa lá de uma mulher que mora pra lá da Cristina. De lá pra cá é a Toca. Até ali o Cemitério". Em Mauro (2016): "A Toca aqui, aí daquele engenho pra lá, ela, ela vai do falecido Otávio até lá na frente".

Há, nas citações que trouxemos, o reconhecimento de um território comum, que parte do cemitério e vai até um engenho que existe naquele local. De acordo com Aruti (2006, p.87):

> Essa territorialidade, marcada pelo uso comum, é submetida a uma série de variações

> locais que ganham denominações específicas, segundo as diferentes formas de auto-representação e auto-denominação dos segmentos camponeses, tais como Terras de Santo, Terras de Índios, Terras de Parentes, Terras de Imandade, Terras de Herança e, finalmente, Terras de Preto.

Em nosso caso, o lugar que eles compreendem como deles é chamado de Toca, devido ao deslocamento do sentido. O nome o qual eles se autodenominam, pelo menos no nível de oralidade, seria Toca.

Sabemos que os sentidos do termo "Toca" são variáveis e se modificam de acordo com a formação discursiva na qual os sujeitos estão inscritos, pois concordamos que são as formações discursivas que definem o que pode e deve ser dito, em referência às formações ideológicas (PÊCHEUX, 2010). Entretanto, consideramos necessário salientar que, ao longo da história, alguns efeitos de sentido ainda estão sendo (re)produzidos com maior frequência.

3.3 QUILOMBOS CATARINENSES

De acordo com Ilka Boaventura Leite (2000), o termo quilombo que na língua Banto (re)produzia sentidos relacionados da habitação provisória do guerreiro nas matas, durante o período colonial desloca após definição do Conselho Ultramarino do ano 1740 e passa a designar a habitação com mais de cinco negros que haviam fugido para a liberdade durante todo o regime escravagista.

O primeiro registro que se tem acerca da existência de quilombos em Santa Catarina é de 1787. Durante uma viagem de exploração do Sertão de São José e com vistas à abertura de uma estrada que ligasse Desterro à Lages, o Capitão Antônio José da Costa das tropas da Coroa, relatou que em suas andanças encontrou um quilombo na região Continental de Desterro. Antônio indica que houve um grande número de soldados que fugiram em virtude da Invasão Espanhola[46], sendo que um deles, Marcelino, possivelmente, faleceu no local.

De acordo com o Capitão Antônio:

> Dia 11 de Janeiro de 1787 com 12 homens armados, 12 escravos e 7 bestas cargueiras, principei a sobredita derrota na Freguesia de S. José, seguindo pela picada do Sul a rumo Oeste […] 12 de fevereiro se encontrou trilha de gente, que mostrava ser um ou dois dias antes, e por não levar força bastante para me oppôr a qualquer encontro que podesse sobrevir , no caso que aquella trilha fosse, como se imaginava, de um grande quilombo de negros fugidos, dei conta ao Governador, e suspendi a minha marcha n´aquelle lugar até o dia 26 de Fevereiro em que me chegou o soccorro de um cabo

[46] Após a derrota na conquista do Rio Grande, os Espanhóis invadem a Ilha de Santa Catarina com muitos homens, navios e portando um enorme arsenal de guerra. Poucos dias em terra foram suficientes para instalar o terror na Vila (COELHO, 1856).

> de esquadra, e 13 soldados de tropa paga, e um Furriel e 10 soldados Milicianos, todos armados - Dia 27, marchei com toda a conducta a examinar o seguimento da dita trilha, e me fui arranchar no Rio Itajahy-Mirim, fazendo meia legoa de caminho: n´este lugar se achou estabelecido um preto por nome Garcia, e uma preta por nome Maria, vivendo ali fugitivos havia 18 annos, sustentando-se a caças do mato, que apanhavão em mundéos, e pinhão d´aquelle que abunda este terreno: elle conservava em seu poder varios armamentos e roupas dos soldados debandados da Ilha de Santa Catharina, quando os hespanhoes a invadirão no anno de 1777, e alguma roupa do sargento Marcellino de tal, do Regimento de Cavallaria da Cidade do Rio de Janeiro, que ali falleceo, segundo informação do dito preto, o qual remetti com a preta, e tudo o mais ao governador de Santa Catharina (COSTA, 1787 apud COELHO, 1856, p. 195-196).

Apesar do medo demonstrado pelo sujeito, a respeito da existência de um quilombo, o que ele encontra é um casal, Garcia e Maria, vivendo há dezoito anos fugidos. Entretanto, a enunciação desse significante é indicativa de que em 1787 poderia ocorrer em Santa Catarina a formação de quilombos, e que eles poderiam ser "grandes". Posteriormente, em 1831 a Câmara Municipal de Desterro autoriza a contratação de dois capitães-do-mato, Francisco Joaquim Fumaça na Enseada de Brito, e Jerônimo Lopes de Carvalho em Desterro. A iniciativa serviria para, por fim, aos Quilombos, que para o Governo precisavam ser combatidos mais efetivamente. Àqueles tempos, os quilombos mais importantes eram o Alagoa (localizado na Lagoa da Conceição) e o da Enseada de Brito – posicionado no continente (PIAZZA, 1975).

Também em 1831 é aprovada pela Câmara Municipal uma lei que proibia as manifestações culturais e os ajuntamentos (escravos ou libertos) mesmo com a anuência do Senhor (que também poderia ser multado):

> São proibidos daqui em diante os ajuntamentos de escravos ou libertos, para formar danças ou batuques, ficando inteiramente proibidos os referidos ajuntamentos de supostos Reinados Africanos que pelas festas costumam fazer, incomodando aos Povos e prejudicando os seus Senhores com semelhantes funções, e todos os que contravierem serão multados em 4$ — sendo liberto e não tendo com que pagar terá 4 a 8 dias de cadêa e sendo captivo, e achando-se sem licença de seu Senhor será castigado conforme a Lei e o Senhor que der licença pagará a mesma multa de 4$ — para as despesas do município (CÂMARA MUNICIPAL, 1831 apud PIAZZA, 1975, p. 86-87).

Mesmo assim, negros e negras, adolescentes, adultos e idosos, continuavam fugindo quando a vida no cativeiro se tornava insustentável. Nos jornais da época, como o Regeneração ou o Despertador, localizamos muitos anúncios de Senhores ou Senhoras que ofereciam grandes somas em dinheiro a quem trouxesse seus servos de volta. Alguns nos chamaram atenção: A D. Joanna, do Estreito, oferecia 40$000 para quem agarrasse e apresentasse seu pardo de olhos azuis chamado Luiz, e também protestava contra quem o estivesse escondendo[47]; já o Sr. Alexandre José Bainha pagaria 50$000 para quem apresentasse

[47] O DESPERTADOR. Desterro, 05 jun. 1866, n. 353. Disponível

preto retinto e com uma cicatriz no rosto, João Paulo – charqueador de ofício[48]; também encontramos anunciante oferecendo boa gratificação para quem prendesse o fujão Benedicto, que havia chego de Lages e aproveitou a oportunidade para escapar.[49]

Podemos aventar muitas hipóteses com base nos enunciados coletados, no entanto, o mais importante para o nosso trabalho é demonstrar que essas fugas ocorreram na província.

3.4 ONDE ESTÁ ESSA TOCA?

Antes de falarmos sobre o lugar chamado de Toca localizado no município de Paulo Lopes, será importante retomarmos a historicidade do negro no Desterro. Isso porque na região do Hospital de Caridade existia(e) um local de pequenas cavernas[50] localizado próximo à capela do Menino Deus (atual Rua Menino Deus), mais especificamente na área chamada pela comunidade de "Cabeça de Santo" – mata acima do hospital. Essas formações que ainda servem como referência, podem ter sido a origem ao topônimo Toca, que durante muito tempo foi o nome daquela região (adiantamos que a Toca de Paulo Lopes não compartilha dessa mesma origem)

Chegamos ao conhecimento sobre a existência desse "lugar" na capital através do livro "Santa Catarina: A Ilha", de Virgílio Várzea (1984). De acordo com o autor, a Toca foi um dos primeiros núcleos de povoamento da localidade, erguido ao redor da Capela Menino Deus, entre a Ladeira dos Passos e o Morro da Boa Vista (Morro do Caridade), no século XVIII (atualmente a região englobaria os Morros da Queimada, Mocotó e a Prainha). Era um local bastante simples, encarapitado de residências muito unidas, habitado, principalmente, por pescadores e suas famílias. Conforme escreve (VÁRZEA, 1984):

> A Toca é um lugar meio pedregoso e empinado, pois levanta-se da base de rocha da Ladeira dos Passos ao Morro da Boa-Vista. As suas casinhas são encarapitadas umas sobre outras, apertando-se como um rebanho de cabras alvas, o que lhes dá um ar de presepe antigo [...] é um bairro marítimo, mas de outro gênero, porque nele só se acomodam os pescadores e redes que lanceiam ali mesmo, nos baixios da baía.

em:<http://memoria.bn.br/DocReader/709581/1345 >. Acesso em 27 jan. 2017.

48 A REGENERAÇÃO. Desterro, 13 nov. 1873, ano 6. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/709603/1910>. Acesso em: 27 jan. 2017.

49 O DESPERTADOR Desterro, 18 set. 1868. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/709581/2264>. Acesso em 27 jan. 2017.

50 Recentemente o Jornal ND On-line publicou matéria sobre a mata na região da Cabeça de Santo, na qual menciona a existência de cavernas. ROSA, Edson. Sem cercas ou muros, mata do Hospital de Caridade é protegida pela vizinhança. In: Notícias do Dia. Florianópolis, 25 mai. 2016. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/sem-plano-de-manejo-cercas-ou-muros-mata-do-hospital-de-caridade-e-protegida-pela-vizinhanca>. Acesso em: 19 fev. 2017.

Entretanto, ao escrever sobre a "Toca", Várzea (1984) concentra sua atenção à parte baixa do morro da Boa Vista, que compreendia a Vila de Pescadores e muitos casebres, levando em conta na sua descrição apenas os aspectos sociais envolvidos. Com isso, acaba apagando que naquele momento histórico e até mesmo antes, já residiam naquela região, um pouco acima nos Morros, uma comunidade de trabalhadores negros, principalmente os marítimos, lavadeiras e ambulantes. De acordo com Santos (2009, p.78), "Os cronistas descrevem que a população desses bairros vivia dos trabalhos mais pesados, destinados aos escravos e aos pobres. Cada bairro abrigava uma determinada população pobre com seus ofícios específicos".

André Luiz Santos, em sua tese de doutorado a respeito dos Morros de Desterro (2009), escreve que mesmo antes da abolição, um grande número de pessoas negras já residia naquele local. De acordo com o autor (2009) o próprio Imperial Hospital de Caridade, desde a sua fundação, possuía negros escravizados em grande quantidade, chamados de "escravos da casa". Alguns chegavam através de compra ou doação. Outros haviam chego até aquele local doentes e, após o abandono por parte de seus Senhores, acabaram ficando sob a tutela dos administradores do Hospital. Já aqueles que morriam, eram enterrados na região da cabeça de Santo (que hoje está tomada pelas matas – região do cemitério dos escravos).

Além dos negros que trabalhavam no próprio hospital, outros negros também residiam nos arredores. Encontramos registros de que tenham ocorrido fugas para aquela região, como Luiz e uma preta: "Da-se 20$000 reis de gratificaçao á quem trouxer ao abaixo assignado um escravo de nome Luiz, cabra, alto e reforçado, falla descançado: consta que anda apraceirado com uma negra também fugida nas emediaçoes dos fundos do morro da caridade."[51]

Da mesma forma, Eva e o preto Henrique, que desapareceram juntos nos matos do Morro do Hospital de Caridade (Toca) no ano de 1862[52]. Não localizamos qualquer relato de que os quatro tenham sido encontrados.

Sobre o primeiro enunciado, que foi publicado em 1851 no Novo Iris, um jornal do partido conservador, diremos que ocorre a subjetivação do sujeito. Conforme escreve Ana Josefina Ferrari em "A voz do dono", "O escravo não tem um lugar de enunciação enquanto sujeito público, legítimo da sociedade escravocrata." (2001, p.35). Entretanto, para a pesquisadora, nos anúncios o negro fugitivo, ao ser descrito pelo senhor, torna-se sujeito.

> Dentre esses gestos, o da fuga também faz com que o dono de escravos produza urna

[51] FLORES, João Antônio da Silva. In: **O novo Iris:** Jornal político, literário, industrial e mercantil. 26 jun. 1851.Disponível em:<http://memoria.bn.br/docreader/759244/604>. Acesso em: 17 dez. 2016

[52] (1862 apud PIAZZA, 1982, p. 114).

> escrita sobre o escravo fugido. Assim, ao descrevêlo, dá corpo, in-corpora o escravo de forma singular, dando-lhe urna dimensão outra: a de sujeito. O escravo aparece nesses anúncios, como sujeito e não como objeto. Ele será um sujeito histórico a partir da escrita que é provocada pelo seu silêncio.

Por exemplo, Luiz não é qualquer escravizado. Ele possui características, como a fala descansada; não é dito mulato ou pardo, mas sim "cabra", ou seja, filho de mulato com mulher negra, ou vice e versa (PINTO, 1832). Ele é descrito enquanto sujeito, apesar do seu silêncio.

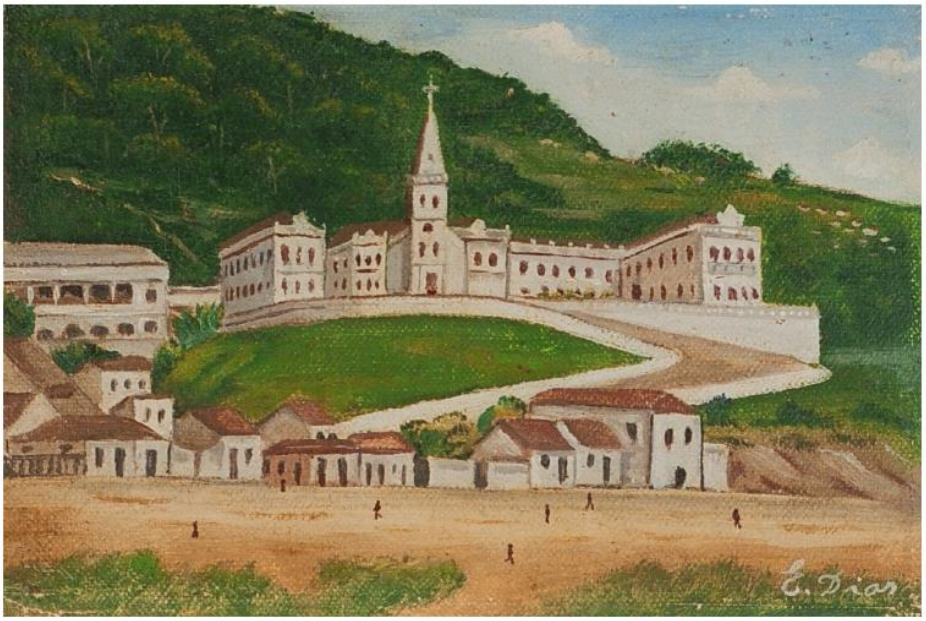
Os enunciados também deixam marcas de que a fuga de casais para a região da Toca tinha como objetivo a formação de uma família. De acordo com Santos (2009) "Possivelmente o casamento e a formação de uma família era mais comum em locais de refúgio de escravos fugitivos, onde formavam quilombos ou viviam escondidos", além disso, o autor escreve que "Essa é a origem das primeiras ocupações dos Morros em Desterro, área de abrigo e de fuga de escravos e de negros libertos que tentavam estabelecer famílias e comunidades para viverem" (SANTOS, 2009, p.220).

A partir dos anos 1870, os negros que se libertaram também passam a buscar refúgio nos lugares habitados pelos fugidos, e o contrário também ocorria, principalmente nos morros e locais de difícil acesso como as matas.

Conforme escreve Santos (2009, p. 218):

> [...] deveria haver uma rede de ajuda entre escravos e negros livres que os abrigavam e os ocultavam de seus "senhores", perseguidores, captores e receptores. Casas de negros, cortiços na cidade onde viviam em comunidade, ocultos, escondidos, misturados aos negros jornaleiros e escravos de ganho que viviam pela cidade. Essa rede incluía refúgios nos morros próximos onde se escondiam.

Figura 6 - Região da Toca retratada pelo pintor Eduardo Dias – 1872.



Fonte: DIAS, Eduardo. **Hospital de Caridade.** 1872. Disponível em:<http://www.masc.sc.gov.br/?mod=acervo&ac=obra&id=379>. Acesso em: 07 ago. 2016.

No quadro de Eduardo Dias apresentado logo acima, temos uma simulação do que era a região da "Toca" no final do século XIX. Na parte baixa da imagem, conforme descrito por Virgílio Várzea em seu livro, encontravam-se as casas dos pescadores próximas umas das outras. Estes moradores, possivelmente, eram brancos ou negros libertos. Um pouco acima, ao centro da pintura, havia a Capela do Menino Deus e o Hospital de Caridade. Ao fundo do lado esquerdo, na região descampada da mata, estava localizado o cemitério dos escravos (hoje, uma região coberta pelo mato). Do outro lado, as casinhas simples da região do Morro da Boa Vista (atual Morro do Mocotó), possivelmente habitadas pelos negros fugidos e libertos.

Em Paulo Lopes, da mesma forma, a escravidão não se fez sem resistência, sendo que o isolamento da região favoreceu as fugas. Localizamos dois enunciados a esse respeito, os quais descreveremos a partir de agora.

Na edição 399 do Argos da Província de Santa Catharina de 03 de fevereiro de 1859, Francisco Fernandez Martins publicou um anúncio indicando que três negros escravizados que ele possuía haviam fugido para mata no interior da Gamboa (região da Olaria, atual Paulo Lopes). E oferecia 50 mil réis por cada um que fosse recuperado, o que demonstra que houve fugas e, com isso, possivelmente houve a formação de quilombos naquele território. De acordo com o anúncio.[53]

> Desapparecerão do municipio da cidade da Laguna no mez de setembro do anno findo tres escravos, cujos nomes e signaes são: Lourenço crioulo de 35 annos de idade, mais ou menos, alto, magro retinto, rosto descarnado, pouca barba, e ceceoso.
> Camillo creoulo de 40 annos de idade, côr fulla, baixo , grossura regular, pouca barba ; tem falta de alguns dentes , costuma arrebentar-lho os beiços.

[53] O ARGOS DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA. 50:00 RS de gratificação por cada um. 03 fev. 1859. n. 399. Disponível em:<>. Acesso em: 05 ago. 2017.

> José africano com mais de 40 anos de idade, altura regular, e reforçado; barba regular com alguns cabellos brancos, nariz bastante grosso, e chato, com falta de dentes na frente, na parte superior, tem alguns signaes de bexigas.
> Estes escravos forão vistos no **sertão da Gambôa**[54]: quem agarrar e entregar a qualquer autoridade policial, receberá a gratificação de cincoenta mil reis por cada um como acima de offerece.

No entanto, apesar da importância do primeiro anúncio, foi o segundo que nos chamou ainda mais atenção. Isso porque colocou naquela região uma das figuras mais importantes de Desterro durante a segunda metade do século XIX, um cidadão chamado Eleutério Francisco de Souza. De acordo com Ângelo Renato Biléssimo (2008), no livro "Entre a Praça e o Porto", esse Senhor tinha a 83ª fortuna do Desterro entre 1860 e 1880, sendo deputado por três mandatos (entre 1864 e 1869), presidente da Câmara Municipal e juiz Municipal (entre 1869 e 1870).

Eleutério também era proprietário de muitos Africanos e descendentes escravizados, cujos anúncios de venda foram publicados nos jornais da época, bem como de terras, sendo que, possivelmente, possuía um terreno na região da Gamboa (que pela descrição parece-nos bastante similar à sede da Olaria àqueles tempos (Figura 05):

> Vende-se no lugar denominado Gambôa, districto da frêguezia de Garopaba , um sitio com 236 braças de frente,1:500 de fundo e parte com 700 , quasi todo de matos virgens ; com casa de morar e engenho de fazer farinha coberto de telha, 2 fornos de cobre, e paiol ; casa de olaria e forno também de telha : excellente barro para louça , telha e tijolo. As terras são mui boas , proprias para toda a plantação, tem bom pasto, boas aguas, e faz frente ao rio Paulo Lopes, navegável até o Passo do Embaú , cujo rio é mui abundante de peixe : quem o pretender dirija-se nesta Cidade a Eleuterio Francisco de Souza. Si se vender até Julho deste anno , vende-se com as plantações que tem.[55]

Acreditamos que possa ter sido desse terreno que, no ano de 1860, o crioulo Januário tenha fugido, de acordo com o anúncio, para outro lugar naquelas mesmas imediações, Barreiros ou Cubatão:

> Fugirão. Os escravos do abaixo assignado, um crioulo de nome Januario, e um preto da Costa de nome Caetano: Januario terá 25 annos de idade, he de estatura regular, fino do corpo, barba serrada , beiços um pouco grossos, dentes sãos e claros, muito desembaraçado tanto no fallar como no modo [...]: Januario esteve na Gambôa, em casa do Cidadão Torquato Luiz, de onde novamente se evadio, suppõe-se que andará por aquellas immediações, ou pelo Cobatao ou Barreiros, por onde andou há tempos fugido, mais de um anno [...] Eleutério Francisco de Souza[56]

---

[54] Grifos nossos.

[55] O CORREIO CATHARINENSE. 31 mai. 1854. n. 81. Disponível em:< http://memoria.bn.br/docreader/767549/308>. Acesso em: 30 set. 2016.

[56] O ARGOS DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA. 05 mai. 1860. n. 560. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/233889/2079>. Acesso em 10 jun. 2017

Em ambas os enunciados observamos que não é possibilitado ao sujeito negro falar, entretanto, constitui-se em sujeito através de uma escrita que é provocada pela fuga (FERRARI, 2001). Eram, portanto, sujeitos que se constituem no silêncio. Além das materialidades que encontramos nos enunciados que trouxemos, a fuga também foi mencionada nas entrevistas que realizamos com a comunidade. De acordo com alguns dos entrevistados (2016), Manoel Felipe e Avellina haviam ganho aquelas terras, no entanto, não eram todas as terras em que residiam as famílias negras. Atrás do morro da "Toca" (porção oeste, na região do Bom Retiro), no lugar silenciado pela história, havia outro sujeito, chamado Damazio, que residia com sua esposa em um terreno de posse.

Segundo Joaquina (2016), ele mesmo havia contado que era proveniente do Rio Grande e "[...] fugido dos Senhor que tinham lá". Era casado com Maria Faustina, uma senhora negra da região do Laranjal (CARMEM, 2016). "Tio" Damázio era um senhor franzino e mais velho. Foi vizinho e compadre de outros moradores negros como Raimundo Marcelino e Lúcia Cândida Lorença, e de Agostinho e Aninha de Jesus, que juntamente com Avellina e Manoel, foram os casais que deram origem à comunidade da "Toca".

Damázio residia na região do Bom Retiro, também nas imediações do Morro da Toca, um lugar escondido que, de acordo com Carmem (2016), não possuía plantações (acreditamos que de mata densa), onde hoje, após a expulsão dos moradores e venda do terreno, tornou-se a Fazenda Vô Maury[57][58], um espaço para a realização de festas, de propriedade da família dona da fábrica de Arroz – uma das mais poderosas do município. De acordo com Dona Carmem (2016), que nasceu na região: "Mas hoje lá, hoje tem uma casa dessa mulher, da casa do arroz. Essa casa do arroz compraro esse terreno tudo que nós morava lá. Comprou isso tudo. Tem um casão lá", o que reforça nossa hipótese de que foi essa família, da casa do Arroz, que se apropriou do amplo terreno onde residiam Damázio e outras famílias da "Toca".

Consideramos importante frisar que a casa do "Tio Damázio", era um dos lugares mais importantes para a comunidade, pois, conforme Joaquina, era lá que a comunidade negra se reunia e realizava festas, em lugar bem longe dos brancos de Paulo Lopes. Segundo a moradora (2016), "Nós ia pros bailão, ele fazia muitos baile. É, nós ia pro bailão. Então nós subia o morro, meu deus". Sendo assim, possivelmente, aquele lugar foi, historicamente, um dos pontos de encontro mais importantes para os negros daquele município, o que reforça nossa hipótese de que inicialmente, a "Toca" poderia ser compreendida enquanto lugar de refúgio

[57] Facebook. Disponível em:<https://www.facebook.com/pg/vomaury/photos/?ref=page_internal>. Acesso em 30 jul. 2017.

[58] Maury Santos foi fundador da empresa Arroz Ligeyrinho – no município de Paulo Lopes – em 1988

para sujeitos negros.

4 MEMÓRIA, POLÍTICA DO ESQUECIMENTO

“É Toca, porque isso aqui era um buraco, assim, bem dizer. Não passava nada. Aí, ficou o apelido. De Toca, Toca” (MAURO, 2016).

Nesta seção, discutiremos a memória em uma perspectiva discursiva. Iniciaremos este estudo com Pierre Achard (2010) que, em seu artigo “Memória e produção discursiva do sentido”, no qual trabalha a memória e o que chama de “estatuto dos implícitos”, diz que não podemos confundir esta memória do discursivo com a memória individual que é trabalhada pela psicologia, e muito menos com a 'inconsciência coletiva' (ACHARD, 2010).

O pesquisador também diz que os implícitos, em nível do discursivo, operam com base em um imaginário, que segundo o autor, “[...] o representa como memorizado [...]” (ACHARD, 2010, p. 13) e que isso será reconstruído a cada discurso através da paráfrase.

Com base no exposto, trazemos Freda Indursky (1992), para quem memória discursiva seria então a retomada de uma memória social no nível das práticas discursivas, ou seja, quando enunciamos retomamos um passado memorável que é coletivo, nunca individual (conforme estudam outras correntes teóricas).

Neste ponto, retornamos a Achard (2010) que propõe, para fins de desenvolvimento de sua análise, que é a unidade de uma palavra que permite reconhecê-la em qualquer contexto. Dito de outra forma: para continuar seus estudos, escreve que a palavra “[...] seria uma unidade simbólica cujo reconhecimento a identificação permite definir em termos de repetição” (ACHARD, 2010, p. 14).

Seriam os novos contextos de enunciação desta unidade formal que contribuiriam com a construção dos sentidos, dos quais a unidade seria o “suporte”. No entanto, afirma que a repetição estaria tomada “[...] por uma regularidade” (ACHARD, 2010, p. 14). Esta última constituída com base em uma hipótese analítica.

Em nosso estudo, com base em Achard (2010), conjecturamos que o significante “Toca” é um operador que “[...] comanda um certo número fixo de posições. É a repetição dessas posições nos diferentes enunciados coletados que nos têm permitido inventariar, estabelecer regularidades e também designar os implícitos que poderiam estar sendo clamados” (ACHARD, 2010, p. 14).

Ressaltamos que na Análise de Discurso de vertente francesa existem noções que se relacionam diretamente com os modos de funcionamento dessa repetição que é mencionada por Achard (2010). Uma primeira noção foi proposta por Paul Henry, chamada de “pré-construído”, e "[...] designa o que remete a uma construção anterior, exterior mas sempre

independente, em oposição ao que é 'construído' pelo enunciado" (PÊCHEUX, 2009, p. 88), ou seja, numa operação de encaixe sintático, o "já-lá" retorna ao discurso opondo-se ao que é construído pelo sujeito (INDURSKY, 2011).

Uma segunda noção, introduzida por Pêcheux, é chamada de discurso-transverso e trata-se da linearização, ou melhor, da sintagmatização do interdiscurso, do "todo complexo com dominante das formações discursivas" (PÊCHEUX, 2009, p. 149) no intradiscurso (eixo da formulação). De acordo com Pêcheux (2009), é através do processo de articulação que as determinações do interdiscurso se reescrevem no discurso do sujeito, sem que este se dê conta. Através da linearização temos a ilusão de que já sabemos alguma coisa, ou melhor, que todo mundo sabe daquilo, não sendo necessárias mais explicações.

Com base no exposto, podemos considerar que há no interdiscurso, ou memória discursiva, sentidos/saberes que retornam, numa relação de parafrasagem ao discurso do sujeito, sendo que este esquece essa determinação, iludindo-se através do funcionamento espontâneo da forma-sujeito (PÊCHEUX, 2009).

Freda Indursky (2011), em seu artigo "A memória na cena do discurso", questiona a natureza desta retomada, ou melhor, desta repetição. Esclarece que a repetição para a AD não ocorre exclusivamente no eixo da formulação, o que eventualmente também pode acontecer, mas também envolve o interdiscurso. Isso significa que a repetição também pode conduzir "[...] a um deslizamento, a uma ressignificação, a uma quebra no regime de regularização do sentido" (INDURSKY, 2011, p. 71).

No entanto, também há ocasiões em que não pode haver ruptura da regularização do sentido dominante. A este funcionamento específico da memória social, Freda Indursky (2015) aproxima do que chamamos de "Política do Esquecimento". Sobre o tema, diz que tanto o AIE Jurídico, que sanciona/mantém leis, quanto o AIE da informação, que funciona no intuito de repetir os saberes da formação discursiva dominante, trabalham para silenciar outros sentidos, promovendo "[...] um efeito de consenso instaurado no corpo social" (INDURSKY, 2015, p. 15), ou seja, saberes são repetidos até que seja produzido um efeito de verdade, tirando do jogo discursivo outras tomadas de posição possíveis.

Com base em todo o exposto e acreditando que a Lei Áurea, assim como a Lei da Anistia, que é citada por Indursky (2015), tenha se constituído em uma manobra da elite nacional no intuito de manter seus próprios privilégios, nos questionamos: teria a Lei Áurea funcionado para conter os efeitos de sentido (re)produzidos pela escravidão? O efeito de silenciamento ocasionado teria promovido um deslizamento de sentido relacionado com o significante "Toca"? Por que o nome "Toca" continuou sendo enunciado mesmo após a

abolição? Nosso próximo passo será retomar a historicidade para tentar encontrar vestígios de repetição de saberes ou ruptura de sentidos.

4.1 E A ESCRAVIDÃO SE TRANSFORMA EM SEGREGAÇÃO[59] NO DESTERRO...

Para continuarmos em busca de materialidades relacionadas com o significante "Toca", precisaremos retomar a historicidade tanto de Florianópolis quanto de Paulo Lopes. Começaremos esta seção dizendo que pouco antes da abolição, libertos de toda a província, em virtude do acesso restrito à posse de terras por conta da lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que dispunha sobre uma série de novas regras que deveriam ser obedecidas para a compra (não mais doação) de terras no Brasil –, migram para Desterro visando novos postos de trabalho (BRASIL, 1850b). "Para as pessoas sem terra, ou forma de subsistência, a cidade era uma possibilidade de sobreviver" (SANTOS, 2009, p. 138).

Por conta disso, confluiu-se em Desterro a mão de obra do negro liberto com a do escravizado, que formavam a base da pirâmide social, pelo menos no meio urbano da província. Conforme escreve Santos (2009, p. 182):

> A cidade era dos pobres e dos escravos. Os senhores brancos viviam em suas casas de comércio, nas oficinas, nos locais de administração e serviço público, as mulheres enclausuradas na vida da casa – para a sociedade, a rua era apenas para negras livres e escravas ou para as "decaídas" (prostitutas).

A maioria dos escravizados continuava desempenhando funções braçais às quais eram ordenados e que estavam disponíveis na ilha. De acordo com Santos (2009), esses sujeitos estavam no porto, trabalhando nas embarcações, em oficinas praticando o artesanato, carregando ou vendendo produtos na feira, nas ruas atuando na prostituição, em mercadinhos carregando as mercadorias dos fregueses, abastecendo as casas com água, vendendo coisas (nas quitandas, mercados e vendas), praticando a pesca, cortando madeira, quebrando pedras, remando nas lanchas, cozinhando, limpando, servindo de ama de leite e/ou alugando a própria mão de obra para dar de sustento aos homens brancos.

Em contrapartida, muitos dos livres, que por conta das questões históricas e do preconceito, recusavam-se a realizar a mesma função daqueles que ainda eram escravizados, exerciam atividades que os mesmos não poderiam, por conta do risco de fuga. Conseguiam

---

[59] De acordo com Eni P. Orlandi, "A sociedade capitalista em seu funcionamento contemporâneo é uma sociedade que vai além da exclusão, ela funciona pela segregação (coloca para fora da sociedade, e, quem está fora, não existe, não é levado em conta). (ORLANDI, 2011, p.696)

trabalhar nas novas estradas que eram abertas, na construção de estradas de ferro, na exploração da madeira e também nas guerras. Viviam dispersos nas regiões onde encontravam trabalho (SANTOS, 2009).

Consideramos que a principal diferença entre ser liberto ou escravizado estava na possibilidade de oferecer uma qualidade de vida melhor para a família. Acreditamos que a família do célebre poeta Cruz e Souza tenha sido um exemplo do que dissemos. João da Cruz e Souza nasceu já liberto em 1861, filho de Carolina Eva da Conceição – negra liberta que atuava como lavadeira – e de Guilherme de Souza – Mestre de Pedreiro, escravizado pelo Marechal Guilherme Xavier de Souza Filho e que, posteriormente, foi alforriado em virtude da sua participação na Guerra do Paraguai[60] (ESPÍNDOLA, 2014).

Cruz e Souza residia com sua família em uma casa humilde no bairro da Praia de Fora (atual Beira Mar Norte). Estudou no Colégio Interno da Conceição (público) e, posteriormente, seu pai – com o auxílio dos professores (apadrinhamento) – conseguiu bolsas pagas pelo governo para que estudasse no Ateneu Provincial (um dos melhores colégios particulares da capital àquela época).

Conforme escreve Elizabete Maria Espíndola (2014, p. 2) "[...] a atitude de Guilherme de Souza possibilitou ampliar o espaço de autonomia necessário para viabilizar projetos e sonhos, ou simplesmente garantir a sobrevivência futura de seus filhos". Além disso, a autora frisa que àquela época havia uma preocupação, por parte da elite desterrense com a moralidade e com a ética, o que possibilitava essas pequenas brechas nas quais se inscreviam os libertos (ESPÍNDOLA, 2014).

Aos 20 anos, Cruz e Souza foi caixeiro cobrador de uma empresa de comércio e exportação de carnes e, depois, transformou-se em um grande poeta simbolista. Durante toda a sua vida conviveu com a elite branca, personalidades como Virgílio Várzea e Gama Rosa, chegando a ser indicado para cargos públicos. Filho de alforriados, lutou contra a escravidão o quanto pode, destacando-se no movimento abolicionista desterrense (ESPÍNDOLA, 2014). No entanto, apesar de sua importância na militância em favor da abolição, acreditamos que Cruz e Souza, tenha conseguido, já àquela época, constituir-se de maneira diferenciada, conforme estudamos anteriormente, ocupando lugares que não poderiam ser ocupados pelo negro pobre ou ainda escravizado.

---

[60] Sobre a Guerra do Paraguai, que se inicia em 1864 e termina em 1870, tanto os negros libertos quanto os escravizados (alguns comprados ou libertados para esse fim, outros em substituição aos Senhores mais abastados) foram recrutados. Muitos morreram na linha de frente, o que desfalcou ainda mais as estatísticas da população negra. Não foi o caso do pai de Cruz e Sousa.

Em 13 de maio de 1888, a Princesa Regente promulga a Lei nº 3.353 que “Declara extinta a escravidão no Brasil” (BRASIL, 1888). Supomos que uma pequena parte da população negra (libertos), pelo menos aqueles que haviam conseguido manter relações de apadrinhamento com seus antigos senhores e/ou que tiveram a oportunidade de se especializar nos ofícios que desempenhavam, conseguiram manter as posições que ocupavam, posições que foram transmitidas para os seus filhos (CARDOSO, 2000).

Entretanto, também acreditamos que, com o término da escravidão, a única maneira de subsistência para muitos, pelo menos para aqueles que não tinham terras, seria o deslocamento para o ambiente urbano, onde havia oportunidades de trabalho nos portos, nas embarcações, nas obras públicas (construção de estradas, de prédios), nos leprosários (em atividades recusadas pelos brancos imigrantes); de educação nos colégios públicos como o Conceição (frequentado por Cruz e Sousa), de atendimento médico em hospitais etc.

Por conta disso, muitos alforriados de todas freguesias, colônias e cidades do interior deslocaram-se para a capital em busca de melhores condições de vida. No entanto, uma vez na capital foram sendo forçados para a margem, ou seja, para os morros, bairros e regiões mais humildes do continente (como o Estreito) juntando-se a população de imigrantes mais carentes (que haviam abandonado ou perdido suas sesmarias em virtude, muitas vezes, do trabalho militar), recentes ex-escravizados, os que haviam fugido e muitos que foram libertados antes da Lei Áurea, mas, que não tinham conseguido se inserir na formação discursiva da sociedade Desterrense.

De acordo com Santos (2009, p. 138), “eram pessoas sem terra, sem casa, sem ofício, que não dependiam do trabalho ou que fugiam dele e de suas misérias, podiam viver como ambulantes, prestadores de serviços diários nas ruas”.

No final do século XIX, iniciou-se um processo de urbanização na cidade de Desterro, condenando quaisquer obras que remetessem ao passado colonial. “Os pobres e a cidade antiga tinham que ser removidos e dar lugar a vista do que os abastados podiam construir, as 'modernidades'” (SANTOS, 2009, p. 440). No entanto, como estava fora do perímetro urbano, a região da Toca de Desterro não recebe melhoramentos, tornando-se o primeiro lugar segregado da cidade, de acordo com Santos (2009).

Gradativamente, ao longo do século XX, ocorre um processo de apagamento histórico na região, as casas localizadas no sopé do morro são demolidas, o cemitério dos escravos desaparece e as memórias relacionadas com a escravidão são apagadas pela urbanização constante. Conforme nos diz Derridá (1995, p. 222): “Uma representação pura, uma máquina, jamais ... funciona por si só”**.** Com isso, as questões do urbano sobrepõem-se ao

passado da resistência negra e às cavidades naturais existentes, apagando sua importância referencial e histórica, dando espaço para saberes dominantes relacionados com a segregação social.

Conforme escreve Jean Avalon (2010, p. 25) em "A imagem, uma arte de memória", um acontecimento só será memorável se os seus dados e noções forem compartilhados pela coletividade:

> Uma primeira constatação se impõe imediatamente: para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância.
> Uma segunda constatação complementa a primeira: lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar e fazer jogar uma memória social. Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social (AVALON, 2010, p. 25).

Sendo assim, parafraseando Guimarães (2005), acreditamos ser possível dizer que nesse processo de urbanização, ocorreu um recorte de um passado memorável, do qual a "Toca" não fazia mais parte, o que propiciou o apagamento do termo e de suas memórias do discurso jurídico-administrativo, diferentemente da Rua Menino Deus (também àquela região), que existe até hoje e cujo enunciado está identificado com o discurso religioso (dominante).

Já no século XX, de acordo com Cardoso (2000), o processo de industrialização, que no Brasil ocorre tardiamente, ampliou ainda mais a diferença social existente entre brancos e negros. O negro, que desde a abolição era livre, ainda não possuía as mesmas condições de ascensão em Florianópolis.

Com a ascensão de Vargas ao poder, são impostas diversas medidas que afetam diretamente a comunidade negra do Desterro e do Brasil. A questão de raça, por conta do populismo, ou seja, da formação de um ideal de sujeito brasileiro – que com certeza não tinha representação à margem –, acaba sendo invisibilizada. No entanto, este era apenas um efeito. Isso porque se no discurso da escrita não havia diferenciação em virtude da raça, no nível da oralidade o preconceito era evidente. Nem mesmo as línguas da África poderiam ser faladas, já que o português havia se tornado a língua oficial, legítima, e nenhuma outra poderia ser utilizada, principalmente nas escolas. Os conceitos de democracia racial buscavam mascarar qualquer tipo de preconceito contra a população negra. A ascensão dos nazistas ao poder e seus conceitos de supremacia branca, o que influenciou diretamente o Brasil – que havia sido colonizado também por Europeus –, possivelmente foram outros fatores que intensificaram o preconceito e o Apartheid brasileiro (MARIA, 1985).

Em seus estudos sobre a Comunidade do Morro do 25, Rua Padre Schroeder na capital de Santa Catarina, a historiadora Maria das Graças Maria (1985) enuncia que nos anos 30 e 40, havia bailes separados para negros e brancos, sendo que até mesmo a prática do footing – que era a atividade de paquera dos jovens da Ilha, realizado às ruas do centro, principalmente na praça XV e na Felipe Schmidt - ocorria em calçadas diferentes para não ocorrer a mistura. Essa espécie de "Apartheid" também ocorria em outros lugares, como os clubes. Havia o clube dos negros e o clube dos brancos. Para a autora (1985), se por um lado a constituição de uma associação específica para negros se constituía em um fator de resistência e de integração da comunidade negra, por outro, também revelava o desejo de uma ascensão social.

> Os brancos elaboraram representações do negro, a historiografia oficial muitas vezes impede que o negro fale, fazendo-se sua porta voz, sem, portanto, ter vivido sua experiência, omitindo sua voz, falando por ele sem, portanto, ter vivido sua experiência. Mas os negros também elaboraram representação de si e de seu contexto social. Sua fala está permeada dos valores étnicos brancos, mas os seus valores também estão gritando, fazendo resistência. E essa resistência está presente em todos os seus atos (MARIA, 1985, p.68).

Além disso, também é nos anos trinta que o processo de industrialização aumenta em sobremaneira a diferença entre negros e brancos de toda a província de Santa Catarina. O negro, agora liberto, não estava no centro da sociedade e não preenchia os critérios do ideal de sujeito, sendo assim, por conta disso, não tinha as mesmas possibilidades de ascensão em Florianópolis. Acreditamos que a constante negação e invisibilização do negro que foi promovida pela história do Estado, versão elite dominante, somada às questões sociais não resolvidas após o término da escravidão, implicaram em uma não identificação de parte da população negra com o próprio negro, o que diminui a participação do negro nas pesquisas estatísticas realizadas.

Por conta disso, os pardos, que em 1872 compreendiam 3.139 sujeitos, em 1950[61], contabilizavam apenas 1.248 indivíduos, desfalcando a população dos negros, cuja população ficou restrita a apenas 5.027 pretos e 1.248 pardos, inferior à 1872, quando essa população era de 7.032 pessoas.

Conforme nos diz Cardoso (2000, p. 197), "[...] numa situação de contato inter-racial desse tipo, havia incentivos poderosos para que as polarizações negativas, que na sociedade escravocrata se concentravam no escravo, fossem transferidas plenamente para o negro", ou seja, ser negro implicava numa série de preconceitos e segregações que os negros

[61] BRASIL (1950)a

não aceitavam para si. Da mesma forma, enunciou que os negros, a quem era autorizado ascender socialmente, tendiam a selecionar parceiros que correspondessem a esse ideal de branqueamento. Para o autor, o ideal de brancura e a ascensão social caminhavam juntos (CARDOSO, 2000).

Nos anos sessenta, surge a primeira iniciativa em prol da reserva de vagas para pessoas de origem negras nas empresas privadas, proposta que logo foi rechaçada pela mídia e pela Elite nacional. Com o argumento de que o Brasil era um país mestiço, conseguem barrar qualquer tentativa de reparação racial naquele momento histórico; a ideia de "Mestiçagem" foi bastante divulgada pela ditadura. Nesse contexto, qualquer manifestação relativa à cor era duramente reprimida.

"Durante o regime militar o item cor sequer existia nas estatísticas nacionais, inclusive no censo populacional. O regime tratava assim de impedir que as desigualdades raciais ganhassem visibilidade nas estatísticas oficiais" (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 276).

Mesmo sofrendo dura repressão, o movimento negro buscou novas formas para manifestar sua cultura através da música, da dança e de outras manifestações culturais. Em Florianópolis, os anos sessenta marcam o fim da atividade portuária, o que certamente prejudicou a população que necessitava desse tipo de atividade para sobreviver.

Com a chegada dos anos oitenta, o estado implementa uma série de leis e ações no intuito de minimizar as consequências geradas em virtude da sua falta/falha histórica, sendo assim:

> – O quesito cor da pele volta a fazer parte das pesquisas estatísticas, dando visibilidade à população negra;
> 1. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a partir de sua promulgação "Todos somos iguais perante a lei"; além disso o racismo se transforma em crime inafiançável e passível de reclusão;
> 2. É publicada em 1989 a Lei Caó que "[...] define a prática de racismo no Brasil, das quais os negros são as maiores vítimas" (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 297).

Também é a partir dos anos oitenta que começam a surgir, em Florianópolis, Núcleos de Estudo e programas com foco específico na população negra e na promoção da sua qualidade de vida: destacamos aqui o Núcleo de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/UFSC) que desde 1986 desenvolve pesquisas sobre as populações afro-brasileiras, o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB/UDESC) que, da mesma forma, desenvolve programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados com as relações étnico raciais

(atua desde 2003) e o Projeto Antonieta de Barros (PAB) que, desde 2004, desenvolve políticas afirmativas através da inclusão de jovens, que estão em situação de vulnerabilidade, no quadro de funcionários do poder legislativo como estagiários. Atua, principalmente com adolescentes da Grande Florianópolis.[62]

À nível federal, os Governos que se sucederam desde o início dos anos 2000 têm investido em novas políticas que favoreçam aqueles que estão sendo, constantemente, lançados à margem.

- Em 2012, foi criada a Lei 12.711 de 29 de agosto – que reserva 50% das vagas em Institutos Federais de Ensino para Estudantes que estudaram todo o ensino médio em Escolas Públicas (50% destas para estudantes cujas famílias possuem rendimento inferior a 1,5 salários mínimos per capita, determinando que haverá reserva especial para pretos, pardos e indígenas; quantidade proporcional à configuração étnica da Região onde se localiza o Instituto Federal). Essa norma também prevê que, caso as vagas reservadas a negros, pardos e indígenas não sejam preenchidas, as mesmas serão distribuídas entre estudantes do Ensino Médio das Escolas Públicas;
- Foi sancionada a Lei 12.990/2014 de 29 de junho de 2014 – que reserva aos negros 20% das vagas ofertadas em Concursos Públicos Federais relacionados às Fundações, Empresas, Sociedades Mistas, Autarquias e Administração pública;
- Foram implantados programas sociais (Bolsa-família, FIES, Bolsa-Escola e Pro Uni) com vistas à inclusão e melhoria da qualidade de vida das classes menos privilegiadas.

No entanto, apesar de todas as medidas que foram tomadas pelos Governos que antecederam o atual, observamos que as mesmas são apenas um efeito, de um problema maior que não será resolvido dessa maneira. Isso porque em Florianópolis, dados de 2010, cerca de 24 mil pessoas viviam em aglomerados subnormais (favelas, principalmente), sendo que dessa população, aproximadamente 40% eram negros (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2012). Sendo assim, se por um lado temos a implementação de ações que visam otimizar a vida da população, tentando corrigir essa falta histórica, por outro temos, como vimos, um processo histórico de urbanização/preconceito/segregação, que há séculos expulsa do seu núcleo parte da população que não se inscreve naquilo que o capital considera como formas legítimas de sobrevivência, forçando-os à existência às margens da cidade.

Contudo, se antes essa borda compreendia os bairros do estreito e morros de Florianópolis, conforme enunciou Cardoso (2000), o crescimento da cidade, ocorrido de

[62] Em 2016, tivemos a oportunidade de ministrar um curso para esses adolescentes e conhecer melhor o projeto;

maneira mais intensa a partir dos anos oitenta (inicialmente, conforme já dissemos, atraindo pessoas do interior que estavam em busca de melhores oportunidades e, posteriormente, pessoas de outros estados atraídas pela qualidade de vida) implicou também na expansão do seu núcleo, bem como das suas fronteiras. Com isso, acreditamos que suas margens estejam favorecendo a formação de novas comunidades carentes (como a favela do Siri nos Ingleses), mas também esteja sendo empurradas para outros municípios da região, como Biguaçu, Palhoça, São José e, também, Paulo Lopes.

4.2… E TAMBÉM NA TOCA

Após a abolição de 1888, cremos que alguns negros tenham se mudado para os principais centros urbanos, o que, conforme dissemos, era uma tendência. Em Paulo Lopes, essa migração continuará ocorrendo ao longo do século XX. Nas entrevistas que realizamos (2016), alguns dos habitantes indicaram que existe um pedaço da "Toca" na região do Morro do Hospital de Caridade (região que também era conhecida como "Toca") em Florianópolis e que alguns tios, pais, filhos, sobrinhos e primos residem ou residiram naquele território, como a Tia Rosa – Filha de Avellina e Manoel – e os pais da Dona Isolete – João e Lúcia Marcelino. No entanto, outros, como Felippa e Rosa de Jesus (mãe de Avellina) permaneceram no local.

De acordo com Machado (1993), em 1890 há um reforço no povoamento da sede. Para o autor, os habitantes do "[…] território sesmariano eram de pouco ideal para o trabalho e tinham pouca vontade de trabalhar a terra" e não havia naquela localidade instrumentos tecnológicos para tirar melhor proveito da natureza. "Tudo era desconfortável para a produção e os próprios produtos deixavam de ser vendidos, ocasionando prejuízos de grande monta" (MACHADO, 1993, p. 28).

No entanto, conforme mencionamos anteriormente, naquela região havia a prevalência de um sistema latifundiário com base na mão de obra do negro escravizado e, segundo Cardoso (2000), podemos dizer que o trabalhador livre não tinha disposição para exercer qualquer atividade braçal, pois, isso havia se transformado em sinônimo de escravidão. Preferiam trabalhar na pesca a serem comparados com escravizados. Os negros, em contrapartida, continuavam trabalhando.

Além disso, o isolamento daquela região não favoreceu a vinda de imigrantes (que estavam mais adaptados ao modo europeu de produção), tampouco de novas ideias, o que propiciou a manutenção do sistema econômico já vigente.

Por conta disso, até o fim da primeira república, a região é completamente

dominada pelos latifundiários. Diz Machado (1993) que o primeiro "chefe mandão" da localidade foi José Cândido da Costa Pereira, um agricultor e político de prestígio. Após 1910 e até os anos trinta, era João Antônio de Souza Pindá quem controlava quase tudo. Conforme relatou Nascimento (1988), em entrevista para Heerdt: se "[...] tinha um camarada que bebia cachaça tava na venda, era só ele dizer 'Vai te embora já' que o sujeito fugia, ou se tinha um moço que fez mali pra uma moça, ele dizia 'Casa e casa já', e logo os dois casavam".

Além de negociante, Pindá era agricultor (membro de comissão de plantadores da primeira república) e político de renome do partido republicano. "Suas ordens e sua orientação eram seguidas" (MACHADO, 1993, p. 24).

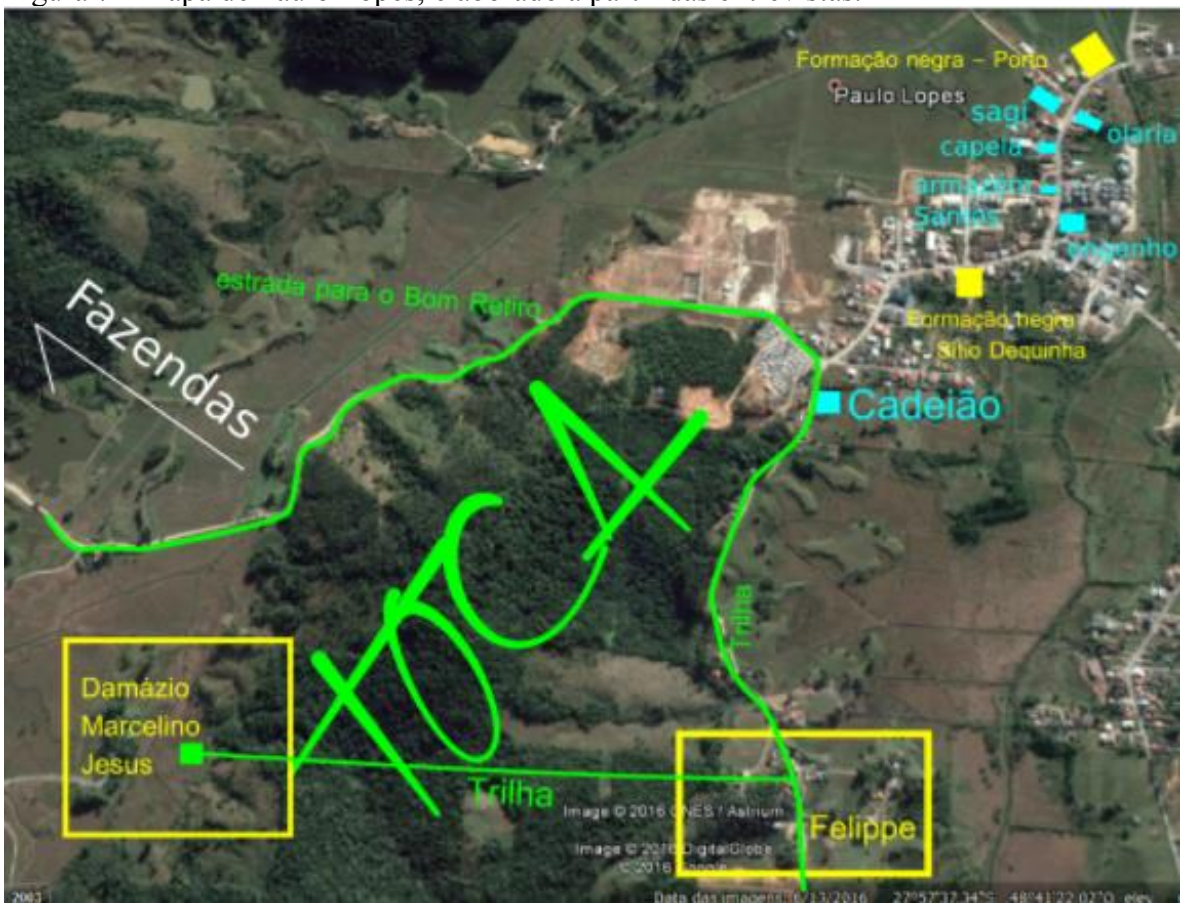
Também é em 1910 que Paulo Lopes vira distrito de Garopaba e, com isso, recebe uma série de repartições, como os Correios, o cartório e a subdelegacia (MACHADO, 1993). Uma das estruturas da subdelegacia, chamada pelos moradores que entrevistamos de "cadeião", ficava localizada na entrada da "Toca", ao lado do atual cemitério e, durante muitos anos, Alfredo Pereira (pai de Deca Pereira e genro de João Antônio de Souza) foi o subdelegado daquela região (GEREMIAS, 2003).

É durante a gestão desse subdelegado, que no ano de 1928 ocorreu um assassinato com arma de fogo na sede de Paulo Lopes. A vítima, nascida e criada em Paulo Lopes, chamava-se Jovino Albino Vieira, de cor "preta". O registro de óbito só foi realizado pelo delegado dois anos depois.

Da mesma forma, de acordo com Cristina (2016) também foi Alfredo que expulsou os negros da região central da cidade (conhecida como "sede"): "O pai do seu Dequinha, o Alfredo, é que chegou expulsando os negros porque dizia que aquilo ali era deles."

No enunciado percebemos que o sujeito utiliza tanto o verbo chegar (no pretérito perfeito do indicativo), indicando que Alfredo não era daquele lugar ("Chegou"). E também o verbo dizer no pretérito imperfeito ("dizia"), dando pistas que sua palavra bastava para expulsar as famílias de territórios historicamente ocupados. Além disso, a junção da preposição de com o pronome eles, em "[...] dizia que aquilo ali era deles", indica que a propriedade também poderia ser dos negros. Esses fatores deixam vestígios de que havia tensão entre brancos e negros

Figura 7 - Mapa de Paulo Lopes, elaborado a partir das entrevistas.



Fonte: Acervo do autor (2017).

Nesse processo, famílias que antes moravam do lado oeste da “Toca” (onde residiam os Damázio, os Marcelino e os Jesus) foram obrigadas a se mudar após a venda das terras. Dona Carmem (2016), que nasceu naquela região, descreveu que era lá que sua avó, Lúcia Cândida, e seu avô, Raimundo Marcelino, moravam, assim como sua mãe (Sebastiana) e seu pai (Trajano), no entanto, a falta de trabalho nas fazendas e a venda das terras para a “família do arroz” (Santos) havia expulsado todos.

Sobre essa situação, Dona Carmem (2016) enunciou que “Não, não tinha plantação. Plantação não tinha, eles não tinham nada pra plantar. Ali era ruindade de comida, às vezes não tinha comida pra comer, tinha que pescar pra podermos comer”.

Na sequência, referindo-se à venda dos terrenos onde moravam, acrescentou que:

> Depois nós saímos de lá e eles compraram, né? Nós não recebemos dinheiro de nada. Depois nós viemos embora pra cá. Aí a terra ficou lá e eles foram comprar. Onde morava esse Damázio hoje, onde morava a Maria Faustina e esse Damázio, hoje é um casão que fizeram lá. Aí vieram embora, não ligaram, né. Deixaram assim. Aí foram lá e compraram. Compraram esse terreno todo e fizeram um casão. Esse casão era ali da casa do arroz, um casão bonito de ver.

Diremos, pautados pelos três últimos enunciados que trouxemos, que o remanejamento das terras ocasionado pela morte dos senhores de escravos, com os quais ainda havia a possibilidade de acordos firmados com base na oralidade (no "fio do bigode"), conforme observamos na fala de Cristina (2016), acreditamos que tenham gerado novos processos de preconceito, exclusão social, de expulsão de famílias negras de áreas que historicamente eram ocupadas e de um remanejamento para a região da "Toca".

Sobre a questão dos negros, Nascimento (1988) enunciou que, quando ele era pequeno, todos os "pretos" residiam na região do porto. De acordo com o entrevistado, "[...] Ali é que era a panela deles [...] ali que era os moradô". Compreendemos o significante panela como um lugar fechado e exclusivo àquelas pessoas, sem qualquer mistura com o restante do município, assim como hoje é a Toca. Acrescentou que desde que era pequeno havia naquela região "[...] preto bem preto e depois foi ficando mais branco, mas era tudo preto… foi então aí pra cá que Paulo Lopes pegou a aumentá também" (NASCIMENTO, 1988, p. 8).

Acreditamos que essa fala de Nascimento resuma o problema racial da localidade. O negro que sempre havia sido visualizado unicamente como mão de obra a ser explorada, com o fim da escravidão, acaba sendo considerado um problema social, responsabilizado pelo empobrecimento local, o que gerou ainda mais segregação. Com isso, essa população passa a sofrer todos os tipos de preconceito. Serviam, principalmente, para limpar a casa, o comércio (ISOLETE, 2016), limpar bucho nos açougues (JOAQUINA, 2016; CARMEM, 2016), fazer o que os fazendeiros mandavam (MAURO, 2016), pingar água na caixa da água dos Senhores (CARMEM, 2016), trabalhar nas roças com os fazendeiros (ISOLETE, 2016), todavia, não eram chamados para festividades religiosas ou bailes. De acordo com Joaquina (2016), "Se tinha um almoço era só pros patrão. Tu não via um negro lá sentado no meio".

A separação física também se refletiu na questão da habitação. Os negros ficaram isolados. O caminho de acesso às moradias compreendia apenas uma trilha, com mata densa de ambos os lados. Conforme Cristina (2016) "Era um trilhozinho que só passava carro de boi, não tinha luz. E, como se fosse uma cabana, tu passava assim por debaixo. O mato do lado do outro fazia… a gente passava por debaixo. E era muito feio de se passar porque era sempre com lanterna [...]".

Para parte dos entrevistados (2016), foi essa precariedade de acesso que

desencadeou o processo de nomeação. Conforme nos disse Dona Joaquina: “Na minha cabeça [...] eu acho que Toca, claro foi botada pelos mais antigos, os coronéis de Paulo Lopes como dizê que tinha. Por que…, mas bem pensadinho era uma Toca mesmo, né? (Risadas) [...] olhe só, a estrada era só carro de boi, né? Mato aqui, mato acolá, né? E aquela trilha no meio”. A partir desses depoimentos, conjecturamos que, em virtude das questões sociais, o processo de nomeação que anteriormente significava um refúgio, possivelmente tenha deslizado para outro, relacionado aos problemas sociais.

A situação das estradas será parcialmente resolvida nos anos 70, quando ocorre a ampliação da estrada de acesso à localidade (MACHADO, 1993).

Em 1948, Alfredo Pereira, que então era intendente do município, doa para a prefeitura uma grande extensão de terra para a criação do cemitério na região da entrada da “Toca” (NASCIMENTO, 1999). Portanto, de um lado da trilha havia o cadeião e, do outro, o cemitério, e, com isso, a “Toca” se torna ainda mais à margem. Nessas condições, os negros foram ficando ainda mais isolados (segregados), mantendo vínculo apenas de subsistência com o restante da comunidade de Paulo Lopes.

Ao falar sobre as medidas discriminatórias da sociedade, Cardoso (2000, p. 174) fala que em alguns pontos chegava-se a, inclusive, proibir o negro de se locomover.

> Estes não podiam reunir-se, não podiam sentar-se às portas das casas de negócio, devendo nelas permanecer o tempo suficiente para fazerem as compras de seus senhores; não podiam permanecer na rua depois da anoitecer, mesmo que estivessem vendendo as quitandas de que lhes encarregavam os senhores; [...] Dessa forma elaboraram-se as normas que disciplinavam a rotina diária […] e limitavam sua possibilidade de livre disposição do corpo, do ócio, do espaço físico [...]”.

Apesar de Cardoso (2000), nessa citação, falar sobre negros escravizados, acreditamos que as situações que trouxemos se apliquem perfeitamente à comunidade, mesmo após a abolição. Conforme dissemos, na entrada daquela comunidade havia uma subdelegacia e um cemitério, não havia luz e havia mato fechado para ambos os lados da trilha e, além disso, ocorria a segregação.

De acordo com os depoimentos de Joaquina, Carmem e Mauro (2016), a família de Carmem e Mauro chegaram a, inclusive, residir na cadeia junto com detentos. E isso havia sido autorizado. De acordo com Carmem (2016), “[...] quem mandava ali era um homem chamado Joaquim”, e, com base em Machado (1993) e nas outras informações coletadas no depoimento, acreditamos que ela estivesse se referindo a Joaquim Santos (antigo Prefeito). “Era só cadeião, aí tava vazio a casa. Aí quando viemos, a minha mãe. Quando nós viemos do Bom Retiro não tinha pra onde fosse. Aí meu pai falou com ele, ele deu” (CARMEM, 2016). O significante

“deu” entendido como emprestado, na medida em que aquela região nunca foi “dada” efetivamente. E essa contradição se repete nas outras entrevistas. Cristina (2016) “Tinha o Coronel Pindá. Aquela, o tataravô ali do seu Nelo, que era dono dessa terra que deixou pros escravos”. Ao ser questionada sobre o terreno no qual seu pai e seus tios plantavam, Dona Joaquina (2016) também disse que a terra era da família, mas ao ser levada à reflexão sobre esta contradição pelo entrevistador (da terra não ser deles efetivamente) disse: “Mas eu acho que a terra lá não era deles… de quem eu não sei te dizer”. Sendo assim, acreditamos que historicamente (re)produz-se um efeito de que essas doações ocorreram efetivamente –trabalhando a imagem de uma elite caridosa –, e nada diferente poderia ser dito, na medida em que nessa formação discursiva não poderia ser dito de outra forma. Isso está nos relatos dos moradores, no entanto, sabemos que essa doação não ocorreu já que não há documentos que comprovem.

Em nossa pesquisa, também observamos que na “Toca”, em virtude de não ter havido contato com outras comunidades, reforçaram-se os laços familiares entre eles mesmos. Inicialmente, os filhos de Manoel e Avellina, na fala de Joaquina (2016) “juntaram os paninhos” com os vizinhos. Posteriormente, os filhos desses juntaram-se com os primos, o que ocorre até os dias de hoje.

Sobre as relações afetivas na comunidade (2016), Joaquina explicou que devido à impossibilidade de saírem (entendemos como o processo de segregação), acabaram casando-se com outros moradores da comunidade. Muitas vezes parentes. Uma forma de resistência.

> Tudo parente, meu filho, tudo parente. Porque na época ninguém saia pra buscar lá fora […] Via pela frente e ia arrumando as trouxas. (risadas). Rapaz, pois eu também. Arrumei as trouxa com meu primo. Porque eu não casei. O pai e a mãe que me casaram […] Sabe por que os primos procuravam um ao outro? É por que não tinha outros. Não é? Não tinha (JOAQUINA, 2016).

Acrescentou que, além dela, outras de suas primas, mais recentemente, haviam se unido com primos. “A Pamela também é. A Pamela, a Isaura, as duas são irmãs. Depois tem um outro, não sei se é casado. Ah, e tem a Andrea que é filha da Cristina que tá casada, o irmão da Isaura, a Néia casada também com o irmão da Isaura” (JOAQUINA, 2016).

A partir dos anos sessenta, inicia-se a construção de uma estrada para conectar Florianópolis ao Sul do estado, em substituição à estrada do litoral que, conforme vimos, funcionava de maneira precária para o município. O trajeto dessa estrada, que depois foi chamada de BR-101, passaria em frente à sede do Município, o que impulsionou um leve desenvolvimento. Além disso, outras obras importantes para o município são colocadas em

pauta. Em 1961, foi criado o município de Paulo Lopes; em 1962, criada a Cooperativa de Eletrificação Rural de Paulo Lopes (CERPALO) e o Grupo Escolar Victorino dos Santos (com mais vagas e mais acessível à população geral); em 1967, é criada a Paróquia de Paulo Lopes e, em 1971, inicia-se a construção da igreja matriz (obra concluída em 1973).

Para as famílias negras, de maneira geral, a situação alterou-se. Não havendo estímulos para manterem-se na agricultura, os mais jovens, foram buscando outras formas de sobrevivência, a maioria executando trabalhos domésticos. Em 1967, ano em que a Paróquia se instala no município, o primeiro negro da comunidade passa a trabalhar na CERPALO (único). Muitos outros foram embora e compreendem um pedaço da "Toca" que já não está mais em Paulo Lopes. Conforme enunciou Dona Joaquina (2016): "Às vezes eu digo: - Meu Deus do céu, ninguém puxou o pai. Ninguém. Ói, quando eles veem uma enxada eles correm tanto que nem olham pra trás. (Risadas) Às vezes eu digo: meu deus do céu, tanto homi aqui em volta de casa, mas quando eles veem uma enxada, mas eles corre", o que indica que, pelo menos profissionalmente, são poucos os que ainda se identificam com o trabalho na roça.

Em 1975, Dona Avelina, matriarca da família Felipe, falece aos 85 anos, sem nenhum bem a inventariar, de acordo com o registro. No entanto, pelas entrevistas que realizamos (2016), podemos considerar que até o fim da vida residiu na "Toca" em uma casa de pau a pique, sentada sobre as próprias pernas sem usar bancos, dormindo no chão, cozinhando em fogão de gancho e andando descalça pelas trilhas da "Toca" (JOAQUINA, 2016), hábitos que transmitiu aos seus filhos e netos.

Acreditamos que também tenha sido nessa época que tenha começado uma pequena alteração nas condições de vida daquela população. Houve alargamento da via de acesso em um primeiro momento, anos depois, a luz foi levada às casas, e, recentemente, foi instalada a iluminação às ruas. Quando perguntada sobre a "Toca" nos dias de hoje, Dona Joaquina (2016) disse: "Ah, a "Toca" agora tá uma cidade, toda cheia de luz. Os lobisomens que morreru tudo", demonstrando o medo que havia de circular por aquela trilha de mata fechada. Na sequência, complementa contando um dos seus casos:

> Cemitério eu passei batida, nem olhei pros lado. Quando chegou lá na frente. Eu não sei se era um cachorro, sei lá. Eu levava um pedaço de pau. Já saí de casa com aquilo na mão e aquele cachorro viu eu saindo. Ele veio pra me atacar. Eu dei uma lambada com tanta força que eu vi sai fogo do calçamento, acreditas? mas logo em seguida, eu, macaca velha como diz o meu primo, já faz tempo que eu tô no galho, eu olhei pra trás, mas ué, cadê o cachorro? Isso aqui, esse caminho da Toca. Isso tem história de tirar o chapéu e arrepiar o cabelo. Arrepiar o cabelo, meu filho, ó... Olha...

Nesse trecho, há vestígios da determinação do urbano sobre o rural. As crenças e as

peculiaridades da localidade do interior, são sobrepujadas pela “evolução” e “progresso” do capital.

Também acreditamos que tenha sido a partir dos anos 70 que a igreja tenha atuado com mais intensidade na comunidade. Não apenas nas questões religiosas, mas também profissionais. De acordo com Carmem (2016), “Quando eu me aposentei foi aqui. Quem assinou a folha dos meus papel foi o Padre Eugênio. Eu tava há muitos anos lá, né? […] Na Igreja lá, foi o Padre Eugênio quem assinou. […] Ele disse: Carmem quando precisar de alguma coisa, tu me procura que eu te ajudo”. Vale ressaltar que atualmente, outras pessoas da “Toca” realizam as funções domésticas para a Igreja que outrora foi desempenhada por Dona Carmem, reproduzindo as condições de produção.

E acreditamos que a questão religiosa também tenha sido fator determinante na constituição desse efeito de reaproximação com a comunidade de Paulo Lopes e com uma pretensa melhoria na qualidade de vida . De acordo com Joaquina (2016):

> […] tem que fazer uma coisa na igreja, era só meninas branca. Só. Eu me criei no tempo que eles faziam a coroação da Nossa Senhora de Fátima a minha irmã e outras aqui tudo minhas parente, nos nunca fomo chamado para uma apresentação de nossa senhora de Fátima na igreja, de santo nenhum. E hoje não, hoje tá tudo maravilhoso, né? As nossas meninas são chamada para a apresentação de igreja, tá tudo muito bom. Os meninos também. Está maravilhoso. Na época, credo, que eu me criei, que era só aquelas brancada. Só, só, só, nego não tinha vez, não tinha vez, não tinha. Nego só tinha vez quando eles queriam dar cachaça pros negos tolos beber. hhaahaha. Mas festividade de Paulo Lopes. Tu podia ir numa festa de Paulo Lopes, tu não via um nego sentado, lá almoçando ou jantando. Era só aquela brancada. Hoje não, hoje tá maravilha. Tá maravilha.

Contudo, se por um lado há essa ilusão de que houve melhora, por outro, pensamos que o preconceito e a segregação continuem (re)produzindo seus efeitos naquela comunidade. Há uma relação direta entre ganhos e perdas. Se por um lado, foi sancionada a Lei Municipal 1319 de 3 de março de 2009 (PAULO LOPES, 2009), que declarou a Associação Quilombola Toca de Santa Cruz de utilidade pública, por outro, percebemos que ocorrem situações adversas como a exposta pelo Vereador Oziel Evaldo Silva, em 2016:

> Infelizmente, o transporte escolar não está levando os estudantes, moradores do Bairro Santa Cruz, até suas residências, como é realizado em todos os Bairros do Município. Os estudantes do Bairro Santa Cruz estão sendo deixados em frente ao Cemitério Recanto da Saudade, e tendo que percorrer metros/quilômetros a pé até chegarem em suas residências, ficando a mercê do sol e da chuva. É um descaso com essas crianças e adolescentes, que saem de casa para estudar, nosso Município não incentiva essas crianças a irem à escola. O transporte escolar fornecido pelo poder público representa a forma mais segura e econômica que o aluno dispõe de chegar à escola. Cabe ao

> Poder Executivo, de forma justa e acessível, fornecer este transporte.[63]

Ressaltamos que nesse trecho, ocorre o apagamento da Toca enquanto significante, sendo substituída pelo Bairro Santa Cruz no discurso administrativo. Mas isso não ocorre apenas nesse texto. O próprio INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que é responsável pelos estudos relativos ao reconhecimento do território, utiliza-se do significante "Santa Cruz" para identificar o quilombo[64]. Sendo assim, nos questionamos: Ainda existe a Toca? Além do caso mencionado pelo vereador também há o de Maria das Graças, a Mãe Quilombola que perdeu a guarda das duas filhas por descender de escravos, um acontecimento sobre o qual também nos aprofundaremos posteriormente.

4.3 TOCA E SEGREGAÇÃO SOCIAL: UM SEGUNDO EFEITO DE SENTIDO

Com base nos estudos desenvolvidos por Freda Indursky (2015), consideramos que a Lei Áurea tenha instaurado uma política do esquecimento, ou seja, a partir da implantação dessa norma ocorre uma tentativa de silenciar sentidos diferentes daqueles determinados pelo discurso dominante.

Para sustentar nossa hipótese, propomos realizar algumas análises em documentos históricos. Os primeiros serão os registros de nascimento dos filhos de Philippa (ou Felippa ou Filippa)[65]: Manoel[66], Maria (1881)[67], Dalia (1883)[68] e Geraldina. (1888)[69]. Pelos registros que localizamos, todas as mulheres nascem libertas. Contudo, no registro de Geraldina, consta a informação de que a "parda" Felippa havia sido libertada:[70]

---

63 Depoimento do Vereador Oziel Evaldo Silva em 2016

64 BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em:http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf. Acesso em 21 nov. 2017

65 Além de Manoel, Philippa (ou Felippa) também foi mãe de pelo menos outras três meninas: Maria (1881), Dalia (1883) e Geraldina. (1888).

66 Livro de batismos da Paróquia de Garopaba 1771 – 1888. Garopaba 28 de abr. Disponível em:<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-MC8N?i=19&cc=2177296>. Acesso em: 08 ago. 2016.

67 Livro de batismo da Paróquia de Garopaba. Termo de Nascimento – Maria. Garopaba. 06 fev. 1881. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-MCDN?mode=g&i=27&wc=MFKF-523%3A1030402501%2C1030402502%2C1030449401&cc=2177296>. Acesso em: 14 dez. 2016.

68 Livro de batismos da Paróquia de Garopaba. Termo de nascimento – Dalia. Garopaba, 23 dez. 1883. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-MC85?i=32&wc=MFKF-523%3A1030402501%2C1030402502%2C1030449401&cc=2177296>. Acesso em: 14 dez. 2016

69 Livro de batismo da Paróquia de Garopaba. Termo de Nascimento – Geraldina. 10 dez. 1888. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-MCRM?mode=g&i=115&wc=MFKF-5TL%3A1030402501%2C1030402502%2C1030463301&cc=2177296>. Acesso em: 03 fev. 2017

70 Chegamos ao registro de Geraldina por conta do batismo de João – filho de Avelina. Nesse documento,

SD 1 - “Geraldina. Nascida a quinze de Abril próximo […] filha natural da parda Felippa, liberta”.

Antes, no entanto, Felippa, nos registros de nascimento dos outros três filhos (Manoel, Dalia e Maria) ainda escravizada, era identificada como “preta”:

SD 2 - “[...] Maria liberta filha natural da preta Filippa […][71].

Além disso, debruçados sobre os arquivos de batismo, observamos que todas as mulheres que haviam sido libertadas em virtude da Lei Áurea, no dia de nascimento de Geraldina (10 de dezembro de 1888), foram consideradas pardas (5 pelo menos – inclusive Felippa, que antes era adjetivada de preta). Acreditamos que esse enunciado “pardo” possa indicar que com o fim da escravidão, o termo “preta” – que, conforme vimos, foi utilizado no registro de batismo do Sr. Manoel Felipe e também de Maria – por toda historicidade e de pré-construídos relacionados com o cativeiro, passa a ser tomado como sinônimo de escravidão, e, por conta disso, torna-se pejorativo e silenciado.

Percebemos que essa alteração de nomenclatura evidencie uma recusa dos habitantes em modificar a hierarquia social daquele contexto histórico, ou seja, quanto mais ariano fosse o sujeito melhor, mas como o negro nunca poderia ser considerado branco, a situação continuava a mesma. Pardo era negro ex-escravizado que naquela conjuntura, em virtude da Lei Áurea, havia sido liberto, mas as condições sociais permaneciam as mesmas, por vezes até piores.

Conforme enunciou Cardoso (2000, p. 187), “Nunca, porém, à redefinição das concepções do branco sobre o negro, já que para tanto, faltava exatamente o móvel maior: a mudança efetiva da posição social do ex-escravo”. E continua Cardoso (2000, p. 197), dizendo que “[...] numa situação de contato inter-racial desse tipo, havia incentivos poderosos para que as polarizações negativas, que na sociedade escravocrata se concentravam no escravo, fossem transferidas plenamente para o negro”.

Ao serem questionados sobre a origem do nome “Toca”, três dos moradores indicaram possíveis processos de nomeação. Para Dona Joaquina (2016):

SD 3 – “[...] outro dia eu estava falando pras gurias, eu acho que Toca, claro foi

---

Geraldina Felipe (possivelmente a irmã de Manoel) consta como madrinha do infante. Livro de batismos do cartório civil de Paulo Lopes – 1911 – 1916. Termo de nascimento. Paulo Lopes 08 abr. 1911. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-61LW-2P?mode=g&i=9&wc=MXYK-2ZS%3A337696601%2C337696602%2C337712601&cc=2016197>. Acesso em 10 set. 2017

[71] Livro de batismo da Paróquia de Garopaba. Termo de Nascimento – Maria. Garopaba. 06 fev. 1881. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-MCDN?mode=g&i=27&wc=MFKF-523%3A1030402501%2C1030402502%2C1030449401&cc=2177296>. Acesso em: 14 dez. 2016.

botada pelos mais antigos, os coronéis de Paulo Lopes como dize que tinha. Porquê…, mas bem pensadinho era uma Toca mesmo, né? […] olhe só, a estrada era só carro de boi, né? Mato aqui, mato acolá, né? E aquela trilha no meio.

E Dona Cristina (2016) acompanha, dizendo que

SD 4 - "era [...] uma Toca porque mato de um lado, mato do outro, tu tinha que passar por debaixo".

Em SD 3, destacamos a frase "eu acho que Toca, claro foi botada pelos mais antigos, os coronéis de Paulo Lopes como dize que tinha". Nesta passagem, observamos que funciona como pré-construído esse atravessamento dos coronéis de Paulo Lopes na designação daquele espaço. Além disso, para Dona Joaquina, a "Toca" foi "botada", ou seja, a nomeação "Toca" se constitui mediante imposição do discurso dominante, não em função do discurso das minorias. Em ambos enunciados, interpretamos que a "Toca", no passado, era um lugar isolado e de difícil acesso.

Seu Mauro (2016), nascido na localidade, ao referir-se à estrada disse:

SD 5 - "É Toca porque isso aqui era um buraco, assim, bem dizer. Não passava nada. Aí, ficou o apelido. De Toca, Toca".

De SD 5 destacamos três passagens. Em primeiro lugar, Seu Mauro, diferentemente de Dona Cristina (2016), enuncia o significante "Toca" no tempo presente. De acordo com ele ainda "É Toca […]", apesar de não ser mais o "buraco" que costumava ser. Na passagem, acreditamos que o significante buraco possa ser compreendido de duas maneiras: como lugar de animais ou como lugar atrasado.[72] Na sequência, na frase "Não passava nada", observamos uma desvalorização da importância dos sujeitos que residiam na comunidade, que no nível do dito são considerados como "nada", já que precisavam se deslocar pela trilha de acesso. Lembramos que em uma sociedade escravagista, escravizados podiam ser encarados como esse "nada". Sendo assim, com base nas análises que realizamos até este momento, observamos que ocorre um deslizamento de sentido. Há um deslocamento do sentido de Toca enquanto lugar dos negros, de refúgio, conforme propusemos anteriormente, para a Toca enquanto espaço de segregação social.

Ainda com base no último enunciado, na sequência discursiva "Aí, ficou o apelido", consideramos que funciona como pré-construído o sentido de provisoriedade, ou seja, que os anos de utilização do significante no nível da oralidade não garantiram a legitimidade do nome.

Compreendemos oralidade com base em Solange Gallo (1989). Em sua dissertação

[72] Dicionário on-line de Português. Disponível em:<https://www.dicio.com.br/buraco/>. Acesso em: 16 jul. 2017

de Mestrado, a pesquisadora explicitou que o discurso escrito é aquele institucionalizado, ou seja, que possui um único sentido (pelo menos efeito de...), como o texto jornalístico ou literário, enquanto que o discurso oral não é institucionalizado, ou seja, não passa por um processo de legitimação, produzindo "[...] um sentido ambíguo e inacabado" (GALLO, 1989, p. 72).

Em "Processo de Legitimação no Discurso da Escritoralidade", Gallo (2015) aprofunda seus estudos acerca do Discurso da Oralidade e suas características provisórias/mutáveis. Compreendemos tal discurso como aquele que é inerente ao povo (com p minúsculo). Para Gallo (2015), a oralidade não prevê registro. No processo de independência do Brasil, quando o português se transforma em língua oficial, esse discurso dizia respeito àqueles que não escreviam (quando muito, grafavam).

No entanto, conforme escreve Pêcheux (2009), não podemos cair no idealismo dos sentidos já dados, que localizamos nas falas dos moradores. E, por conta da carência de informações a respeito, resolvemos fazer uma pesquisa nos registros de nascimento, casamento e óbito existentes, debruçando-nos, nos livros de paróquia e de registro civil da Vila de Garopaba (1846–1910) e, posteriormente, com a elevação de Paulo Lopes a distrito (ano de 1910), concentramos nosso interesse àquele povoamento específico.

Contrariamente ao que muitos moradores pensam, existiram registros, pelo menos do cartório civil, que mencionaram a existência de um lugar denominado "Toca" no distrito de Garopaba, ou seja, a "Toca" não era apenas um apelido (sendo assim, esse termo fazia parte do discurso da escrita, não somente da oralidade, já que era escrito em documentos oficiais). O primeiro registro que encontramos nos livros de batismo de Garopaba foi realizado no ano 1890 por Miguel de Souza Baptista:[73]

> Aos dezenove dias do mez de Abril, do anno de mil oitocentos e noventa neste districto de Paz, da Parochia de São Joaquim de Garopaba Município de São José, Estado Federal de Santa Catharina, compareceu no meu cartorio Miguel de Souza Baptista residente nesta Parochia e perante das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas declarou que no dia dezesete do mez e anno supracitado nasceu no lugar denominado ***Toca***[74] districto desta Parochia uma crianca viva do sexo masculino de nome João, filho legítimo, digo, natural de Joana Rosa de Jesus e de pai incognito; avós maternos Miguel de Souza Baptista e Maria Rosa de Jesus já fallecida; avós paternos incógnitos.

Um dia após, nesse mesmo cartório, ocorre outro registro mencionando a região.

---

[73] Livro de registro civil de Garopaba 1889 – 1911. Garopaba 28 de abr. Disponível em:<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-X369-4WL?mode=g&i=25&cc=2016197>. Acesso em: 08 ago. 2016.

[74] Grifos nossos

Desta vez, realizado por Sabino Antônio da Rosa:

> Aos vinte dias do mez de Abril do anno de mil oitocentos e noventa neste districto de Paz da Parochia de São Joaquim de Garopaba, Municipio de São José, Estado Federal de Santa Catharina, compareceu no meu cartório Sabino Antônio da Rosa, lavrador, casado e residente nesta Parochia e perante as testemunhas abaixo nomeadas e assignadas declarou que no dia dezoito do mez e ano supracitado nasceu de sua mulher uma criança viva do sexo masculino de nome Manoel filho legitimo do declarante e de Carolina Joana da Conceição, ambos residentes no lugar denominado **Toca**[75] districto desta Parochia. avos paternos Fortunato Antonio da Rosa e Maria Rosa de Jesus, avós maternos Felisberto José Gonçalves e Maria Custódia de Jesus.

Temos algumas considerações acerca dos enunciados que trouxemos. Em primeiro lugar, os mesmos indicam que pelo menos naquele tempo, assim como a Toca de Desterro, a região também era habitada por sujeitos brancos. Sabino Antônio da Rosa, por exemplo, era irmão de Adelaide Rosa de Jesus (que se tornaria esposa do Senhor de Manoel Felipe e sua mãe, chamado Luciano José dos Santos). No primeiro caso, o da família Batista, o ato falho na substituição do termo "natural" pelo legítimo, assim como os avós casados, também deixam vestígios de que se tratava de uma família branca. Isso porque conforme mencionamos anteriormente, aos negros nem sempre era autorizado o casamento.

Essa presença da população branca na região indica que àquele tempo o termo "Toca" era legítimo, pelo menos no nível do discurso administrativo, tanto que o mesmo nomeou lugares tanto em Desterro quanto em Garopaba). Teria o urbano de Desterro determinado a existência de uma Toca, em condições similares, também em Paulo Lopes? Pelo menos nas entrevistas que realizamos, percebemos uma forte relação entre as duas Tocas, tanto que muitos filhos e netos de Manoel Felipe e Avellina Rosa de Jesus se mudaram para aquela localidade.

Em segundo lugar, acreditamos que essas pessoas possivelmente eram pobres. Reforçamos que Luciano José dos Santos era negociante. Com base em Machado (1993), sabemos que a profissão lavrador era exercida por pessoas humildes, como Manoel Felipe (patriarca da Toca). Além disso, Joana Rosa de Jesus foi mãe solteira, e diferentemente de Luciano José dos Santos e João Pindá, não localizamos qualquer registro dessa família enquanto memorável (no livro de Machado ou na entrevista realizada por Heerdt, por exemplo). Acreditamos que nesse aspecto, a Toca se assemelhava bastante à de Desterro. Um lugar fora do perímetro urbano e habitado por pessoas humildes.

Em terceiro lugar, sabemos que esses registros ocorreram menos de dois anos após

[75] Grifos nossos

a abolição da escravatura (13 de maio de 1888), o que indicaria uma possível relação entre o processo de designação da Toca com a escravidão. Diferentemente de Desterro, pelo menos no nível da oralidade (entrevistas realizadas em 2016), não há na Toca de Paulo Lopes uma região de cavernas ou formações naturais que fossem memoráveis. Havia a região de mata fechada para a qual parte da comunidade negra do município foi (antes e/ou após a abolição), estreitando laços sociais entre os pares e afastando-se da população branca, com a qual mantinha vínculo somente no nível do trabalho (reproduzindo um modo de produção similar ao escravagista).

Conforme nos diz Joaquina (2016) a respeito de outras famílias negras que também residiam naquela região: "Eles moravam tudo aqui atrás, nós era tudo conhecido, era tudo como se fosse parente, né? Na época a nossa comunidade aqui, né? Que se um precisasse um do outro estava sempre pronto a servir, né?"

Em uma das passagens de seu livro, Eduardo Guimarães (2005, p. 81) fala sobre o morro e sobre as desigualdades sociais.

> É inevitável que se considere aqui a polissemia da palavra morro na história de sua constituição. Ou seja, a palavra morro de designação de acidente geográfico (desce-morro e sobe-morro) passa a designar região da cidade, espaço da cidade do Rio de Janeiro (opõe-se a bairro, vila, jardim?). Deslize de sentido que se dá na medida em que uma diferença social se correlaciona com uma diferença de espaço, e este espaço passa a significar uma parte da cidade enquanto determinada pela diferença social. Assim, se morro descreve, no caso, a geografia em que este espaço se configura, significa que um recorte social ligado à própria descrição da entrevistada que dá conta de que os habitantes do morro levavam água na cabeça para casa e que hoje o ônibus já chega no topo do morro, ou seja, o morro já conseguiu receber um benefício próprio da vida urbana que ele não tinha.

Ainda com relação ao nome "Toca" nos registros de óbito e batismo, observamos que no início do século XX havia uma predominância de registros relacionados aos descendentes de Europeus. Após os anos 50, os registros que fazem menção à região são exclusivamente relacionados aos negros (famílias Felipe, Jesus e Marcelino) e hoje, a cada dia, novos sujeitos brancos (simples) migram para o local no intuito de constituir residência atraídos pelo baixo custo das terras (que ainda não foi demarcada como território Quilombola pelo Incra).

Sendo assim, a "Toca", que designa um lugar, o lugar dos negros, ou melhor, conforme a fala de Joaquina (2016) "[...] o nosso lugar é Toca", pode deslocar o sentido para o de segregação social, em outras formações discursivas.

4.4 A TOCA NO DISCURSO DE ESCRITORALIDADE

Após uma breve análise do significante "Toca", no que tange os discursos da oralidade e da escrita, passaremos agora a analisar o termo no nível da Escritoralidade, que também nos interessa. De acordo com Gallo (2015), cada vez mais as pessoas têm acesso a meios de legitimação daquilo que produzem e que no mesmo há algo semelhante ao efeito autor, mesmo sem a inscrição do sujeito no discurso da escrita. Para designar esse processo, a autora propõe a noção de Escritoralidade.

Conforme escreve a autora: "A Escritoralidade está caminhando para uma forma legítima, sem dúvida [...] como durante séculos, esteve a Escrita" (GALLO, 2015, p. 5). Sobre as características desse discurso, a pesquisadora afirma que o mesmo não é perene como o discurso da escrita, mas que também é público. Um discurso que permite o efeito-autor e é bastante comum na textualidade digital.

Com relação ao uso do significante "Toca" pelos sujeitos moradores daquela comunidade na contemporaneidade, em nossa análise relativa às redes sociais (*Facebook*), observamos que esse nome foi utilizado apenas uma vez. Trouxemos essa sequência discursiva que colocada em circulação por um morador da Toca para análise[76]:

SD 7 – "Negô, vem com nóis mais vem de coração Por paixão, por amor não pela emoção firmão. ☝ (emoticon de dedo apontando para cima) 💪 (símbolo de braço com biceps contraído em sinal de força). Aqui na toca é sem cutcharras 8| (símbolo do smiley com óculos escuros)".

Figura 8 - Sujeitos na Toca.

[76] O dado de que o autor do enunciado (S1, conforme chamaremos daqui pra frente) é morador daquela comunidade foi coletado durante as nossas visitas. Além disso, encontramos S1 em nossas andanças pela região.

Fonte: Reprodução/*Facebook*.

Imbricada à escritura, que é pública e está em circulação na rede, existe uma imagem (que chamaremos de I1). Na mesma, o sujeito autor (aquele que publicou a foto - que chamaremos de s1), aparece acompanhado por outros cinco (s1, s2, s3, s4 e s5). Todos os sujeitos estão com os troncos virados para a frente. s1 está no centro da imagem e sem camisa, s4 veste regata azul de time de basquete, s2 usa polo, s3 e s6 estão de camiseta preta estampada e s5 usa camiseta regata amarela.

Tal qual o símbolo do digital, os sujeitos aparecem com o dedo indicador e o polegar erguidos. O sujeito autor (s1) direciona seu dedo indicado, em plano inclinado, para a frente, s2, s3 e s4 direcionam seus dedos indicadores diretamente para a câmera em frente. O s5 direciona um dos dedos para a câmera à sua frente e, com a mão que segura o celular, aponta o dedo indicador para cima. O s6 só aponta o indicador para cima, mas, carrega na outra mão um copo contendo um líquido escuro.

Com relação ao texto escrito, observamos que se trata de uma mescla entre duas músicas. O primeiro trecho "Negô, vem com nóis mais vem de coração
Por paixão, por amor não pela emoção **firmão** (grifo nosso)". Trata-se de um rap composto por Mano Brown (Pedro Paulo Soares Pereira), Dexter (Marcos Fernandes de Omena) e Função (Leandro Arruda), chamado de "Eu sou função".[77] Analisamos que o trecho mobilizado pelo sujeito-autor (s1) trata-se de um convite para que os sujeitos leitores se unam àquela "comunidade" ("nóis"). Todavia, observamos que ao passo em que convida, o enunciado também seleciona quem poderá participar. Através dos segmentos "[...] vem de coração" e "Por paixão, por amor não pela emoção firmão", ficam vestígios de que tal participação não é para

[77] ARRUDA, Leandro; OMENA, Marcos Fernandes de; PEREIRA, Pedro Paulo Soares**. Eu sou função.** Disponível: < https://www.vagalume.com.br/dexter/eu-sou-funcao.html>. Acesso em: 20 dez. 2016.

qualquer um, apenas para aqueles que se constituem à margem, mas que não desejam a "emoção" da vida criminosa. Além disso, acreditamos que o termo "firmão" não seja habitualmente utilizado pelos moradores daquela comunidade, mas sim pelos da periferia de São Paulo – que é onde os três sujeitos compositores (Arruda, Omena e Pereira) se constituem.

Já o segundo trecho, "Aqui na toca é sem cutcharras" é uma adaptação do funk carioca "Brota Brota em Caxias é Sem Cutcharra", do MC Th (Thiago Merces). Na canção, o compositor, em vez de Toca (pré-construído por s1), enuncia municípios da região metropolitana do Rio. Apesar de enunciar toca com letra inicial minúscula no enunciado que apresentamos, ao fazer a substituição de Caxias por esse significante, consideramos que fiquem marcas de que ele se esteja fazendo referência à Comunidade.

O termo "Cutcharras", de acordo com o Dicionário Informal, é um "Termo (gíria) utilizado na linguagem informal para substituir: caô; frescura; palhaçada; enganação; viadagem"[78]. Ou seja, no nível intradiscursivo, os sujeitos que falam, falam a partir da Toca e sem "frescura".

Da mesma forma, consideramos importante mencionar que os compositores e os vocalistas das músicas são *rappers* e funkeiros*,* todos são homens negros, nascidos e criados em comunidades da periferia da região sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo). Sendo assim, há uma identificação do sujeito com uma margem diferente daquela na qual se constituiu.

Com relação à Figura 8, acreditamos que a mesma esteja em relação de paráfrase com outras que circulam pela internet.

Figura 9 - Vídeo mostra tiroteio à luz do dia na Restinga.[79]

---

[78] DICIONÁRIO INFORMAL. **Cutcharra**. Disponível em:< http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/cutcharra/26833/ >. Acesso em: 13 fev. 2016.

[79] DIÁRIO GAÚCHO. Porto Alegre, 03 jun. 2015. Disponível em:< http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2015/06/video-mostra-tiroteio-a-luz-do-dia-na-restinga-4774182.html>. Acesso em: 19 fev. 2017.

Fonte: Diário Gaúcho/Reprodução.

Figura 10 - Bandidos de Belford Roxo ostentam armas no *Facebook*.[80]

Fonte: Notícias de Magé/Reprodução.

[80] JUNIOR, Maurício. Bandidos de belford roxo ostentam armas no facebook. In: notícias de magé on-line. Belford roxo, abr. 2014. DISPONÍVEL EM: <http://noticiasdemage.blogspot.com.br/2014/04/bandidos-de-belford-roxo-ostentam-armas.html>. acesso em: 04 set. 2016.

Figura 11 - Bandidos migram para Belford Roxo e ostentam armas na rede social.[81]

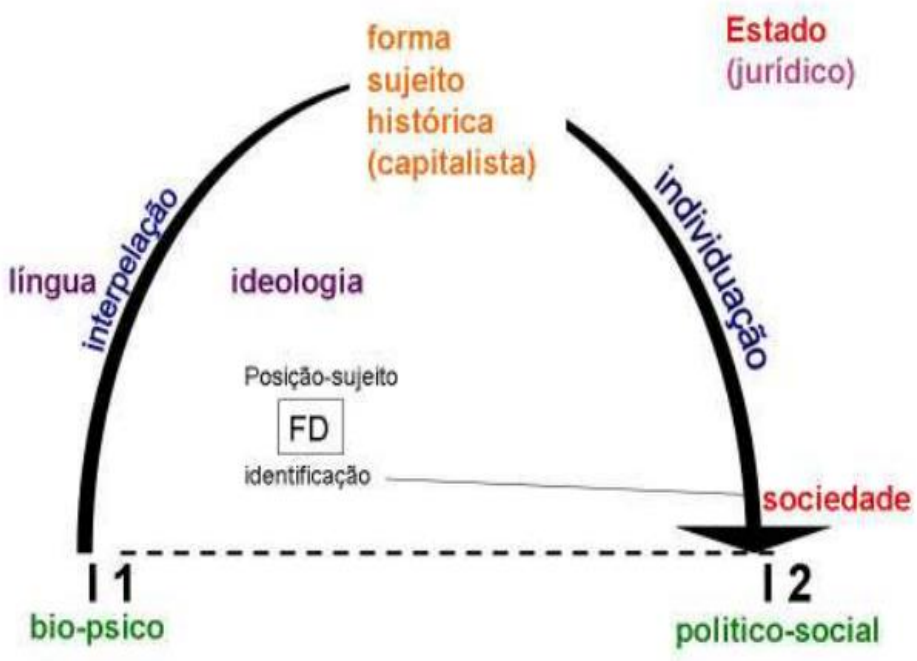
Fonte: Notícias da Baixada/Reprodução.

Nas imagens que trouxemos, coletadas por veículos de comunicação nas redes sociais, homens de comunidades carentes do Brasil, exibem-se enquanto delinquentes. Os dedos indicadores e polegares levantados, apontando para frente e para cima, o boné e as roupas largas, cremos que (re)produzam efeitos de sentido relacionados com a delinquência, contraditoriamente ao que diz o texto escrito.

No artigo "Espaço da violência: o sentido da delinquência", Orlandi (2009) retoma um quadro de referência no qual reflete sobre dois processos: o de interpelação do indivíduo em sujeito e também o de sua individuação pelo estado. É somente após esses processos que o sujeito será livre ao mesmo tempo em que é responsável.

Figura 12 - Processo de individua(liza)ção.

[81] Notícias da Baixada. Belford Roxo, 01 abr. 2014. Disponível em:<http://www.noticiasdabaixada.com/2014/04/bandidos-migram-para-belford-roxo-e-ostentam-armas-na-rede-social.html>. Acesso em: 19 fev. 2017.



Fonte: Orlandi (2009, p. 220).

A autora afirma que o modo como a individuação ocorre é o que determinará a "qualidade/natureza" da relação entre o sujeito e a sociedade (ORLANDI, 2009). O estado falta/falha e é nessa ausência que os sujeitos da margem se constituem.

Para Orlandi (2009), delinquir está para além da exclusão, na medida em que nesse contexto ocorre a perda de laços com a comunidade e com a história. Os sujeitos praticam o "ilícito" na medida em que estão "À procura do que faz sentido e do que possa ser um gesto simbólico que os signifique, enquanto sujeitos sociais e históricos" (2009, p. 224).

Nossa crença é que a falta/ausência do Estado naquela comunidade tenha culminado em uma lacuna na constituição dos moradores em sujeitos-de-direito, conforme já dissemos anteriormente.

Conjecturamos que essa lacuna tenha sido possível em virtude de pelo menos dois fatores: 1 - a submissão dos negros de Paulo Lopes ao regime escravagista. Um regime no qual não possuíam direitos e ao qual foram submetidos por mais anos do que é historicamente convencionado, e 2 – a manutenção de um regime de servidão pré-capitalista, mesmo após o término da escravidão, o que deveu-se ao isolamento da comunidade e da dissimetria de direitos entre os coronéis e a comunidade negra.

Entretanto, consideramos que esse enunciado seja produzido em um outro momento, no qual a comunidade está em processo de reconhecimento enquanto quilombo (cuja

forma é legitimada pelo Estado).

Aruti (2006) chama essa movimentação jurídico-administrativo relacionada ao quilombo de nominação, ou seja, "[...] movimento de instituição de uma categoria jurídica ou administrativa que, englobando uma população heterogênea com base em determinadas características comuns, a institui como um sujeito de direitos e deveres coletivos, ao mesmo tempo como um objeto de ação do Estado". (2006, p.53)

Temos, portanto, em Aruti o reconhecimento de uma heterogeneidade que precisa ser eliminada para que a comunidade possa se constituir em um sujeito de direitos e deveres coletivos. Há uma forma de ser quilombo, idealizada com base em características comuns e não nas diferenças, e só dessa forma existirá quilombo.

O enunciado que trouxemos é produzido nesse hiato, entre a invisibilidade e a visibilidade[82] dessa comunidade; um período de transição, no qual há a constante tentativa de estabilização dos sentidos pelo Estado (representado pelo INCRA).

Nessa conjuntura, consideramos que o significante "Toca" seja silenciado por (re)produzir sentidos relacionados com o marginal, o que não é e nem pode ser dito na formação discursiva do mercado.

Sendo assim, observamos que o que sujeito-autor (s1) faz nesse enunciado é romper com essa estabilização. Não traz para a cena discursiva a "Santa Cruz", mas sim a Toca, essa comunidade que se constitui numa falha, na identificação dessa comunidade com o fora da lei. Reforçamos que historicamente, ocorreu um deslocamento do sentido de quilombo de acampamento do guerreiro para habitação de negros fugitivos durante o período escravagista e isso atravessa o discurso do sujeito.

Nas entrevistas que realizamos, isso também ocorre. Joaquina (2016), ao se referir sobre Damázio, um morador da comunidade que vinha de outro lugar – de acordo com ela do Rio Grande, fala os termos "foragido" e "fugido", o que faz circular no oral sentidos relacionados ao fora da lei.

Entretanto, o que diferencia o sujeito autor de Joaquina, é que ele faz esse enunciado circular no digital, um discurso de escritoralidade que é mais legitimado e menos provisório que o oral (GALLO, 2016). Ressaltamos que, conforme já foi dito, na análise que realizamos nas redes sociais (*Facebook*), este foi o único enunciado que utiliza o significante "Toca" enquanto designação da comunidade. Todos os outros 24 perfis de moradores que analisamos

[82] Trabalharemos melhor questões relacionadas à visibilidade no próximo capítulo

para fins desta dissertação, utilizam outro termo para identificar a localidade, um movimento sobre o qual nos aprofundaremos no próximo capítulo.

Sendo assim, diremos que apesar da lei áurea e de outras leis relacionadas ao Quilombo instituírem uma política do esquecimento; observamos que pelo menos no nível da Escritoralidade, termo cunhado por Gallo, ocorre a ruptura com a estabilização dos sentidos, fazendo emergir outros. Estes, relacionados com a segregação social/delinquência.

5 SILÊNCIO E VISIBILIDADE

Neste capítulo, propomos compreender um último movimento que tange os efeitos de sentido: o apagamento, ou melhor, o silêncio/silenciamento do significante “Toca”, bem como dos sentidos relacionados.

Para darmos esse passo, será importante rever em Orlandi a noção de silêncio. A autora em sua obra “As Formas do Silêncio”, trabalha essa noção, deixando claro que o silêncio deixa vestígios que não falam, mas sim, significam. Conforme nos diz Orlandi (2007, p. 50): “Compreender o silêncio é explicitar o modo pelo qual ele significa”, e é isso que propomos fazer.

Para empreender no estudo desta noção, Orlandi divide o silêncio em duas formas base: uma primeira, a qual chama de fundante, que tem relação com constituição da significação; e uma segunda, chamada por ela de política do silêncio (silenciamento), segundo a qual, para dizer a partir de uma determinada posição, o sujeito precisa não-dizer outros sentidos.

No livro “Terra à Vista: Discurso do confronto: Velho e novo Mundo”, Orlandi (1990, p. 52) traz como exemplo o índio que não fala nos documentos históricos a respeito do nosso país:

> Eles falam do índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta [...] esse silêncio poderia ser compreendido como resistência […] a toda tentativa de integração: ele não fala (do lugar que se espera que ele fale).

Assim, como apontado por Orlandi, em nossa pesquisa nos documentos e livros sobre a história da localidade de Paulo Lopes, os moradores da “Toca” são falados por padres (registro de batismo), escrivães (registros de nascimento), escritores e historiadores, mas nunca falaram. Assim como os indígenas, historicamente, foram silenciados pelos discursos dominantes.

Retomando nossos estudos sobre as “Formas do Silêncio”, dizemos que na sequência de sua obra, Eni Orlandi faz outra seção. Subdivide a política do silêncio em outras duas, que são: o silêncio local e o silêncio constitutivo (ORLANDI, 2007).

Sobre o silêncio local, podemos dizer que ocorre quando há uma interdição do dizer no interior de uma formação discursiva, como é o caso da censura, por exemplo. “No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar o 'lugar' que lhe é destinado para produzir os sentidos [...]” (ORLANDI, 2007, p. 79).

Já o silêncio constitutivo, acreditamos que seja da ordem do esquecimento nº1, no qual o exterior da formação discursiva é ocultado do sujeito (PÊCHEUX, 2009).

Para Orlandi (2007, p. 73) apagam-se "[...] sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva, uma outra região de sentido".

Compreendidas as diferenças e a categorização proposta pela pesquisadora, antecipamos, neste capítulo, interessa-nos o silêncio e seu funcionamento para podermos analisar a circulação (ou não) do termo "Toca" na atualidade.

Para além da perspectiva proposta por Orlandi, o silêncio também pode ser concebido como oposto à visibilidade, conceito que ganha cada dia mais a espaço na sociedade. De acordo com Claudine Haroche e Nicolle Aubert, no artigo "Ser visível para existir: a injunção da visibilidade", esta noção é fundamental para a sociedade atual, pois não há quem não esteja preocupado em ser visto. A imagem assegura a legitimidade, mesmo que provisória (AUBERT; HAROCHE, 2013).

Conforme escrevem as pesquisadoras, até o século XIX houve a necessidade de silenciar a intimidade, algo que se inverteu, principalmente após os anos sessenta do século XX, quando a autoexibição passa a preocupar a sociedade, com ápice a partir dos anos noventa, com a emergência de novas tecnologias, principalmente às da comunicação e da informação. "Em nossa sociedade, o invisível tende a significar o insignificante, e, mais, o inexistente" (AUBERT; HAROCHE, 2013, p. 13).

Para Joel Birmann (2013), no passado, mais especificamente no século XIX, o simbólico nos fazia referência, na medida em que éramos conhecidos pelas nossas realizações "[...] não era possível haver sujeito sem obra. Já na contemporaneidade, contrariamente, o ser visto condiciona [...] a experiência da certeza de existir " (BIRMANN, 2013, p. 49).

Parafraseando Aubert e Haroche (2013) cremos ser possível dizer que somos convidados a nos exibir constantemente para termos legitimidade. Mais do que fazer, ou de termos competências, devemos aparecer para sermos reconhecidos.

Encerramos esta parte trazendo uma reflexão de Aubert e Haroche (2013), que em seu livro salientam que a visibilidade:

> **[**…] num contexto em que o sujeito perde sua relação com o futuro, bem como com a tradição e a genealogia, o tempo presente tenderia a se ampliar e se estender desmesuradamente e, sem a referência com o projeto do tempo futuro, tenderia a se fragmentar, reduzir-se a uma acumulação de instantes desprovidos de qualquer suporte significativo para os sujeitos. A partir daí a relação com o corpo se tornaria central, o corpo sobre a qual ele poderia efetivamente se apoiar

Neste contexto, sabendo-se que a visibilidade pode promover uma ruptura com a tradição e com a genealogia, um movimento de silenciamento. Propomos analisar se isso se reflete nos enunciados apresentados por 25 sujeitos moradores da "Toca" nas redes sociais e de que forma isso ocorre. Para isso, retomaremos a historicidade do termo Santa Cruz para, na sequência, analisar os enunciados que foram coletados com base nas teorias que apresentamos anteriormente.

5.1 "[…] TIRARAM A TOCA E BOTARAM SANTA CRUZ"

Tal qual Freda Indursky, que no artigo "A memória na cena do discurso" de 2011, propomos fazer um breve retorno ao discurso do descobrimento do Brasil para darmos um primeiro passo em nossa busca pela materialidade do termo Santa Cruz que, conforme dissemos anteriormente, nomeia o bairro e sobrepõe-se ao termo "Toca" nas redes sociais.

5.1.1 A terra de Santa Cruz

Em 1552, cinquenta anos após o descobrimento e no auge da expansão ultramarina, o português João de Barros inicia a escrita do livro "Décadas da Ásia – Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente". No primeiro livro, ou primeira década, escreve sobre o descobrimento do Brasil, ou melhor, do descobrimento de Sancta Cruz conforme nomeou Pedro Álvares Cabral.

Narra o autor:

> E naqlla barbara terra nunca trilhada de povo Christão, aprouve a nosso Senhor per os meritos d´aquelle Sancto Sacrificio memoria de nossa redepção, ser louvado & glorificado não somete d´aquelle povo fiel d´armada, mas ainda do pagão da terra: o qual podemos crer estar ainda na lei da natureza. Com o qual logo Deos obrou suas misericórdias, dandolhe noticia de si naquelle Sanctissimo Sacramento [...] Passado algús dias em quanto o tempo não feruia,& fizerão sua agoada, quádo veo a três de Maio que Pedralvarez se quis partir, por dar o nome áquela terra per elle novamente achada: mandou arvorar uma cruz mui grande no maes alto lugar de húa arvore & ao pé della se disse missa. A qual foi posta cõ solénidade de benções dos sacerdotes:dando este nome â terra , Sancta Cruz. Quasi como que por reverencia do sacrificio que se celebrou ao pé d´aquella arvore, & final que se nella arvorou com tantas benções & orações, ficava toda aquelle terra dedicada a Deus (BARROS, 1628, p. 88).

Nesta passagem, João de Barros evidencia o atravessamento do discurso religioso no do descobrimento. Em virtude de não serem cristãos, assim como os portugueses, os índios

são chamados pelo autor de bárbaros, pagãos e, indiretamente, de selvagens, por não serem regidos pelas leis canônicas. Barros também indicou uma possível origem para o processo de nomeação do nosso país, que foi o estabelecimento no local de uma grande cruz, embaixo da qual foi realizada uma grande missa com as bênçãos da igreja (representada na ocasião pelos sacerdotes).

Quando Santa Cruz torna-se Brasil, houve escritores que enunciaram seu descontentamento, demonstrando a dominação do discurso religioso àqueles tempos. Em 1579, Pero de Magalhães Gandavo (2008, p. 92-93) disse:

> Por onde não parece reação que lhe neguemos este nome, nem que nos esqueçamos dele tão indevidamente por que lhe deu o vulgo mal Tratado da Terra do Brasil – História da Província **Santa Cruz**[83] considerado, depois que o pau da tinta começou de vir a estes Reinos: ao qual chamaram Brasil por ser vermelho, e ter semelhança de brasa, e daqui ficou a terra com este nome de Brasil. Mas para que nesta parte magoemos ao Demônio, que tanto trabalhou e trabalha por extinguir a memória a Santa Cruz e desterrá-la dos corações dos homens, mediante a qual somos redimidos e livrados do poder de sua tirania, tornemos-lhe a restituir seu nome e chamemos-lhe Província de Santa Cruz, como em princípio (que assim o mostra também aquele ilustre e famoso escritor João de Barros na sua própria década, tratando deste mesmo descobrimento) porque na verdade mais é destinar, e melhor é nos ouvidos da gente Cristã o nome de um pau em que se obrou o mistério de nossa redenção que outro que não serve de mais que de tingir panos ou cousas semelhantes.

Analisamos que o autor evidencie neste trecho um embate entre o bem e o mal. Santa Cruz, o significante que se repete no texto, representando o bem, a geste cristã, a religiosidade dominante, e o mal, que opera no acobertamento das coisas da Igreja, ou seja, aquilo que era do interesse econômico da corte, como o pau, que era economicamente rentável para a coroa. Destacamos o termo vermelho por acreditarmos haver no mesmo uma relação direta com os sujeitos indígenas que residiam no país. Lembramos que o significante Brasil provém de brasa, ou melhor, da cor de brasa, e que os índios possuíam uma cor de pele similar à esta, assim como a tinta extraída do pau. Além disso, viviam nus e em pecado de acordo com o discurso que era (re)produzido pela Igreja[84]. Nessa conjuntura, o simbólico do religioso (cruzes, orações etc.) funcionava no intuito de purificar o que era percebido como do demônio – os indígenas, por exemplo. Catequizar, na constituição do Brasil, era, portanto, fundamental, pois apenas os cristãos seriam bem-vindos no reino do céu.

---

[83] Grifo nosso.

[84] Cito aqui uma passagem da carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o autor evidencia o tom avermelhado da tez dos índios e a nudez dos indígenas, ou seja, havia conhecimento tanto da cor quanto do modo de vida deles pelos sujeitos portugueses: “A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; BRASIL. Ministério da Cultura. A carta de PeroVaz de Caminha. Disponível em:<http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

Em Paulo Lopes, assim como no restante do Brasil, no início da colonização, “Os primitivos colonos e moradores misturavam-se com os índios carijós que existiam em grande número. Por esse motivo, Paulo Lopes encontrou muita dificuldade em povoar a terra” (MACHADO, 1993, p. 28). Disse Dequinha Alfredo em entrevista dada para Cacildo Geremias (2003, p. 69) que a sede “[...] era um sertão, onde só tinha mato e bugres”.

Aos poucos, foram construídas olarias que deram nome à localidade (MACHADO, 1993). Nesse contexto, negros, índios e açorianos viviam isolados, sem grande interferência do estado ou da Igreja (cuja paróquia mais próxima, em um primeiro momento, ficava na Enseada de Brito, e, posteriormente, em Garopaba – distante alguns quilômetros de Paulo Lopes).

Com o crescimento do povoado, da construção de novas casas, ricas e pobres na região (MACHADO, 1993), acreditamos que tenha passado a existir uma preocupação maior da Igreja em catequizar os moradores, que possivelmente estavam, numa visão religiosa, entregues ao pecado, devido ao distanciamento com a paróquia. Assim como no discurso do descobrimento do Brasil, é erguida uma cruz na praça da sede de Paulo Lopes, embaixo da qual eram realizadas missas, festas religiosas e orações. Conforme escreveu Machado (1993, p. 31), “antes de a igreja ser construída, as festas eram realizadas em frente a uma grande cruz de madeira, que por muito tempo foi venerada religiosamente”.

De acordo com Nascimento (apud HEERDT, 1988, p. 3), era embaixo dessa cruz, chamada por ele de “Santa Cruz”, que o Padre Rafael Faraco, de Garopaba, vinha mensalmente rezar missa e onde a população, de diversas localidades como a própria sede, Gamboa e Bom Retiro, realizava novenas.

Para o entrevistado (1988), foi quando os Padres começaram a ir para Olaria que o nome foi alterado para Paulo Lopes, o que demonstra a influência da Igreja Católica no processo de nomeação na localidade. Reforça que, naquela conjuntura, o que era dito pelo Padre Faraco era aceito pela população. “[...] o que ele dizia aceitavam” (HEERDT, 1988, p. 9).

Em 1917, é construída uma capela que é aumentada até virar uma igreja. Acreditamos que a construção da BR-101 tenha sido fator motivador para a transformação de Paulo Lopes em paróquia no ano de 1967 – mesmo ano em que se inicia a construção da estrada. Em 1971, a capela que havia sido transformada em igreja é demolida, devido ao risco de desmoronamento, e em seu lugar é construído um novo templo em 1973. Também foi em 1971 que chegou à localidade o Padre Eugênio Kinceski, inicialmente auxiliar do Padre Henrique Wedderoff, mas que posteriormente se torna vigário da Paróquia.

É durante a administração desse padre que a Igreja amplia sua influência em todo o município. De acordo com Machado (1993, p. 32), foi durante sua administração que os atos

religiosos passaram a ser melhor realizados na busca pela evangelização, chegando inclusive a visitar mensalmente localidades que possivelmente não eram visitadas anteriormente (acreditamos que a "Toca" tenha sido uma delas).

Além de pároco, Padre Eugênio também exerceu forte influência no que tange a educação, já que foi Diretor do Grupo Escolar Frederico Vitorino dos Santos (a principal escola do Município), cultura, sendo responsável pela instalação de uma casa paroquial para a realização de atividades, e empregabilidade, contratando, sujeitos para trabalharem em sua paróquia. Conforme nos disse Dona Carmem (2016) "Quando eu me aposentei foi aqui. Quem assinou a folha dos meus papel foi o Padre Eugênio. Eu tava há muitos anos lá, né?", ou seja, apesar de não ter tido sua carteira de trabalho assinada, foi com o auxílio do Padre que a entrevistada pode se aposentar.

SD 8 - "Porque isso aqui o apelido era toca. Quando aí foi, quando aí veio um padre praqui, pra nossa igreja, aí ele tirou esse nome de Toca, porque era muito feio que ele disse, que não podia ser. Aí botou Santa Cruz". (ISOLETE, 2016)

SD 9 - "Era muito feio. Ele disse que Toca nome de gente. Ele disse que Toca não era negócio de a pessoa morar. Agora todo mundo dizia: - Ah, já acostumaram. Nós dizia né: Ah, eu moro lá na Toca. Moro lá na Toca. Aí ele não, mudou. Botou Santa Cruz porque disse que é mais bonito" (ISOLETE, 2016).

De acordo com Dona Isolete (2016), Padre Eugênio foi responsável pela interdição da Igreja relacionada à nomeação daquela comunidade, que de "Toca" passa a se chamar Santa Cruz, pelo menos no nível da escrita. A comunidade continua sendo silenciada.

Acreditamos que essa alteração de nome tenha ocorrido entre os anos de 1988 e 1993. Dizemos isso pois na entrevista com Manoel Nascimento (1988), não há qualquer menção da Santa Cruz enquanto localidade de Paulo Lopes. Já no livro de Manoel Machado, publicado em 1993, esse nome é bastante enunciado. Tanto que, em uma passagem da obra, ao falar sobre Maria Pereira de Jesus (Bia), acreditamos que a moradora mais antiga da Toca naquele momento histórico, o autor diz o seguinte: "MARIA PEREIRA DE JESUS – Figura folclórica do município, nasceu na localidade de Toca, hoje chamada Terra de Santa Cruz. Teve vários filhos e é muito estimada pelo povo"

Naquele livro, a maior parte dos moradores mais antigos são fotografados e seus documentos de casamento são apresentados. Maria Pereira não tem qualquer documentação exibida.

Observamos que no enunciado, Bia é descrita como uma mulher solteira, na medida em que não foram apresentados documentos que dissessem o contrário, e que teve muitos filhos

mesmo assim. Ou seja, numa sociedade conservadora como a de Paulo Lopes, o autor estava identificado com a formação discursiva dominante, que era a religiosa, e acabou descrevendo Bia enquanto "pecadora". Além disso, ao dizer que Bia era uma "figura folclórica", significante relacionado à extravagância e ao risível, acaba reproduzindo o discurso dominante acerca desse sujeito. De acordo com Dona Joaquina (2016): "[...] eles diziam aí a Bia é doida. Eles diziam a Bia é doida e brigava com Deus e o mundo, e de fato brigava mesmo. Bastava ela passar por ti e tu olhar assim pra ela, é. Ave Maria, ô barbaridade".

No entanto, diferentemente de Machado, ao enunciar sobre Maria Pereira de Jesus, Dona Joaquina (2016) acrescentou: "Mas, na hora de uma mulher ir pra mater… maternidade na época não existia. Ficava doente pra ganhar neném eles buscavam a Bia […] Deus deixou esse dom pra ela". Sendo assim, cremos que Bia não poderia ser reduzida aos problemas de relacionamento que possuía. Ela era estimada pela população, pois possuía uma função específica, que era a realização de partos.

Cremos que ao enunciar daquela maneira, mobilizando pré-construídos da ideologia dominante, o sujeito-autor silencia outros sentidos possíveis a respeito de Bia. Bia, ou melhor, a Toca (pois nesse enunciado ela emerge como representante desse lugar), sempre foi muito mais que o descrito e o lembrado pela elite Paulolopense (posição da qual enuncia o sujeito-autor).

Outra possibilidade que emerge com base nesse texto é que ao enunciar "[...] nasceu na localidade de Toca, hoje chamada Terra de Santa Cruz", o autor deixe vestígios de que outros chamam, não ele, na medida em que explicita "hoje chamada", algo que seria para as gerações futuras, não para as do passado (na época em que nasceu). O advérbio hoje marca o antes e o depois da enunciação.

Destacamos essa sequência discursiva por observarmos que a mesma evidencia que naquele momento histórico havia um esforço da Igreja em alterar a situação daquela localidade, tanto que o autor retoma a expressão "Terra de Santa Cruz", promovendo o retorno de pré-construídos relacionados com o descobrimento. Evidencia que assim como os indígenas, aqueles moradores necessitavam de uma Santa Cruz, ou seja, da determinação da igreja católica, para não mais viverem em pecado (leia-se aqui, para não serem mais resistentes à dominação).

Na ausência do estado, em sua falha, a Igreja ocupa essa lacuna no intuito de docilizar os moradores da Toca, forçar uma identificação com o discurso dominante. Para a Igreja, possivelmente, assim como os índios, os negros eram tidos como pecadores, na medida em que não acompanhavam os sacramentos. Lembramos que, conforme dissemos anteriormente, muitos viviam amasiados, sem a oficialização do matrimônio, o que é proibido

pelo religioso. Além disso, por sua identificação com a formação discursiva quilombola, muitos mantinham relações com parentes próximos, o que também não é permitido pelo direito canônico. De acordo com Joaquina (2016), era: "Tudo parente, meu filho, tudo parente. Porque na época ninguém saia pra buscar […] Via pela frente e ia arrumando as trouxas (Risadas). Rapaz, pois eu também. Arrumei as trouxa com meu primo".

5.1.2 A Toca invisível e a Santa Cruz visível

Com a ampliação da relevância, consideramos que a Igreja tenha sido a ponte dos moradores para o regime da visibilidade, pela inscrição da comunidade em outras instâncias sociais do município para além do âmbito trabalhista. Segundo Dona Carmem (2016), "quando eu não vou na missa, que eu demoro aí perguntam: por quê que a Carmem não veio à missa hoje? Tá doente? Aí eles vêm: ai, Carmem, não fosse à missa hoje? Não, hoje eu não pude ir. Não deu de eu ir. Às vezes eu conheço tudo da igreja lá, aqueles pessoal tudo".

Assim como Dona Joaquina (2016) que também menciona a importância da igreja católica para a comunidade na atualidade: "[...] hoje tá tudo maravilhoso, né? As nossas meninas são chamadas para a apresentação de igreja, tá tudo muito bom. Os meninos também. Está maravilhoso. Na época credo, que eu me criei, que era só aquelas brancada só só só, nego não tinha vez, não tinha vez, não tinha".

Em virtude das determinações impostas pelo discurso religioso a partir dos anos setenta, mais intensamente a partir dos anos 2000, acreditamos que a comunidade tenha sido lançada para o regime da visibilidade, o que não contavam anteriormente (pré e pós-abolição), e isso estimulou uma identificação plena com esse discurso.

De acordo com Barus-Michel (2013, p. 40), em seu artigo "Uma sociedade das telas", outrora se dizia:

> Para viver feliz, vivamos escondidos', hoje, é o contrário: 'Sejamos visíveis, façamos inveja aos outros, chamemos atenção': o narcisismo é insaciável e se nutre do olhar dos outros. Crianças e adultos fazem grandes gestos de saudação ou de vitória assim que veem uma câmera: vão passar na TV, há um público que será testemunho de sua existência: a imagem prova!

Essa passagem é muito importante, pois, sinaliza um fenômeno que ocorre no mundo todo, inclusive na "Toca". Antes, eles viviam escondidos e tornavam-se visíveis apenas quando seu trabalho era solicitado. Há marcas disso nas falas dos moradores idosos que entrevistamos (2016). A intimidade, a família, os filhos, ficavam escondidos, sem muita

exposição. Não é à toa que Dona Carmem (2016) chega a dizer que como primeira filha, ela devia ficar em casa para cuidar dos outros, já que os outros filhos e a casa deveriam ser guardados e cuidados pela filha mais responsável: no caso, a mais velha.

Entretanto, a partir da abertura da comunidade ao regime da visibilidade outras determinações são impostas. Os moradores também são *voyeurs* e se permitem expor. Assim como os moradores do urbano, no nosso caso os moradores de Florianópolis, também querem ver e serem vistos.

Conforme nos diz Birman (2013, p. 49) "[...] sem essa injunção do *olhar,* o sujeito não conseguiria viver de fato e seria então condenado à inexistência, ou até mesmo à insignificância. Em outras palavras, sem isso, o sujeito não existe, de fato e de direito". Ou seja, para esse pesquisador, para ser sujeito, existir, na sociedade pós-moderna, é preciso estar visível, o oposto do que ocorria naquela comunidade até o atravessamento do discurso religioso.

Birman (2013) defende a ideia de que a cultura do Narcisismo, na qual estamos inscritos, conduz à desconexão do sujeito com relação à sua genealogia e sua tradição. Não há mais autoridade, tampouco história, já que não há mais uma relação com o futuro ou com o passado. Conforme nos diz o autor, "[...] o tempo presente se amplia e se estende desmesuradamente, e que, sem a referência ao projeto do tempo futuro, ele tende a se fragmentar em um amontoado de instantes que já não apresentam nenhum apoio significante para os sujeitos" (BIRMAN, 2013, p. 55).

Destaca também que nessa "cultura do narcisismo", o corpo é um único bem do sujeito, devendo ser cultuado e desenvolvido.

> No fim das contas, é a captura pela imagem que se impõe como consequência com a afirmação da injunção da visibilidade, dado que o corpo seria o único bem com o qual o sujeito pode efetivamente contar para existir numa era da cultura do narcisismo. Em suma, a imagem é o fundamento necessário para a construção do corpo, pois este não poderia existir sem referência à imagem (BIRMAN, 2013, p. 56).

A partir do exposto, supomos que não haja mais a "Toca" e sua história nas redes sociais dos moradores, apenas um emaranhado de enunciados atravessados pelos discursos religioso e urbano (segregação/delinquência).

No entanto, conforme nos diz Jacqueline Barus-Michel, "A tela sempre tem uma dupla função, a de se interpor (formar uma barreira) entre uma realidade e aquele que a contempla, e a de lhe apresentar uma realidade em imagens. Da realidade em imagens, não se pode discernir efeitos especiais, emoções, da técnica, do ângulo da tomada, da montagem ou das circunstâncias". Continua dizendo que "Os suportes de identificação são aparências ideais

(Top Model, estrelas), aparências que o sujeito deve copiar, reduzindo-se ao status de imagem" (BIRMAN, 2013, p. 38).

Conforme poderá ser analisado nas imagens abaixo, no caso dos sujeitos alvo do estudo, observamos que essa identificação ocorre, principalmente com relação à formação discursiva do religioso. Um simbólico que se repete nos discursos através de desenhos, orações e significantes (como Deus, Santa Maria, Santa Cruz etc.) que são parafraseados incessante nos enunciados.

Figura 13 - Enunciados *Facebook*.

Fonte: Reprodução/*Facebook*.

Nas imagens que foram trazidas, três sujeitos diferentes, nascidos e criados naquela comunidade, publicam elementos do discurso religioso no Facebook. Na primeira imagem, o sujeito exibe o nome “Santa Cruz” impresso em um copo. Nas outras duas, os sujeitos exibem orgulhosamente imagens de ídolos religiosos. Esse atravessamento, demonstra a força do discurso religioso exerce nos enunciados que são (re)produzidos pelos sujeitos.

No entanto, observamos que o mesmo não ocorre quando a pauta da internet é o quilombo, especificamente. O caso de Maria das Graças Pereira de Jesus, que ainda luta pela guarda de suas filhas circulou pela internet, entretanto, nenhum dos vinte e cinco moradores compartilhou qualquer informação.

Figura 14 - Caso Maria das Graças no *Facebook*.

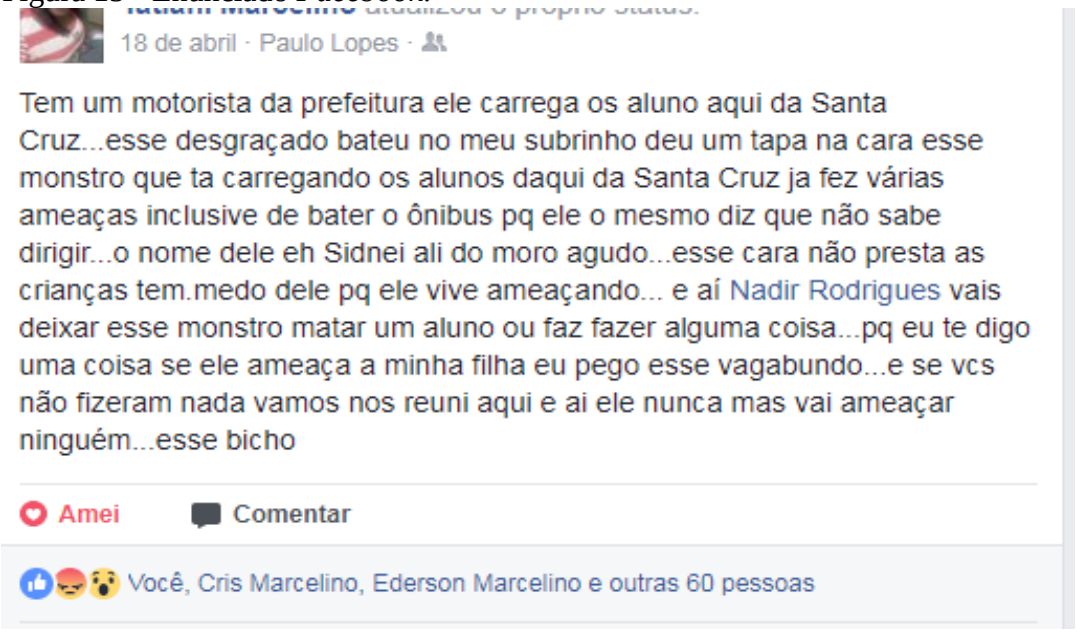
Fonte: Reprodução/*Facebook*.

A única vez em que o enunciado foi publicado na linha do tempo de um dos sujeitos da Toca que analisamos, a marcação foi realizada por um outro sujeito negro, este do urbano. Tentando explicar melhor: outro sujeito negro, que não é morador da Toca, utilizou seu perfil para marcar um dos moradores à reportagem. Uma vez notificado, o sujeito negro da toca não compartilha ou comenta a informação, apenas seleciona a expressão triste que fica à disposição dos usuários do Facebook (assim como o “Like”, o “Grr” e o “Uau”).

Cremos que nesse caso, tenha havido apenas a expressão de uma emoção, que chamaremos de emoção de consenso, ou seja, emoção de muitos usuários ao se depararem com

o caso, sem, no entanto, parecer implicado com o mesmo. Consideramos que esse silêncio signifique que, uma vez inscritos na internet, os sujeitos daquela comunidade deixem visíveis somente discursos previamente legitimados fora da rede e invisibilizem as questões relacionadas com a comunidade. A Santa Cruz significa porque na internet a "Toca" não pode significar, não é legítima, historicamente relegada à invisibilidade. O processo de sustentação religiosa que determinou e agora reina absoluto naquela localidade, apaga a existência dessa "Toca". Para existir na internet, a "Toca", com seus problemas históricos e sociais, a Maria das Graças, mais especificamente, deve desaparecer. Contraditoriamente, se a Santa Cruz aparece, a "Toca" desaparece. As memórias estão desaparecendo e não há pré-construídos suficientes para a identificação com a formação discursiva da Toca. Sendo assim, é inútil se dizer desse lugar. Já a Santa Cruz, por conta da determinação histórica recente (primeiro religiosa e posteriormente jurídica - INCRA), torna-se a forma legítima de se referir sobre aquela comunidade. A tendência do virtual é que os indivíduos rompam com seu passado, o que fica bastante evidente nas sequências discursivas que apresentaremos abaixo (BIRMAN, 2013).

Figura 15 - Enunciado *Facebook*.



Fonte: Reprodução/Facebook.

No enunciado acima publicado no Facebook em 18 de abril de 2017, a autora denuncia que um motorista da Prefeitura de Paulo Lopes, responsável pelo transporte de crianças e adolescentes do bairro ao colégio, havia batido em seu sobrinho, um adolescente de pouco mais de quinze anos sem qualquer motivo aparente.

Realizaremos alguns apontamentos: Em primeiro lugar, ao referir-se àquela comunidade a autora utiliza o termo Santa Cruz não, “Toca”. Acreditamos que esta tenha sido uma tentativa de chamar a atenção de um “Todos” residentes àquela comunidade, sujeitos brancos e negros. Trata-se, portanto, de um silêncio local, que interdita o dizer (ORLANDI, 2007), pois se dá no nível da formulação e é determinado pelo efeito-leitor (mesmo processo que exemplificamos anteriormente ao falarmos sobre o significante “mulato”). No entanto, acreditamos que isso se trate de um efeito, na medida em que o enunciado não escapa aos sentidos relacionados à escravidão.

Em segundo lugar, observamos que apesar de um efeito de consenso em SDs como “os alunos aqui da Santa Cruz”, “os alunos daqui da Santa Cruz”, “um aluno”, “as crianças”, que em nosso gesto de interpretação produzem um efeito de que tal evento poderia ocorrer com qualquer criança ou adolescente, lembramos que o evento não ocorreu com qualquer criança, mas sim com o “meu subrinho”, uma criança quilombola, da Toca, que historicamente sofre com o preconceito. Também acreditamos que o termo “bicho”, dito nos dois enunciados que destacamos reproduzam efeitos relacionados à Toca, da animalização do negro, o que é contraditório, na medida em que ao enunciar Santa Cruz, rompa com o passado.

Além disso, na SD o sujeito enuncia a principal autoridade do município, o Prefeito Nadir Rodrigues, e ameaça “[...] e se vocês não fizerem nada”, no caso os membros do estado, e se contra-identifica com a formação discursiva dominante jurídica enunciando “vamos nos reuni aqui e aí ele nunca mas vai ameaçar ninguém... Esse bicho”. Em “mas vai ameaçar ninguém... esse bicho”, interpretamos que “mas” e “ninguém”, da maneira como foram escritos, apresentando uma incorreção (pois lembramos que para a AD não interessa a intenção), podem indicar um retorno à questão social, na medida em que, conforme indicamos anteriormente sobre a oralidade, o significante “ninguém” refere-se a eles mesmos, enquanto comunidade. Uma segregação social que também está presente no discurso oral, conforme vimos anteriormente.

Sendo assim, acreditamos que diante da violência e da ausência do Estado, apesar da aceitação inconsciente dos sujeitos em silenciarem sentidos não-legitimados, o contexto faz emergir, na cena discursiva, uma nova forma de resistência. Não há mais Toca, mas sim Santa Cruz, que é a forma de resistência legitimada.

6 ... É O FIM?

Tocados pelos acontecimentos enunciativos que circularam na imprensa (televisiva e online) acerca de Maria das Graças Pereira de Jesus (mãe que perdeu a guarda de suas filhas) e também da Comunidade chamada Toca, na qual ela é residente, nesta dissertação interessou-nos investigar quais os efeitos de sentido relacionados a esse significante "Toca". Por se tratar de uma comunidade negra rural, que não se inscreveu no discurso de escrita, procuramos constituir o nosso corpus de análise de múltiplas materialidades provenientes do discurso sobre a "Toca": como cartas, registros de nascimento, anúncios de jornal, reportagens televisivas e impressas, bibliografias sobre Paulo Lopes e Desterro (atual Florianópolis). Propusemo-nos, ainda, a investigar os textos de Desterro sobre a "Toca", devido à proximidade com a comunidade, e por sua contrastante urbarnidade.

Além disso, também apoiamos nossas análises na fala dos moradores, possivelmente os cinco mais idosos daquele lugar, bem como em textos extraídos das redes sociais, mais especificamente dos perfis de moradores da "Toca", que tem perfil no facebook (aproximadamente 25 sujeitos).

No capítulo dois desta dissertação, com base em Pêcheux (2009), fizemos uma discussão da noção de ideologia, mostrando que o autor propõe uma forma-histórica jurídica, emergente no final da idade média, como base histórica e ideológica das formações discursivas que aí passarão a inscrever-se, dando suporte ao sujeito-de-direito de um sistema capitalista.

Esse argumento abriu portas para investigarmos outras formas possíveis de ser sujeito ao longo da história. Com base em Haroche (1992), Miaille (2005), Chasin (1999), Caio Prado Junior (2000) e Mazzeo (2003), consideramos haver, além da forma-sujeito-jurídico do capitalismo, que é a dominante, uma outra, relacionada com o sistema escravagista, que foi chamada por Chasin de via Colonial.

Com base nessa possibilidade teórica, retomamos a historicidade do negro do urbano (representado em nosso trabalho por Desterro) e do rural (no caso os moradores da Toca). Ao final desse percurso, observamos que em ambas as localidades funciona a memória da escravidão, entretanto, em Desterro, desde o século XVIII os significantes "escravo" e "liberto" coexistem. No caso do escravizado, com base em Ferrari (2001), podemos dizer que ele não possuía lugar de dizer no discurso da escrita, constituindo-se enquanto sujeito histórico através da provocação de um outro, no caso o "senhor". No entanto, no século XIX, com base em materialidades coletadas em jornais de época, observamos que o "negro liberto", passa a ser nomeado como "mulato", e nesse caso passa a ter um lugar de dizer no discurso da escrita.

Todavia, uma vez identificado com a formação discursiva da sociedade escravagista, precisava silenciar a senzala e seus efeitos de sentido. Ou seja, o silenciamento do significante “negro” é condição *sine qua non* para a inscrição desse sujeito “mulato” nesse discurso.

Em contrapartida, nas materialidades que trouxemos acerca do negro da Toca, ficam vestígios de que não foi autorizada sua inscrição no discurso da escrita. Esse sujeito “negro” foi silenciado, na divisão de sentidos provocada pelo silenciamento e seu discurso não possui legitimidade na formação discursiva do mercado, condição necessária para a existência do sujeito no capitalismo. Sendo assim, apesar da abolição e dos efeitos de sentido produzidos, eles continuaram se constituindo na falha do Estado.

Na terceira parte da dissertação, buscamos a materialidade do significante “Toca” em três movimentos distribuídos ao longo do tempo: período pré-abolição da escravatura, pós-abolição e contemporaneidade. Neste ponto nos questionamos se o termo havia se alterado durante a história e se haveria Toca como referência de moradia nos espaços enunciativos informatizados.

Nesta mesma seção, buscamos em Benveniste (1991), Lacan (1998), Derridá (1995), Guimarães (2005) e Pêcheux (2009), uma base teórica para explicar o processo de nomeação daquela comunidade “Toca”, mais precisamente sua materialidade histórica. Nessa investigação foi preciso levar em conta que havia um lugar chamado Toca em Desterro e outro em Paulo Lopes, havendo relação de semelhança e de diferença entre ambos.

Observamos com isso que o sentido de Toca poderia variar de acordo com a formação discursiva. “Toca” poderia significar caverna (no caso de Desterro, pois havia formações geológicas que poderiam indicar a utilização de um topônimo), moradia, abrigo; mas “Toca” também poderia ser compreendida enquanto lugar de pessoas pobres; enquanto lugar dos negros ou abrigo. Analisamos a existência de todos esses efeitos de sentido circulando no discurso dos moradores da Toca e também nas materialidades do discurso “sobre”, que localizamos.

Na quarta parte do estudo, tecemos algumas considerações com base em Achard (2010) e Indursky (1992), estabelecendo uma relação entre memória e discurso. Para esses autores, a memória não seria algo individual, tal qual pregam outras correntes teóricas, mas sim coletiva, sendo que esses saberes são retomados a cada dizer. Essa repetição, que não ocorre apenas no nível da formulação, em Pêcheux (2009) desmembra-se em duas noções: pré-construído, ou encaixe sintático, que opõe-se àquilo que estaria construído no fio do discurso; e o discurso transverso, no qual as determinações do interdiscurso linearizam e naturalizam o discurso do sujeito.

Com base em Indursky (2011), nos questionamos se a Lei Áurea, ou outras leis do quilombo não funcionariam de modo a repetir e resgatar memórias dominantes, silenciando outras possíveis. Consideramos que esse funcionamento faz deslocar o sentido de "Toca" enquanto o lugar dos negros de Paulo Lopes, para o de "Toca" enquanto segregação social.

Na análise que desenvolvemos, essa memória que está relacionada à comunidade, retorna ao discurso de um morador. Entretanto, como estamos em um período de transição entre a invisibilidade à qual a comunidade foi submetida durante toda a sua história, e a visibilidade que poderá advir do processo de transformação da mesma em quilombo (processo que está em andamento), ocorre um estranhamento, pois observamos que isso só ocorreu na fala desse sujeito, embora constitua a fala "adequada" à política que institucionaliza os quilombos.

Na quinta parte, e para encerrar, falamos sobre esse silêncio, no qual essa comunidade se constitui. Focamos nos silêncios constitutivo e local (ORLANDI, 2007), que estão relacionados com a comunidade na contemporaneidade. Consideramos que após a aproximação da Igreja Católica na década de 70, houve o apagamento do significante "Toca" na formação discursiva da sociedade paulolopense, e a imposição de outro, Santa Cruz. Foi dessa forma que a comunidade abriu o processo de regularização de território no ano de 2007. Observamos que o termo Santa Cruz está sendo repetido incessantemente, ocorrendo o apagamento da Toca. Isso porque com o reconhecimento da questão quilombola, o Estado assumiu que tais sujeitos se constituíram em uma falha na constituição em sujeito de direito, pois esse é o argumento para a institucionalização dos quilombos.

Entretanto, para que sejam quilombolas, precisarão fazer circular sentidos que são comuns a outras comunidades de "pretos", e silenciar as diferenças. Alicerçados pela Igreja, INCRA e pelo movimento negro, os sujeitos dessa comunidade estão desde a década de 70 em uma fase de estabilização de sentidos. Nesse processo "Santa Cruz" se ergue enquanto nome. Foi por isso que ao enunciar "Toca" no digital, em um espaço no qual o marginal não poderia ser dito, o sujeito rompe com essa tentativa de estabilização, pois traz para a cena discursiva o que foi silenciado.

Todos esses processos que analisamos conduziram ao apagamento/silenciamento de uma forma-sujeito, que é própria do discurso de oralidade, na qual se inscrevem os sujeitos negros, descendentes dos negros escravizados da região. Nossa análise mostrou que, dessa maneira, esses sentidos vão se deslocando para a institucionalidade do quilombo Santa Cruz. Sendo assim, nos questionamos: o que estamos acompanhando é o fim da Toca?

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Martins Fontes, 1970.

_____. **Posições I**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

AUBERT, Nicolle; HAROCHE, Claudine. Ser visível para existir: a injunção da visibilidade. In: AUBERT, Nicolle; HAROCHE, Claudine (Orgs.). Tiranias da visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas. São Paulo: FASP-Unifest, 2013.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil.** Salvador: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AVALON, Jean. A Imagem, uma Arte de Memória. In: ACHARD, Pierre et al. (Orgs.). **O papel da memória.** 3. ed. Campinas: Pontes Editora, 2010.

BARUS-MICHEL, Jaqueline. Uma sociedade nas telas. In: AUBERT, Nicolle; HAROCHE, Claudine (Orgs.). **Tiranias da visibilidade:** o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas. São Paulo: FASP-Unifest, 2013.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I.** 3. ed. Campinas: Pontes, 1991.

BILÉSSIMO, Ângelo R. **Entre a praça e o porto:** grandes fortunas nos inventários post mortem em Desterro (1860-1880). Itajaí: UDESC- Casa Aberta, 2008.

BIRMANN, Joel. Sou visto, logo existo: a visibilidade em questão. In: AUBERT, Nicolle; HAROCHE, Claudine (Orgs.). **Tiranias da visibilidade:** o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas. São Paulo: FASP-Unifest, 2013.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. v. 8. Disponível em:<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 28 jan. 2017.

BRASIL. **Art. 68 da Constituição Federal de 1988.** Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp>. Acesso em 19 nov. 2017

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Recenseamento do Brazil em 1872**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v11_sc.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. **Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em 19 nov. 2017

_____. Decreto nº 9886 de 7 de março de 1888. Manda observar o novo Regulamento para a execução do art. 2º da Lei n. 1829 de 9 de Setembro de 1870 na parte que estabelece o Registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos, do accôrdo com a autorisação do art. 2º do Decreto n. 3316 de 11 de Junho do 1887. 1888. Disponível em:< http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html>. Acesso em 13 nov. 2017

_____. **Recenseamento Geral do Brasil – 1850**. 1850a. Disponível em: <https://archive.org/stream/censo1950vol27t1sc#page/n0/mode/2up>. Acesso em: 27 jan. 2017

_____. **Lei 376597, de 7 de novembro de 1831.** Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. 1831. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html). Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. 1850b. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**.Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos [...]. 1871. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. **Lei nº 3270, de 28 de setembro de 1885.** Regula a extincção gradual do elemento servil. 1885. Disponível em:<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.** Declara extinta a escravidão no Brasil. 1888. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em: 28 jan. 2017.

BRITO, Paulo J. M. de. **Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina, escripta no Rio de Janeiro em o ano de 1816.** Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1829.

BRUSQUE, Francisco C. de A. **Relatorio do presidente da provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1a sessão da 10a legislatura.** Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860.

CAMARGO, Marina B. de; FLORES, Giovanna B. In: **Intercom Junior – DT1 Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.** Caxias do Sul: UCS, 2017. Disponível em:< http://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-0584-1.pdf>. Acesso em 19 jan. 2017

CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis:** Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia editora nacional, 1960.

CARDOSO, Fernando H.. **Negros em Florianópolis.** Relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000.

CARVALHO, João R. Á Juvita Duarte Silva. O Mercantil. Publicações á pedido. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711667/2534>. Acesso em 07 nov. 2017

CAVALCANTE, Albuquerque. **Relatorio do presidente da provincia de Santa Catharina na abertura da 2.a sessão da 1a. Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836.** 1836**.** Disponível em:<https://archive.org/details/rpescatarina1836>. Acesso em: 07 jul. 2016.

CHASIN, José. A via colonial de entificação do capitalismo. In: _____. **O Integralismo de Plinio Salgado:** Forma de Regressividade no capitalismo Híper-tardio. 2. ed. São Paulo: Ad Hominem/UNA, 1999.

COELHO, Manoel J. D. **Memoria história da província de Santa Catharina**. Desterro: Typografia Desterrense de J.J. Lopes, 1856.

COUTINHO, João J. **Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina**. 1855. Disponível em:<https://archive.org/details/rpescatarina1855>. Acesso em: 03 nov. 2016.

D´ANGELIS, Wilmar da R. **Toldo Chimbangue**: história e luta Kaingand em Santa Catarina. Xanxerê: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 1984.

DERRIDÁ, Jacques. **A escritura e a diferença**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A integração dos negros na sociedade de Classes.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERRARI, Ana J. As dores da Dona Mariana. In: SEAD: PÊCHEUX, Michel. 30 anos de uma presença, 6, 2013, Porto Alegre. **Anais eletrônicos....** Disponível em:<http://analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/6SEAD/SIMPOSIOS/AsDoresDaDonaMariana.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2017.

_____. **A voz do dono: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal de escravos fugidos no oeste paulista entre 1870 – 1876**. [dissertação]. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Mestrado em Linguística, 2001.

_____. O silêncio de Dona América. In: FONTANA, Mônica G. Zoppi; FERRARI, Ana Josefina. Mulheres em discurso: identificações de gênero e práticas de resistência. Campinas: Pontes, 2017.

FERREIRA, Maria C.L. Resistir, resistir, resistir... primado prático discursivo!. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; SILVA, Silmara D.; SOARES, Alexandre S. Ferrari.(orgs). **Discurso, resistência e...** Cascavel: Edunioeste, 2015.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer.** Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

FLORES, João A. da S. In: O novo Iris. **Jornal político, literário, Industrial e Mercantil**. 26 jun. 1851. Disponível em:<http://memoria.bn.br/docreader/759244/604>. Acesso em: 17 dez. 2016.

FLORES, Giovanna B. **Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821 – 1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro.** Porto Alegre: EDIPUCRS; Palhoça: Editora Unisul, 2014.

FRÉZIER, Amédéé F. **Relation du voyage de la mer du Sud aux cotes du Chili, du Perou, et du Bresil:** fait pendant les années 1712, 1713 & 1714. Amsterdam: Tome Premier,1717.

GALLO, Solange L. **O ensino da língua escrita X o ensino do discurso escrito.** Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1989.

_____. Processo de legitimação no discurso da escritoralidade. In: SEAD: A análise de discurso e a sua história, 7, 2015, Recife. **Anais eletrônicos....** Disponível em:<http://anaisdosead.com.br/7SEAD/SIMPOSIO06/SolangeLedaGallo.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

GANDAVO, Pero de M. **Tratado da Terra do Brasil**: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GEREMIAS, Cacildo A. **Por amor a Paulo Lopes**. Paulo Lopes: Papa livro, 2003.

GOULARTI FILHO, Alcides. A construção da estrada do litoral: definindo e deslocando os caminhos no sul de Santa Catarina. Rev. Territórios e Fronteiras, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/158. Acesso em: 05 jul. 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. In: **Revista do programa de pós-graduação em letras da UFSM**. disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/issue/view/647>. Acesso em 04 nov. 2017. p. 53 - 62

HAROCHE, Claudine. Fazer dizer, querer dizer. São Paulo: Hucitec, 1992.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quarteis e as outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984). 1992. 2v. Tese (doutorado em Ciências da Linguagem), Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000055530>. Acesso em: 08 jul. 2017.

_____. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto L. (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

_____. A memória na cena do discurso. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro, MITTMANN, Solange; INDURSKY, Freda (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos Linguísticos da Unicamp**, Campinas, n. 19, p. 117-122, jul./dez. 1990. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636829/4550>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. Políticas do Esquecimento X Políticas de Resgate da Memória. In: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange (Orgs.). **Análise de Discurso em Rede***:* cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015. v. 1.

LACAN, Jacques. **Escritos:** campo freudiano no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LEITE, Ilka B. As classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil. Acesso em: 20 mai. 2016. Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/As-classifica%C3%A7%C3%B5es-%C3%A9tnicas-e-as-terras-de-negros-no-sul-do-Brasil.pdf>

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: **Textos e debates**. nº 07. Florianópolis: UFSC/NUER, 2000.

MACHADO, Manoel Venâncio. **Paulo Lopes**: Breve história de uma terra e de seu povo. Florianópolis: Lunardelli, 1993.

MARIA, Maria das G. Memória Subterrânea: Construção das Representações de Identidade do Negro em Florianópolis. **Revista Esboços**, Florianópolis. v. 2, n. 2, jan./dez. 1985.

MARIANI, Bethania C. S. **O Comunismo imaginário:** Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989). 1996. 256f.-(Doutorado). Universidade de Campinas, Campinas. 1996.

MATOS, Hebe. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativeiro e políticas de reparação no Brasil. In: **Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 104-111, fev./2006.**

MAZZEO, Antonio C. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo. MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). **Corações vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito.** 3. ed. Lisboa: Estampa, 2005.

MOMBELLI, Raquel. Quilombos em Santa Catarina e os 10 anos do decreto 4.887. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401929946_ARQUIVO_MOMBELLI.pdf >. Acesso em: 22 out. 2017.

MOURA, Clóvis. **História do Negro.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

NASCIMENTO, Manoel L. F. do. **Entrevista concedida à Moacir Heerdt**. Paulo Lopes: 1988.

NIEMEYER, Ana M. O Silenciamento do "negro" na auto-identificação étnica. **Revista Rua**, Campinas, n. 8, mar./2002.

NUNES, José H. Leitura de Artigo: historicidade e compreensão. In: **II Seminário de estudos em Análise de discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em:< http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf >. Acesso em 19 nov. 2017.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Terra à Vista: Discurso do confronto: Velho e novo Mundo. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

_____. A casa e a rua: uma relação política e social. In: **Educação e realidade.** Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 693-703, set./dez. 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em 19 jan. 2017.

_____. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. A escrita da análise de discurso. In: _____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. Espaço da violência: o sentido da delinquência. **Caderno de Estudos Linguísticos.** Campinas, v. 51, n. 2, p. 219-234, 2009. Disponível em: http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1454. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes, 2010.

_____. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido, Ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

_____. Educação em direitos humanos: um discurso. in: Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. Disponível em: <http://www.memoriaenelmercosur.educ.ar/wp-content/uploads/2010/04/cap2artigo10.pdf >. Acesso em 18 nov. 2017

PAULO LOPES. **Lei Municipal nº 1319, de 03 de março de 2009**. Declara de utilidade pública a Associação Quilombolas Toca de Santa Cruz. 2009. Disponível em:<http://www.paulolopes.sc.gov.br/legislacao/index/detalhes/codMapaItem/33880/codNorma/196502>. Acesso em 12 jun. 2016.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

_____. Foi "Propaganda" mesmo que Você Disse? IN: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: Michel Pêcheux. 2.ed.** Campinas: Pontes, 2011.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 99-129, jan./jun. 2003.

PERNETY, Antoine Joseph. The history of a Voyage to the Malouine (or Falkland) Islands. London: T, Jefferys, 1763. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?id=wHZZAAAAcAAJ&pg=PA73&lpg=PA73&dq=pernety+voyage+Malouines+saint+catherine&source=bl&ots=2_5fzDQyT5&sig=yCDRZPiA4w1p1zEJPcKoqqrIvVE&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjp97vb2qXXAhXOnJAKHa1IDVkQ6AEIMjAC#v=onepage&q=pernety%20voyage%20Malouines%20saint%20catherine&f=false>. Acesso em 04 nov. 2017

PIAZZA, Walter F. **Introdução à história da propriedade rural em Santa Catarina**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Aracaju: ANPUH, 1975.

_____, Walter F. **O escravo numa economia fundiária**. São Paulo: Resenha universitária, 1975

_____. O Primeiro Cirurgião de Santa Catarina. **Revista das Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 68-76, jan./dez. 1982.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Diccionario da Lingua. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PIRES, Nunes. **Fala que o excelentíssimo presidente da Província dirige a Assemblea Legislativa provincial de Santa Catarina**. Desterro: Typografia da Sociedade Patriótica, 1835.

PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira. In: FERNANDES, Florestan. PRADO JUNIOR, Caio. **Clássicos sobre a revolução brasileira.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Estudo dos Indicadores Socioeconômicos da População Negra da Grande Florianópolis. 2012. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/09_04_2012_17.15.23.8da1b09262509a280c6a6c8d0d680f03.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

REBELATTO, Martha. **Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX** [dissertação]. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em História, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Santa Catharina (1820)**. Trad. Carlos da Costa Pereira. São Paulo: Companhia editora nacional, 1936. v. 58

SAMPAIO, Theodoro. O Tupy na Geographia Nacional. São Paulo: Typ. da Casa Eclectiva, 1901.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. 2009. 639f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. Lisboa: Typographia Lacerdina,

1813.

VAN LEDE, Charles. **De La colonisation au Brasil:** memoire historique, descriptif, statistique et commercial sur la Province de Sainte-Catherine, formant le deuxieme rapport a la Société Belge-Bresilienne de Colonisation, contenant la Constitution du Brésil, sa situation financiere, etc. Bruxelas: A la Librairie Polytechnique D'Aug. Decq., 1843.

VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina: a Ilha. Florianópolis: Ioesc, 1984. Disponível em:< http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/santacatarina-virgilio-1.htm>. Acesso em 12. jun 2017

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A família dos "Inácios"**: herança nominal e memória da escravidão entre descendentes de escravos no litoral do Rio Grande do Sul, Brasil. In: 6º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em:<http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Rodrigo-de-Azevedo-Weimer-texto.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - TRANSCRIÇÃO DEPOIMENTO JOAQUINA

Entrevistador: - Bom, primeiro eu gostaria de saber seu nome completo e a sua idade.

Entrevistada 1: Joaquina, 56 anos (de acordo com os parentes 64).

Entrevistador: Eu queria, Dona Joaquina, que a senhora falasse pra mim, contasse um pouco a história de Paulo Lopes para aquecer. O que a senhora lembra da história desta cidade? (Ela fica tensa) (silêncio).

Entrevistador: O que vier na cabeça … Algum personagem importante que a senhora se lembre. Uma pessoa que tenha ajudado, ou que tenha vindo aqui. Um prefeito …

Entrevistada: (Risadas). Hunf. Prefeito? Salve-se quem puder.

Entrevistador: E a história da Toca? Da onde vem a sua família?

Entrevistada: Olha, Papai e Mamãe, eles eram daqui. Acho que nasceram por aqui. A mãe acho que nasceu por aqui (Toca). O Pai era do Bom Retiro (bairro de Paulo Lopes) e acho que namorou com a mãe, juntaram os paninhos e passaram para cá.

Entrevistador: Sim. E uma outra pergunta que eu tenho é: vocês têm parentes fora daqui?

Entrevistada: (Ela sinaliza que sim com a cabeça).

Entrevistador: Tem? Aonde?

Entrevistada: Queres ver? A gente tem no Morro do Mocotó, Morro do Mocotó (repete) … (Silencia).

Entrevistador: E é parente muito próximo o do Mocotó. É daqui ou é de lá?

Entrevistada: É, era daqui. A família era daqui e depois, né, uns até já morreram.

Entrevistador: Mas eles teriam quantos anos aqueles que morreram?

Entrevistada: Deixa eu vê. A titia eu acho que morreu com sessenta e poucos anos, o marido também nessa faixa etária de idade, né? e as primas, né? Tudo os que foram daqui pro Mocotó eles já faleceram.

Entrevistador: Mas eles faleceram recentemente ou faz muitos anos?

Entrevistada: Ah, faz muitos, muitos anos.

Entrevistador: Faz muito tempo.

Entrevistada: Eles saíram daqui velhos, né? Não eram jovens quando foram. Só tinha os filhos, né? Mas eles já saíram bem idosos daqui, né?

Entrevistador: Mas a senhora tinha parentes lá e por isso eles foram pra lá ou … ???

Entrevistada: Tinha, tinha.

Entrevistador: Tinha também, né?

Entrevistador: E na Pinheira, a Senhora tem parente?

Entrevistada: Tenho. Tenho *uma prima que mora prima e madrinha* que mora lá.

Entrevistador: E alguma outra cidade?

(Silêncio).

Entrevistador: Se não lembrar não a senhora não …

Entrevistada: Eu tenho primas em Itajaí, em Itajaí (repete), Morro do Mocotó … acho que só.

Entrevistador: Não tem problema não. A senhora já falou bastante. (Risadas).

Entrevistada: (Risadas).

Entrevistador: Uma coisa que eu queria saber também é: esse … esta comunidade ainda é Toca?

Entrevistada: Ainda é Toca e vai ser sempre Toca (Fala enfaticamente).

Entrevistador: (Risadas).

Entrevistada: Toca San (risadas). Mas qual era Toca, Toca, Toca, depois passou pra Santa Cruz. Hoje é mais conhecida… pra mim continua Toca, mas pra quem chega é Santa Cruz. Santa Cruz (repete).

Entrevistador: Aham. Sim. E tem algum documento escrito; já teve alguma vez uma conta de luz, de telefone, que aqui era Toca?

Entrevistada: (ela gestualiza que não com a cabeça).

Entrevistador: Não, né? E eu vou fazer uma outra pergunta, relacionada com essa daí: o que que faz divisa com a Toca. Qual o território da Toca?

(Sem resposta).

Entrevistador: É uma… por que… eu vou mais ou menos explicar. Porque eu preciso da dimensão disto aqui. E a senhora, como mais velha, deve saber onde os seus pais moravam.

Entrevistada: O pai veio do Bom Retiro, a mãe aqui mesmo.

Entrevistador: Que lugar do Bom Retiro? Que lugar do Bom retiro?

Entrevistada: Bom Retiro de Paulo Lopes (risadas).

Entrevistador: Não. É. Não… mas é perto da onde? Hoje!

Entrevistada: Hoje, Bom retiro é perto. Eu acho que mais próximo do Bom retiro. Sabes que eu não sei se é Paulo Lopes ou Águas Férreas.

Entrevistador: Águas Férreas o que que é? É mais pra cá, né? Mais em direção à São Bonifácio, né?

Entrevistada: É o nome de um lugar. Mais praqueles lados de lá (incompreensível).

Entrevistador: O seu pai então vinha mais perto da Serra do Tabuleiro, uma região mais pra dentro, ali onde fica… hoje é mato ou plantação.

Entrevistada: Isso eu não sei te dizer. (Risadas), isso eu não sei te dizer.

Entrevistador: Mas a senhora não lembra bem, né?

Entrevistada: Não, não lembro bem.

Entrevistador: Não tem problema. Mas ele vem de outro lugar. Ele é daqui da região, mas ele vem de um outro lugar.

Entrevistada: Não. Do Bom retiro o pai veio porque eu lembro do Bom retiro porque lá o pai nasceu, se criou lá, os pais dele lá também morreram. Só que depois daí o Pai casou, né?

Entrevistador: Quantos anos ele tinha? Mais ou menos assim...Quantos anos ele teria hoje, seu pai.

Entrevistada: Sabe que eu não sei!

Entrevistador: Não sabe? Ele faleceu tem muitos anos?

Entrevistada: Tem. Papai morreu com 62 anos.

Entrevistador: Nossa. Novo. E a sua mãe?

Entrevistada: Também. Morreu cedo.

Entrevistador: Ela morreu cedo também?

Entrevistada: Morreu com 63 anos. Muito, muito cedo mesmo.

Entrevistador: E a senhora já ouviu. Esta pergunta não tá nem aqui. Eu vou...

Entrevistada: Mas pergunta, meu filho. (Risadas)

Entrevistador: A senhora já ouviu falar de escravidão?

Entrevistada: Já.

Entrevistador: Pelo seu pai. Pela sua mãe? Alguma coisa assim… uma avó?

Entrevistada: Não. Não. A Dindinha, que era a minha vó…

Entrevistador: Quem que era? A Dona Bia (Vó da Maria das Graças)?

Entrevistada: Não. Avelina.

Entrevistador: Avelina. O sobrenome dela já era Marcelino.

Entrevistada: Da Avelina? Da Avelina. Avelina de Jesus.

Entrevistador: Parente da Maria das Graças. Direto.

Entrevistada: Também não.

Entrevistador: É Jesus. Esse Jesus era mais geral.

Entrevistada: Era, era Avelina de Jesus.

Entrevistador: Mas ela era irmã da Vó da Maria da Graça?

Entrevistada: Também não.

Entrevistador: Também não!

Entrevistada: Da onde a Dindinha veio eu não sei.

Entrevistador: Mas ela morava onde? Ela morava aqui na Toca já.

Entrevistada: Se eu te disser que ela morava aqui neste mesmo chão.

Entrevistador: Ah, ela morava aqui?

Entrevistada: A Dindinha morava um pouco mais afastada, simples, chão batido, poucas coisas dentro de casa. Por que pouca coisa dentro de casa? A Dindinha, ela não buscava um banco pra se sentar, não buscava uma cadeira. Ela sentava … o banco da Dindinha era as duas pernas dela. Ela botava as duas pernas pra trás e sentava.

Entrevistador: A minha vó é assim também.

Entrevistada: (risada). E ela sentava era assim. Sentava em cima, era a cadeira dela…. então comia, nunca procurou assim uma mesa pra comer.

Entrevistador: Mas ela era negra…

Entrevistada: Bem mulatona. Mulata mesmo do cabelo escorrido.

Entrevistador: Liso?

Entrevistada: É, liso. liso, liso, liso. Né? Um cabelão, cara. Aquilo era branquinho igual esse pano aqui ó.

Entrevistador: O cabelo dela era, era, era tipo índio?

Entrevistada: Exatamente. Exatamente. E era uma coisa engraçada que a Dindinha não falava muito da onde ela veio, quem era os pais, quem era os avós … não. Nunca, nunca. Outro dia eu tava até discutindo isso aí com as minhas filhas e será por que que a Dindinha nunca nos contou da onde ela veio … Aí elas riram um monte porque eu disse: - pois é, da onde ela veio pra onde ela foi eu sei: pro cemitério. (Risadas)

Entrevistador: (risadas). É verdade.

Entrevistada: Não, não falava. Era muito resguardada, sei lá, né?

Entrevistador: É que … Eu não sei assim … o bom do trabalho que eu estou desenvolvendo é entender o motivo, porque a gente não vai saber diretamente. Pelo que a Senhora diz ela era miscigenada, né? Ela tinha o cabelo liso. Ela não era negra Africana.

Entrevistada: Não.

Entrevistador: E o seu avô? Não conheceu?

Entrevistada: Não cheguei.

Entrevistador: Que é engraçado, né? Ela …

Entrevistada: Não cheguei …

Entrevistador: Mas a sua mãe é filha dela, né? A sua mãe ela era negra!

Entrevistada: Bem mulatona.

Entrevistador: Ela era tipo quem? Tipo a cor ... da sua filha? A Jéssica … (A filha dela é negra com um tom de pele mais claro).

Entrevistada: Era um pouquinho mais apertada do que a Jéssica.

Entrevistador: Você me disse que o seu pai era negro.

Entrevistada: Meu pai era negro. Era assim, negro. E a Jéssica parece muito com a mãe. Parece muito mesmo. É verdade. Igual da Jéssica assim. A Jéssica se parece muito mesmo com a mãe.

Entrevistador: E não teve branco na sua família?

Entrevistada: Já a Dindinha já era bem mais, bem mais branca do que a Jéssica. Bem mulatona mesmo, né? Branca mesmo. Um cabelo bonitão rapaz, bah. Não sei porque nascemos com o branco do olho.

Entrevistador: A minha vó tem olho azul.

Entrevistada: Ãh?

Entrevistador: A minha vó é negra de olho azul.

Entrevistada: Olha, tu vê.

Entrevistador: Deixa eu te perguntar uma outra coisa: alguma casa de vocês aqui possui propriedade no nome de alguém ou já vem assim na comunidade…

Entrevistada: Já.

Entrevistador: Aí a minha outra pergunta, que a senhora já respondeu: tem um pedaço da Toca em Floripa?

Entrevistada: Pedaço de terra ou de gente? (Risadas)

Entrevistador: De gente.

Entrevistada: Tem. Tem. Tem.

Entrevistador: E ainda, essas pessoas elas moram aonde?

Entrevistada: Olha, os mais velhos já se foram, né? Né? No causo que era o Tilão, que era filho da Dindinha. A Titia que era esposa do Tilão. Aí já se foram todos moravam todos por aqui assim ó. Aí tem as filhas já morreram todas também, que eram netas da Dindinha. Todos.

Entrevistador: Então já faz uns oitenta anos que eles foram? Senão antes?

Entrevistada: Morreram todos. Da nossa família que está fora, no Mocotó, só o Milton. Não, mentira, o Milton morreu também.

Entrevistador: E tem netos, filhos?

Entrevistada: Tem, tem. Ah, faz pouco tempo que o Milton morreu, é? Era o filho da Tia Rosa, neto da Dindinha.

Entrevistador: Aham. Ele teria mais ou menos a sua idade …

Entrevistada: É… mais ou menos a minha idade. É, verdade é. Os que foram daqui pro Mocotó, os mais velhos já se foram todos.

Entrevistador: Mas como eles foram parar lá?

Entrevistada: Não sei.

Entrevistador: Não sabe?

Entrevistada: Eu sei que a Tia Rosa, a mãe do Milton, morava lá no Mocotó. A Tia Rosa morreu no asilo.

Entrevistador: A vó da graça também. 104 anos, morreu no asilo.

Entrevistada: A Bia, né?

Entrevistador: Isso. Mas vocês não eram parentes dela?

Entrevistada: Não. Eles moravam tudo aqui atrás, nós era tudo conhecido, era tudo como se fosse parente, né? Na época a nossa comunidade aqui, né? Que se um precisasse um do outro estava sempre pronto a servir, né? E a Tia Rosa, o Milton jogou ela no asilo. Sei que na época doeu muito porque eu achava assim ó: pô, ele era filho. Por que? Era filho, tinha uma esposa, tinha filha, tinha filho, por que ele fez isso com a Tia Rosa? Ah, eu fiquei uns tempos aqui, quando ele não quis mais a Tia Rosa. Três anos eu fiquei aqui com a Tia Rosa, né? E aquilo me doeu muito. Então ela, né, pouco falava. Deu derrame. Às vezes eu saia pra caminhar com ela. Ela não andava, ela andava em cima do meu pé. Foi o jeito que eu achei. Um dia eu convidei: - Tia Rosa, vamos dar uma volta. Era só eu que entendia a linguagem dela, né? Aí ela bateu com a cabeça e fez assim com o pé. Eu disse assim: a senhora monta em cima do meu. Aí ela riu. Tadinha. Aí ela botou os dois pés em cima do meu e eu saí com ela.

Entrevistador: Mas é bem próxima essa relação então, né?

Entrevistada: Meu Deus.

Entrevistador: Deixa eu perguntar uma outra coisa: e quando que esse nome "Santa Cruz" apareceu? A senhora lembra? Quando começaram a falar que isso aqui era Santa Cruz e não era Toca?

Entrevistada: Ah, faz um pouco de tempo. Não vai fazer muito tempo não porque até a minha adolescência era Toca. Eu já era casada, já tinha até filho quando surgiu a Santa Cruz que a gente custou né? Ah, meu Deus do céu, que pra mim tudo que diziam e perguntavam eu dizia: Toca. Eu dizia Toca, pois era Toca. Por que que foram mudar, né? E ficou Santa Cruz, Santa Cruz tá até hoje.

Entrevistador: Tem alguma coisa de igreja?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Não?

Entrevistada: Eu achava assim, tu qué vê aquele menino: Santa Cruz… onde é que tem Cruz pelaqui, pelos Morros. Aonde? (Risadas) Eu falei tanto na época. Por que que eles não botaro lá no Morro Agudo, é onde tinha uma cruz que eu não sei se ainda tem lá no alto do morro.

Entrevistador: Aham

Entrevistada: Por que não botaram lá Santa Cruz? Não tem nenhuma cruz pelaqui. Sinalizando, né, que a nossa, que o nosso lugar é Toca, né? Que Santa Cruz, Santa Cruz (repete).

Entrevistador: É. Mas onde é que começa Santa Cruz?

Entrevistada: A Santa Cruz começa lá na boca do cemitério.

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Aí vai, passa por aqui e vai vai vai lá adiante já é Morro Agudo.

Entrevistador: E a Toca era Santa Cruz?

Entrevistada: (Sinaliza que não com a cabeça). Não.

Entrevistador: Era diferente?

Entrevistada: Era diferente.

Entrevistador: Então tá. Santa Cruz no caso é o Bairro todo e a Toca é o …

Entrevistada: (Silêncio)

Entrevistador: que a senhora está me devendo essa resposta (risadas). Onde fica essa Toca?

Entrevistada: Onde fica essa Toca? Óia, a toca fica nos morros, aonde o Tatu mora, os "largato". (Risadas)

Entrevistador: É, deixa eu perguntar: e aí tá, ó por quê Toca? Eu acho que é a última. Por quê Toca? Por que o nome?

Entrevistada: Não sei.

Entrevistador: Não sabe?

Entrevistada: Não sei, não sei, não sei...

Entrevistador: A senhora não desconfia? Ninguém nunca falou …

Entrevistador: Não, ninguém nunca falou.

Entrevistada: Queria entender isso aí.

Entrevistador: Aham. Tenho cá minhas hipóteses. Depois quando eu apresentar o trabalho daí… eu ainda estou tentando estudar. (Risadas)

Entrevistada: Na minha cabeça, outro dia eu estava falando pras gurias, eu acho que Toca, claro foi botada pelos mais antigos, os coronéis de Paulo Lopes como dize que tinha. Porque… mas bem pensadinho era uma Toca mesmo, né? (Risadas)

Entrevistador: (Risadas). Por quê?

Entrevistada: As gurias dize assim "tu vai como vem". (Risadas)

Entrevistador: (risadas) Aham

Entrevistada: Olhe só, a estrada era só carro de boi, né? Mato aqui, mato acolá, né? E aquela

trilha no meio.

Entrevistador: A senhora chegou a pegar trilha …

Entrevistada: Peguei. Tinha lugar que pra passar …

Entrevistador: Quando tiraram, quando que não era mais trilha, quando que virou estrada?

Entrevistada: Aí passaram máquina.

Entrevistador: Ah, mas faz muito tempo, não?

Entrevistada: Faz, faz muito muito tempo. Aí alargaram, né? Roçaram a beirada dos mato. Rapaz, esse caminho da nossa Toca, na época, pra passar à noite tinha que tirar o chapéu.

Entrevistador: Por quê?

Entrevistada: São tudo cheio de lobisomem.

Entrevistador: (Risadas). Legal.

Entrevistada: Lobisomem, tudo quanto era coisa ruim. Deus o livre e guarde.

Entrevistador: E era no meio do mato.

Entrevistada: Era no meio do mato.

Entrevistador: Cheio de bicho. Cheio de coisa.

Entrevistada: Era mato aqui, mato ali, aonde tinha pasto era pouca coisa também, né, que a gente passava. E até a boca lá do cemitério pra pegar a Rua de Paulo Lopes.

Entrevistador: ó, mas agora a senhora pode voltar ali. Conta um pouco a história da Toca. Como é que ela era? Como é que ela tá? Agora a gente pode voltar pra essa pergunta.

Entrevistada: Ah, a Toca agora tá uma cidade, toda cheia de luz. Os lobisomens que morreru tudo. (Risadas)

Entrevistador: (Risadas)

Entrevistada: Eles não iam olhar a claridade pra atacá.

Entrevistador: A luz é recente, né? Esse dado eu achei. É de 2010. Faz pouco tempo.

Entrevistada: É. Não meu filho esse lobisomem… Muitas vezes aquele menino eu saia daqui pra consultar no INPS. Saia às cinco, cinco e meia. Saia sozinha mais Deus.

Entrevistador: Mas a senhora chegou a pegar estrada no mato? A senhora tinha o que, uns vinte anos?

Entrevistada: É, eu tinha uns … Acho que uns vinte e poucos anos. É.

Entrevistador: Com quantos anos eles fizeram a estrada?

Entrevistada: Uma vez eu saí daqui tão cedo, pra pegar o ônibus das cinco. Meu deus… Eu peguei um pedaço de pau.

Entrevistador: Claro, né? Eu também pegaria.

Entrevistada: Cemitério eu passei batida, nem olhei pros lado. Quando chegou lá na frente. Eu não sei se era um cachorro, sei lá. Eu levava um pedaço de pau. Já saí de casa com aquilo na mão e aquele cachorro viu eu saindo. Ele veio pra me atacar. Eu dei uma lambada com tanta força que eu vi sai fogo do calçamento, acreditas? mas logo em seguida, eu, macaca velha como diz o meu primo, já faz tempo que eu tô no galho, eu olhei pra trás, mas ué, cadê o cachorro? Isso aqui, esse caminho da Toca. Isso tem história de tirar o chapéu e arrepiar o cabelo. Arrepiar o cabelo, meu filho, ó… olha ...

Entrevistador: Quem contava? Quem falava com a senhora a respeito dessas coisas de lobisomem?

Entrevistada: Dessas aparições?

Entrevistador: Isso, quem que falava?

Entrevistada: Era o pai e os tio. Os tios tudo falavo, né? A mãe. Deixa eu contar uma história, nós morava ali em cima, onde mora a minha filha hoje. A [...].

Entrevistador: Qual que é? Onde fica?

Entrevistada: Essa aqui ó. (A entrevistada indica a casa pela janela).

Entrevistador: Essa casinha aqui? Do lado?

Entrevistada: É. A nossa casa era ali. A nossa casinha era ali, uma casinha pequena, né? Não tinha quarto, era só a sala e a cozinha.

Entrevistador: Mas a sua família plantava, né?

Entrevistada: Ô (indicando que muito).

Entrevistador: Bastante, né? Mas plantava onde?

Entrevistada: Bastante. Queres vê, a nossa casa era ali, onde mora a minha filha hoje. Então isso aqui era tudo plantação do pai, do outro lado também (do outro lado do morro) que a gente vivia da lavoura. O pai plantava aqui nesse chão, né, que vai até lá em cima no morro e plantava no Bom Retiro. O pai saia todo dia às cinco e meia.

Entrevistador: mas ele plantava pros outros também?

Entrevistada: Não, pra ele.

Entrevistador: Pra ele? O terreno lá era dele também?

Entrevistada: Era, né. Então, né... ele saia todo santo dia, às vezes de madrugada.

Entrevistador: Aí ele vendeu esse terreno?

Entrevistada: Sabe que eu não sei o que fizeram com esse terreno?

Entrevistador: Não sabe?

Entrevistada: Não sei o que fizeram com esse terreno.

Entrevistador: Mas a senhora está falando isso há cinquenta anos mais ou menos?

Entrevistada: É.

Entrevistador: Seu pai fazia isso há cinquenta anos …

Entrevistada: Há muito mais.

Entrevistador: Há muito mais?

Entrevistada: Muito mais.

Entrevistador: Provavelmente a família dele já fazia …

Entrevistada: Com certeza. Com certeza, né? A gente vivia do pouco que o pai tirava da terra, da lavoura …

Entrevistador: E ninguém mais faz isso na sua família, não?

Entrevistada: Ninguém. Às vezes eu digo: Meu Deus do céu, ninguém puxou o pai. Ninguém. Ói, quando eles veem uma enxada eles correm tanto que nem olham pra trás. (risadas) Às vezes eu digo: meu deus do céu tanto homi aqui em volta de casa, mas quando eles veem uma enxada, mas eles corre.

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Nós não. Tudo que a gente comia e vestia na época o pai tirava da lavoura. O pai plantava, né, principalmente o milho, mandioca, feijão, essas coisas. Quando chegava no fim da colheita ele vendia, né?

Entrevistador: E a senhora conhece o pessoal aqui do Fortunato, da Aldeia (outros Quilombos - minhas palavras).

Entrevistada: Não. Não conheço. Não conheço.

Entrevistador: A princípio as minhas perguntas esgotaram. A senhora quer falar mais alguma coisa?

Entrevistada: (risadas).

Entrevistador: Eu não sei. As minhas perguntas acabaram. Na verdade, eu tenho estudado muito a história da região, então assim, algumas coisas eu já tinha, confirmei alguma coisa, mas a sua fala é ótima, assim, porque traz algumas coisas que pra mim serão assim bem importantes. E eu não sei assim, a senhora como pode ver, eu não falei de preconceito, acho que isso já está mais do que dito.

Entrevistada: É.

Entrevistador: Mas a minha ideia é exatamente essa, é trazer um pouco da história mesmo porque os mais velhos vão, os mais novos ficam e é importante que essa história, pelo menos outras possibilidades de história estejam também ali. Então assim, eu vou olhar a sua fala e a partir disso vou tentar encaixar ela com a história de Paulo Lopes e ver se consigo armar uma coisa interessante. Que tenha sentido e possa ter sido daquela forma.

Entrevistada: Ali na frente. Ali morava um Senhor. Ele e a mulhé. Ele era viúvo. Ele era viúvo, ela não sei da onde vem sei pra onde foi: pro cemitério.

Entrevistador: Eles eram brancos?

Entrevistada: (Sinaliza que sim com a cabeça). Dizem, né, que ele era o lobisome e ela era a bruxa. Eles tinham uma amizade comigo … meu Deus do Céu. Aí quando chegava de noite. Ai meu deus do céu, era João Tomásio, ai o João Tomásio.

Entrevistador: João Tomásio.

Entrevistada: Aí ele chegava assim: - ô, minha Joaquina, eu era a Joaquina dele. Aí eu mandava ele entrar e ele já começava a contar história. ah, contador de causo. Ele contando os causo e eu rezando pra ele ir embora, com medo. E os rapazi na época era tudo pequeno aí dizia assim: eu vou dormir, o outro: eu também vou. Mas eu ficar sozinha com o lobisomi na cozinha. (Risada). Mas era uma pessoa boa pra mim eles eram muito bom, mas só que eles tinha esse defeito, né, dizia que ela era bruxa e ele lobisomi. Alguma coisa eles tinham mermo, alguma coisa eles tinha. Tinha. Mas era umas pessoas, tadinhos, muito, muito, muito boas.

Entrevistador: Eles moravam aqui perto?

Entrevistada: Moravam logo ali na frente, naqueles eucaliptos ali. Eles moravam ali, tinham uma casinha pequeninha. Então tudo saber que era o pó de café deles, outro dia eu ainda pensei, meu deus, se eu tivesse um torrador pra fazer um teste. Era de milho.

Entrevistador: O café deles era de milho?

Entrevistada: É; eles torravam o milho. Ela torrava o milho, aí deixava esfriar. Aquele milho bem queimado, bem queimado mesmo. Botava no pilão, socava, e passava numa peneira… e era o pó de café deles.

Entrevistador: E a senhora trabalhava com o quê que eu nem perguntei

Entrevistada: Eu?

Entrevistador: É, a senhora sempre foi do lar?

Entrevistada: Sempre fui. Trabalhei sim. Uma vez... eu era pequena quando eu trabalhei. Eu era criança.

Entrevistador: Não, não, não. Por exemplo, a Maura também é do lar. Mas é porque antigamente a dinâmica da família era assim, né? Ainda mais No interior, né.

Entrevistada: A mãe sempre trabalhou, de doméstica. Sempre. Era muito, muito trabalhadeira. A mãe era. Depois passou, aí saiu do serviço, passou a trabalhar num açougue alimpando fato de boi. Meu Deus, tinha o matador, chegava de manhã lá e tava aquelas buchada assim enorme. Minha mãe trabalhava descalça naquele piso gelado lá, aquela sujeira toda, aqueles cocô de boi tudo. Depois despejava aquilo tudo.

Entrevistador: Mas ela ganhava por dia? Ela era contratada mesmo? Era na carteira?

Entrevistada: Não, era contratada mesmo.

Entrevistada: Ganhava uma mixaria meu filho. Tadinha Né. Aí ela limpava aqueles tripa, bucho.

Entrevistador: Ela trabalhava como limpeza?

Entrevistada: É. Limpava aquelas buchadas tudo, aqueles boi.

Entrevistador: Aí o seu vô plantava e o seu pai também …

Entrevistada: O pai. O pai plantava é. A mãe nunca trabalhou na lavoura, a mãe sempre trabalhou fora. O pai não, o pai foi sempre da lavoura. Sempre. O pai plantava arroz, aipim, batata, tudo, mandioca. Tu vê, uma vez ele pode fazer uma roça lá em cima do morro, tadinho. Ele puxava mandioca daqui lá pro Freitas pra lá da BR pra fazer farinha. É, e o homem cedeu lá, o homem do engenho cedeu o carro de boi.

Entrevistador: Onde ficava o engenho?

Entrevistada: Pra lá da BR. É bem onde é a oficina Maicon.

Entrevistador: Oficina Maicom?

Entrevistada: É.

Entrevistador: É lá no Areias?

Entrevistada: É isso, é. E era engenho. Ele servia assim… quem não tinha, né? Fazer farinha essas coisa, né? O pai enchia aqueles carros de mandioca.

Entrevistador: E de quem que era o engenho lá? A senhora lembra?

Entrevistada: Ah, era de um tal de Manoel Fermino.

Entrevistador: Manoel Fermino?

Entrevistada: É, Manoel Fermino… Então, chegava meio-dia e a mãe levava aqueles prato de comida, pirão, pedacinho de coisa assada. Meu Deus.

Entrevistador: E as… e as famílias de Paulo Lopes? Alguma que a senhora lembre que seja a mais importante …

Entrevista: Pô, se tinha mais importante em Paulo Lopes morreu e eu não vi. (Risadas)

Entrevistador: Sempre foram famílias pequenas, né?

Entrevistada: Se tinha… não mas diz que tinha, tinha né, tinha a família do Deca Pindá, o velho diabo. Era o Deca Pindá …

Entrevistador: Pode contar … tem uma passagem agora, tem uma passagem no livro de Paulo Lopes sobre ele mas eu não sei quem ele é. O que que ele era?

Entrevistada: Isso mesmo. Tem o Deca Pindá que era um Coronel.

Entrevistador: Um coronel?

Entrevistada: o… deixe-me ver outro… o Joaquim Santos…deixa-me ver… O Joaquim Santos era Dono do que? Ah, da casa de arroz. Da fábrica de arroz, né? E... e o Deca Pindá era Dono quase do Bom Retiro todo, né? Aí depois vendeu.

Entrevistador: Vendeu pra quem?

Entrevistada: Não sei. Só sei que ele andou vendendo pra lá.

Entrevistador: Mas hoje, hoje é de uma pessoa que comprou dele?

Entrevistada: Com certeza, né? Já passou muitos e muitos e veio morar num casarão ali onde é a Cooperativa de Paulo Lopes hoje.

Entrevistador: A Cooperativa de Luz?

Entrevistada: É. Ali perto do cemitério, né, ele se acabou ali.

Entrevistador: Eu dizia pras gurias: Aquele véio desgraçado é tão miserável, quando é que vai se acabar?

Entrevistador: Mas ele morreu faz pouco?

Entrevistada: Não, faz muito.

Entrevistador: Faz muito?

Entrevistada: Faz muito!

Entrevistador: Como, tipo, anos 60, anos 70?

Entrevistada: Ah, mas foi mais. Era um velho muito desgraçado. (Risadas)

Entrevistador: Mas a senhora chegou a conhecer, né?

Entrevistada: Conheci aquele maldito. Se eu passava na escola ele tava sempre sentado com a barriga bem cheia. (Risadas)

Entrevistador: (risadas)

Entrevistada: Sentado de porta. (Risadas)

Entrevistador: mas por que ele era tão ruim?

Entrevistada: Não sei.

Entrevistador: Mas a senhora não gostava dele …

Entrevistada: Não, não gostava mesmo, mas era ruim mesmo. Era dito mesmo pro povo que era um homem ruim. Era daqueles homem que usava aqueles bigodão, não tem?

Entrevistador: Sim…

Entrevistada: Era…aquele tipão assim ó. Ah, maldito. (Risadas)

Entrevistador: Então tá, ele morreu, ele morreu velho e morreu aqui no Centro.

Entrevistada: Morreu. Ele veio do Bom Retiro, ele morava no Bom Retiro.

Entrevistador: Mas o sobrenome dele era Pindá?

Entrevistada: É… chamavam de Deca Pindá. Mas tem outro Pindá, né? Que era o marido da Dona Cizina.

Entrevistador: Que era Santos, Cizina Santos…

Entrevistada: Isso?

Entrevistador: Não é o Pereira? Dequinha Pereira?

Entrevistada: Não, o seu Dequinha era filho.

Entrevistador: Filho de quem?

Entrevistada: Agora? Do Pereira, agora quem é o pereira? Pois é, qual é o nome dele? Pai do seu Dequinha… Alfredo, não era?

Entrevistador: Não sei. Alfredo Pereira.

Entrevistada: É Alfredo, eu acho que é.

Entrevistador: Mas ele era daqui?

Entrevistada: Quem, o Alfredo? Da onde ele vem não sei pra onde ele foi eu sei: pro cemitério. (Risadas)

Entrevistador: (Risadas) Não, não, não tem problema.

Entrevistada: Não, não. Não sei da onde ele vem não.

Entrevistador: Mas a senhora citou o Pindá, então ele que era o dono de lá…

Entrevistada: É. Diz que foi ele que cedeu esse terreno aqui pra Dindinha, minha vó. Na verdade foi pro meu avô, né? Que na época trabalhava de empregado dele e ele cedeu.

Entrevistador: E a senhora acredita nisso?

Entrevistada: Eu não tava no mundo pra acreditar. (Risos)

Entrevistador: Pois é.

Entrevistada: Eu não tava ainda por aqui.

Entrevistador: Foi então o Seu Pindá que hipoteticamente teria cedido o terreno. Quem que falava isso pra senhora?

Entrevistada: A Dindinha, a mãe. Era família grande. Era a mãe Adelaide, Tia Rosa, Tio Bi, Tio Lão …

Entrevistador: Mas deixa eu perguntar uma outra coisa, já que a senhora tá num papo tão bom.

Entrevistada: pergunta.

Entrevistador: O seu pai tinha terra lá, no Bom retiro.

Entrevistada: No bom retiro.

Entrevistador: E aí, por que ele veio pra cá?

Entrevistada: Uma boa pergunta.

Entrevistador: Se ele tinha terra lá …

Entrevistada: Mas eu acho que a terra lá não era deles … de quem eu não sei te dizer. Por causa desse maldito Deca Pindá.

Entrevistador: (Risos)

Entrevistada: É, porque o pai plantava. Isso é verdade.

Entrevistador: É uma dúvida que eu fiquei agora na sua fala. Porque ele tinha terra lá. Ele

plantava lá.

Entrevistada: Plantava, ele saia daqui já mesmo morando aqui. O pai trabalhava no Bom Retiro. Na lavoura lá. Tu vê, o pai plantava, tinha banhado, plantava arroz, colhia arroz, vendia, né? O pai plantava tudo no Bom Retiro, de tudo um pouco.

Entrevistador: Mas ele plantava pra ele, né?

Entrevistada: Pra ele.

Entrevistador: Pra ele.

Entrevistada: Não era pra ninguém não, era pra ele, ele plantava pra ele. Né, nós tinha um caminho aqui por trás. Meu Deus, que vontade que eu tenho de subir o morro pra ir lá ver se …

Entrevistador: Aham

Entrevistada: Agora o pé não ajuda mais.

Entrevistador: Agora não, mas é porque pelo menos eu estou fazendo alguma função, tenho alguma função, eu estou te fazendo lembrar alguma coisa.

Entrevistada: A gente...o pai passava pelaqui, chegava lá no alto, em cima do morro, descia assim ó, lá embaixo do Bom Retiro. É, já pensou? Às vezes a mãe levava comida, às vezes eu ia com o Pai também sabe, não pra trabalhar, brincar. E chegava meio-dia a mãe levava aqueles prato de comida, o pai comia. Tadinho. Eu vou te contar uma vez o pai tava lá em cima do Morro trabalhando, e a mãe fez uma bacia de pirão.

Entrevistador: A alimentação era muito pirão, né?

Entrevistada: Muito pirão. Muito pirão e muita coisa assada na brasa, né? Rapaz do céu, e eu comecei a sassaricar, brincando, né?

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Eu botei o pé dentro da bacia do pirão. (Risadas).

Entrevistador: (Risadas).

Entrevistada: Será que eu não apanhei nesse morro? (Risada) Óia, tinha mais pirão agarrado no pé do que dentro da bacia. (Risada)

Entrevistador: Ah, eu imagino. Imagino.

Entrevistada: Mas o pai era assim. Assim de irmandade, filha era só eu e a Teca. Só nós duas. O pai nunca nos bateu. Dizer que nunca não, bateu uma vez só. Mas a mãe dava cada chapuletada, oia nega malina. O pai nunca nos bateu porque chegou do morro e nós tava lá na fonte pegando camarão. Rapaz, olha, quando nós levantamos a cabeça eu disso: Ô, Teca, lá vem o pai. Ele tava embaixo de uma descida, já tava com pedaço de pau.

Entrevistador: Mas esse camarão, aonde que a senhora pegava?

Entrevistada: Lá na fonte. Lá embaixo lá.

Entrevistador: Ah, onde eu fui agora com os meninos. É dentro do seu terreno, né? É aqui, né? Eu fui com a Jéssica. A Jéssica me levou ali.

Entrevistada: É na descida.

Entrevistador: Mas aquilo lá ficava dentro do seu terreno, né?

Entrevistada: Dentro.

Entrevistador: Agora já tá no … (O terreno foi dividido e outra pessoa cercou a fonte. Os arames passam por cima da mesma)

Entrevistada: É, exatamente. Pegava camarão. Tina disse, mas é o pai. (Risadas) Já tava com um pedaço de piteira deste tamanho.

Entrevistador: Eu imagino.

Entrevistada: Disse: Joaquina ...

Entrevistador: A gente vai pro céu.

Entrevistada: Ele só olhou pras coisa e disse: passa aqui. O que foi, Pai? Passa aqui, tu e a Teca. Quando eu passei, ele rodou aquilo e me deu no lombo. Do mesmo jeito ele fez com a Teca. Isso era quase meio-dia. O pai nunca, nunca tinha batido. Berremo tanto, mas tanto. Mas também naquele mesmo dia, durante a tarde e a noite, o pai ficou doente.

Entrevistador: É, eu imagino, né? Pra bater.

Entrevistada: Nunca, nunca tinha batido. Mas eu berrei mais do susto, quando eu levantei a cabeça, e o pai tá vindo. (Risadas).

Entrevistador: Esperando, né?

Entrevistada: Uix. A mãe por qualquer coisa dava, não sei por que tanta ignorância, meu deus. Às vezes, aquele menino, ela me deu tanto, ela me deu uma surra tão grande que chegou a tirar lasca das minhas pernas… quando ela soube que eu tava grávida. Por mais que eu berrava, por mais que eu falava, eu notava que era… olha que o bicho pegou mesmo. Meu deus. Bateu, bateu mesmo, sem dó e sem piedade. E tinha a irmã que era doente da cabeça. Aquela sim era tão doente, para ela tanto fazia andar vestida como andar sem roupa, que dava na mesma.

Entrevistador: Irmã da sua mãe?

Entrevistada: Não, é filha.

Entrevistador: Sua irmã!

Entrevistada: Ela é minha irmã por parte de pai.

Entrevistador: Tá. O seu pai tinha filhos com outra pessoa.

Entrevistada: Não. A mãe. Essas coisas de parte eu não entendo. A mãe era casada com outro, aí o outro morreu, a mãe …

Entrevistador: Ah, tá…

Entrevistada: Entendesse?

Entrevistador: Entendi.

Entrevistada: Então desse casamento, desse primeiro casamento, nasceu essa guria que tô te falando e o rapaz. O casal.

Entrevistador: Mas onde que eles estão, eles estão vivos?

Entrevistada: Tão no cemitério...

Entrevistador: Mas eles não deixaram família?

Entrevistada: Não, não. O meu irmão, era considerado irmão porque era filho da mesma mãe, né? Aquele ali trabalhou muito, muito, era um rapaz muito trabalhador. E ela, e a mãe morreu e eu fiquei cuidando da falecida, né? Meu deus do céu. Quando ela se agarrava em mim eu tinha que bater nela até deixar ela caída, tu acreditas? Pois ela deu uma pedrada no pai que cortou isso aqui fora a fora. Ela tinha uma força, uma força. Meu Deus, mas também era assim ó, eu dizia assim pra ela: Ó, fica quieta que eu vou pentear teu cabelo pra ti ir pra casa da neném. A neném era a Dona Cizinha, filha do pindá. Ela ficava muito contente.

Entrevistador: Cizina?

Entrevistada: É, a Dona Cizina, é!

Entrevistador: É a esposa dele..
Entrevistada: Não, a Cizina é a filha do… não sei. É uma pessoa também bem antiga. A Dona Cizina, a Dona Mariazinha, seu Zequinha, eles moravam tudo em casarão, Os casarão antigo.

Entrevistador: Ali no Centro?

Entrevistada: Era.

Entrevistador: Eles eram todos Santos?

Entrevistada: Era.

Entrevistador: Era, né? A senhora já ouviu falar nos Souza?

Entrevistada: Souza.. Tem tanto souza, né? Qual Souza tu quer saber?

Entrevistador: Não, não… não adianta. Os Santos, era o Centro todo, mas o Pindá era Santos.

Entrevistada: Era Santos.

Entrevistador: Pindá era Santos.

Entrevistada: Era Santos Coronel, meu filho.Vixi.

Entrevistador: Eu queria saber o nome dele.

Entrevistada: É coronel pindá.

Entrevistador: Coronel pindá no livro também ele diz

Entrevistada: É, só que de repente Pindá era apelido. É era apelido, né?

Entrevistador: mas a senhora já me ajudou bastante Dona Joaquina.

(ela lembra de outros detalhes)

Entrevistada: Morava uma família logo aqui pra lá da casa da Teca, que vem a ser minha irmã, claro. Então, ele era o filho. Morava ele e a mãe. Era uma senhora que eu nunca entendi nunca sei ninguém me contou de onde ela veio pra onde ela foi, claro pro cemitério. Mas eu achava mais interessante nela, acho que ninguém assim reparou mas eu prestava muita atenção era a roupa o traje que ela usava, só marrom. Só roupa marrom, bem compridona. Manga comprida, compridona mesmo. Folgadona até aqui ó. Esses dias eu estava falando com as gurias: - Será porque meu Deus, sei que aquela mulher morreu e ninguém nunca me deu uma explicação por quê daquilo ali.

Entrevistador: Ela era daqui da frente, ou ela morava mais pra frente perto da casa da dona Maria lá do lado do cemitério.

Entrevistada: Não, bem pra cá. Bem pra cá, bem pra cá.

Entrevistador: Branca?
Entrevistada: hmmmmm..

Entrevistador: Ela era branca?

Entrevistada: Não, ela era mulata.

Entrevistador: Vocês não tinham contato com os outros negros que estavam aqui então.

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Existe um núcleo aqui, mas tem outros que moraram aqui também.

Entrevistada: Exatamente.

Entrevistador: Isso já é bastante coisa.

Entrevista: Era uma senhora assim muito ruim mesmo. Pessoa malvada. As pessoas vinham da escola, às vezes vinha com fome, tinha muita laranja,

Entrevistador: Aham. E ela não deixava.

Entrevistada: ô, até coquinho que nós tirava.

Entrevistador: E a senhora não lembra do nome dela?

Entrevistada: Joana.

Entrevistador: Joana e o sobrenome a senhora a senhora lembra?

Entrevistada: (Indica que não com a cabeça)

Entrevistador: Joana… e ela era negra e tava aqui também.

Entrevistada: Era. Tinha tanta Joana aqui na época. A minha sogra era Joana. Ah, era Joana, Joana, eu te falei né? Ela tinha uma neta.

Entrevistador: A família dela continua aqui, não?

Entrevistada: Já morreram todos. Se foram todos. Aqui tem muita gente que já partiu. Acredito que lobisomem está assustando os outros lá no cemitério.

Entrevistador: Mas o cemitério sempre foi ali?

Entrevistada: Não. Era lá perto da Igreja. Era lá na praça, lá atrás da Igreja. Sabe que quando acabaram o cemitério lá perto da igreja. Hoje já fizeram até a igreja em cima. E ali ficou muitos e muitos ossos. Muitos e muitos. Botaram a igreja em cima.

Entrevistador: É, eles fizeram em cima.

Entrevistador. E demoliram a prefeitura também.

Entrevistada: Também, é.

Entrevistador: Não tem muito prédio antigo, na cidade.

Entrevistada: Não tem muito não.

Entrevistador: Eu tava olhando hoje.

Entrevistada: Não tem muito não, não tem mesmo é. O mais antigo era ali a casa do a, do arroz, não, fábrica ali.

Entrevistador: Mas a senhora nasceu já existia essa fábrica?

Entrevistada: Já. Esse casarão enorme que pra mim era assombrado.

Entrevistador: O casarão aquele que era venda?

Entrevistada: Isso.

Entrevistador: Aquilo ali era de quem?

Entrevistada: Sabe que eu não sei.

Entrevistador: Não sabe?

Entrevistada: Não sei.

Entrevistada: Às vezes a gente saia cedo assim pra pegar o ônibus. Meu Deus, que tanto medo a gente passava nessas estradas. Sem luz. A luz era pomboca. Os que vinham, que trabalhavam lá fora na época não tinha luz, eles faziam um faixo de bambu, né? eles faziam aqueles faixo, cortaram umas tirinhas bem fininhas, molhavam um pano com óleo, botavam ali dentro e quando vinham a noite, acendiam aquilo e vinham clareando a estrada.

Entrevistador: Mas muitos de vocês então trabalhavam lá no centro, mas alguns não.

Entrevistada: Não. Os que eram da lavoura não.

Entrevistador: Os que eram da lavoura não?

Entrevistada: Os que viviam daquilo ali, né? Plantavam para depois colher pra vender. É por isso que aquele menino que na época eles passavam tanta necessidade. Já pensou, quanto leva, quanto tempo leva pra plantá uma rama, esperar ela crescer, criar raiz debaixo da terra, né? É mais de ano, né? O arroz também, é. O que eles mais plantavam na época: era a mandioca, o arroz, o feijão também, feijão… meu deus. O Pai plantava muito também era amendoim. Que sofrimento "nóis" passava eu mais a minha irmã.

Entrevistador: Mas vocês ajudavam na lavoura?

Entrevistada: Muito. Aí quando ele arrancava. Nós só não ia carpir porque ele dizia que nós arrancava de propósito (incompreensível) … E quando o pai arrancava o amendoim que ficava aqueles baguinhos na terra a gente tinha que ajunta tudo um por um. Nossa casa era pequena ele enchia aquela sala, ai meu Deus do céu. Aí de noite ficava até um pedaço da noite tirando aquelas baguinha tudo do pé. Meu deus do Céu.

Entrevistador: É… a vida no campo não é fácil.

Entrevistada: Sabe aquele menino, e hoje eu me considero hoje uma mulher rica de Deus, porque o que a gente já passou. Meu Deus do Céu.

Entrevistador: Mas a diferença… era muito diferente pra vocês o pessoal branco da cidade, ou …?

Entrevistada: Era. Era.

Entrevistador: Por que era diferente?

Entrevistada: Sei lá, era. Do que eu vejo hoje, credo … naquela época era muito, muito diferente.

Entrevistador: Era muito diferente?

Entrevistada: Muito. Na comunidade, que faziam a festa era só aquelas brancada toda, não via negro. Se tinha um almoço era só pros patrão. Tu não via um negro lá sentado no meio. Uma festa, sabe, tem festa, né, tem que fazer uma coisa na igreja, era só meninas branca. Só. Eu me criei no tempo que eles faziam a coroação da Nossa Senhora de Fátima a minha irmã e outras aqui tudo minhas parente, nos nunca fomo chamado para uma apresentação de nossa senhora de Fátima na igreja, de santo nenhum. E hoje não, hoje tá tudo maravilhoso, né? As nossas meninas são chamada para a apresentação de igreja, tá tudo muito bom. Os meninos também. Está maravilhoso. Na época credo, que eu me criei, que era só aquelas brancada só só só, nego não tinha vez, não tinha vez, não tinha. Nego só tinha vez quando eles queriam dar cachaça pros negos tolos beber. hhaahaha. Mas festividade de Paulo Lopes. Tu podia ir numa festa de Paulo Lopes, tu não via um nego sentado, lá almoçando ou jantando. Era só aquela brancada. Hoje não, hoje tá maravilha. Tá maravilha.

Entrevistador: Melhorou bastante?

Entrevistada: Melhorou bastante. Credo.

Entrevistador: É. Os meninos estavam reclamando ali , né, que ainda tem algumas coisas no colégio.

Entrevistada: É, diz que tem. Tem. Tem. Diz que no colégio diz que tem.

Entrevistador: Aí isso vai demorar ainda, né?

Entrevistada: É no colégio diz que tem.

Entrevistador: É uma pena, na verdade quando virar quilombo vai melhorar bastante pra vocês.

Entrevistada: Tomara, Deus, tomara, Deus. Por aqui ainda tem safado racista. E como tem… aqui dentro de Paulo Lopes tinha um menino da família do… seu Italo.

Entrevistador: Italo da onde?

Entrevistada: Manuel do, Pai, do… Parente do Deca Pindá, eu acho. Né, o seu Bento, que era filho do seu Ítalo ….

Entrevistador: Nelçom, a senhora sabe quem é? Nelçom?

Entrevistada: Não sei… é um do Areias, né? O Seu Nelçon ele trabalhava com farinha. Tinha Engenho, é. E hoje a família do seu Bento pra mim é uma família muito muito querida.

Entrevistador: A do Seu Nelçom.

Entrevistada: Não, a do seu Bento de Paulo Lopes. O filho do seu Italo, né? Minha família… meu deus do céu, maravilhosa. O Pedro, que criatura boa, meu deus. Então são uns rapazes

assim, é, que eles me querem muito, muito bem. E eu a eles. Eu a eles. Pessoas querida mesmo. Pessoas que chegam aqui em casa, sentam na minha mesa, come, bebe. Não tem mais aquela coisa do preconceito, não. Muito bom. Seu Jamal, que é filho do seu Italo.

Entrevistador: Italo é o Santos?

Entrevistada: Não, (outro sobrenome). ahahahahahahahahaha

Entrevistador: Eu já me perdi aqui. hahahahahaaha

Entrevistada: Ó, ò… O seu Ítalo não é Santos.

Entrevistador: Pereira?

Entrevistada: Pereira. É. Isso mesmo. Pereira. Então eu fazia comida. Ai meu deus do Céu, como era difícil. O Pedro, é neto, o neto, o Pedro é uma pessoa muito querida.

Entrevistador: Mas ele tá bem, ele tá vivo?

Entrevistada: O, bem vivo. Vivo até demais. rsrsrsrsrss. O Pedro é uma pessoa muito querida.Tem o Pedro, tem o José, o Hugo, mas eu sou mais chegada ao Pedro. Pessoas muito queridas mesmo, o Hércules. Pessoas boas. Porque dentro de Paulo Lopes ainda existe pessoas boas.

Entrevistador: Mas eles não plantam mais?

Entrevistada: Não. Não. Não, tudo comércio, né? É comércio é.

Entrevistador: Mas eles moram ali no centro.

Entrevistada: Moram. Tudo no Centro. No Centro de Paulo Lopes, centro. Pessoas boas. Ainda existe. Tirando o que não presta ainda tem. Se catar bem acha uma coisinha boa.

Entrevistador: A senhora tem mais alguma coisa pra …

Entrevistada: (ela sinaliza que sim)

Entrevistador: ahahahaha … eu acho que vou ter que voltar.

Entrevistada: Outro dia veio umas meninas aqui fazendo pergunta. Eu digo assim: olha, eu já sou uma senhorinha de quinze anos. Vocês estão me puxando muito pela minha cabeça. Vocês estão me puxando muito pela minha ideia. ahahahahahahahahaha

Entrevistador: Não, mas é bom. É bom falar, senão a gente esquece.

Entrevistada: É bom, é bom.

Entrevistador: Vou parar a gravação.
“Neste intervalo, a entrevistada começa a falar sobre algumas coisas que não haviam sido ditas e religuei o gravador para coletar os dados”.

Entrevistador: Mas a senhora estava falando Da. Joaquina sobre um negro do Bom Retiro que era escravo. A senhora pode falar pra mim?

Entrevistada: Tio… Tio Damázio.

Entrevistador: Ele era seu Tio?

Entrevistada: Não, chamava por respeito.

Entrevistador: Tio Damázio.

Entrevistada: Ele veio do Rio Grande, ele casou no Bom Retiro com a Maria Faustina.

Entrevistador: Ela era branca ou negra?

Entrevistada: Negra. Negra, né? E ele nos contava, não lembro muito, que ele veio de lá pra cá foragido.

Entrevistador: Ele veio foragido? Ele veio fugido.

Entrevistada: Ele veio fugido.

Entrevistador: Como era o nome dele?

Entrevistada: Olha, chamavam de Damázio. Tio Damázio.

Entrevistador: Mas o que ele falava especificamente assim? Ele veio fugido …

Entrevistada: Ele veio fugido dos Senhor que tinham lá.

Entrevistador: Mas ele era parente de vocês?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Mas a família dele existe ainda ou …. Eles não tiveram filhos?

Entrevistada: Eles não tiveram um filho de criação que era o Toninho, que morreu, né? Era filho da… Era neto da Bia (Grifos meus - vó da Graça)

Entrevistador: Mas a esposa dele também era de lá ou ela era daqui da Toca?

Entrevistada: Da toca.

Entrevistador: Ela era da Toca. E aí esse… esse seu Tomázio ele dizia que veio de lá fugido..

Entrevistada: É. Ele veio fugido, é… ele veio fugido. Ele veio fugido. Mas enfim uma época eles não falavam muito a gente era criança. Eu acho assim, eles achavam que a gente não entendia certas coisas e eles não falavam muito, ou melhor te dizendo né quando a conversa de adultos nós crianças na época não entrava mesmo. O pau comia e o choro era baixo.

Entrevistador: Mas a senhora conheceu o seu Damázio…

Entrevistada: Tio Damázio … conheci.

Entrevistador: Mas a senhora ia na casa dele.

Entrevistada: Ia. Ia muito. Aqui por trás tinha um caminho que dava acesso.

Entrevistador: E ele fazia o quê? Ele plantava?

Entrevistada: Nós ia pros bailão, ele fazia muitos baile. É, nós ia pro bailão. Então nós subia o morro, meu deus. Outro dia pedi até pro meu filho me levar lá: - Ah, vou levar a senhora pra quê, a senhora não alcança. A gente subia por aqui ó pegava uma trilha na mata e chegava lá em cima do morro nós descia e saia lá no Bom Retiro.

Entrevistador: Nossa.

Entrevistada: Isso tudo se acabou. Se acabou tudo. Tudo mesmo. Às vezes eu sinto saudades das coisas antigas que eu já passei com a Dindinha, os velhos que moravam aqui na Toca. Outro dia eu até pedi pro meu filho eu disse assim: ô mãe, a senhora quer fazer um rancho atrás pra mim? Ele assim: Por que? Ele não me chama de mãe não, é de Joinha. Por que Joinha? Eu disse: - Ah, eu quero um rancho igual ao que a Dindinha tinha. Ele ficou bem sério olhando pra mim. Ele assim: o rancho como a… É, eu disse, um rancho, faz um rancho, eu disse, uma porta só na frente, uma janelinha pequena. Igual que a Dindinha. Eu disse: Lá no canto tu faz um fogão de gancho. Ele olhou bem pra mim, mas a senhora escuta coisa né? Eu vou fazer essas coisas pra senhora ir se queimando. O fogão da Dindinha era de Gancho!

Entrevistador: Como assim, Dona (nome da entrevistada)?

Entrevistada: Qué ver?

Entrevistador: Fazia. Ela fazia um quadrado como se fosse uma mesa. Botava os quatro pé, enchia aquela mesa, era uma mesinha, enchia de barro, bastante barro, primeiro o tijolo, depois botava bastante barro e pegava um gancho pendurava na linha.

Entrevistador: Entendi. Pendurava a panela.

Entrevistada: Já pensou? Uma panela por vez. Que tanta loucura.

Entrevistador: (Risadas). Ela pegava botava a brasa embaixo.

Entrevistada: Exatamente. E botava o fogo e ficava ali. Que tanta doidice. Nós tinha, que era da Dindinha a casa, dindinha morava aqui pra trás, um casarão enorme, tudo de pau-a-pique. Sabes o que é pau-a-pique?

Entrevistador: É de barro batido né? Com…

Entrevistada: Meu Deus do Céu… Rapaz, mas era uma casa tão grande e o pior que era tudo dividida ainda, aquelas parede tudo de barro.

Entrevistador: Mas as casas aqui da Toca eram todas as pau-a-pique naquela época?

Entrevistada: Era. E eu me lembro que uma vez deu um temporal, que tristeza, e choveu muito, muito. Choveu por dentro. Foi dando nas paredes e aqueles barros foram caindo, foram caindo. A parte da frente. No outro dia fizeram aquele mutirão, barrearam tudo, tudo. Aí faziam aquela roda, né, no chão, cavavo bastante barro. Aí botavo água. hahahahahaha. Os nego naquela época tinha um pé desse tamanho (Risadas). Olha, pulava uma negada pra dentro daquele barro e amassava com o pé.

Entrevistador: Ainda tem bastante barro, né?

Entrevistada: Bastante barro e era pá e pá, pá e pá, pá e pá. Também o tamanho do pé do nego era desse tamanho. E pegava aquilo com uma pá, até mesmo na mão, ia botando. Carrinho de mão, nem carrinho de mão naquela época existia. E eles davam conta de barrear uma casa inteirinha…. A ripa era de palmito, né? Tinha que ter a ripa na parede pro barro não passar pro outro lado.

Entrevistador: E nessa época as casas lá de Paulo Lopes já não eram mais de pau-a-pique?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: A senhora está falando de mil novecentos e o quê?

Entrevistada: Olha, mil novecentos e (pensa)

Entrevistador: A senhora nasceu ainda tinha casa de pau-a-pique pelo visto. E quando foi que começou a usar mais madeira.

Entrevistada: Não lembro.

Entrevistador: Uma outra pergunta que eu queria fazer. O Seu Damázio era idoso quando a senhora conheceu.

Entrevistada: Já era idoso.

Entrevistador: ele era um senhor mais velho.

Entrevistada: Mais velho era. Tio Damázio era velho.

Entrevistador: E a senhora tinha quantos anos mais ou menos quando ia na casa dele?

Entrevistada: Ai, acho que eu tinha uns oito nove anos. Ele era um homem muito sábio. Muito, muito mesmo.

Entrevistador: O que ele dizia?

Entrevistada: A tem coisa que eu já esqueci, mas eu sei te dizer que ele era muito sábio mesmo.

Entrevistador: E quem disse que ele tinha fugido.

Entrevistada: Ele que contava, né? Ele que contava. Agora da onde que esse nego vem não se sabe. É, gente, contava, né, que veio foragido.

Entrevistador: Pode ser. Tia mana é a esposa dele.

Entrevistada: É a esposa. É a Maria Faustina, é, também não sei de onde ela veio. Não sei mesmo.

Entrevistador: Posso dar pause agora (risada) a senhora não vai lembrar de nada bom não, né? (risadas)

Entrevistador: Tem no livro de Paulo Lopes uma pessoa de sobrenome adão que ele fazia tratamento com erva. Os mais velhos falaram dele no livro de Paulo Lopes. Essa pessoa é daqui da Toca.

Entrevistada: Não, eu acho que morava, lentamente eu consigo lembrar, eu acho que devia ser o pai da Tia Olina. Do morretes, não seria no caso. Eu lembro é, que eles falavam, Mané Adão. Mané Adão. Eles falavam na época, é? Ensinava garrafadas, né, pra adulto, criança. Por aqui não, por aqui nós só tinha uma benzedeira na época, era a Dona Noca.

Entrevistador: Ela era branca?

Entrevistada: Ela era branca é. E, não tinha mais nenhum, mas eu ouvi falar nesse senhor.

“Gravador desligado, mas a entrevistada continua falando”.

Entrevistada: Não, gente existia sim por quê?

Entrevistador: Essa é a bruxa.

Entrevistada: Eu tinha uma prima que era bebezinho, aquela criança morreu no ossinho. No couro que as costela davam de contar. Levaram numa benzedeira, minha prima levou essa criança numa benzedeira, e ela disse que a menina estava embruxada. Ensinou um monte de erva, do sete zero, mas não adiantou. As costelinhas dava de contar assim ó, meu deus do céu. Ela sugou aquela criança mesmo o quanto pode. Vou te contar: a falecida coisa boa que morava ali.

Entrevistador: Coisa boa? (Risadas)

Entrevistada: Porque pra mim uma pessoa ...

Entrevistador: É aquela negra que morava aqui que a senhora não gosta … a Joana.

Entrevistada: Não, essa é a Baselice. Ela vinha muito aqui em casa, a mulher do lobinsome.

Entrevistador: Ah, tá, sei.

Entrevistada: Ela vinha muito aqui em casa mais ele. Meu deus do céu, como eles gostavam de mim. Ou gostavam das crianças, não sei.

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Aí um dia ela veio nós começamo a conversar, eu morava ali em cima numa casinha de dois cômodos só. E ela começou a conversar, conversar, comigo, daqui dali, aí eu fui fazer um cafezinho. Eu tinha deixado o bebezinho deitado, muito calor. Rapaz, quando eu cheguei ela tava assim ó, com esse dedão aqui ó (indica o dedo na boca). Aí eu gritei com ela: tira a mão, o dedo da boca desse bebê. Aí ela disse: Não, eu tava só brincando. Eu disse assim: só sabe que brincadeira faz pra uma criança botar. Ela fumava cachimbo. Botar o dedo na boca dessa criança. Aí no outro dia eu disse: eu vou no Morretes.

Entrevistador: Morretes no benzedor.

Entrevistada: Exatamente.

Entrevistador: Morretes fica onde?

Entrevistada: Perto da Pinheira.

Entrevistador: Ah, tá, entendi. Mas a senhora tem parente ali, não tem?

Entrevistada: Na Pinheira tenho. Tenho.

Entrevistador: tem.

Entrevistada: Tenho. Aí eu fui lá, a mulher disse. Tu Glorinha, ficasse quieta, não se arrastasse, ela ia voltar, mas só que ela ia voltar numa borboleta. Ela disse assim ó: toma cuidado que ela vai aparecer numa borboleta. Se ela aparecer eu mato. Pois não é? Aí passou olha coisa assim eu tô contando não tem quem acredite. Na outra nossa casinha, um dia muito quente. Botei um paninho, um travesseiro. Deixo ela deitadinha ali. Aí quando eu cheguei tava um borboletão, cara. Ela tava assim de cabeça pra baixo. Eu disse:: mas és tu, pois eu vou te matar, mas não era pra mim matar, sabe? (Risadas) Eu não sei como eu matei a bruxa. Não era pra mim matar e a mulher disse pra mim: não era pra ti matar, era só pra ti cortar a ponta da asa que ela ia aparecer com a ponta do cabelo cortado. Cheguei botei-lhe o pau e já matei na hora. Eu devia ter matado ela.

Entrevistador: Mas a benzedeira lá ela era branca, a do Morretes. O único benzedor da região era esse senhor aí, negro, né?

Entrevistada: Branca.

Entrevistador: Vocês têm família lá então é próximo, né?

Entrevistada: É.

Entrevistador: A senhora chegou a ir a pé alguma vez até a Pinheira?

Entrevistada: Até a Pinheira não, mas até… deixa-me ver
Entrevistador: Garopaba já?

Entrevistada: Também não. A última loucura que eu fiz foi pra Palhoça. Não cheguei. Não

cheguei, não. A guria era muito minha amiga, um dia ela chegou aqui, aquela atribulada. Disse assim: Joaquina eu tenho uma promessa pra pagar. Eu disse: paga, a promessa é tua. Não, Joaquim, espera eu não acabei ainda. Ela disse: eu tenho uma promessa pra pagar, tu não ques ir comigo? Aí eu pensei: eu disse assim vou. Mas ela não disse se era de carro ou… Eu disse assim: pois é, Josefina que horas nós vamos. Ó, nós vamos sair daqui umas seis horas da manhã. Pegar o ônibus das seis. Não, Joaquina, pra ir de pé.

Entrevistador: Não… (risadas)

Entrevistada: Eu disse, ai, Jesus amado…

Entrevistador: Tava bom o papo até agora…

Entrevistada: Eu disse, tá bom, tá se for pra ti pagar uma promessa eu vou te acompanhar. Já pensou: ela passou aqui de carro, chegou lá na beira da BR, ai meu Deus do Céu. Morro dos Cavalos eu passei.

Entrevistador: Quanto tempo mais ou menos, Da. (Entrevistada), pela BR.

Entrevistada: Deixa-me ver. Quanto tempo faz?

Entrevistador: Quanto tempo a senhora levou pra ir até o Morro dos Cavalos?

Entrevistada: Deixa eu ver. Nós saimos daqui às seis da manhã. Não sei se foi uma três horas, duas e meia. nós não tava puxando. Nós puxava mesmo…

Entrevistador: E a senhora foi até onde nessa caminhada?

Entrevistada: Eu fui até a Enseada.

Entrevistador: Mas aí chegou lá na Enseada que horas?

Entrevistada: Sabe que eu não lembro mais a hora. Foi antes do meio-dia.

Entrevistador: Mas não é tão… Não é longe.

Entrevistada: Deixa eu ver, eu cheguei, e olha. Eu disse ó, Zefa, sinto muito, mas não dá mais. Ela: ai, Joaquina. Eu só: qué ir sozinha vai, eu vou voltar. Eu disse: liga pra alguém vir me buscar. Aí ela ligou e o irmão dela que foi me buscar.

Entrevistador: Mas ela é negro ou ela é branca?

Entrevistada: É branca. E ela seguiu, ela foi até a palhoça. Sua covarde me deixasse na mão. Covarde é tu. Isso aí é pra ti aprender a não fazer tuas promessas contando comigo. Não te mete a contar piada no cu da galinha. Eu passei muito medo mesmo, mas hoje eu sei que tava cheio de viajante, caminhoneiro, né? Assim hoje existe tudo, foi por um triz. Benzadeus, pelo bem dela, a promessa, (não foi possível identificar), mas não deu.
“A entrevistada segue falando. ”

Entrevistada: Ele morava ali, eu já te disse, ali onde… aquela casinha. Então, na noite de verão

(risos) nas noites de verão tu acreditas que ele ficava peladão e vinha tomar o fresco na porteira, porque ele tinha uma porteira. Uma noite vinha um parente meu de lá pra cá, o meu primo. Aí chegou, tava ele, peladão, tomando fresco. Aí o rapaz: boa noite, boa noite. Quando o rapaz chegou ali embaixo no ponteão, naquela baixada, já apareceu aquele cachorrão na frente dele. Apareceu aquele cachorrão e o rapaz chamou os cachorros dele, e ele correu, aquele bicho correu, o cachorro correu e os cachorros não alcançaram. No outro dia o que é que o dito cujo disse pro rapaz. Teus cachorros bateram num bicho ontem, né? Ai, bateram seu João. Pois os teus cachorros nunca hão de pegar esse bicho. Quer dizer, o bicho era ele. (Risos). O bicho era ele. Naquela época, tu pra sair naquela época na rua de noite, principalmente na sexta-feira. Meu pai trabalhava em Bom Retiro.

Entrevistador: Mas ele vinha lá pela frente, lá pelo cemitério?

Entrevistada: É

Entrevistador: Tinha que fazer toda a volta?

Entrevistada. É.

Entrevistador: Não dava pra passar por aqui.

Entrevistada: Não, era muito mato, né? E na estrada era mais aberto. O pai sempre encontrava ele, né? Digo isso porque a gente sabia que era coisa dele. E o pai tinha um facão, um facão enorme, e o facão tinha uma boca. Assim… o facão tinha uma boca. Aí uma noite o pai vinha, viu ele... ele sempre tomava o fresco peladão. Aí o pai disse que passou cumprimentou ele. Quando chegou na frente o pai já viu um porco, aí o pai viu o porco e o lobinsome tem muito medo de faca. Aí o Pai bateu aquele porco veio, atravessou na frente a distância. Aí o pai bateu na cintura, aí não pensou duas vezes. É deitar o coco. Eles eram uns homens de muita, muita coragem. Parece que eles mandaram o pai, o falecido Trajano, o falecido Ta, e o falecido Tio Teca (Todos do Bom Retiro).

Entrevistador: Eles eram irmãos?

Entrevistada: Pois é, eles eram irmão. Eles não tinham hora da noite pra sair. Não tinha, não tinha. Eles tinham muita, muita coragem. Mas era assim, né, eles tinham as oração, e aquilo ali olha, só por Deus.

Entrevistador: Mas e esses seus outros tios, eles moravam onde?

Entrevistada: O Titeca morava aqui, depois foi embora pra Itajái, morreu lá. O falecido Otávio morava lá atrás.

Entrevistador: Atrás onde?

Entrevistada: Eu digo atrás, atrás desse mato, lá no outro terreno.

Entrevistador: Mas aqui pertinho.

Entrevistada: Aqui perto, é, aqui perto.

Entrevistador: Mas todos eles trabalharam lá pro Bom Retiro.

Entrevistada: O que mais trabalhadou lá em Bom Retiro foi o pai, né, o pai foi o que mais trabalhou ou melhor dizendo, era o mais trabalhador dos três irmãos dos quatro irmãos o pai era o mais trabalhador, é… e era aquele trabalho, mas coitado as vezes vinham de noite e era atacado por um losinsome. Uma vez, eu morava ali, onde mora a Cintia. Eu tinha uma cachorra, da mãe também, a mãe era uma negona de muita coragem. Eu tinha uma cachorrinha e alguma coisa pegou uma vara e deu uma coça na cachorra, que essa buciquinha e botou pra berrar. A mãe chegou na janela e disse: Dá-lhe, mas dá-lhe, Teco. Pensando que era o Teco que tava chegando. Não, era o malvado do lobinsome, batendo na minha buciquinha.

Entrevistador: A senhora fala que esses lobisomens eram os brancos, né? Tinham mais algum.

Entrevistada: Não tinha um outro. Mas eu não sei se o safado na época já tinha falecido, Joaquim de Lutéria.

Entrevistador: Que que é isso?

Entrevistada: Lá na fren, um outro homem que morava lá pro lado de lá do Morro Agudo.

Entrevistador: Joaquim de Lutéria?

Entrevistada: Joaquim de Lutéria. Tu vê como ele era safado. Meu sogro na época morava lá atrás também.

Entrevistador: Onde fica o Morro Agudo aqui?

Entrevistada: Ah, lá pra trás. O Lonbisome gosta muito, acho que agora não existe mais, ele gostam muito de comer miúdo de peixe. Na época, né, o pessoal comia muito peixe. Aí o meu sogro alimpo o peixe, foi jogar a água do peixe fora. Chegou nas bananeiras, que tinha uma descida e tinha umas bananeira e ele foi jogar tudo aquilo fora. Tava aquele cachorro sentado. Aí ele jogou as coisas do peixe fora e voltou pra casa. E logo em seguida quem bateu na porta dele? Esse dito cujo. Esse dito cujo. Aí ele perguntou o que ele queria, aí disse: Ah, não eu tava passando e vim dá uma conversada contigo um pouquinho. Era ele que tava esperando lá pra comer os miúdo do peixe. Aí eu fico me perguntando: será que esses homi embrulhava o estômago.

Entrevistador: Não sei.

Entrevistada: Sabe de uma coisa, eu acredito que lonbisome é um espírito mau, é um espírito mau. Por quê?

Entrevistador: Mas a senhora acredita que ainda tem?

Entrevistada: Não já morreram tudo. Já foram tudo pro inferno. (Risadas). Foi foi fazer esse mal como eles faziam, não, não ganharam a graça de Deus. Já partiram pro inferno pra lá.

Entrevistador: Mas eles faziam o mau só de assombração, ou eles eram pessoas ruins.

Entrevistada: Não, não, eles eram bom. Eu conhecia os senhor. Eles vinham aqui em casa me

visitar de vez em quando. Olha aqui, quando aquela criatura chegava aqui e sentava. Era sete horas em diante ele chegava pra me contar história, contador de causo sabe, mas eu morria de medo. Meu deus do Céu. Olha tá doido, como eu sofria. É porque na época tava só a nossa casa ali. Aí o Pai saia não tinha mais ninguém. O pai saia, o Teco saia, e eu ficava com os três mais pequeno sozinha, sozinha mais deus. Eles ficavam na venda até nove, dez horas da noite, depois é que vinham pra casa. Hoje aqui tem luz, jesus. Uma vez eu passei tanto medo, mas tanto medo que eu botei a boca no mundo a berrar. Chamei, chamava o Teco, chamava o pai.

Entrevistador: E era tudo escuro, Dona Joaquina?

Entrevistada: Tudo escuro, não tinha luz nada. E a nossa luz na época era de querosene. Aquelas pomboquinhas. E aí veio aquele medo, veio aquele medo e eu entrei em desespero, entrei em desespero e botei a boca no mundo a berrar. Como é? Eles láááá dentro de Paulo Lopes e eu aqui. Como é que eles iam escutar, meu deus?

Entrevistador: Mas não tinha outra casa aqui perto?

Entrevistada: Não, aqui, aqui era a nossa. Lá embaixo a que tinha da outr… da outra minha prima. Lá na beira da estrada, lá na geral é.

Entrevistador: Aonde a Dona Cristina mora agora?

Entrevistada: Isso, na parte de cima. Não tinha aquela casarada da Cristina ali. Ali era, ali não era nada, era pasto, tipo pasto. E era bem pouca casa na época. Ah, mas eu vou te dizer, Meu deus do céu.

Entrevistador: Mas tinham mais negros aqui, né? Mas eles estavam aonde?

Entrevistada: Não tinha muito nego na época não, tu qué vê. Era a nossa… era a família da Shirley lá em cima.

Entrevistador: A senhora é parente do Manoel Felipe?

Entrevistada: (Faz que sim com a cabeça)

Entrevistador: A Dona Cristina, o marido dela…

Entrevistada: O marido dela... o marido dela.

Entrevistador: Ele é seu irmão, não?

Entrevistada: Ele é meu primo.

Entrevistador: Tá, mas é a mesma família. Eles não moravam aqui? Eles moravam onde?

Entrevistada: Eles moravam no Maciambú, na Brasil Pinho. eles moravam na Brasil Pinho. A Cristina é novata. Depois foi que voltou por quê. Um dia, foi este ano ainda, ela tava roçando ali embaixo. Eu tava dizendo: meu deus, quem tá desmatando aí. Eu desci, eu cheguei lá era o marido dela.

Entrevistador: Mas a princípio ele é daqui.

Entrevistada: Ele é daqui é. É daqui.

Entrevistador: Ele saiu…

Entrevistada: Ele saiu é, se criou aqui, tudo. Depois arrumou esse casamento com a Cristina e ficou um tempo aí por fora, morou no Maciambú, morou no Mocotó, sei lá mais aonde, aí voltou. Aí voltou.

(Interferência externa)

Entrevistada: Quando a Dindinha morreu que deixou tudo isso aqui pra nós, vocês viraram as costas foram todo mundo se embora. Quem é que ficou no terreno?

Entrevistador: Deixa eu perguntar: A Dindinha…

Entrevistada: Era minha avó!

Entrevistador: E a Dona Bia era irmã dela?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Da onde que vem a Dona Bia?

Entrevistada: A Dona Bia é Tia do Teco. (Gargalhada)

Entrevistador: Tá.

Entrevistada: É, a Bia é irmã da mãe do Teco.

Entrevistador: Entendi. Na verdade, ela não era, ela era mais velha que a Dona Bia.

Entrevistada: Com certeza. A Dindinha morreu com cem anos, ou sei lá. Eu não sei da Onde a Dindinha veio. As coisa naquela época não falava muito. Não sei mesmo. Também não cheguei a conhecer o marido dela e nem quero.

Entrevistador: (risadas). Por enquanto não… Eu estou bem aqui.

Entrevistada: não, eu não cheguei a conhecer não o Seu Manoel Felipe.

Entrevistador: O marido dela era o Manoel Felipe.

Entrevistada: É.

Entrevistador: Ah, então está explicado o nome da rua. E o da Dindinha, como era o nome dela?

Entrevistada: Avelina.

Entrevistador: Avelina …

Entrevistada: Avelina Felipe.

Entrevistador: Mas nem todos os negros são da mesma família, a senhora falou que o seu damázio.

Entrevistada: Não, não, não, o se... o Damázio é, não, são não.

Entrevistador: A família da Dona Cláudia é a mesma sua?

Entrevistada: Exatamente. Ali nós somos primas irmãs.

Entrevistador: E a Dona Carmem é de outro núcleo?

Entrevistada: Pois é, qual é a Carmem?

Entrevistador: Lá do começo, é uma senhora idosa, mais velha também.

Entrevistada: Ela era casada com o meu tio, tio Sérgio.

Entrevistador: É todo mundo parente?

Entrevistada: Tudo parente, meu filho, tudo parente. Porque na época ninguém saia pra buscar lá fora.

Entrevistador: Era tudo aqui.

Entrevistada: Via pela frente e ia arrumando as trouxas. (risadas). Rapaz, pois eu também. Arrumei as trouxa com meu primo. Porque eu não casei. O pai e a mãe que me casaram. Outro dia mesmo as gurias ficaram muito séria olhando pra mim porque eu disse ó se um dia a mãe chegar pra mim, a mãe já é morta, chegar pra mim e pedir o meu perdão…

Entrevistador: Ela te forçou a casar?

Entrevistada: Ela me forçou e ela bateu muito. Muito. Coisa que me dói até hoje, tu acreditas, quando eu me lembro. Mas fazer o quê? Passou, passou, mas tem coisa que…

Entrevistador: fica pra sempre.

Entrevistada: fica, fica…

Entrevistador: Eu estou tentando entender a dinâmica familiar e acho que a senhora está mais lúcida porque eu já estou me perdendo.

Entrevistada: Risadas

Entrevistador: Então tá. Em cima teria a Dindinha e o Seu Manoel Felipe.

Entrevistada: Isso.

Entrevistador: Filhos deles são a sua mãe.

Entrevistada: A mãe, a Tia Adelaide (já falecida), o Tio Bagal já falecida, O Tilão já falecido, o Tio Be já falecido, a tia Rosa já falecida… e a Tia Adelaide já falecida.

Entrevistador: Aí a Dona Rosa foi para o Mocotó.

Entrevistada: Isso.

Entrevistador: Esse tronco foi pro mocotó, essa parte da família.

Entrevistada: A Tia Adelaide foi pra Brasil Pinho.

Entrevistador: Brasil Pinho é aonde?

Entrevistada: Lá embaixo do Maciambú.

Entrevistador: Lá já na Palhoça.

Entrevistada: Isso.

Entrevistador: Passando o…

Entrevistada: Passando o Morro dos Cavalos já é Maciambú.

Entrevistador: Aí a, o resto ficou.

Entrevistada: A tia Rosa nunca casou. Teve um filho solteira…

Entrevistador: E morreu lá no Mocotó.

Entrevistada: Mocotó, é.

Entrevistador: E os outros ficaram aqui. Ficaram aqui até hoje ou saíram?

Entrevistada: Saíram, todos.

Entrevistador: Sairam todos. Ficaram só a sua mãe, o seu pai.

Entrevistada: Só a mãe, a mãe que nunca saiu do terreno. Aí ficou a mãe no terreno e o falecido Be, que era irmão da mãe.

Entrevistador: Mas ele tem filhos aqui?

Entrevistada: Tem. Moram lá do outro lado da rua lá.

Entrevistador: Moram lá pra baixo, lá na Dona Sérvera.

Entrevistada: Isso, isso mesmo. A Sérvera, o Oscar é filho dele.

Entrevistador: O Oscar é o esposo da Dona Sérvera.

Entrevistada: Aí tem a Sheila …tem a...

Entrevistador: A dona Sérvera não é daqui, né?

Entrevistada: Não é da Garopaba. Aí tem a Sheila filha, a Filomena, a falecida Dirce, a Conceição, aí tem o Oscar, o zé, e o falecido zé. Esse era os filhos do falecido Be.

Entrevistador: Engraçado, né? Foi, teve casamento entre pessoas, inclusive irmão então aqui.

Entrevistada: Eu, pelo santo deuzinho. O Teco é meu primo irmão.

Entrevistador: Mais primo, né? Não teve casamento entre irmãos da mesma família.

Entrevistada: Não, não. Só primo. Sabe por que os primos procuravam um ao outro? É por que não tinha outros. Não é? Não tinha.

Entrevistador: Hoje em dia já tem, né?

Entrevistada: Hoje em dia já tem. Hoje em dia já tem de escolher branco, preto, negro, mulato e por aí afora.

Entrevistador: A única coisa que eu não entendi é se tinha além de vocês que morava em outro lugar em Paulo Lopes.

Entrevistada: Não.

Entrevistador: No lado do Porto, quem que mora?

Entrevistada: Mora lá, o fininho meu primo.

Entrevistador: Mas ele já morava lá.

Entrevistada: Não, ele morava aqui, depois que arrumou essa mulher ele foi pra lá.

Entrevistador: Mas só ele mora lá. E lá no Bom Retiro não tem mesmo parente.

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Aí era o mesmo daqui.

Entrevistada: Aí tinha o Tizé que morava no Saquinho, na Santa Rita.

Entrevistador: Tio Zé, quem que é?

Entrevistada: Tio Zé é o irmão da Tia Rosa, irmão da minha mãe, filho da Dindinha. (Risadas)

Entrevistador: Então todos são, e tu não sabe de onde vem a Dindinha.

Entrevistada: Não. Outro dia eu estava conversando aqui com as gurias, da onde será que veio a Dindinha. Mas eu quero perguntar pra Jose. Mas eu vou perguntar pra Jose se a Dona Cisina

nunca falou.

DIA 2

Entrevistada: Mas o Tilão tinha um pé meio achatado. Era um pé diferente.

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Ali ele enfrentava espinho, enfrentava banhado. Não tinha tempo ruim praquele homem andar descalço. Não tinha mesmo. O único calçado que eu lembro que o Tilão botou no pé era um tamanco.

Entrevistador: Tamanco?

Entrevistada: É, era um calçado assim ó. Era um pedaço de madeira, não é, direitinho feito uma sandália. Um pedaço de madeira. E aonde botava os dedos tinha um pedaço de couro. Era o tamanco, eu usei muito.

Entrevistador: Tipo o feminino?

Entrevistada: Tinha uns tamanquinho de Chita… que era… ah que delícia.

Entrevistador: A mãe usa…

Entrevistada: Tamanquinho. Não, mas se fosse moderninho igual esses de agora, mas tinha cada uma prancha… Olha, podia botar aí no rio e jogar um patinho em cima que fazia uma canoa e ia embora. Não, não.

(Interferência externa)

Entrevistador: Mas agora estão usando mais calçado.

Entrevistada: Ah, não agora…

Entrevistador: os seus tios não usavam.

Entrevistada: os meus tios não usavam, morreram tudo descalço.

Entrevistador: E o seu pai?

Entrevistada: Ah, meu filho, o pé do papai era uma seda. Aquele não.

Entrevistador: Ele botava tênis.

Entrevistada: Não, tênis, não: bota. O pai trabalhava sempre de bota. Sete léguas. O pai trabalhava sempre de bota. E quando chegava em casa ele tinha um tamanquinho dele já a espera dele. O pezinho do pai era uma seda.

Entrevistador: Mas a senhora falou que a sua mãe andava.

Entrevistada: A mãe andava. Ah, a mãe andava descalço. A mãe alimpava fato lá no matador. Meu deus. Aquela imundiça toda, aquela sujeirada e ela ali descalço. Meu deus do céu, como é que pode? A outra menina também que era doente, faleceu, que já está falecida, ela também não, não usava não. Aquela não usava mesmo. A Dindinha também.

Entrevistador: Aham. A senhora falou que ela sentava na perna.

Entrevistada: Eu não me lembro de um dia eu olhar… não tinha mesmo. A dindinha não tinha calçado de espécie nenhuma. Como é que pode meu deus?

Entrevistador: Os mais velhos …

Entrevistada: Os mais velhos… e o pior é que eles iam longe com o pé descalço, né? Eles iam longe, longe mesmo. Não tinha festa, não tinha feriado, tivesse o que fosse eles tavam lá descalço, né? Uma roupinha, camisinha ainda riscada, era só o que o pobre coitado usava.

Entrevistador: Risadas.

Entrevistada: Era, era riscado.

Entrevistador: O que era riscado?

Entrevistada: Era um tecido. Ó, eles diziam que era riscado e era riscadinho mesmo. porque todos eles era riscadinho, fosse lá na venda comprar uma calça, chegava lá é como se fosse uma… tecido pra fazer uma calça, traz um riscadinho.

Entrevistador: Seu pai não fazia algodão.

Entrevistada: Não, não. Deixe-me ver quem é que fazia algodão.

Entrevistador: A senhora falou que o seu pai plantava de tudo.

Entrevistada: Plantava… era a falecida Joana, a senhora que morava ali na frente. aquela ali, ela fazia algodão.

Entrevistador: ela tinha roupa diferente. Não consegui descobrir.

Entrevistada: Risada. Ela tinha roupa diferente.

Entrevistada: Será por quê?

Entrevistador: Não sei. Ela não era madre, não era freira.

Entrevistada: Não, eu não sei.

Entrevistador: As freiras usam roupa marrom…

Entrevistada: Não, não. Eu não sei da onde aquela senhora veio…

Entrevistador: Ela não usava nada na cabeça?

Entrevistada: Usava.

Entrevistador: O quê que era?

Entrevistada: Um pano.

Entrevistador: então ela era. Ela era freira, era da...

Entrevistada: Ela usava um pano marrom como o vestido.

Entrevistador: Ela era da… eu estudei num colégio de freira e aí as freiras usavam um...as mais jovens assim usavam um … as madres, né, elas usavam preto, mas as mais jovens.

Entrevistada: Assim daquela senhora a gente só via os pés, as mãos.

Entrevistador: ela era católica?

Entrevistada: o mais era tudo tampado, tudo, mas era uma pessoa muito má. A falecida Joana, pow, quando nós ia roubar coquinho lá nela… uma pessoa horrível.

Entrevistador: Mas ela não era daqui.

Entrevistada: Não, da onde ela veio pra onde ela foi eu sei, mas da onde ela veio eu não sei, é… é a gente quando começou a conhecer ela, fazia pouco tempo que ela morava ali, é.

"Desligo o gravador e ela volta a conversar sobre o assunto pé descalço".

Entrevistada: O falecido Be que era irmão do filho da Dindinha, ele também não usava.

Entrevistada: Mas, eram todos que não usavam? O seu pai usava.

Entrevistador: Daí só o seu pai.

Entrevistada: Não, mas aí o Pai …

Entrevistador: Porque a sua mãe não usava…

Entrevistada: Era, era… genro da Dindinha.

Entrevistador: Ah, ele não era daqui. Ele era do Bom Retiro. Claro, ele não era daqui.

Entrevistada: O pai era do Bom retiro, lá do Bom Retiro.

Entrevistador: Ah, entendi.

Entrevistada: Uma barbaridade. Lá do Bom Retiro.

Entrevistador: É, seu pai é do Bom Retiro.
Entrevistada: Depois que ele casou que ele veio pra cá pra esse mesmo local aonde eu estou sentada.

Entrevistador: Sim. E a senhora falou de um Damázio.

Entrevistada: Tio Damázio.

Entrevistador: Ele morava no morro aqui atrás.

Entrevistada: Morava no Bom Retiro.

Entrevistador: Mas no Bom Retiro longe daqui ou perto daqui.

Entrevistada: Não, Bom Retiro aqui de Paulo Lopes.

Entrevistador: É, não, mas aqui tem um morro... descendo o morro é Bom Retiro. Ele morava mais perto deste morro aqui.

Entrevistada: É ele morava mais perto porque às vezes a gente via ele não dando volta lá por fora, passava aqui pelo Morro. Aí descia.

Entrevistador: Ele morava perto do morro, mas era mato.

Entrevistada: Mato, tudo mato, tudo mato.

Entrevistador: O dele ele não plantava não fazia nada.

Entrevistada: Não o Tio Damázio. Não ele plantava porque naquela época as pessoas viviam da lavoura. Todas as pessoas negras viviam da lavoura.

Entrevistador: Sabe o que a senhora não me disse aquele dia? É, quantos anos mais ou menos esse senhor tinha? Porque a senhora fala que ele já era Tio, ou seja, ele era mais velho.

Entrevistada: Bem mais velho.

Entrevistador: Ele já tinha cabelo branco?

Entrevistada: Já. Tu vê que eu era uma adolescente, faziam as festas lá, que eles faziam festa, o Tio Damázio já era um senhor, da barba bem branca, bem grisalho.

Entrevistador: Tipo, tipo, o seu ex, que eu vi na estrada ali. Cabelo bem branquinho…

Entrevistada: Cabelo bem branquinho, Tio Damázio era assim, porque o Tio Damázio era um pretinho acabadinho, pequeninho, um pouco maiorzinho que o meu neto. Não era aquele negão de tirar o chapéu.

Entrevistador: Era pequeninho.

Entrevistada: Era pequeninho, era.

Entrevistador: E ele casou com uma moça da Toca que não era sua parente.

Entrevistada: Não. Da onde a Mana veio, eu não sei.

Entrevistador: Mas por que que era mana?

Entrevistada: Não sei. A Maria Faustina. É Maria Faustina.

Entrevistador: Mas mana não é porque sua mãe falava ou seu avô?

Entrevistada: Que era o quê, mana? Não, todo mundo chamava ela de mana.

Entrevistador: A mana não era sua parente será?

Entrevistada: Não. Não. A mana era minha parente.

Entrevistador: Porque mana, né?

Entrevistada: Não sei. Todo mundo chamava ela de mana. Porquê eu não sei? Mana de quem eu não sei.

Entrevistador: Mas ela era mais velha também.

Entrevistada: Mais velha era. E sabe que naquela época a gente respeitava muito, muito os mais velhos. Meu deus. Hoje não tem aquele respeito, né, quando eu me criei com os mais velhos. Não se tem mais isso, né, nem com pai, nem com mãe, nada. Acabou tudo, mas naquela época, Deus o livre. Muitas vezes chegava visita aqui em casa, ah, hora de almoço, hora do café era só pras visitas. Bastava a mãe olhar pra mim, pra Tina, pra nós… era bem assim. Bom, hoje é tudo, tudo junto e misturado, né? A Maria Faustina, é …

Entrevistador: Mas eles andavam descalços também…

Entrevistada: Andavam. Andavam. Tudo descalço.

Entrevistador: Tá, quem andava de calçamento? Só seu pai? E o seu pai não era daqui, era de outro lugar.
Entrevistada: Era do Bom Retiro.

Entrevistador: Mas era mais longe que eles, não era dali onde eles moravam.

Entrevistada: Era.

Entrevistador: Ele morava ali também.

Entrevistada: O Pai morava ali.

Entrevistador: O seu pai era parente deles?

Entrevistada: Da Maria Faustina? Não.
Entrevistador: Será?

Entrevistada: Do Damázio e da Maria Faustina …

Entrevistador: Por que a senhora falou que eles tinham um filho de criação.

Entrevistada: O filho era da falecida Nina.

Entrevistador: A nina era alguma coisa da Toca.

Entrevistada: A nina era filha da filha da Bia, uma senhora que morava aqui e já faleceu.

Entrevistador: Ah, tá, que é a vó da Olga.

Entrevistada: Exatamente. A Nina era filha dela, mas só que não foi criado pela Bia, foi criada pelo Tio Damázio, depois morou uns anos com a Titia e depois quando se viu mocinha caiu aí nesse mundo de meu deus. Só voltou pra Paulo Lopes depois de já tá, coitada…

Entrevistador: Tipo a Dona Rosa…

Entrevistada: Exatamente.

Entrevistador: Mas a Dona Rosa não voltou porque ela quis, o filho dela que trouxe.

Entrevistada: A Tia Rosa adoeceu, aí ele não quis a mãe lá.

Entrevistador: Mas eles foram os únicos que, que vieram pra cá depois?

Entrevistada: Só.

Entrevistador: Só essa Nina que era mais velha.

Entrevistada: A nina que veio.

Entrevistador: Quem mais voltou mais voltou mais velho pra cá, tem mais gente?

Entrevistada: Daqui que saíram jovens e voltaram velho (risadas)

Entrevistador: Ou que foram jovens e voltaram jovens também.

Entrevistada: A falecida Nina, Tia Rosa, o Zé

Entrevistador: Quem é o Zé?

Entrevistada: O Zé é filho da Bia.

Entrevistador: Ah.

Entrevistada: É, esse também saiu cedo.

Entrevistador: A própria Olga não está mais morando aqui também. Eu passo ali na frente da casa dela e ela não tá.

Entrevistada: Pois é, a graça tá morando ali no Freitas?

Entrevistador: não sei.

Entrevistada: Não, Areias. Deixar o Mário chegar aqui pra saber onde é que a … a Olga não tem paradeiro certo.

Entrevistador: Mas o marido da Dona Cristina também morou em outro lugar e voltou. E é família, todo mundo é família.

Entrevistada: Não mas, mas aquele ali ele morava no Mocotó.

Entrevistador: Ah, tá. Mas é que a Dona Cristina é do Mocotó. Mas ela não é parente da Senhora.

Entrevistada: Não. Aqui na Toca ela não tem parentesco com ninguém a não ser com o marido.

Entrevistador: Tá.

Entrevistada: E, a Cristina voltou mais por causa dos filhos, porque os filhos começaram a incomodar.

Entrevistador: Ah, tá. Mas os filhos dela casaram com primos, parentes?
Entrevistada: Aham.

Entrevistador: A Isaura casou com o filho da Cristina, a Pamela.

Entrevistada: A Pamela também é. A Pamela, a Isaura, as duas são irmãs. Depois tem um outro, não sei se é casado. Ah, e tem a Andrea que é filha da Cristina que tá casada, o irmão da Isaura, a Néia casada também com o irmão da Isaura.

Entrevistador: Quem é Néia?

Entrevistada: A Rosinéia, eles chamam de Néia, filha da Cristina.

Entrevistador: Ah, tá, é a que tem filhinho pequeno, né? Ah, sei. Ela é filha da Cristina?

Entrevistada: Isso.

Entrevistador: Eu vi no julgamento da Olga. O meu trabalho começou com a Olga, mas eu tô saindo. Comecei pensando por causa da Olga, mas depois hoje em dia já não escrevo mais sobre ela. Já não deu. Não... Só vai estar porque foi dali que eu comecei. Foi ali que eu conheci a comunidade de vocês. Saiu no Jornal. Mas eles são parentes, ou não são parentes de vocês, a Olga. A senhora fala, ou é...

Entrevistada: Lá de trás, lá de trás …

(*O neto dela interfere*)

Entrevistador: Mas a Isaura é sua parente.

Entrevistada: É, a Isaura, a Pamela, eu vou dizer que é a Isaurinha porque a Isaurinha é a Isaura. A Isaurinha, a Pamela, o Dido, o Binho, o Zezinho, esses são meus parentes. O resto não são.

Entrevistador: É, mas o marido da Cristina é seu irmão.

Entrevistada: Meu primo.

Entrevistador: Teu primo, mas então é parente.

Entrevistada: Não, não, primo não é parente, é castigo. (Risadas) É castigo. Ele diz que é meu primo, mas ela… eu já disse mesmo pra ela: tu não é água nem sal pra mim. Outro dia mesmo ela ficou e disse: minha parente mesmo aqui é só a Teca e a tia Doza que deus já levou.

Entrevistador: mas acho que isso aí é guerra familiar.

Entrevistada: Se não gostou, como menos. E eu que gostei vou comer mais (Gargalhada). Já disse pra ela, não quero, não somos parentes
Entrevistador: O Seu Mauro é seu primo, achei que fosse irmão.

Entrevistada: Quem?

Entrevistador: O Seu Mauro. Não achei que ele fosse primo assim tão distante, achei que ele fosse primo mais perto. Por que a senhora só tem uma irmã, a Teca, e teve outros dois irmãos, um homem e uma mulher, que era por parte de mãe. Com quem que a senhora sua mãe era casada?

Entrevistada: Papai.

Entrevistador: Não, antes. Ela era viúva.

Entrevistada: Era.

Entrevistador: Ela era viúva.

Entrevistada: Era. Ela era casada com… como era o nome do defunto? Sabe que naquela época eles não comentavam muito não, a vida deles passada, principalmente para quem era criança na época, não.

Entrevistador: Mas não era daqui esse senhor.

Entrevistada: Ele era parente do Tio do Teco.

Entrevistador: Quem é o Teco?

(O neto afirma que é o Avô)

Entrevistada: Daqui a pouco tu apanha. (Cai na gargalhada)

Entrevistador: Teu avô? O Teco é o teu vô. Mas eu só conheci ele hoje, a senhora não falou.

Entrevistada: Não?

Entrevistador: Eu passei ontem, a senhora não falou quem ele era …

Entrevistada: Da Iolanda, já falecida.

Entrevistador: Iolanda era da comunidade, não era aquela lá não, né?

Entrevistada: Não não. A Iolanda era filha da Falecida Aninha.

Entrevistador: Aninha do quê?

Entrevistada: de Jesus.

Entrevistador: Tá, que não era parente da Olga.

Entrevistada: Avó. Não, bisa, bisavó da Olga.

Entrevistador: Mas a vó da Graça não era a Bia?

Entrevistada: Pois então, e a Bia era filha da Aninha.

Entrevistador: Nossa, essa viveu bastante. Essa viveu bastante.

Entrevistada: Quem a Aninha ou a…

Entrevistador: As duas, porque a Senhora chegou a conhecer.

Entrevistada: É verdade. Conheci todas as duas.

Entrevistador: Se ela era mãe, ela viveu muitos anos.

Entrevistada: A bia morreu foi o inferno (gargalhada)

Entrevistador: Por quê?

Entrevistada: De velha.

Entrevistador: De velha? (risadas) Ela morreu bem tarde.

Entrevistada: Tu acreditas, né, tu porque não sabes onde fica o Morretes de Paulo Lopes. Lá praqueles lados de lá.

Entrevistador: Não conheço. Mas morretes não é Pinheira.

Entrevistada: Exatamente.

Entrevistador: A senhora falou. Memória boa, hein.

Entrevistada: Daqui ela ia pro Morretes de pé e voltava de pé.

Entrevistador: é longe.

Entrevistada: É longe. É longe. Pega a BR vai embora, vai embora, pouca distância do morro

dos cavalos pra frente, pega a reta assim pra dentro e vai embora,

Entrevistador: O que ela fazia? Ela trabalhava fora?

Entrevistada: Não, não trabalhava. Na época que ela foi pro Morretes ela foi em busca de quem, meu deus, não lembro. Ela foi em busca de alguém. É. Eu tava presente, eu pedi pra ela não ir porque a gente já sabia a distância que era e ela botou o pé na estrada. Ah, eu acho que ela foi numa benzedeira, benzer a roupa da Cedrolina que tava doente. Foi isso mesmo. Aí enquanto ela foi pro Morrete a pé, eu fiquei com a Cedrolina em casa morre hoje, morre amanhã. Não, morre agora, morre depois, morre amanhã.

Entrevistador: Cedrolina era quem?

Entrevistada: Filha da Bia.

Entrevistador: Ah, tá. Morreu antes. Então ela enterrou todos os filhos, então?

Entrevistada: Exatamente. Olha, mas no dia desse velório.

Entrevistador: A Cedrolina é a mãe da Olga?

Entrevistada: Exatamente. Quando eu cheguei em casa disse pras gurias: eu nunca tinha ido num velório tão divertido. Não tinha nada pra dizer porque faltava pouco pra eles virarem o caixão de perna pra cima de tanto que brigaram. (Risadas). A turma disse: cala a boca, Joaquina. Eu não consigo. (Risadas). Vamos enterrar essa mulher eles tão aí brigando, daqui a pouco vira esse caixão e sai esse corpo rolando. Tadinha. Morreram todas.

Entrevistador: A Dona Bia morreu faz tempo, pena que ninguém tenha falado com ela. Ela devia ter muita coisa pra dizer, né, também.
Entrevistada: Quase nada.

Entrevistador: Por que ela não falava?

Entrevistada: Muito ruim de memória.

Entrevistador: Ah, mas também tem essa coisa: se a gente guarda muito vive pouco. Porque fica ansioso, fica …

Entrevistada: Que mal tinha naquela família que até hoje nunca ninguém me explicou. Ela tinha, A bia tinha um irmão doente da cabeça, tinha a augusta que era a irmã doente da cabeça, tinha o falecido não sei quem doente da cabeça, a Cedrolina, a Bia, todos ruins da cabeça. Mas era uma ruindade muito interessante. Porque eles diziam ai a Bia é doida. Eles diziam a Bia é doida e brigava com Deus e o mundo e de fato brigava mesmo. Bastava ela passar por ti e tu olhar assim pra ela é. Ave Maria, ô Barbaridade. Mas, na hora de uma mulher ir pra mater… maternidade na época não existia. Ficava doente pra ganhar neném eles buscavam a Bia.

Entrevistador: Ah, ela era parteira.

Entrevistada: Parteira.

Entrevistador: Só ela fazia.

Entrevistada: Às vezes eu fico pensando que isso é obra de Deus. Uma pessoa ruim da cabeça, não conhecendo nada da vida, nada. Deus deixou esse dom pra ela. Uma vez que eu fiquei, eu tava esperando o Maninho.

Entrevistador: Mas ruim da cabeça por quê?

Entrevistada: Porque tinha falta, era uma pessoa tola.

Entrevistador: Intelectual? Mas isso é bem na família delas, ali. Mas a senhora falou que a sua família tem, a sua irmã tinha também.

Entrevistada: É porque a minha irmã tinha…

Entrevistador: É porque é parente delas.

Entrevistada: É parente. É parente porque o Pai da falecida minha irmã era irmã da Bia, que era ruim da cabeça. Eles eram tudo irmãs, eles eram tudo doido. Ai, que negrada doida. Tudo eram doido. Que negrada doida.

Entrevistador: Mas eles estão morando bem afastado hoje daqui, eles moravam mais perto?

Entrevistada: Na época?

Entrevistador: Lá no começo, lá perto do cemitério.

Entrevistada: É, aí fizeram, aí moraram pra trás. Que deus a tenha. Aí foram morar, primeiro moraram numa cadeia. Cadeião que tinha ali perto do cemitério. Ali tinha um cadeião enorme.
Entrevistador: Como assim cadeião?

Entrevistada: Cadeia, prende os presos.

Entrevistador: Ali no lugar do cemitério?

Entrevistada: Não, um pouco do lado.

Entrevistador: que agora é uma chácara, um sitiozinho, né?

Entrevistada: Exatamente. A Bia morou muito tempo ali.

Entrevistador: Mas tinha, tinha gente que morava ali no lado. Aqui da Toca.

Entrevistada: O primeiro nesse cadeião que foi desocupado morava o meu Tio, Tio Trajano.

Entrevistador: Quem que cuidava do cadeião?

Entrevistada: Olha, não sei, só sobrava os bêbado. Era um cadeião sabe do quê? Pros bêbados, porque bandido não tinha, mentira.

Entrevistador: Mas depois eles desmancharam. Mas era velho o prédio? Era velho o prédio ou era novo? Era velho?

Entrevistada: Era. E era sim.

Entrevistador: Cadeião? Cadeião de material?

Entrevistada: Madeira.

Entrevistador: Mas era grande?

Entrevistada: Era grande. Era uma casa um pouco menor que essa daqui, ó. E só tinha porta grande e grade, aí jogavam os bebos lá dentro, passava o cadeado e pronto. Era assim o cadeião.

Entrevistador: Mas era velho mesmo ali.

Entrevistada: Era velho era. Agora de quem era aquele casarão.

Entrevistador: Mas a casa era antiga, a senhora nasceu e já tava ali.

Entrevistada: Já tava ali. Já tava ali.

Entrevistador: E quando que eles desmancharam?

Entrevistada: Olha eu acho que foi assim que começaram a abrir o caminho da Toca, porque o caminho de bicho. Era só uma trilha.

Entrevistador: Falou uma coisa interessante. Aquela casa ali poderia ter mais de cem anos?

Entrevistada: O cadeião? Não.

Entrevistador: Não. Mas a senhora nasceu já tava ali?

Entrevistada: Já tava ali. Eu passava às vezes.

Entrevistador: Quantos anos mais ou menos tinha aquela casa quando a senhora nasceu?

Entrevistada: Agora tu me pegou descalça.

Entrevistador: Era um cadeião de madeira, podia ser qualquer idade também.

Entrevistada: Madeira.

Entrevistador: Como é que ele era?

Entrevistada: Uma casa grande porque tu vê, tinha a jaula onde botavam os bandidos. Não botavam os bandidos, não botavam os bandidos porque o bandido é mentira, nunca vi ali. E pra trás tinha uma cozinha grande e tinha os quartos.

Entrevistador: É quarto?

Entrevistada: Eu lembro que o Tio Trajano morou muitos anos nesse cadeião.

Entrevistador: Ah, os negros moravam ali? Ah, tá, mas só os negros, não tinha branco.

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Mas aí eles não eram parentes de vocês, vocês já tavam aqui na Toca.

Entrevistada: Eu não sei aonde é que eu andava, se na barriga da mãe.

Entrevistador: A senhora é muito engraçada. Que legal. Cadeião… Provavelmente só tinha uma grade.

Entrevistada: Uma só, uma grade, um cadeado pouco mais grossinho que uma corrente de colocar no pescoço. E do outro lado as famílias morava.

Entrevistador: Corrente pra botar no pescoço?

Entrevistada: É o cadeado. A coisa que amarravam lá a porta da cadeia.

Entrevistador: Ah, tá.

Entrevistada: Aí do outro lado tinha uma cozinha.

Entrevistador: Não tinha corrente pra botar no pescoço, né? Já tô pensando numa câmara de tortura.

Entrevistada: (gargalhada). Não, não. Mas tu sabe, né, naquela época quem ia pra cadeia daqui era os bêbado. Né, porque bandido, bandido, não. Naquela época nem tinha muita bandidagem. Não tinha não. Não tinha não.

Entrevistador: Mas eles demoliram a casa tem uns cinquenta anos?

Entrevistada: acho que tem mais.

Entrevistador: Faz mais já?

Entrevistada: Faz mais.

Entrevistador: Mas é interessante. Não, eu não sabia que Paulo Lopes tinha uma delegacia, quanto mais cadeia.

Entrevistada: Aí no lado da cadeia tinha uma carioca.

Entrevistador: O que é uma carioca?

Entrevistada: Não sabe o que é uma carioca?

Entrevistador: Uma mulher do rio. (Gargalhada)

Entrevistada: Quando sol tava perto de entrar a falecida Tia Noca dizia: ó, rapaz vou pegar água na Carioca.

Entrevistador: Ah, sim, que nem de Laguna. Fonte de água.

Entrevistada: Era tão engraçado, cara.

Entrevistador: Por quê?

Entrevistada: Porque pra cima não existia mais água. Era só aquele poço ali. Pedra, muita pedra assim no centro do Poço.

Entrevistador: Mas já tinha, é antigo a Carioca.

Entrevistada: A carioca é, já acabou com a Carioca. Acabaram.

Entrevistador: É, mas era velho.

Entrevistada: Era. E a água pra beber era puxada dali daquela carioca.

Entrevistador: E era tudo aqui na entrada do cemitério.

Entrevistada: É. Tudo. Não vou te apontar onde era porque tá tudo mudado.

Entrevistador: Eu vim, lhe perguntei, e a senhora pode me falar um pouquinho mais de Paulo Lopes? Eu não sei nada. risadas A senhora lembrou bastante coisa. E uma outra coisa, como é que era no lado do Porto Ali?

Entrevistada: Está falando do Porto lá embaixo?

Entrevistador: É. Ali ainda funcionava quando a senhora nasceu? Funcionava?

Entrevistada: Ali na época tinha pouca casas, né? Tinha a ponte…

Entrevistador: Quem morava ali?

Entrevistada: Agora tu me pegou.

Entrevistador: Não tinha nenhuma casa ali?

Entrevistada: De preto?

Entrevistador: Não. De preto tinha.

Entrevistada: Tinha, a mãe da Fabiana. É A única preta que morava e ela morreu há muitos anos e tá a Fabiana no mesmo lugar tu acreditas? Meu Deus.

Entrevistador: A Fabiana tá lá.

Entrevistada: A Fabiana tá lá. Foi a mãe, foi o pai, foi o irmão, foi o outro irmão.

Entrevistador: Qual o sobrenome da Fabiana?

Entrevistada: Maria, maria eu não sei, não sabe (neto)?

Neto: Não.

Entrevistada: É Maria o nome da Santa.

Entrevistador: É do Osmar, né?

Entrevistada: É Maria, aí tinha o irmão que era o julio, tinha o maurício que ainda é vivo. Tinha o, como é o nome do Babau?

Neto: O Babau já morreu.

Entrevistador: Eu passo ali e fico olhando.

Entrevistada: Que Deus o tenha, já. O Babau era um nego muito a toa. O Babau não prestava. Pra espiar a mulher dos outros era sarro.

Entrevistador: Eu tava conversando com o Professor (nome do professor) e ele contou algumas também.

Entrevistada: Olha, o Babau, meu deus do céu. O nego era a toa, cara. O nego era à toa. Calcinha no Varal.

Entrevistador: Eu vou ficar dois dias só entrevistando a senhora. Daqui a pouco eu vou ficar aqui o dia inteiro. (Risadas).

Entrevistada: As calcinhas no varal lá no porto as senhorinhas não podiam botar.

Entrevistador: Por quê?

Entrevistada: Porque naquela época elas usavam aquelas calçona, né, hoje é calcinha, naquela época…

Entrevistador: Era calçola.

Entrevistada: Era calçola. Dava pra fazer até um bustiê. (Gargalhada) Diz que ele roubava tudo pra cheirar. Agora tu vê, né, cheirar calcinha. Diz que ele.

Entrevistador: Esse foi pro cadeião.

Entrevistada: Não. Nunca botaram a mão. Quando o circo apertava aqui, ó o babau com a sua bravura. Ele corria lá pro Siriu. Ele tinha uma irmã que mora lá ainda, a Joaquina. Ele ficava lá, ficava…

Entrevistador: O Siriú pro lado de Garopaba. Não pelo…

Entrevistada: pra cá de Garopaba no morro, pra cá de Garopaba, é…

Neto: é antes do macacu.

Entrevistador: Macacu o que que é?

Entrevistada: É o nome do lugar.

Entrevistador: Macacu é o…

Entrevistada: É o nome do lugar. Eu ia te dizer uma coisa … deixa eu pegar o cigarro.

Entrevistador: Bem, por hoje encerramos a entrevista.

APÊNDICE 2 – TRANSCRIÇÃO DEPOIMENTO DONA CARMEM

Entrevistador: Primeiro eu preciso que a senhora fale o seu nome e a idade.

Entrevistada: Sabe quantos anos eu tenho? Adivinha. Adivinha.

Entrevistador: Setenta.

Entrevistada: Oitenta.

Entrevistador: Oitenta anos.

Entrevistada: Eu fiz em setembro, dia 7 de setembro.

Entrevistador: Dia 7 de setembro. E a senhora nasceu aqui?

Entrevistada: Foi aqui mesmo.

Entrevistador: Aqui na, nesta casa ou em outro lugar.

Entrevistada: Não, na outra casa.

Entrevistador: Onde que era?

Entrevistada: Onde que era? Não era aqui não, era lá.

Entrevistador: Lá?

Entrevistada: Ali embaixo, tinha, ali embaixo, nós moramos lá embaixo.

Entrevistador: Ali embaixo perto da esquina, ali no lado do cemitério.

Entrevistada: Não. Já moramo lá.

Entrevistador: Já morou ali.

Entrevistada: Dali viemo pra cá. A primeira casinha da minha mãe foi ali naquele bambuzeiro. A vó dele sabe. Aquele bambuzeiro, a minha mãe ganhou eu lá.

Entrevistador: Atrás do sítio.

Entrevistada: É.

Entrevistador: É um pouquinho depois ali da esquina, né?

Entrevistada: Depois é.

Entrevistador: Tem uma chácara ali, eu acho que eu sei onde fica.

Entrevistada: Isso mesmo.

Entrevistador: Mas é pertinho também, é aqui.

Entrevistada: É. A minha mãe ganhou “nóis” em casa.

Entrevistador: hmmmmm. E a Dona Bia que fez o parto.

Entrevistada: Ah, isso mesmo. Como é que tu … (Gargalhada)

Entrevistador: Já sei de tudo daqui. Já sei de tudo daqui. E a Dona Bia não era sua parente.

Entrevistada: Minha tia.

Entrevistador: Era sua tia.

Entrevistada: Minha tia.

Entrevistador: Então tá. Então a Olga também é sua parente.

Entrevistada: A Olga é minha sobrinha, né? É.

Entrevistador: A Olga é sua sobrinha.

Entrevistada: Sobrinha, né.

Entrevistador: É. Como era o nome da sua mãe?

Entrevistada: O nome da minha mãe? Sebastiana.

Entrevistador: O sobrenome?

Entrevistada: O Nome da minha mãe era Sebastiana de Jesus.

Entrevistador: E o seu é? Dona Carmem de Jesus.

Entrevistada: O meu é Carmem Maria.

Entrevistador: Carmem Maria.

Entrevistada: E o do meu pai Trajano. ô, Lora, vem cá. Vem cá um instante. Ai ai ai

Entrevistador: Não tem problema, a senhora… depois ela fala.

Entrevistada: A Dora cá um instantinho. Manda a Dora aqui.

Entrevistador: E a senhora lembra dos seus avós?

Entrevistada: Claro que eu lembro.

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Vem cá. O nome do meu pai era Trajano?

Filha: É Trajano, mãe.

Entrevistada: Marcelino?

Filha: É, Marcelino.

Entrevistador: Trajano Marcelino. É parente lá do Neto da Joaquina. É da mesma família?

Entrevistada: O Trajano Marcelino é meu pai.

Entrevistador: Tá, então a senhora é parente da Dona Joaquina.

Entrevistada: É parente, é.

Entrevistador: Sim. E o seu avó era irmão do pai dela?

Entrevistada: O Meu avó era o Raimundo Marcelino.

Entrevistador: Raimundo Marcelino.

Entrevistada: É, o avô meu.

Entrevistador: Ele tinha algum apelido?

Entrevistada: Não tinha.

Entrevistador: Não tinha. E a sua vó?

Entrevistada: A minha vó era, a minha vó era, Lúcia, Acho que é Lúcia Cândida Lorença.

Entrevistador: Que é a …

Entrevistada: Acho que a vó da Joaquina.

Entrevistador: A vó da Joaquina, da Dona Joaquina.

Entrevistada: Que é a vó dela, né? É vó dela.

Entrevistador: Ah, não, acho que é. Lúcia Cândida …

Entrevistada: Isso. Eu não sei, não lembro tudo assim…

Entrevistador: Eu vou pedir uma coisa pra senhora, eu sei que a senhora está me explicando, mas tentar fazer, contar essa história de filiação falando assim, meu pai morava lá, minha vó morava lá, o que a senhora lembrar dessa …

Entrevistada: Meu pai?

Entrevistador: É, onde que a sua vó morava? Seu avô e sua avó.

Entrevistada: A minha vó morava lá no Bom Retiro.

Entrevistador: Lá no Bom Retiro… em que lugar do Bom Retiro, a senhora lembra?

Entrevistada: Me lembro, lá no Bom retiro, é um … no Bom Retiro é um lugar pra cá.

Entrevistador: Pra cá?

Entrevistada: Tem um Bom Retiro pra lá e tem outro Bom Retiro pra cá.

Entrevistador: É direção do… tem a Santa Rita. O Bom Retiro mais pra lá seria em direção mais próximo dessa Santa Rita.

Entrevistada: Santa Rita.

Entrevistador: Ele morava mais no Bom Retiro em direção à Toca.

Entrevistada: A Toca.

Entrevistador: Isso, mas era perto do Morro.

Entrevistada: Bem perto.

Entrevistador: Era caída?

Entrevistada: Não. Não era caída não. Era assim como a… como é que eu vou dizer? Não era caído não. Não sei assim explicar.

Entrevistador: Não tem problema, a senhora pode tentar explicar. Se quiser desenhar, qualquer coisa.

Entrevistada: Meu pai… nós nascemos lá.

Entrevistador: Tá, vocês nasceram lá, coladinho no Morro.

Entrevistada: No Morro, numa baixada lá.

Entrevistador: Isso. E o seu avó fazia o quê? A senhora sabe?

Entrevistada: O Meu avô?

Entrevistador: O seu avô, o seu pai, a sua mãe.

Entrevistada: O meu avô não fazia nada, meu pai também trabalhava, a minha mãe também trabalhava fora.

Entrevistador: Tá o seu avô era plantador alguma coisa assim?

Entrevistada: O meu avô ele fazia balaio.

Entrevistador: Balaio? Com o quê?

Entrevistada: Com a corda, bambú.

Entrevistador: Com a corda bambú.

Entrevistador: Como é que ele era, assim fisicamente?

Entrevistada: Não, até era um homem novo.. era um homem até que era muito bom, mas era novo.

Entrevistador: Aham. Mas balaio, engraçado, né?

Entrevistada: Mas naquele tempo quando a minha mãe criou "noise", que não tinha serviço nenhum, ele fazia o balaio. Esse balaio ele… ele… ele fazia o balaio pra vender. Pra poder comprar as comidas pra vender. Pra poder comprar as comida pra gente. Porque naquele tempo era um tempo mais difícil pra gente viver.

Entrevistador: Mas aí esse é o seu pai. Isso.

Entrevistada: Meu pai, meu pai fazia o balaio.

Entrevistador: E a sua mãe trabalhava fora?

Entrevistada: Trabalhava.

Entrevistador: A sua mãe trabalhava onde?

Entrevistada: Em Paulo Lopes mesmo.

Entrevistador: Ela trabalhava com o quê lá?

Entrevistada: Saia de lá pra trabalhar em Paulo Lopes.

Entrevistador: Saia de lá…

Entrevistada: Enchia, ah, vocês gostam. Não sabe? Encher a caixa.

Entrevistador: Enchia a caixa? Do Porto.

Entrevistada: Não. Era uma casa, era uma água que tinha uma caixa da água em cima.

Entrevistador: ah, ela trazia água pra cá.

Entrevistada: Ela, não, ela ia enchendo, enchendo aqui pra cima.

Entrevistador: Como assim?

Entrevistada: Como a caixa tivesse cheia, a água saia, ela pingava.

Entrevistador: Ah, ela fazia só… era pra abastecer as casas, alguma coisa, e ela ia enchendo.

Entrevistada: Não, só aquela casa só de uma mulher que ela trabalhava.

Entrevistador: Daí ela ia enchendo pra ter na casa.

Entrevistada: Na casa.

Entrevistador: Olha só. Essa era a sua vó?

Entrevistada: A minha mãe. A minha mãe fazia isso é.

Entrevistador: E ela trabalhava na casa de quem, a senhora lembra?

Entrevistada: Lembro. (Risos)

Entrevistador: Quem que era? A senhora pode falar. Agora que começou a fala tem que falar até o final.

Entrevistada: A minha mãe trabalha numa casa da Dona Tininha.

Entrevistador: Quem é Dona Quininha?

Entrevistada: Já faleceu.

Entrevistador: Qual que é o sobrenome dela, a senhora lembra?

Entrevistada: Nome dela é Quininha, agora o nome Tininha eles chamavam Tininha.

Entrevistador: E ela era casada com alguém?

Entrevistada: Era.

Entrevistador: Com quem?

Entrevistada: O marido dela era… agora causa que eu não sei qual o marido dela.

Entrevistador: Não tem problema. Ela morava onde aqui?

Entrevistada: Paulo Lopes mesmo.

Entrevistador: Mas é ali perto…

Entrevistada: Perto da Igreja que desmancharam a casa. Desmancharam a casa fizeram outra

Entrevistador: Isso.

Entrevistada: A Igreja aqui de Paulo Lopes mesmo.

Entrevistador: Mas a casa é uma casa mesmo, não é igreja.

Entrevistada: Não, hoje é uma casa, a igreja fica no lado.

Entrevistador: Ah, entendi. Aquela casa no lado do cemitério.

Entrevistada: Não. não era do lado do cemitério não. Paulo Lopes mesmo. Quando você for pra lá a igreja é lá, a casa dela é aqui.

Entrevistador: Ah, o cemitério antigo.

Entrevistada: O antigo?

Entrevistador: Antigo. Não tinha o cemitério lá que fizeram em cima?

Entrevistada: Tinha antigo.

Entrevistador: Ela morava no lado do cemitério antigo.

Entrevistada: Mais pra cá. Ai fizeram uma casa, as filhas desmancharam fizeram uma casa pra ela. Uma casa pras filhas.

Entrevistador: ela era Santos?

Entrevistada: Não sei.

Entrevistador: Não sabe? Ela morava pertinho ali do mercadinho, né, que hoje é o mercadinho.

Entrevistada: Mais pra lá. Mais pra lá. Ela morava perto de uma padaria. Essa padaria, essa moça da padaria é sobrinha dela.

Entrevistador: Essa moça da padaria é sobrinha dela. É engraçado. E aí o seu eu avô e a sua avó você lembra bem deles.

Entrevistada: Me lembro. Trabalhavam ali.

Entrevistador: Eles trabalhavam ali também.

Entrevistada: Trabalhavam ali também é. Depois ele veio embora pra cá, arrumou um “selviço” na cidade e foi trabalhar lá de pintor de casa. Pintava casa lá, né?

Entrevistador: E o seu avô tinha quantos anos quando a senhora nasceu?

Entrevistada: Ah, não sei meu filho.

Entrevistador: Mas ele já era velhinho ou era novo?

Entrevistada: Não era muito velhinho não, ele morreu de coração.

Entrevistador: Morreu de coração, mas aí ele já era idoso.

Entrevistada: Já era. E o meu pai morreu novo.

Entrevistador: Morreu com quantos anos, a senhora lembra?

Entrevistada: Ah, não sei. (Risos)

Entrevistador: Não. É, não precisa ter pressa pra responder não, Dona Carmem. Até pra senhora lembrar…É, ele teria a idade da Dona Isaura hoje (43 anos), Dona Isaura ali da...

Entrevistada: Ah, não, mais velho.

Entrevistador: Mais velho.

Entrevistada: Mais velho. "Pruquê" quando meu pai morreu ele já tinha um 32.

Entrevistador: aham. Então ele morreu com cinquenta e alguma coisa.

Entrevistada: É, mais ou menos, né? Não tinha filho pequeno, tudo moço.

Entrevistador: Tudo moço já.

Entrevistada: Já trabalhava.

Entrevistador: E aí eu vou pedir pra senhora puxar da memória hein, essa. Contar pra mim o que a senhora lembra da história de Paulo Lopes. Tem alguém importante nessa história? Que a senhora chegou a conhecer. Alguém que tinha muito dinheiro? Ou um negro que se destacou aqui. Ou uma… alguma coisa da cidade. Que a senhora lembra. Conta um pouquinho pra mim assim aí… Paulo Lopes quando eu nasci era assim e hoje em dia é assado. Como é que era?

Entrevistada: Eu vou falar eu não sei (risadas). Quando eu nasci em Paulo Lopes não tinha nada.

Entrevistador: Não tinha nada?

Entrevistada: Não. Paulo Lopes era bem fraco. Era bem fraco. Aquele tempo… que a.

Entrevistador: Chegou a ter porto aqui.Conta pra mim do porto, por exemplo…Como é que era?

Entrevistada: O Porto? Ah, o porto, quer saber do porto?

Entrevistador: O porto não tem mais.

Entrevistada: Não tem porque acabou né?

Entrevistador: É. Mas como é que era o Porto? Como é que funcionava?

Entrevistada: Como é que era o Porto? As pessoas antiga iam pra cidade, pra Florianópolis, de navio.

Entrevistador: De navio.

Entrevistada: Diz que era de navio. Eles falavam isso, de canoa. Aí embarcava no porto aqui, saltava lá. Eu acho que embarcava ali no porto devia de ser no rio, né? Pelo rio. Saltavam aonde é que iam saltar. Agora aonde é que iam saltar eu não sei.

Entrevistador: A senhora não chegou a morar em outro lugar, só em Paulo Lopes.

Entrevistada: Não, só aqui, mas eles contavam isso. Ali no porto hoje era um rio.

Entrevistador: E esse rio ele saia da onde?

Entrevistada: Esse rio saia da onde?

Entrevistador: É.

Entrevistada: Esse rio que passava esse navio saia de lá.

Entrevistador: Aqui em Paulo Lopes. Da onde que ele vinha?

Entrevistada: Não, era de lá. Ele vinha… daqui aqui atrás tem um rio e era um rio largo, agora fechou de mato. Esse rio vinha de lá, atravessava no Porto e ia pra cidade.

Entrevistador: E no Bom Retiro não tinha rio?

Entrevistada: Tinha, mas não vinha de lá não.

Entrevistador: Não vinha de lá não?

Entrevistada: Não. Dizem, os antigos falavam que eles saiam pra cidade, eles saiam nesse navio direto. Era assim, eles embarcavam no navio.

Entrevistador: E onde tinha negro em Paulo Lopes?

Entrevistada: Em Paulo Lopes quase não tinha negro.

Entrevistador: Não tinha, mas a senhora lembra assim onde moravam os que tinha em Paulo Lopes? Só tinha na Toca, ou tinha em outros lugares também?

Entrevistada: Não, acho que em Paulo Lopes quase não morava negro, né…Muito pouco. Esses negros moravam tudo pra cá.

Entrevistador: Mas a sua família é toda do Bom Retiro, né?

Entrevistada: Ãh?

Entrevistador: A sua família é do Bom Retiro.

Entrevistada: Pois é, a minha família é tudo de lá. A minha mãe… nós nascemos lá e viemo pra cá. E também a casinha que a minha mãe criou noize era casinha de barro. Sabe o que é casa de

barro?

Entrevistador: Sei. Não sei. A senhora pode contar como é que é, não conheço não.

Entrevistada: Casa de barro, sabe como é? Era trançado. Cortava os bambus. Tá. Arrumavam pegava cortavam o bambu, tá. Amarravam o bambu com o cipó, bem amarrado. Aí depois pegava a enxada e uma pá e ia cavar o barro, cavava bastante barro, molhava bem. Quando tivesse bem molhado bem colado eles faziam aquela bola e jogavam na parede.

Entrevistador: Ah, que legal.

Entrevistada: Era assim. Aí depois eles faziam um …

Entrevistador: A sua casa, a casa que a senhora nasceu era assim?

Entrevistada: Era assim. Lá no Bom Retiro. Aí depois enchia um balde de água pegava a mão e ia alisando a parede. Nós tivemos lá, a nossa casa de barro.

Entrevistador: Ah, que legal. E o chão era batido.

Entrevistada: Batido.

Entrevistador: E o que tinha dentro de casa?

Entrevistada: Nada.

Entrevistador: Nada? Era… como é que vocês dormiam?

Entrevistada: No chão.

Entrevistador: Não chão de?

Entrevistada: Batido. Mas era um chão com quê, com folha de bananeira.

Entrevistador: Folha de bananeira? E a senhora tinha quantos irmãos?

Entrevistada: Ah, lá tinha um montão. (Risadas)

Entrevistador: A senhora não lembra mais? Não lembro mais os irmãos que a senhora tinha, quantos irmãos eram?

Entrevistada: dez.

Entrevistador: Dez? Poxa.

Entrevistada: Os dez moravam tudo lá.

Entrevistador: Tem algum vivo ainda?

Entrevistada: Tem.

Entrevistador: Quem que é?

Entrevistada: Os dez mora, a minha mãe ganhou tudo lá, mas nasceram tudo lá. Desses 10, 3 já morreram. Quer ver?

Entrevistador: Mas tem bastante ainda.

Entrevistada: Bastante. Queres ver uma coisa? A minha mãe pra fazer comida pra nós não tinha fogão, aí o fogão era do chão de trente. Sabe o que é trente?

Entrevistador: Não.

Entrevistada: Não sabe? Fogão de gancho.

Entrevistador: Fogão de gancho já ouvi falar.

Entrevistada: Pois é.

Entrevistador: É aquele… o gancho no teto...

Entrevistada: Isso mesmo. E a chaleira pendurada.

Entrevistador: E a chaleira pendurada. E no chão botava brasa.

Entrevistada: Isso.

Entrevistador: E quem fazia?

Entrevistada: Minha mãe.

Entrevistador: A sua mãe?

Entrevistada: É. e trazia duas pedras pra botar as panelas em cima pra fazer comida.

Entrevistador: E a senhora tinha algum vizinho, se lembra de algum vizinho lá em Bom Retiro?

Entrevistada: Tinha.

Entrevistador: Quem que era?

Entrevistada: Minha tia.

Entrevistador: Quem que era?

Entrevistada: A falecida Di.

Entrevistador: Di? E ela era casada com alguém??

Entrevistada: O nome do marido dela era o Horácio.

Entrevistador: O Horácio. E a Senhora lembra de algum Damázio?

Entrevistada: Ah me lembro, minha Tia.

Entrevistador: Ah, tua tia.

Entrevistada: Minha tia, Tio Dama… Esse Damázio fazia baile pra nós dançar. (Risadas)

Entrevistador: Isso, mas da onde é que ele era.

Entrevistada: Da onde é que ele era eu não sei.

Entrevistador: Ele era mais velho naquela época?

Entrevistada: Ah, naquela época ele era mais velho. Ele fazia uma festa. A festa que ele fazia era de São Bom Jesus.

Entrevistador: São Bom Jesus.

Entrevistada: Depois da festa, tinha comida, tinha bolo, tinha isso tudo.

Entrevistador: E a senhora lembra o sobrenome dele?

Entrevistada: Eles chamavam de Damázio, agora não sei Damázio de que. E a Mulher dele, Maria Faustina.

Entrevistador: Maria Faustina.

Entrevistada: É a mulher dele.

Entrevistador: E eles tinham algum apelido?

Entrevistada: Não tinha. Não. Depois disso aí guardavam o Santo e aí iam dançar.

Entrevistador: Iam dançar?

Entrevistada: Aí dançavam até meia noite, né?

Entrevistador: Ô, coisa boa. Mas a senhora tinha o que nessa época, já?

Entrevistada: Ah, eu era solteira.

Entrevistador: Idade, mais ou menos?

Entrevistada: Eu tinha já uns quinze anos ainda.

Entrevistador: Uns quinze anos?

Entrevistada: É, eu era nova já.

Entrevistador: E a senhora foi casada com quem? Quem que era o seu marido?

Entrevistada: Jaci.

Entrevistador: Jaci do quê?

Entrevistada: Felipe.

Entrevistador: Jaci Felipe. que é… todo mundo aqui é parente.

Entrevistada: Esse Jaci, é tia. A Joaquina lá é tia dele.

Entrevistador: A Joaquina lá é Tia do seu …

Entrevistada: É, porque a mãe da Joaquina, o falecido Bagal, a mãe dele já faleceu. Já morreu, a mãe dele. A Joaquina é tia, a Dona Avelina era neta dela, neta, avelina era neta. E o falecido Bagal tio dela, né?

Entrevistador: Tio dela.

Entrevistada: Tio dela, né?

Entrevistador: E aí deixa eu perguntar. E aí, tinha esse seu Damázio lá, tinha o seu Horácio. E esse seu Horácio era parente de vocês aqui?

Entrevistada: Tio, meu tio.

Entrevistador: Ele era tio? E ele era irmão de quem?

Entrevistada: Irmão de quem?

Entrevistador: É.

Entrevistada: O irmão dele …

Entrevistador: Da sua mãe, do seu pai?

Entrevistada: Da minha mãe.

Entrevistador: Da sua mãe. E o seu Damázio era casado também. E essa Maria Faustina.

Entrevistada: Mulher dele.

Entrevistador: Ela era daqui também.

Entrevistada: Não, não era daqui.

Entrevistador: Ela era da onde?

Entrevistada: A Maria Faustina não era daqui. A Maria Faustina disse que era de Laranjal.

Entrevistador: Laranjal é?

Entrevistada: Pra lá.

Entrevistador: Sul do estado?

Entrevistada: Isso mesmo. De lá eles vieram pra cá.

Entrevistador: Sul do Estado: De Imaruí.

Entrevistada: É pra lá é. De lá, ela.

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Aí eles fizeram uma casa pra eles morar. E ficaram morando aqui.

Entrevistador: Tu lembras mais ou menos como é que era o sobrenome dela?

Entrevistada: Não, a Joaquina chamava de Maria Faustina. Mas pode que a avó dele sabe, sabe né? Quem sabe?

Entrevistador: A Dona Joaquina falou que ele vinha do Rio Grande do Sul.

Entrevistada: Então pode ser de lá então, né?

Entrevistador: Pode, pode ser. Mas ela falou que eles eram mais velhos também.

Entrevistada: Mais velhos, era mais velhos é.

Entrevistador: Aham. Eu vou fazer uma outra pergunta: conta pra mim, e esse conta pra mim é, tem que detalhar, e a gente pode conversar um monte a respeito. A senhora viu que não tem muita pergunta, eu vou perguntando e a senhora vai falando. E eu também já falo porque daí eu já sei um pouquinho e já dou um…

Entrevistada: (risadas)

Entrevistador: Conta pra mim a história do lugar aqui de vocês, da comunidade, da Toca. O que que a senhora lembro disso daqui?

Entrevistada: Aqui é um lugar bom de morar.

Entrevistador: aham.

Entrevistada: Bem bom de morar. Os pessoal são tudo colega, tudo amigo, tudo parente, né?

Entrevistador: aham.

Entrevistada: É bom de morar.

Entrevistador: Sim.

Entrevistada: Aqui onde mora. Pode-se dizer que é uma cidade aonde eu moro e eu gosto. Entendeu? Isso tudo aqui.

Entrevistador: Sim.

Entrevistada: Quando eu me aposentei foi aqui. Quem assinou a folha dos meus papel foi o Padre Eugênio. Eu tava há muitos anos lá, né?

Entrevistador: A Senhora trabalhou na Igreja.

Entrevistada: Na Igreja lá, foi o Padre Eugênio quem assinou. Ele disse: Carmem quando precisar de alguma coisa, tu me procura que eu te ajudo.

Entrevistador: Padre Eugênio é vivo. É aquele de Florianópolis.

Entrevistada: É vivo, é. Já teve aqui rezando uma missa. Daqui pra lá são tudo parente. Cada um mora no seu lugar. Aonde é do imóvel é deles. É deles. Aonde eu moro aqui é meu.

Entrevistador: Tá.

Entrevistada: Um não estorva o outro, né?

Entrevistador: Como é que era aqui. Como é que era esse lugar aqui quando a senhora nasceu, ou, como é que era. Por que, como é que era. Me explica como é que era, porque não tinha muita coisa aqui.

Entrevistada: Não tinha muita coisa. Era.. não tinha muita coisa.. quer ver uma coisa pra você. Fechado.

Entrevistador: Ó, a senhora tem essa estrada aqui ó. Tinha essa estrada?

Entrevistada: Não, a estrada não era essa. Bem estreitinha que não passava nem caminhão. Tudo de pé e não tinha luz. Aí os matos cresceram, fecharam. As pessoas atravessavam pra lá de noite, mas não tinha luz. Era tudo caminhozinho estreito. Depois que a prefeitura arrumou e fez. Esse caminho estreitinho que eu tô falando ia até o morro agudo.

Entrevistador: Ia até o morro agudo.

Entrevistada: Até o morro agudo pra lá. Aí arrumaram e fizeram essa rua aí.

Entrevistador: E aí, hoje em dia eu vejo que tem muita casa de gente branca aqui também.

Entrevistada: Tem tem, tem casa de gente branca.

Entrevistador: Mas eles vieram depois da estrada?

Entrevistada: É depois da estrada, depois do estreito.

Entrevistador: Sim. A senhora lembra quando a senhora veio morar aqui. A senhora veio morar aqui com quantos anos. Na entrada ali que a senhora falou?

Entrevistada: Quando eu vim morar aqui, eu era bem nova, eu tinha quinze anos.

Entrevistador: Quinze anos …

Entrevistada: Quando eu casei, eu não casei, eu fugi. Tinha quinze anos. De lá, dali, do cemitério pra cá, que nós moremo ali né, saimos de lá pra morar, nós fugimo, eu fugi pra cá. Mas era tudo mato.

Entrevistador: Mas lá, a sua família continua morando lá.

Entrevistada: Ninguém.

Entrevistador: Não.

Entrevistada: Agora já venderam aquilo tudo lá, né, agora é gente de fora que foi morar lá.

Entrevistador: Mas a sua família foi morar onde?

Entrevistada: A minha família? A minha família mora aqui.

Entrevistador: Todo mundo.

Entrevistada: Eu moro aqui, uma irmã minha mora pra lá.

Entrevistador: Quantos anos tem a sua irmã?

Entrevistada: Ah, não sei meu filho.

Entrevistador: Mas ela é mais nova ou mais velha?

Entrevistada: Mais nova. A mais velha da casa sou eu, a caçula mora na cidade. Mora pra lá, são José, não, ela mora na Palhoça. Eu não sei onde é que ela mora, né?

Entrevistador: Na Palhoça. Aham. Deixa eu perguntar uma outra coisa. A senhora já falou do seu avô, o seu avô a senhora disse que não trabalhava. A sua avó trabalhava fora. Ela trabalhava com o quê??

Entrevistada: A minha mãe trabalhava. A minha avó também trabalhava.

Entrevistador: A sua avó trabalhava com o quê?

Entrevistada: Com o quê? Era um homem que chamava Sagi, esse Sagi, a mulher do Sagi, Jurema, minha mãe trabalhou com eles. Que matava boi pra vender. A minha mãe limpava buchada.

Entrevistador: A sua mãe limpava buchada, junto com a mãe da Joaquina.

Entrevistada: É bom mãe dela.

Entrevistador: E elas não moravam aqui. Elas vinham lá do Bom Retiro, o Bom retiro aqui

colado no morro.

Entrevistada: No morro, numa baixada, né?

Entrevistador: Mas elas, tinha uma estrada no Bom Retiro pra vir pra Paulo Lopes.

Entrevistada: Tinha. Tinha. Tinha uma estrada pro Bom Retiro, acho que ela vai falar pra você, e tinha uma estrada pelaqui, lá no Morro, passava no morro pra ir pro Bom Retiro.

Entrevistador: Isso. E aí, tanto o seu Damázio, o Seu Horácio e a sua família moravam num mesmo pedaço. Não era muito longe? Era longe?

Entrevistada: Era perto. Ali a família nossa morava toda ali.

Entrevistador: E era visível, ficava, tinha plantação perto, alguma coisa assim?

Entrevistada: Não, não tinha plantação. Plantação não tinha, eles não tinham nada pra plantar. Ali era ruimdade de comida, às vezes não tinha comida pra comer, tinha que pescar pra podermos comer.

Entrevistador: Ah, mas eles pescavam, não era a profissão deles?

Entrevistada: Eles pescavam pra poder comer, porque não trabalhavam e não tinha comida pra comer.

Entrevistador: Mas a senhora, eu vejo ali que, essas fontes… a senhora usava alguma fonte quando era pequena?

Entrevistada: Lavava a roupa de joelho.

Entrevistador: Aonde? A senhora está me escondendo o jogo. A parte boa não tá me contando.

Entrevistada: (Risadas). Ó, lavava a roupa, agora as mulher lavo roupa no cocho, lavemos roupa na cachoeira. Mas agora tá fechada de mato, né.

Entrevistador: A cachoeira é aquela fonte que pega camarão?

Entrevistada: É.

Entrevistador: É aquela ali atrás do terreno da Dona Joaquina?

Entrevistada: Não, não é lá. É aqui.

Entrevistador: Não conheço. Essa daí não conheço.

Entrevistada: A cachoeira passa. Lá é uma cachoeira e aqui é outra. A cachoeira vem do morro passa por ali e fica parada. Agora ali aquele homem fez uma casa pra ele, ele secou lá, né?

Entrevistador: Esse homem aqui é…

Entrevistada: Não é parente meu, não é nada.

Entrevistador: Mas é negro?

Entrevistada: Branco.

Entrevistador: É branco? Mas ele comprou ali?

Entrevistada: Comprou pra ele. Aí secou, o que é dele ele secou. Ele mora lá e nós moramos cá.

Entrevistador: Sim. E aí então a sua família vem lá do Bom Retiro, desse canto mais pro final, e aí eles trabalhavam em Paulo Lopes. E já tinha parente seu aqui no lado da Toca. Entendi. Eu vou fazer uma pergunta fora.

Entrevistada: Ai ai ai (risadas)

Entrevistador: E esse cadeião que tinha ali na entrada?

Entrevistada: ãh?

Entrevistador: E o que era esse cadeião que tinha ali na entrada?

Entrevistada: A cadeia?

Entrevistador: A senhora nasceu já existia?

Entrevistada: Claro.

Entrevistador: Já existia?

Entrevistada: Já. Dormia lá.

Entrevistador: Quem que morava ali?

Entrevistada: Ali era uma cadeia pra lá. Como é que você sabe dessa cadeia?

Entrevistador: A Dona Joaquina já falei com ela. Eu perguntei se tinha uma coisa ali, ela falou que tinha uma cadeia. Por isso eu perguntei.

Entrevistada: Uma cadeia. Quer ver uma coisa? Essa cadeia era pra lá. E na cabana tinha uma casa.

Entrevistador: Tinha uma casa ali. E quem morava ali?

Entrevistada: Nós morava, nós dormia lá.

Entrevistador: Vocês dormiam lá?

Entrevistada: Dormia. A pessoa ficava lá presa, mas eles não incomodavam ninguém não.

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Mas o prefeito, não… quem mandava ali era um homem chamado Joaquim, não, João medeiros, não, não era o João medeiros não, era Joaquim, não, Joaquim não era. Quem morava ali era o.. Vou chamar a Tetra pra perguntar: Ô, Tetra, ô Dôra como é o nome do pai do do do… do pai… aquele que faz a festa.

Filha: O Vadão?

Entrevistada: Não. Como é o nome do pai do Zezinho?

Filha: O Joaquim.

Entrevistada: O Joaquim.

Entrevistador: O Joaquim é o quê, a Senhora lembra?

Entrevistada: Lembro. O Joaquim era Prefeito.

Entrevistador: O Joaquim era Prefeito.

Entrevistada: Aqueles anos atrás era. E deu ali a cadeia pra nós morar, até fazer uma casa. Mas demorou muito tempo. E também eles ficavam preso ali, mas eles não falavam nada, não diziam, não brigavam nem nada.

Entrevistador: Mas a senhora fala que ele deu a cadeia pra morar. É… porque a cadeia… hmmm… eu não entendi por quê que vocês moravam na cadeia.

Entrevistada: Não, mas era uma casa. Lá os ladrão prendiam lá, mas é que tinha uma casa. Aí ele deu pra morar, até fazer uma casinha pra nós morar. Dali que viemos morar pra cá.

Entrevistador: A sua mãe que falava isso, seu pai?

Entrevistada: Falava. Não, eu era moça, me lembro.

Entrevistador: Antes já morava alguém ali?

Entrevistada: Não morava ninguém.

Entrevistador: Não. Tava vazio. Era só cadeião, só.

Entrevistada: Era só cadeião, aí tava vazio a casa. Aí quando viemos, a minha mãe. Quando nós viemos do Bom Retiro não tinha pra onde fosse. Aí meu pai falou com ele, ele deu.

Entrevistador: Mas ali já tinha o cadeião.

Entrevistada: A cadeia tava feia, mas tinha uma casa. Uma casinha pra cá, pregada com a cadeia, mas nós morava ali, até minha mãe fazer a casa. Essa casa hoje era feita ali, você não passou ali não viu uma chácara?

Entrevistador: Vi.

Entrevistada: Ali que era a morada nossa. Da minha mãe. Ali que a minha mãe criou o resto dos filhos tudo ali.

Entrevistador: Entendi. Mas não era o cadeião, é outra casa, atrás.

Entrevistada: Atrás. Aí viemo morar ali porque não tinha pra onde fosse. Depois dali, moremo ali.

Entrevistador: Mas por quê vocês saíram do Bom Retiro?

Entrevistada: Por quê? Meu pai queria sair de lá.

Entrevistador: Mas por quê?

Entrevistada: Ele disse que queria sair de lá porque era mais ruim de serviço. Não tinha. E aqui ele arrumou um serviço na cidade. Meu pai era pintor de casa. No fim não faziam nada. Porque naquele tempo não tinha quase serviço nenhum pra eles trabalhar, né?

Entrevistador: Mas o seu pai não tinha terra, o seu pai tinha uma casa no Bom Retiro.

Entrevistada: É, mas não tinha casa, não tinha terra pra plantar lá, naquela época.

Entrevistador: E quem que tinha o terreno lá do Bom Retiro? Que tinha terra pra plantar lá, naquela época?

Entrevistada: Eles tinham lá, mas não iam dar de graça, né?

Entrevistador: É, mas já tinha um dono…

Entrevistada: É, já tinha dono, é…

Entrevistador: A senhora lembra o Nome do Dono?

Entrevistada: Me lembro. (Risadas)

Entrevistador: Quem que era?

Entrevistada: O Nome do Dono era Francisco.

Entrevistador: Francisco do quê?

Entrevistada: Agora não sei o quê. Esse Francisco já morreu. E a mulher desse Francisco era Ilma. Já morta também.

Entrevistador: Já morta também.

Entrevistada: E quando a minha mãe não tinha farinha pra nós comer, ela mandava lá arrumar com essa mulher. Já morreu essa gente. Mas hoje lá, hoje tem uma casa dessa mulher, da casa

do arroz. Essa casa do arroz compraro esse terreno tudo que nós morava lá. Comprou isso tudo. Tem um casão lá.

Entrevistador: Tá. Eu estou curioso, não quero que a senhora. Pode continuar depois …O seu pai recebeu dinheiro pela terra lá?

Entrevistada: Não, não era nosso.

Entrevistador: Não era nosso.

Entrevistada: Não. Depois nós saimos de lá e eles compraram, né? Nós não recebemos dinheiro de nada. Depois nós viemos embora pra cá. Aí a terra ficou lá e eles foram comprar. Onde morava esse Damázio hoje, onde morava a Maria Faustina e esse Damázio, hoje é um casão que fizeram lá. Aí vieram embora, não ligaram, né. Deixaram assim. Aí foram lá e compraram. Compraram esse terreno todo e fizeram um casão. Esse casão era ali da casa do arroz, um casão bonito de ver.

Entrevistador: A casa do arroz é do Ligeirinho aqui?

Entrevistada: Do Ligeirinho.

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: A filha do Ligeirinho comprou esse terreno lá.

Entrevistador: Mas faz muitos anos que ela comprou?

Entrevistada: Ah, muitos anos. Ô, muitos anos. Eles fazem as festas tudo lá, festa de natal é tudo lá que ele faz.

Entrevistador: E eu vou, outra pergunta que não está no script, mas que eu vou fazer: Seu pai, sua mãe, falava de escravidão, alguma coisa. Sua vó?

Entrevistada: Se mamãe falava eu não lembro.

Entrevistador: Não lembro.

Entrevistada: Não. Não, eu não lembro.

Entrevistador: A senhora é super jovem perto do... eles teriam hoje cento e poucos anos. É, eu vou perguntar uma outra coisa: A senhora tem parentes fora daqui??

Entrevistada: Tenho. (Risadas).

Entrevistador: Aonde?

Entrevistada: Tenho. Eu tenho parente no Morro da Caixa, na cidade.

Entrevistador: Morro da Caixa é aonde ali? É Aquele atrás do IFSC, da Escola Técnica.

Entrevistada: Não, acho que é atrás, sabe do quê? Do Hospital?

Entrevistador: De Caridade.

Entrevistada: Isso mesmo. Lá eu tenho uma família.
Entrevistador: Não é Mocotó ali??

Entrevistada: Isso mesmo. (Risadas).

Entrevistador: Ah, tá. (Risadas). E eles são… e eles são daqui?

Entrevistada: Eles são daqui e foram embora pra lá.

Entrevistador: Tá, E eles são parentes de …

Entrevistada: Parente minha. Parenta como a Isolete.

Entrevistador: Eles são irmãos do seu avô, ou irmãos da sua mãe.

Entrevistada: Não, parente do meu avô não tem nada de parente dele não, lá não tem parente dele não. Sobrinho meu mora tudo lá. Eu tenho uma irmã, duas irmãs que moram lá. Que é filha desse Trajano, desse Trajano, desse Trajano, que é irmã minha.

Entrevistador: Mas a senhora não tinha parente mais velho que foram pra Florianópolis?

Entrevistada: Não, não tinha. Quando eles foram pra lá elas foram nova, né? Só eu que nunca trabalhei fora, minha mãe não deixava eu trabalhar fora porque rapariga era mais nova, eu era mais velha era da casa.

Entrevistador: Entendi. E deixa eu fazer outra pergunta: O que faz divisa com a Toca hoje?

Entrevistada: A divisa? O que é divisa, isso?

Entrevistador: Onde começa e onde termina a Toca.

Entrevistada: A Toca, a Toca, começa ali no cemitério e termina pra lá. Não… lá tem o engenho. Termina do engenho pra cá.

Entrevistador: É do Engenho pra cá, ali do seu Osmar, né?

Entrevistada: Isso. Já tá sabendo, hein? (Risadas) Ó, e do Osmar pra lá é morro Agudo.

Entrevistador: Mas tem negro morando depois da casa do seu Osmar.

Entrevistada: Não tem não, pra lá não tem nego não, nego só do Osmar pra cá.

Entrevistador: E, pergunta também: alguma casa de vocês aqui possui escritura pública?

Entrevistada: Tem o quê?

Entrevistador: Escritura… propriedade mesmo. No cartório, registrado …

Entrevistada: Não.

Entrevistador: A senhora falou que o seu pai lá não tinha também.

Entrevistada: Não.

Entrevistador: É engraçado, né?

Entrevistada: Era pra ter?

Entrevistador: Não… não estou perguntando nada. (Risadas) E em caso de morte, como é que fica?

Entrevistada: Quando morre uma pessoa? Aí as pessoas ajudam. Morre fica em casa.

Entrevistador: Não, mas a posse da terra. Como é que faz quando a pessoa morre. que tem a… Como é que fica?

Entrevistada: Como é que fica? Se tem um parente, se tem uma caixa que essa pessoa já morreu há muitos anos, enterram lá.

Entrevistador: Não, não, não. A senhora assim ó. A senhora tá com oitenta. A senhora tem filhos, tem parentes. E o terreno, como é que fica? Como é que é feita a divisão?

Entrevistada: Acho que o terreno fica assim mesmo. Aonde eu moro é meu.

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Eu fui, ques ver uma coisa. Eu fui cuidar de uma pessoa que tinha oitenta, não, cento e um anos. Eu fui morar com ela, cuidar dela. Aí ela disse: ô, Carmem, não sai daqui já. Quando eu morrer, eu tenho um presente pra lhe dar. Eu não sabia o que era o presente. Este terreninho que eu moro. Ela deu em vida dela. E o filho dela também, o José, já morreu, o Zé Pereira, deu também ele, a Dona Cizina deu o terreno pra mim morar e o Zé Pereira também deu onde eu moro.

Entrevistador: Entendi. Ela… a senhora cuidou dela quando mais velha e ela…

Entrevistada: Ela deu o terreninho pra mim morar.

Entrevistador: Mesmo assim, a senhora mora aqui mais porque a senhora já morava aqui e trabalhava aqui no centro.

Entrevistada: Já trabalhava aqui, é…

Entrevistador: Aham. É, deixa eu perguntar de novo. Eu acho que eu me confundi aqui. Mas: existe um pedaço da Toca em Floripa?

Entrevistada: Eu acho que não, né? Não sei.

Entrevistador: Não?

Entrevistada: Eu acho que não. Não.

Entrevistador: É.. ainda é Toca?

Entrevistada: Não, Santa Cruz. A Toca tiraram, né?

Entrevistador: Mas por quê tiraram?

Entrevistada: Diz que o nome de Toca é lugar feio, diz que nome de Toca é nome de casa de Tatu.

Entrevistador: (Risadas)

Entrevistada: Sabe por quê é casa de Tatu? Conhece Tatu?

Entrevistador: Mais ou menos, só de vista assim.

Entrevistada: Não. Tatu faz um buraco na terra e enfia dentro. No inverno, no verão ele faz isso, ele fura a terra e se mete lá dentro, faz uma casinha pra ele e vai longe. Quando chega no inverno ele sai.

Entrevistador: Entendi. A senhora trabalhava pro padre, era contratada da Igreja, carteira assinada.

Entrevistada: Não. Carteira assinada não tinha. Naquele tempo não tinha isso aí, né? Naquele tempo que eu trabalhava com o Padre Eugênio não tinha carteira assinada não.

Entrevistador: Não. E aí a senhora se aposentou por tempo mesmo.

Entrevistada: Pela idade.

Entrevistador: Pela idade.

Entrevistada: Quando eu trabalhava no Padre Eugênio, eu limpava a igreja, limpava a casa dele. Só. Que trabalhava era o Padre Gem, Joacir e o Gem. Gem, o Joacir.

Entrevistador: Esse eu conheço.

Entrevistada: É, tinha um Joacir.

Entrevistador: Isso, esse eu conheço.

Entrevistada: Aí eu chegava lá fazendo graça pra eles, eles riam. Quando vinham embora, o resto de comida eles davam tudo pra mim. Eu ainda tinha um retrato do Joacir, não sei onde tá.

Entrevistador: Eu queria uma foto dele. Depois se a senhora puder, eu tiro uma foto e levo pra ele.

Entrevistada: É. Pra ele.

Entrevistador: Imagina, era novo.

Entrevistada: Era novo, era.

Entrevistador: Mas a senhora trabalhou até quantos anos?

Entrevistada: Não, eu trabalhei muito tempo lá, depois eu me aposentei. Eu trabalhei muito tempo, depois eu me aposentei e eu vim embora.

Entrevistador: A senhora se aposentou com quantos anos, mais ou menos?

Entrevistada: Ai, agora eu não sei.

Entrevistador: Não sabe? A senhora tá com oitenta. Faz mais de dez anos?

Entrevistada: Ah, eu acho que faz. eu acho que faz sim.

Entrevistador: É. O negócio do nome. A senhora já falou o por quê, por quê que é Toca? A senhora pode dizer?

Entrevistada: Eles chamavam de Toca, mas essa tal da Toca não existia. Aí tiraram a Toca e botaram Santa Cruz.

Entrevistador: Mas quem que trocou o nome?

Entrevistada: Aí botaram… a Prefeitura botaram uma placa ali na entrada e vem pra cá.

Entrevistador: Mas faz muitos anos?

Entrevistada: Ah, já. Não. Quando esse Prefeito entrou, ele botou uma placa tirando a Toca e Botando Santa Cruz.

Entrevistador: Agora, faz pouquinho então.

Entrevistada: Faz pouco, mas agora vai entrar outro Prefeito e esse vai sair no fim do ano, né? Em Janeiro.

Entrevistador: Sim. Então foi na última Prefeitura que começaram a…

Entrevistada: Isso, na última prefeitura é.

Entrevistador: Mas antes era só Toca.

Entrevistada: Só Toca. Agora não tem Toca não.

Entrevistador: Tá, então foi o Prefeito agora, o Evandro Santos, que trocou. Será que, mas por quê Santa Cruz?

Entrevistada: Porque quiseram botar, né?

Entrevistador: Mas a senhora não sabe… não tem explicação?

Entrevistada: Não tem explicação.

Entrevistador: não tem igreja, nada?

Entrevistada: Paulo Lopes tinha igreja.

Entrevistador: Não tem igreja, não tinha igreja aqui de repente.

Entrevistada: Não, aqui não tinha igreja não.

Entrevistador: É engraçado, né? Eles mudaram o nome.

Entrevistada: Mudaram o nome, é.

Entrevistador: Já veio alguma vez escrito num documento que a senhora tenha, que aqui o Bairro é Toca. Uma carta, uma conta de luz.

Entrevistada: Não, a conta de luz é Santa Cruz.

Entrevistador: Aham, quando que teve luz aqui? Desde quando tem luz?

Entrevistada: Ah, quando tem luz. Eu não sei. Quando nós viemos pra cá não tinha luz, depois que botaram.

Entrevistador: Aham. Mas faz muitos anos, não?

Entrevistada: Ah, já faz. Mas quando falta luz é um dia ou dois. Quando falta a "luize" o mês passado faltou a luz foi um dia todinho e a noite toda sem luz. Porque deu um vento e caiu o poste e eles foram arrumar. Tem que esperar que arrumo pra depois botar, ligar essa luz. E essa "luize" aqui é cara, é duzentos por mês.

Entrevistador: É bara… é caro, é muito caro.

Entrevistada: É caro. É porque eles falaram, quer ver uma coisa? Eles falaram que o ano, que esse ano que ia entrar esse mês a luz ia baixar. Não baixou não, meu filho.

Entrevistador: Não? Não baixou?

Entrevistada: Não baixou não, eu paguei esse mês agora duzentos.

Entrevistador: Duzentos reais, eu pago cem.

Entrevistada: Você paga cem?

Entrevistada: Aqui o pessoal coitado que são pobre, se não pagar a luz "dereito" fica sem luz, né? Tem que pagar. Mas de pressa, eu quero ficar sem a comida e quero pagar a luz. Ficar sem

luz eu não fico.

Entrevistada: Com luz. Ó, um mês "atraise" Bom Retiro de lá queimou uma casa. Porque faltou a "luize" e a mulher botou uma vela acesa dentro do prato. E a mulher dormiu, quando acordou com aquele fogo na casa. Queimou tudo. Quando a luz falta, eu não durmo, eu custo a dormir, mas com vela eu não durmo, tem que esperar. Aí aquela noite não vem, né?

Entrevistador: E eu percebo uma coisa. Eu queria perguntar se na sua família, que eu noto que muita gente anda descalço. A senhora anda também?

Entrevistada: Ah, eu não ando. Não, meu Filho, deus me livre, parece que eu tenho espinho nos pés. Ai, não ando não.

Entrevistador: Mas nenhum dos filhos da senhora anda também.

Entrevistada: Não, nenhum, nenhum anda descalço.

Entrevistador: Aham. É tem bastante gente que anda. Eu tava olhando ali.

Entrevistada: Ah, eu não ando descalço meu filho. Até comprei uns calcadinho bem bom, pro inverno. Aqui ninguém anda descalço.

Entrevistador: A senhora lembra? Agora eu vou perguntar algumas dúvidas minhas porque o meu já foi. Depois até vou ver se eu consigo ver mais coisa pra perguntar a partir das minhas andanças aqui. Pindá? A senhora lembra dele?

Entrevistada: Claro que eu lembro.

Entrevistador: Pode contar um pouquinho dele pra mim?

Entrevistada: Esse Pindá morava no Bom Retiro, com a família dele. Depois esse pindá veio morar em Paulo Lopes.

Entrevistador: Tá, e como é que ele era

Entrevistada: Veio… Esse pindá morava ali onde hoje é a Cooperativa. Fizeram uma casa pra ele ali. Aí ele foi viúvo. A mulher, Dona Maria Clara que era mulher dele morreu, ele casou com outra senhora. Depois ele faleceu.

Entrevistador: Ele faleceu.

Entrevistada: O João Pindá era um homem velho, mas bem legal, né?

Entrevistador: ele não tem fillho?

Entrevistada: O João Pindá? Tem. Os filhos dele já morreu. O João Pindá já morreu, o filho, chamado Bidá já morreu, outro filho dele chamada não sei o nome não, já morreram tudo. Morreram tudo. Da família do Pindá não tem ninguém. Morreram tudo já.

Entrevistador: A Senhora conhece alguém das outras comunidades quilombolas daqui?

Entrevistada: Eu conheço?

Entrevistador: É, ali de Garopaba, Fortunato, Aldeia?

Entrevistada: Não conheço. Nunca vou pra lá, não conheço.

Entrevistador: E a senhora tem parente na pinheira também?

Entrevistada: Tenho. (Risadas). Tenho, parente lá eu tenho. Minhas sobrinhas moram tudo lá. Por causa que eu não vou pra lá, não vou pra lá.

Entrevistador: E a senhora conheceu um homem chamado Adão? que era benzedor.

Entrevistada: Era benzedor esse homem?

Entrevistador: Era. Negro.

Entrevistada: Não me lembro então, né?

Entrevistador: Tinha alguém que mexia com erva, assim fazendo benzedura, garrafada.

Entrevistada: Eu não me lembro tá.

Entrevistador: Não lembra?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: A senhora começou a trabalhar muito jovem, né? Também, na igreja, a senhora sempre trabalhou na igreja?

Entrevistada: Na igreja, nas casas das pessoas que eu conhecia. Essas pessoas de Paulo Lopes eu conheço tudo. (Risadas). Eles me conhecem, né? Quando eu não vou na missa, que eu demoro aí perguntam: por quê que a Carmem não veio à missa hoje? Tá doente? Aí eles vêm: ai, Carmem, não fosse à missa hoje? Não, hoje eu não pude ir. Não deu de eu ir. Às vezes eu conheço tudo da igreja lá, aquele pessoal tudo.

Entrevistador: Aí a senhora trabalhou com os Padres, conhece todos. O Padre Eugênio eu quero ver se eu falo com ele também, né? Ele trabalhou muitos anos aqui, né?

Entrevistada: Aqui tinha um retrato do Padre Eugênio. Essa, que eles tiraram dele.

Entrevistador: Esses daqui são os seus filhos?

Entrevistada: Não, é as minhas filhas.

Entrevistador: As suas filhas. E aquele moço do canto ali?

Entrevistada: Ali é uma festa que foram que eles tiraram aqui em paulo lopes mesmo.

Entrevistador: Ah, é?

Entrevistada: é daqui mesmo é.

Entrevistador: Ah, que legal isso, né? É tudo na igreja

Entrevistada: Tudo na igreja, é? (Risadas)

Entrevistador: E aquele ali é o Padre, qual que é o padre?

Entrevistada: Aquele ali é bispo que veio crismar os moços.

Entrevistador: Então, a senhora tem uma foto do Padre Joacir? Será que a senhora acha pra mim, pra eu tirar uma foto?

Entrevistada: Daqui pra lá são tudo parente. Cada um mora no seu lugar. Aonde é do imóvel é deles. É deles. Aonde eu moro aqui é meu.

Entrevistador: Tá.

Entrevistada: Um não estorva o outro, né?

APÊNDICE 3 – TRANSCRIÇÃO DEPOIMENTO DONA ISOLETE

Entrevistador: A senhora pode falar o seu nome completo e a sua idade.

Entrevistada: Meu nome é Isolete e a minha idade é oitenta anos. Fiz dia 15 de fevereiro.

Entrevistador: Olha, parabéns. Oitenta anos. A minha vó tem oitenta e quatro também. É outra época, né?

Entrevistada: É Dia 15 de fevereiro.

Entrevistador: A senhora pode falar um pouquinho quem era a sua mãe, quem era o seu pai. De repente se a senhora lembrar dos seus avó.

Entrevistada: O nome da minha mãe é Lúcia Cândida Marcelino. E o nome do meu. O meu pai é, o meu pai é que eu não sei bem o nome dele, é João Avelino Marcelino.

Entrevistador: João Avelino Marcelino. E aí eles faziam o quê, Dona Isolete?

Entrevistada: Eles trabalhavam.

Entrevistador: Trabalhavam com o quê?

Entrevistada: Trabalhavam na roça e trabalhavam muitas vezes assim com os outros, né, na roça com os outros, né? Ele tinha uma rocinha dele e tinha a roça trabalhando com os outros.

Entrevistador: Esse é o seu pai, ou o seu avô.

Entrevistada: O meu pai. O meu pai é. O meu pai é que trabalhava. E os meus avô também ele trabalhava, trabalhava em roça lá também, né, era tudo.

Entrevistador: Era tudo lá?

Entrevistada: A família era tudo na roça. Tudo na roça.

Entrevistador: E onde que eles moravam?

Entrevistada: Eles moravam aqui.

Entrevistador: Aqui na Toca mesmo?

Entrevistada: É, aqui na Toca. Moravam na Toca.

Entrevistador: Mas eles sempre tiveram só aqui, não tem em outro lugar. A senhora lembra deles e eles falavam que eram daqui.

Entrevistada: Não. Era daqui. É daqui.

Entrevistador: Aham. E eu vou tentar aquecer um pouquinho. A sua vó trabalhava também?

Entrevistada: Minha vó trabalhava.

Entrevistador: Trabalhava na roça?

Entrevistada: Trabalhava na roça. Minha vó trabalhava na roça, minha vó era parteira e tudo.

Entrevistador: A tua vó era parteira? Quem que era sua vó?

Entrevistada: A minha vó, o nome da minha vó era Lúcia. Ela é Lúcia (...).

Entrevistador: Ela é Lúcia? Tinha uma outra parteira que eles estavam falando pra mim que era a Dona Bia.

Entrevistada: Também, a Dona Bia era. Porque depois a minha vó morreu, a Dona Bia ficou no lugar.

Entrevistador: Ah, sim. Ela era bem idosa, então.

Entrevistada: Era.

Entrevistador: Ela morreu com quantos anos mais ou menos?

Entrevistada: Ah, eu não sei com quantos anos ela morreu. Acho que ela morreu, acho que foi com oitenta acho ou menos.

Entrevistador: Oh, mas morreu.

Entrevistada: Acho que foi com oitenta anos mesmo.

Entrevistador: Mas naquela época … E o seu avô?

Entrevistada: E o meu avô morreu, "Maize" velho, né? É, mas eu não sei quantos anos ele tinha porque a gente era mais pequena, não tinha coisa de, mas eu conhecia meus avô tudo, mas eu era mocinha pequena não era mulher casada ainda, né? Nós era tudo solteira quando meus avô morreu eu era tudo solteira, tudo criança mesmo.

Entrevistador: E a senhora tem irmão??

Entrevistada: Irmão?

Entrevistador: Isso.

Entrevistada: Não, irmão eu não tenho. Irmão eu tinha só um só, mas ele já faleceu. Ele morava, mora lá em Florianópolis. Mas ele já faleceu. Só um irmão só.

Entrevistador: E a sua mãe, a irmã, tem parentesco com quem ali da comunidade? Sua avó, seu pai, sua mãe. A senhora lembra mais ou menos? É parente dos Felipe, dos Marcelinos?

Entrevistada: É são tudo parente.

Entrevistador: Tudo parente.

Entrevistada: É são tudo parente, dos Felipe, dos Marcelino, é.

Entrevistador: A sua mãe então era irmã da mãe da Joaquina.

Entrevistada: Isto.

Entrevistador: Isso. Ela realmente é daqui, é, a família deles.

Entrevistada: É, tudo daqui é.

Entrevistador: E o seu pai plantava junto com o Pai da Joaquina?

Entrevistada: É, era tudo junto, né, morava tudo pra lá, né, era tudo uma família só.

Entrevistador: E o seu pai tinha apelido?

Entrevistada: Ãh?

Entrevistador: Seu pai tinha algum apelido, não?

Entrevistada: Chamavam ele de "Lão"

Entrevistador: Ah, ela falou. Ela falou pra mim, Tio Lão.

Entrevistada: É, lão. Ele morou aqui muitos anos, depois casou, foi embora pra Florianópolis, aí teve lá, aí lá mesmo morreu ele e a mulher dele, a minha mãe e meu pai.

Entrevistador: Eles foram pra Florianópolis?

Entrevistada: É, foram pra Florianópolis.

Entrevistador: E a senhora ficou porque tinha casado.

Entrevistada: Tinha casado e fiquei aqui com a minha (irreconhecível)

Entrevistador: E a senhora, e o seu esposo, ele não é mais vivo

Entrevistada: Não. É morto já.

Entrevistador: E ele era parente de vocês ali também?

Entrevistada: Era. Era dali também.

Entrevistador: Como é que era o nome dele?

Entrevistada: Ele é filho desta mulher que você teve agora.

Entrevistador: A dona Maria?

Entrevistada: A Dona Maria, era.

Entrevistador: A senhora pode contar, agora que já está falando mais uma coisa: Bom retiro. A senhora pode falar alguma coisa de lá?

Entrevistada: Não, de lá não tem quase nada pra falar, né, meu filho.

Entrevistador: E onde que era a roça do seu pai?

Entrevistada: Era pra lá assim, lá pro lado que você tinha falado a, na Joaquina.

Entrevistador: Lá na Joaquina.

Entrevistada: Fazia a roça lá, né? Aquilo tudo. Trabalhava lá

Entrevistador: E era de lá até onde? Essa roça? Começava lá no morro, né?

Entrevistada: É, lá no morro. Só no morro que eles trabalhava. É depois foram tudo saindo, foram morrendo, só ficou esses outros novo, né, que tão aí agora.

Entrevistador: Sim, mas a, uma coisa, mais uma dúvida minha: eles plantavam o quê?

Entrevistada: Eles plantavam batata, eles plantavam milho, eles plantavam feijão, eles plantavam mandioca pra fazer farinha, né?

Entrevistador: Mandioca pra fazer farinha. E a senhora comia bastante pirão.

Entrevistada: Era.

Entrevistador: Mas arroz não.

Entrevistada: Ãh?

Entrevistador: Arroz não.

Entrevistada: Arroz eles não plantavam não. Plantavam amendoim também.

Entrevistador: Então a sua família toda era daqui da Toca ...

Entrevistada: É, tudo aqui da Toca.

Entrevistador: O seu pai era roceiro ...

Entrevistada: Era .

Entrevistador: Sua mãe trabalhava na roça também.

Entrevistada: Também, é.

Entrevistador: Seu vô e a sua avó, todo mundo ali do núcleo.

Entrevistada: É, todo mundo ali do núcleo.

Entrevistador: Quando que a senhora veio morar aqui?

Entrevistada: Ah, já faz muito ano. Ah, não sei quanto faz.

Entrevistador: Porque a senhora tem a mesma idade da Dona Carmem ...

Entrevistada: É, a Dona Carmem fez oitenta, ela não disse?

Entrevistador: Ela falou, ela falou também.

Entrevistada: Foi. Acabou de fazer oitenta em setembro.

Entrevistador: A senhora é mais velha ainda. A senhora é a mais velha da comunidade. Olha, que legal.

Entrevistada: Brigada.

Entrevistador: E a senhora chegou a mencionar que tem parentes fora daqui. Aonde?

Entrevistada: Parentes fora daqui? Eu tinha esse irmão que faleceu, que morava aqui e foi embora pra lá. E eu tenho um filho solteiro que mora em Florianópolis. Eu tenho uma filha também que mora lá, que é solteira, casada, solteira e mora em Florianópolis.

Entrevistador: A senhora pode dizer que tem um pedaço da Toca em Florianópolis?

Entrevistada: É. Tem é.

Entrevistador: Tem um pedaço da Toca em Floripa. E deixa perguntar uma outra coisa: em que lugar de Florianópolis tem parente seu?

Entrevistada: No morro da caixa ainda tem parente meu.

Entrevistador: A caixa é aonde ali? É na caixa atrás da Escola Técnica ou atrás do Hospital de Caridade?

Entrevistada: Do hospital de Caridade.

Entrevistador: Ali é Mocotó.

Entrevistada: Ah, é Mocotó.

Entrevistador: Mocotó.

Entrevistada: Também tem parente meu lá.

Entrevistador: Em outro lugar, Dona Isolete?

Entrevistada: Não, só lá. Só lá,.

Entrevistador: Só lá. Eu vou te fazer uma outra pergunta: O que faz divisa com a Toca? As fronteiras? Onde começa e onde termina a Toca?

Entrevistada: Ah, isso eu não sei.

Entrevistador: A senhora tá bem no começo, né? Aqui é Toca?

Entrevistada: É, aqui é Toca.

Entrevistador: E até a casa de quem, mais ou menos, é Toca?

Entrevistada: Até a casa lá de uma mulher que mora pra lá da Cristina. De lá pra cá é a Toca. Até ali o Cemitério

Entrevistador: Até o cemitério.

Entrevistada: Porque isso aqui o apelido era toca. Quando ai foi, quando aí veio um padre praqui pra nossa igreja aí ele tirou esse nome de Toca, porque era muito feio que ele disse, que não podia ser. Aí botou Santa Cruz.

Entrevistador: Tá, como é que o nome desse padre? A senhora lembra?

Entrevistada: Padre Eugênio.

Entrevistador: Padre Eugênio. Ele é de Florianópolis também? Acho que ele é o Bispo. É o maior lá também né?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Não?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: A família dele é dali do Morro da Caixa, né?

Entrevistada: Ah, é. Padre Eugênio.

Entrevistador: A senhora lembra do Professor Joacir?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Padreco? Não lembra?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Ele trabalhou aqui de seminarista. Ele que fala de vocês muito. Ele trabalhou aqui na década de oitenta com o padre Eugênio

Entrevistada: Ah.

Entrevistador: Mas aí, quando que mudou o nome de Toca pra Santa Cruz? A senhora lembra?

Entrevistada: Eu não me alembro. Foi quando ele veio pra cá que ele tirou, né?

Entrevistador: Ele veio o quê, nos anos oitenta?

Entrevistada: É, acho que foi.

Entrevistador: Eu vou dar uma olhada pra ver quando que ele veio pra cá. Mas foi ele, a senhora lembra que foi ele?

Entrevistada: Foi ele sim. Ele que botou o nome.

Entrevistador: Ele falava que era muito feio.

Entrevistada: Era muito feio. Ele disse que Toca nome de gente. Ele disse que Toca não era negócio de a pessoa morar. Agora todo mundo dizia: - Ah, já acostumaram. Nós dizia né: Ah, eu moro lá na Toca. Moro lá na Toca. Aí ele não, mudou. Botou Santa Cruz porque disse que é mais bonito.

Entrevistador: Mas por que Toca?

Entrevistada: Não sei.

Entrevistador: Não sabe?

Entrevistada: Não sei porque que era Toca.

Entrevistador: A senhora não pensou assim nunca sobre isso?

Entrevistada: Não pensei nunca.

Entrevistador: Seu pai falava que era Toca?

Entrevistada: Era. Todo mundo dizia, né? Toca, Toca, Toca ...

Entrevistador: Aham. Mas mesmo os brancos falavam que era Toca?

Entrevistada: É, Toca. Todo mundo. Era branco, preto e tudo. Todo mundo era Toca.

Entrevistador: Ainda é Toca?

Entrevistada: Ainda é Toca. Agora que o Padre mudou, né, botou Santa Cruz. Mas muita gente diz: - Ah, vocês moram na Toca? Nós diz: - Não, nós moramos em Santa Cruz. A festa agora acabou.

Entrevistador: Mas ainda é Toca?

Entrevistada: Ainda é Toca.

Entrevistador: Então a senhora já me falou que foi o Padre Eugênio que mexeu os pauzinhos pra trocar o nome. E já teve algum lugar que a senhora viu escrito esse nome toca? Tipo, uma placa de rua, uma conta de luz, uma conta de telefone?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Não?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Deixa eu até perguntar uma outra coisa: alguma casa de vocês aqui possui escritura? (Silêncio). Por exemplo: eu tenho um apartamento, ele é meu, tá lá no cartório registrado e tal. Como funciona pra vocês aqui? Tem isso? Vocês recebem é… alguém tem propriedade, escrito?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: (risadas) não tem. Pode falar não. Não tem problema não, eu não mordo.

Entrevistada: Não. Não. Não

Entrevistador: Não tem?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: E como que funciona quando alguém morre? Como é que fica? Porque, por exemplo, se eu tenho filho, o apartamento passado direto pela justiça. Como é que fica aqui?? Como é que vocês fazem isso quando alguém falece, por exemplo?

Entrevistada: Ah, uma pessoa. Se tem coisa, né? Aí só faz os papéis quando a pessoa tem, se a pessoa não tem nada. (fala bem baixo).

Entrevistador: Como assim? Não entendi.

Entrevistada: É, a pessoa, quando a pessoa morre fazer o quê? Fazer, como é que você diz? Fazer?

Entrevistador: É, passar pro filho, por exemplo, como é que fica?

Entrevistada: Ah, eles passam, né? O filho, ou a fia, né?

Entrevistador: Aham. Aí passa assim normal, né? Ninguém precisa assinar nada, já passa.

Entrevistada: Ninguém precisa assinar nada, ela passa.

Entrevistador: Eu vou fazer outras perguntas, eu já, das minhas eu já resolvi, mas eu tenho algumas curiosidades da cidade, que essas eu estou estudando e tô perguntando. A senhora lembra do pindá? Coronel Pindá?

Entrevistada: Me “alembro”.

Entrevistador: Lembra? E a senhora já era nascida quando ele faleceu, né?

Entrevistada: Era.

Entrevistador: E ele era de onde?

Entrevistada: Ai, ó. Acho que de Paulo Lopes mesmo.

Entrevistador: Ele era de Paulo Lopes mesmo.

Entrevistada: De Paulo Lopes.

Entrevistador: E aqui na esquina tinha uma … alguma coisa. Era um cadeião?

Entrevistada: Era.

Entrevistador: Mas a senhora poderia me explicar como é que funcionava porque estão dizendo que tinha gente morando ali. Como é que era? Alguém morava ali?

Entrevistada: Morava, né? Gente assim.

Entrevistador: Quem que morava ali?

Entrevistada: Ah, não sei quem que morava naquela casa.

Entrevistador: Não sabe?

Entrevistada: Não. Não me alembro mais.

Entrevistador: A senhora lembra de alguém chamado Damázio?

Entrevistada: Me “alembro”

Entrevistador: Onde que ele morava?

Entrevistada: Ele morava no Bom Retiro.

Entrevistador: Ele morava no Bom Retiro. Em que lugar, a senhora lembra?

Entrevistada: Ah, ele morava pra lá desse morro aqui, lá dentro do Bom Retiro.

Entrevistador: Ele morava dentro do Bom Retiro na encosta do morro.

Entrevistada: É, na encosta do morro.

Entrevistador: Isso. E ele era casado com alguém?

Entrevistada: Era. O nome da mulher dele era Maria? Parece que o nome da mulher dele era Maria. Não sei bem, mas parece que era.

Entrevistador: Maria, Maria, Maria.

Entrevistada: É, Maria, mas eu não sei o nome todo.

Entrevistador: Mas ele não era seu parente?

Entrevistada: Não. Era só conhecido porque ele morava lá na fazenda, né? Era conhecido.

Entrevistador: Mas a senhora sabe da onde ele veio?

Entrevistada: Ai, eu não sei mais assim.

Entrevistador: Não sabe. A senhora tem quantos filhos?

Entrevistada: Tenho. Tenho quinze filhos.

Entrevistador: Quinze filhos. Dona Lúcia… Alguns estão em Florianópolis, alguns estão aqui ainda.

Entrevistada: Alguns tão aqui, alguns morreram, né?

Entrevistador: Alguns morreram? Bastante, né?

Entrevistada: Sim.

Entrevistador: Bastante, mas tem algum aqui na Toca?

Entrevistada: Filho meu? Tem um que mora nesta casa, tem um que mora lá na Joaquina.

Entrevistador: Na Joaquina?

Entrevistada: É lá na casa da Joaquina, primeira casa que tem é filho meu. Esse aí é meu filho, aquela que tá ali é minha filha.

Entrevistador: Aham. Eu lembro dela. Eu vi na página acho que da Igreja. Tem bastante gente da Toca que vai à Igreja. Ela tava em pé junto com o padre acho.

Entrevistada: E tem outra filha, duas filhas que moram pra lá. Uma mora perto da casa da Cristina e outra mora na subida da casa da Cristina. Aqui naquela reta.

Entrevistador: Dona Isolete tem bastante filho. Mas é legal. Eu terminei mesmo. Eu queria só perguntar uma outra coisa: algum dos parentes, um dia, falou algo relacionado à escravidão.

Entrevistada: Não, nunca, nunca, nunca. As “muié” quando vem sempre perguntam e eu digo que não. Escravidão não.

Entrevistador: Não. Isso aí eu já desconfiava mesmo. Mas a senhora tem alguma hipótese pra vocês morarem aqui? Alguém deu alguma coisa? Por que vocês moram nesta região.

Entrevistada: Aqui nós moremo aqui, porque o dono desse terreno era o dono de uma madeireira

chamava João.

Entrevistador: Chamado João.

Entrevistada: João Porfírio.

Entrevistador: João Porfírio. Tá, mas os seus parentes já moravam aqui?

Entrevistada: Já moravam. Esse pedacinho aqui que era dele que ele deu pra nós morar.

Entrevistador: Ah, entendi. Esse pedacinho aqui.

Entrevistada: É esse pedacinho aqui.

Entrevistador: Mas o cemitério não tinha antigamente.

Entrevistada: Não, não tinha nada. Ali não tinha nada. Depois que botaram ali.

Entrevistador: Sim. Eu não conheço muito bem a região, mas a senhora usava algum lugar pra alguma coisa que não dá mais, não tem mais acesso? Uma cachoeira, um...

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Mas a senhora não nasceu aqui?

Entrevistada: Eu nasci aqui mesmo.

Entrevistador: Aqui neste lugar? Sim. Eu falei com a Dona Carmem também, ela falou que morava... ela é do Bom Retiro. Ela já veio pra cá muito jovem.

Entrevistada: é, muito jovem.

Entrevistador: A senhora trabalhava fora?

Entrevistada: Trabalhava.

Entrevistador: Onde?

Entrevistada: Eu trabalhava ali dentro de Paulo Lopes mesmo, ali num armazém que tem.

Entrevistador: Num armazém?

Entrevistada: É, na casa de uma mulher que ela agora já faleceu.

Entrevistador: Como é que era o nome dela?

Entrevistada: O nome dela era Olga.

Entrevistador: Dona Olga.

Entrevistada: Dona Olga.

Entrevistador: Qual era o sobrenome, a senhora lembra?

Entrevistada: Nome dela? Era Olga de Abreu Pereira.

Entrevistador: Olga de Abreu Pereira. É do seu Deca Pereira. Filha dele?

Entrevistada: É.

Entrevistador: E aí a senhora trabalhava de carteira assinada ou

Entrevistada: Não. Trabalhava assim, naqueles tempos. Agora que tem, né, que a pessoa tem. Mas naqueles tempos que a gente trabalhava eles não assinavam a carteira da gente nem nada.

Entrevistador: Aham. Sim. E aí a senhora já morava aqui e ia até lá pra...

Entrevistada: Já morava aqui e saia daqui pra trabalhar lá.

Entrevistador: Como é que era aqui? Como é que era esse lugar?

Entrevistada: A estrada? A estrada era assim, era igual, só que era mais estreitinha, não passava ônibus. Não passava nada. Só passava carro de boi e carreta mais nada.

Entrevistador: aham.

Entrevistada: Era isso. E depois que o povo foi aumentando, né? A prefeitura foi coisa, eles foram aumentando o lugar, foram fazendo casa, até o fim do morro agudo. Sabe, pega aqui sai no fim do Morro Agudo aí é tudo bom. Mas de primeiro quando a gente morava aqui isso aqui era mato, isso aqui era mato.

Entrevistador: Aham. era mato.

Entrevistada: Só ouvia passarinho cantar.

Entrevistador: E não passava ninguém nunca, né?

Entrevistada: Não passava ninguém, só a pé.

Entrevistador: Só a pé.

APÊNDICE 4 – TRANSCRIÇÃO DEPOIMENTO CRISTINA

Entrevistador: Então é assim ó. O que a senhora está respondendo é mais ou menos o que eu vou perguntar. Por isso eu já liguei. Porque é mais ou menos nesse nível. A senhora não nasceu aqui, mas casou já tem cinquenta anos. A senhora, vou perguntar a sua idade.

Entrevistada: Vou fazer cinquenta agora este ano, né, casada, né, esse ano agora que vai entrar, mas pra quem viveu quarenta e nove (Risadas).

Entrevistador: É cinquenta. (Risadas). Mas aí eu vou fazer, posso fazer mesmo, né? Primeiro eu preciso saber o seu nome.

Entrevistada: Cristina.

Entrevistador: Idade?

Entrevistada: Sessenta e quatro.

Entrevistador: Sessenta e quatro.

Entrevistada: Até natal. Natal já é 65.

Entrevistador: Cristina. É bem, bem católico isso daí. E a senhora pode falar a sua filiação, pai e mãe?

Entrevistada: O pai é Osvaldo, com muito orgulho daquele nego, como eu queria que ele estivesse no nosso meio agora. Mãe, Irani. Também muito batalhadora, muito prestadora de atenção. Ah. Uma excelente mulher, porque pra mim era uma excelente mulher porque ela morreu com noventa e um anos mas até onde eu sei e se você procurar saber, na Igreja São Francisco, ela se... se você chegasse lá e perguntasse pela... Ah, nega Nani. Não era a Nega. A nega tá aí? Ali no dono do próprio estúdio cinco minutos na Fernando Machado. Ela trabalhou quarenta anos ali. Com a Dona Tereza Egídio Rocha. Você chega lá: você conhece a Venância? Não. A nega? Ah, a nega. Que ela criou os filhos da Dona Tereza.

Entrevistador: Sim. A Dona Tereza é da… Onde que morava a Dona Tereza.

Entrevistada: A Dona Tereza era ali na Fernando Machado.

Entrevistador: A Fernando Machado ali perto da praça XV.

Entrevistada: É, Ali.

Entrevistador: Anita Garibaldi ali. Pitol Calçados, que é bem na esquina. Perto do Terminal cidade de Florianópolis ali.

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Não?

Entrevistada: Fernando Machado fica atrás do Colégio Instituto de Educação.

Entrevistador: Isso.

Entrevistada: Ali tem o berro noturno, pega aquela outra travessia onde tinha o escritório da Orcali ali atrás. Ali, a minha mãe trabalhou ali muito tempo.

Entrevistador: É uma casa antiga.

Entrevistada: Muito tempo, muito tempo. Trabalhou também com a Dona Juraci do seu Mario Linga. Que agora mora lá perto do hospital celso ramos, né? Trabalhou com várias pessoas. Trabalhou com a Dona Genésia, ali com o Dono do Hotel Oscar, o Oscar Palace Hotel, a Dona Iolanda, ela trabalhou toda a vida ali. Era uma mulher assim que ela… o meu pai morreu tinha três anos de idade, mas ela toda a vida que ela foi, ela faxineira, coisa. Ela toda a vida ela quando ia já levava ali, levava junto, porque a minha outra irmã trabalhava fora, né, dormia no serviço, na casa do seu Damião de Melo, Dona Ruth Melo. E ela sempre disse: - olha; quando ela saia ela já dizia: - nós vamos trabalhar na casa de fulano. Se chegar lá e tiver qualquer coisa, um grampo no chão, qualquer coisa. Tu não pega sem perguntar se pode pegar, porque se pegar sem ordem tu já sabe. Assim que ela educou nós. E assim que eu faço com os meus netos: - não quero que pegue sem perguntar.

Entrevistador: Deixa eu, até não é o meu. Eu estou trabalhando o negro daqui mais especificamente, mas, tem uma coisa: os seus avós nasceram no morro da caixa também?

Entrevistada: Os meus avós por parte de pai são naturais de águas mornas.

Entrevistador: Tá.

Entrevistada: A minha vó, por parte de mãe, era, a mãe sempre disse que ela nasceu ali no Rio Vermelho. É natural do Rio Vermelho, se "criou-se" ali no Estreito.

Entrevistador: Estreito?

Entrevistada: É, estreito ali no Continente.

Entrevistador: Ah, tá.

Entrevistada: E eu já nasci ali no Morro da Caixa, a minha irmã, meus três irmãos que morreram, dois rapazes e uma menina. Ali onde era a fonte da invernada. Não sei se tu lembra da fonte da Invernada. Lá em cima, não no Morro da Cruz, mais assim embaixo tinha a fonte da invernada. Ali se você perguntar pra qualquer um ali eles vão dizer.

Entrevistador: Perto do Bem Bolado?

Entrevistada: Éééé. A fonte da invernada. Lá em cima do morro da caixa. Era uma fonte. E a fonte era assim e logo assim tinha umas bananeiras bem grande, bem grande. A gente morava. A casa da mãe era ali dentro e daí eles. A gente. A turma toda se reunia e lavava roupa ali e a mãe, naquela época andava-se muito preso, muita coisa, assim solto, a mãe sempre dizia que era um perigo. Então ela chegava, na boca da noite ela fechava a casa pra atender só se alguém, né, chamasse. Moramos ali na Nova Descoberta.

Entrevistador: Onde que é a Nova Descoberta?

Entrevistada: A Nova Descoberta é ali no Morro da Caixa, mas é do lado de cá.

Entrevistador: Lado de cá é aonde? Onde fica o Bem Bolado.

Entrevistada: Como é que eu vou te dizer? Abaixo da venda do seu Pedro, quando a gente desce de lá de cima tem a venda do seu Pedro. Tem a Igreja, tem a venda do seu Pedro, desce, logo assim mais embaixo tinha uma outra venda, que tinha uma entrada assim pra cima. Ali é uma escadaria.

Entrevistador: Eu tenho um pouco de dúvida. O morro da caixa é aquele que fica atrás da Escola Técnica.

Entrevistada: É. A General Vieira da Rosa. Não. A Escola Técnica lá é o, não é a Mariquinha.

Entrevistador: É outro, né?

Entrevistada: O Morro do Céu? Não, o morro do céu é mais pra lá.

Entrevistador: Esse morro que a senhora tá falando é ali atrás do beira mar shopping. Ali é o Morro da Caixa ...

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Onde que fica o morro da caixa?

Entrevistada: Ah, como é que eu vou te explicar pra ti. Não tem a antiga LBA?

Entrevistador: Legião da Boa Vontade? Lá atrás do McDonald´s hoje?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Não? LBA?

Entrevistada: O cartório do seu Hipólito Pereira, se conhecesse. Não, não conhecesse. Como é que eu vou te explicar? Ah, tem a cantina, o quartel, o Hospital da Polícia. Tá, mas aí o Hospital da Polícia vai pra lá e o Morro da Caixa acaba aqui. Tem uma padaria antes de chegar o, aqui tem uma rua, ali é o morro da Caixa e aqui é o da polícia.

Entrevistador: Mas o morro da Caixa. Então, aqui então tá o Mocotó e ele vem pelo outro lado. O Morro da caixa viria pelo morro da polícia pelo outro lado. Mocotó é o .. e o Morro da Caixa ..

Entrevistada: O Mocotó é ali na Prainha. A Mariquinha é ao lado do Hospital de Caridade.

Entrevistador: Tá.

Entrevistada: Aí passa, pra depois vir o ...

Entrevistador: É o mesmo morro praticamente.

Entrevistada: É quase ali, mas a rapaziada cruza de um lado pro outro por ali é bem coisa. Então assim ó, era um lugar que a gente. Eu, pelo menos sempre disse: ali eu nasci, ali eu me criei, ali eu não vou morrer sem morrer lá porque ali ficou meu "imbigo". Ali que é meu lugar. E eu não escondo de ninguém porque não é porque agora tá o morro alvoraçado que eu vou esconder dos outros. Eu sempre disse. Aqui as gurias assim, as vezes até um prefeito diz "Ai Cristina", mas eu nunca vi, ela chegou, o bafão tá pronto. Nega da Caixa é assim, nós somos tudo assim.

Entrevistador: (risadas). Eu vou trazer um pouco pra cá agora. A senhora casou muito cedo também. Então a senhora já lembra daqui há muitos anos...

Entrevistada: Já, algumas coisas que a minha sogra falava.

Entrevistador: Eu vou pedir pra senhora me contar o que a senhora sabe da história da cidade, daqui de Paulo Lopes.

Entrevistada: Olha, o que eu sei, em Paulo Lopes não, tem o nome de Paulo Lopes por causa de um Senhor que o nome era Paulo Lopes Falcão. Então botaram esse nome no nosso lugar. E aqui da Santa Cruz, isso aqui agora pode dizer que tá uma cidade. Porque ela era mato. Era um trilhozinho que só passava carro de boi, não tinha luz. E, como se fosse uma cabana, tu passava assim por debaixo. O mato do lado do outro fazia… a gente passava por debaixo. E era muito feio de se passar porque era sempre com lanterna, com coisa, com isso e com aquilo.

Entrevistador: Sim

Entrevistada: Depois com o tempo é que foram arrumando e foram fazendo, foram desmatando, foram passando o carro porque até aí o pessoal como diz o ditado (Não identificado). Eu quando casei, depois eu vim até na família do meu marido, a minha sogra era de uma. hmmmm, meu Deus, ela se sentiu lá embaixo porque ela disse assim: ah, o Mauro trouxe a menina e daí como é. Vai fulano, na casa do fulano ver se tem uma xícara pra arrumar pra mim dá café pra ela. Porque antes era aquelas latinhas de leite condensado, né, a gente abria, lavava bem, né, amassava e era canequinha. E ela se sentiu mal porque ela achava que de certo eu era alguma ricaça, né? Aí eu fiquei olhando, aí quando as crianças dela iam saindo pra ir eu fiz todo mundo voltar. Volto. Parece até que eu já mandava na família. Volto. Aqui somos todo mundo iguais. Vamos tomar café. Onde um toma café o outro toma. Na minha casa eu também sou pobre, né? E aí que a minha sogra começou assim a, e ela achou assim, pô, eu fazia uma ideia dela e é outra, né? Eu achei que eu ia passar vergonha, achei que isso que aquilo, mas não é. Ela até que ela é legal. Ela achou, né, até que eu era legal porque eu não rejeitei nada, não tinha o que rejeitar, pois nós era pobre também.

Entrevistador: Sim.

Entrevistada: Eu esqueci. Será que eu ia esquecer que eu morei numa casa daquelas de bambu trançada?

Entrevistador: A senhora chegou a morar uma casa dessas?

Entrevistada: Cheguei morar. Que o fogão era de gancho que a mãe tinha.

Entrevistador: Isso lá na Caixa.

Entrevistada: É, lá na Caixa. Será que eu esqueci disso tudo? Só porque eu tinha um pouquinho? A mãe trabalhava, então comprava uma caneca, comprava uma outra coisa, né? Eu ia rejeitar os outros? Somos todos humanos, né? Então assim, fui na casa também da vó do meu marido. Aqui, a falecida Avelina.

Entrevistador: Avelina é a mãe, a vó da Joaquina.

Entrevistada: É, ela é vó do meu marido. É vó dela e também é vó do meu marido. Eles são primo irmãos.

Entrevistador: Eu falei com a Dona Carmem já, com a Dona Isolete, falei com a Dona Joaquina, estou falando com a senhora e quero ver se falo com um homem.

Entrevistada: Ela pegou, ela pegou. Quando eu cheguei lá. Porque ela era bugra, né?

Entrevistador: Como assim, bugra? A senhora chegou a conhecer.

Entrevistada: Cheguei. Ela era bugra.

Entrevistador: A senhora pode descrever ela pra mim?

Entrevistada: A vó da Joaquina, ela era bugra. Ela não era morena. Ela uma coisa assim, bronzeada assim, sabe. Aqueles cabelos bem… Os cabelo dela vinham até assim. Linda. Olha, quando eu cheguei a primeira vez na casa dela, eu… porque ela fazia assim ó, o fogo, ela não botava a lenha assim pra dentro que nem nós. Ela fazia assim, ela pegava com a mão a brasa chegava pra dentro e fazia assim ó.

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Eu peguei e disse assim, pela primeira vez quando eu vi: - ô, Dindinha. Olha só, coitada, ela vai queimar as mãos. Ele disse, não, minha filha, não te preocupa que a vó Avelina é bugra, a vó Avelina já tá acostumada, a vó Avelina não vai queimar as mãos. Depois eu ainda fui assim ver as mãozinhas dela pra ver se tava queimada. Sabe? Muito, muito, muito. Era uma bugra muito bonita

Entrevistador: Mas o que que é bugra?

Entrevistada: É. Ela não é índia.

Entrevistador: aham.

Entrevistada: Mas era bugre. Uma mistura assim como se fosse índio, mas só que o índio é moreno e eles não.

Entrevistador: Ela era branca?

Entrevistada: Era um… não era um branco total, mas ela era branca.

Entrevistador: Ela era branca.

Entrevistada: Tanto que o meu neto ali que eu criei, ele tem, o maiorzinho dele é pretinho. E assim moreninho e o menino dele saiu assim bem claro. Então eu digo assim: o meu branco da minha avó, puxou a vovó avelina, meu branco da minha avó. Eu só chamo ele de branco da minha avó.

Entrevistador: Entendi. Na verdade, ela era mulata.

Entrevistada: É, mas é um mulato assim branco.

Entrevistador: Entendi. Ela tinha a pele mais clara, mas ela tinha um cabelo...

Entrevistada: O cabelo dela era assim bem escorrido, é um cabelo escorrido, liso. Um cabelo escorrido, sabe? Um cabelo escorrido. O cabelo dela era lindo, gente. Quando ela fazia assim uma trança, aquela trança vinha aqui assim, era lindo, lindo, lindo o cabelo dela.

Entrevistador: Mas o marido, ela, quando a senhora chegou aqui o marido tinha falecido.

Entrevistada: Sim. Já.

Entrevistador: Ele era negro?

Entrevistada: Ele era negro e ela era bem clara.

Entrevistador: A senhora não está dizendo que ela não fosse negra

Entrevistada: Ela era negra. Também conheci a falecida, Ia, irmã da Joaquina. A mãe da Deolinda.

Entrevistador: A Ia era irmã do primeiro casamento da mãe da Dona Joaquina.

Entrevistada: É. Isso. Também conheci. Também cheguei nessa família também cheguei a conhecer. Era uma ótima pessoa. Conheci a Dona Di que era Tia Di que eles chamam. Também que morava ali naquela casinha, onde tão fazendo uma casinha de madeira agora. Ali, quem morava era a falecida Di, mãe do Padre Cícero.

Entrevistador: O Padre Cícero é o morador da Toca que virou padre.

Entrevistada: É, morador da Toca, virou padre.

Entrevistador: Sim. Deixe eu só, eu acho que a senhora vai respondendo quase tudo que eu vou perguntando, pode ir falando. É, e aí, o que que faz. A senhora falou vários parentes aqui, o que eles faziam mais naquela época? Eles plantavam? O que que eles faziam?

Entrevistada: Naquela época eles plantavam, eles plantavam. E eles perderam muita terra por causa assim ó. Eles plantavam, depois aí com o tempo já tavam velho, aí já iam ficando, né, mais… não podia tanto plantar. E então aparecia, né? O Seu Júlio, o Santos, vários. Aí o que fazia: um pedacinho de terra por tanto de farinha, e aí os coitados dos pais venderam. Mas o falecido Otávio também era bem trabalhador.

Entrevistador: Quem era Otávio? Quem que era?

Entrevistada: O Otávio é o Pai do Teco.

Entrevistador: Pai do Neco é o marido da ...

Entrevistada: Da Joaquina. Ah, eu acho que a Ioná conheceu a falecida Joana.

Entrevistador: A Joana daqui, não aquela mais da frente.

Entrevistada: A Joana daqui da Toca que é mãe da Jussara. Que tem uma menina. Ela foi trabalhar lá embaixo.

Entrevistador: Joana, Joana… qual que é o sobrenome?

Entrevistada: É Marcelino, porque se é lá da Joaquina é tudo Marcelino.

Entrevistador: E o que que faz? Existem parentes fora daqui? Do seu marido, especificamente. Seu também.

Entrevistada: Tem a Jussimara

Entrevistador: Mas onde que eles moram?

Entrevistada: A Jussimara mora no Morro do Mocotó. Aí tem o Zé, o Zezão que eles chamam Zé.

Entrevistador: É daqui?

Entrevistada: É daqui.

Entrevistador: Tem um pedaço da Toca lá em Florianópolis.

Entrevistada: Até a Jussimara da falecida Joana que eu te digo pra ti que é aí da Joaquina. Tem uma porção.

Entrevistador: E tem outros lugares?

Entrevistada: Muitas já casaram e estão morando mais arretirado, mas tem, tem. Nós temos gente da nossa comunidade aqui lá embaixo morando.

Entrevistador: É, e onde começa e onde termina a Toca? Que que faz divisa?

Entrevistada: A divisa da Toca começa lá embaixo.

Entrevistador: Lá embaixo onde?

Entrevistada: Ali na entrada do Cemitério.

Entrevistador: Tá.

Entrevistada: E termina mais lá na frente. Mas aí quando venderam as terras, aí a gente, né,

comprou lá, ela acaba ali na frente, por causa que foi vendido terras, mas a Toca mesmo termina mais pra frente. E o Morro em cima que pegava toda a Toca. E pra cá aí tem aquela estradinha ali que mora o pessoal lá em cima, que mora o compadre Raimundo, mora a Jude, filha do Irê, que é Tio da Joaquina, né, aí tem um pasto que vai até o rio que tem.

Entrevistador: Eu quero conhecer o rio, eu quero conhecer, eu não conheço o rio ainda não. É, agora é um pouco de território e um pouco de propriedade, tá? É, alguma casa de vocês tem escritura pública?

Entrevistada: Não. Não.

Entrevistador: E como é que faz quando falece alguém?

Entrevistada: Quando falece alguém a gente vai no cartório, né, tem o óbito, tem tudo e a gente vai lá vê e o escrivão vem faz o atestado, a coisa pra enterrar e a gente vela ali no cemitério. Quem tem vela lá, quem não tem vela em casa.

Entrevistador: Aham. Eu digo, eu digo. Essa parte até que é legal. A senhora até foi além, mas eu pergunto quando falece alguém na terra. Como é que, tá, essa terra era minha que nem a senhora falou ali. Como é que fica isso, como é que rola isso? É possível?

Entrevistada: Não. Porque aqui é um território Quilombola. A terra são do pessoal todos.

Entrevistador: Tá.

Entrevistada: Entendes?

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Então morreu, mas, outra pessoa da família ou, né, que são de todos os quilombolas. Eu não posso dizer pra ti: - ah, isso aqui só é meu. Isso aqui agora é só deles. Não. A terra é de todos os Quilombolas. Tanto que a família vai crescendo, vão pegando, fazendo as suas casas, entendes? Não tem essa coisa.

Entrevistador: Sim, sim, sim. Tá ótimo. Eu já perguntei se tinha um pedaço da Toca em Florianópolis. A senhora já falou que sim, né? E aí eu pergunto: como essas pessoas saíram daqui e foram parar lá?

Entrevistada: Por causa do serviço.

Entrevistador: Por causa do serviço?

Entrevistada: Por causa do serviço. Que é muito ruim de serviço.

Entrevistador: Paulo Lopes?

Entrevistada: Por causa de serviço.

Entrevistador: Eu vou fazer outra pergunta: ainda é Toca?

Entrevistada: Agora é rua Manoel Felipe, Bairro Santa Cruz. Bairro Santa Cruz, Município Paulo Lopes. Aí vai Toca Santa Cruz.

Entrevistador: Toca Santa Cruz. Tá. Por quê, Toca?

Entrevistada: Por causa dessa coisa que eu te disse aqui. Aqui que era que nem uma Toca.

Entrevistador: (risadas) Era que nem mesmo?

Entrevistada: Era que nem uma Toca porque mato de um lado, mato do outro, tu tinha que passar por debaixo. A Santa Cruz é uma cruz que tem lá em cima, no alto do Morro Agudo. Tem uma cruz lá em cima quando você passa …

Entrevistador: Mas o Morro Agudo não é pra lá?

Entrevistada: Ãh?

Entrevistador: O Morro agudo não é pra lá?

Entrevistada: É pro lado aqui.

Entrevistador: É o mesmo morro.

Entrevistada: É. E aí tinha uma cruz que até a pouco tempo quando chegava a noite ele, não sei se era alguém de lá que ficou encarregado a ligar, ou se já a cooperativa ligava "dereto". Ficava toda iluminada, era a coisa mais linda. Mas o Prefeito entrou e tirou a luz porque acha que não tinha precisão.

Entrevistador: É, e quem foi que mudou o nome pra Santa Cruz?

Entrevistada: Olha, isso aí foi os outros prefeitos antigos que entraram, que resolveram dar um nome mais coisa, aí botaram a rua Manoel Felipe, bairro Santa Cruz.

Entrevistador: Mas faz muito tempo?

Entrevistada: Ah, já … faz o quê? Eu acho que uns quinze anos que mudaram, eu acho. Mais ou menos isso, né? Que botaram um nome mais direitinho porque ...

Entrevistador: Eles vieram aqui falaram que não ia ser mais ...

Entrevistada: Não, aí eles já fizeram. Pelo que eu sei que lá entre eles fizeram. E disseram os pretinhos tão tudo lá. E eles já, agora, onde é que tu mora: - Toca. Toca, vamos dar um nome mais bonitinho pra ...

Entrevistador: (Risadas). Então quer dizer que a Prefeitura mesmo resolveu. E nunca veio um documento: uma conta de luz com o nome "Toca", uma conta de água. Assim, falando que era Toca?

Entrevistada: Não, só Santa Cruz. Que naquela época nem tinha talão, nem tinha luz.

Entrevistador: (Risadas) É. E aí eu queria que a senhora tentasse lembrar um pouco das famílias que estavam por aqui. Por exemplo, algumas pessoas falaram que tinha coronel. A Senhora chegou a conhecer alguma coisa?

Entrevistada: O Coronel Pindá.

Entrevistador: A senhora podia falar um pouco?

Entrevistada: Tinha o Coronel Pindá. Aquela, o Tataravô ali do seu Nelo, que era Dono dessa terra que deixou pros escravos. Eu sabia o nome dele, era um nome tão engraçado. É, eu não lembro o nome dele, mas eu sei do Coronel Pindá. Tinha o Pai do Prefeito também, do Alfredo, até que tem casa ali embaixo. Também, que aquilo ali, ali morava era negros, não era negros.

Entrevistador: Quem, onde?

Entrevistada: Daqui pra… dali da boca da estrada pra lá, tem o supermercado, depois tem uma venda, mas é no lado de cá, na mão do supermercado. Aqui pra lá mão direita. Ali, ali, você entra assim. Eles botaram assim ó: Sítio do Tio Dequinha.

Entrevistador: Sei onde é?

Entrevistada: Ali morava era negro.

Entrevistador: Ali morava negro.

Entrevistada: O pai do seu Dequinha, o Alfredo, é que chegou expulsando os negros porque dizia que aquilo ali era deles.

Entrevistador: A senhora chegou a conhecer algum negro morando lá, não?

Entrevistada: Mais pra cá morava a Tia Carminha.

Entrevistador: Tia Carminha quem que é?

Entrevistada: Tia Carminha, mãe do Xodô.

Entrevistador: Xodô?

Entrevistada: É parente da Joaquina, primo da Joaquina, primo do meu marido.

Entrevistador: Tá. E ali no lado do cemitério tem uma, tinha uma estrutura.

Entrevistada: Tinha uma cadeia.

Entrevistador: Isso.

Entrevistada: Ao lado da cadeia, minha sogra morava parede e meia com a cadeia.

Entrevistador: Isso, isso. A senhora chegou a pegar?

Entrevistada: A cadeia, cheguei.

Entrevistador: Mas era uma cadeia, prendia o quê lá dentro?

Entrevistada: Não adiantava prender porque eles prendiam as pessoas, né, quando era preciso e a minha sogra sempre dizia que quando a polícia saia, assim, que comida era muito pouco já, né? Aí a minha sogra disse que passava muito. Saia da porta dela que era parede e meia, entrava, ia lá e levava comida direitinho pra eles comer mesmo não sendo parente. Aí a polícia pensava que eles tavam morrendo de fome, castigo, né? E quando acaba eles tavam com a barriga bem cheia porque a minha sogra repartia e dava.

Entrevistador: Sim. E a senhora pode falar um pouco de Bom Retiro? Tinha negro lá, né?

Entrevistada: Tinha. O meu sogro e a minha sogra também moraram lá. Lá em cima tem um morro que é o Morro do Alipo. Botaram.

Entrevistador: Morro do Olipio?

Entrevistada: É morro do Olipio.

Entrevistador: Que que é isso?

Entrevistada: É porque Olipio era o nome do meu sogro. E ninguém tinha coragem de morar lá em cima naquele morro. Nem no morro do Lipio, nem no morro...

Entrevistador: O morro é aqui ou ...

Entrevistada: Mais pra lá. E no Morro da Figueira. Porque era só um lugar muito fechado, só tinha, de noite só dava, só tinha. Mesmo de dia você só via mato e bicho, e meu sogro morou lá assim com os filhos.

Entrevistador: E a senhora chegou a ir a algum baile pra lá?

Entrevistada: Não, baile não. Mas eu sempre visitar eles quando eles moravam pra lá.

Entrevistador: E tinha mais algum parente pra lá?

Entrevistada: Não.

Entrevistador: Não. A senhora tá mais recente também.

Entrevistada: Só ele mesmo. A venda mais perto de lá era aqui em Paulo Lopes. As crianças saiam cedo pra comprar alguma coisa, pra voltar essa horinha assim da tarde, mais tarde. Aí ele vinha pra venda, que ele bebia muito. Dizia assim: Aidê, eu vô na venda. Quando, se chegasse aqui e dissesse assim: ô seu Alipo, eu tenho um serviço, mas é em tal lugar. Ah, vamo lá meu filho. Aí ele já se sumia. Aí a Dona Aidê sentia falta, andava atrás dele, andava atrás dele. Aí, vinha aqui em Paulo Lopes. Oh, o teu pai foi trabalhar lá não sei aonde, minha filha. Era assim. Lá, ficava uns meses lá, depois pelas tantas vinha ele.

Entrevistador: A senhora tava falando no começo do seu morro lá. E falou algumas coisas de

vantagens. A senhora pode falar por que que o morro da caixa é legal, assim?

Entrevistada: Ai, porque eu me sinto orgulhosa de ser orgulhosa de ser de lá. Eu me sinto orgulhosa. Eu adoro o meu lugar. Eu nunca, jamais eu desprezarei aquele morro. Aquele Morro pra mim ele é tudo.

Entrevistador: Sim. A senhora falou que ele ficava próximo do ..

Entrevistada: do Instituto. Fica pra lá do Instituto Estadual de educação, fica perto da antiga LBA. Perto da cantina do Hospital da Polícia Militar. Eu adoro, gente. Eu, eu, não sei, se eu pudesse assim. Se dissessem assim: tem uma casa lá, tu ques ir pra lá? Eu não pensava duas vezes. Eu amo aquele morro.

Entrevistador: A senhora falou que era perto do centro, a senhora lembra? A senhora tava comentando comigo. É que bairro ali?

Entrevistada: É perto do centro, ali atrás do hospital do câncer ali atrás. Era perto pra gente ir no Hospital Infantil que antes o Hospital Infantil era ali ao lado da Maternidade "Carmelha Dutra". Ah, era perto pra visitar uma pessoa no Hospital Celso Ramos, que antes era, não era Celso ramos, era. Como é? Como é que davam antes? Não, Governador acho que não. Vamos ver agora. O nome que eles davam pro Hospital Celso Ramos. Era perto de tudo. A rodoviária ali, a Mauro Ramos, era perto de tudo. A gente. Não tem nem explicação. Perto também da escolinha industrial que a Copa Lord fazia a sua, como diz o ditado, seus ensaios.

Entrevistador: Aham. E a senhora tava falando que aqui é longe. Longe do quê?

Entrevistada: E é longe.

Entrevistador: Longe do quê?

Entrevistada: É longe do centro. É longe do Hospital. É longe de tudo que possa ter direito. Porque se você não tiver um dinheiro pruma passagem você não sai.

Entrevistador: Tá nove reais a passagem.

Entrevistada: Não, nove não, tá mais.

Entrevistador: Eu paguei quinze.

Entrevistada: ah. Pagasse do centro aqui quinze.

Entrevistador: Não, paguei do Kobrasol.

Entrevistada: Ah, pois é, tá dezenove, vinte, por aí assim. Aí tá sim. Então tu acha que… ela já paga a passagem. Uma pessoa vai sair daqui com os filhos, imagina agora na época do Natal pra ir lá embaixo comprar alguma coisa pras crianças.

Entrevistador: Aham.

Entrevistada: Às vezes tu sai com, com, com duas, três crianças e a tua passagem, quanto é que

tu não vai pagar. O dinheiro que tu vai pagar de passagem é o dinheiro que tu já fica no local e já compra uma coisinha mais ou menos, mas compra.

Entrevistador: A minha entrevista acabou.

APÊNDICE 5 – TRANSCRIÇÃO DEPOIMENTO SEU MAURO

Esposa: Ele quer saber como é que é a coisa assim de ser quilombola. Se tu se acha quilombola por… pelo que tu vive, pelo território que é de vocês, pelo território que era de escravo, né? Era de escravo, então ficou pra vocês, pra família de vocês. Então ele quer saber como é que tu te acha nisso.

Entrevistador: O senhor não precisa ficar nervoso não. Eu também não vou ficar pressionando muito. O senhor fala o que o senhor quiser e aos poucos. Como é que funciona o meu processo: o senhor fala um pouco, eu escuto, gravo, depois eu pego o que o senhor falar e tento trabalhar isso com a história de Paulo Lopes e aquilo que eu tenho de história.

Esposa: Ô, Mauro, fala pra ele que tu chegou a conhecer seu avô, né? Então fala pra ele como era o teu avô, porque o teu avô eu não peguei. Eu peguei foi a tua avó.

Entrevistado: O meu avô, a minha vó era mais clara um pouco que o meu avô.

Entrevistador: Aham. Era mais clara um pouco.

Entrevistado: A minha vó era branca.

Entrevistador: Era branca?

Entrevistado: Igual ela falou ali. O meu avô já era mais moreninho.

Entrevistador: Mais moreninho? Tá, eu vou fazer as perguntas e o senhor vai falando o que o senhor quiser, tá? Não tem problema não. Primeiro o senhor pode falar o seu nome e a sua idade.

Entrevistado: É Mauro.

Entrevistador: É. Qual a sua idade?

Entrevistado: A minha idade é setenta e oito. Até fevereiro.

Entrevistador: Até fevereiro? Que bom. Que bom. E o senhor lembra do seu pai e da sua mãe direitinho? Dos seus avós ...

Entrevistado: Lembro, lembro.

Entrevistador: O senhor pode falar um pouquinho deles pra mim?

Entrevistado: O meu pai era assim, uma coisa que ele deixou pra mim foi o estudo. Ele hoje trabalhava aqui amanhã ele já tava lá na frente, depois de amanhã ele já tava lá não sei aonde, depois de amanhã ele já tava lá na Penha.

Esposa: O pai dele era de Imaruim de Laguna, sabes?

Entrevistado: Meu pai era de Imaruim de Laguna, inclusive ele tem até terreno lá pra ...

Entrevistador: Sim. O seu pai é de Imaruim? De que região de Imaruim?

Entrevistado: No Rio das Garças.

Entrevistador: Como é que é?

Entrevistado: No Rio das Garças.

Entrevistador: Ah, no Rio das Garças. Ah, tá. A minha família é dali também, seu Mauro. A minha família é dali do território onde hoje é pescaria Brava, que é um quilombo que tem ali também. que é uma cidade.

Esposa: Aonde?

Entrevistador: Pescaria Brava.

Esposa: Ali no Rio das Garças, ali?

Entrevistador: Ali no, a senhora sabe, ali tem a cabeçuda. A minha família é da Estiva dos Pregos. Da minha mãe. Estiva dos Pregos do lado da Cabeçuda. Que são esses dois quilombos que tem ali.

Entrevistado: Lá na minha tia em Criciúma.

Esposa: Nós temos que ir em Criciúma porque lá tem a parentagem dele pra gente arrumar o coisa dos terrenos, pra sair a divisão dos terrenos.

Entrevistado: E aquela praia tu passou lá por perto mesmo.

Esposa: Aquela praia muito bonita que nós olhamos?

Entrevistado: É. (risadas)

Entrevistador: Qual que era a praia?

Entrevistado: Praia Brava de Laguna.

Entrevistador: Praia Brava de Laguna?

Entrevistado: É.

Entrevistador: Ah, sim. É lindo ali, lindo ali. Eu queria que o senhor me contasse um pouco da história de Paulo Lopes.

Entrevistado: Eu nasci ali aonde é que a minha prima mora.

Entrevistador: A Joaquina.

Entrevistado: A Joaquina. O chão da casa da minha vó era assim (mostra o chão batido)

Entrevistador: Sim. Era areia. Chão batido.

Entrevistado: É. E a casa da Dona Di, era casa de bambu trançado.

Entrevistador: Bambu traçado? Com barro.

Entrevistado: É. Com barro. Tanto que quando tinha um buraco na parede, nós pegava um bocado de barro, desse mais liguento. Na vó tinha um buraquinho pra tapar fazia, pegava e tacava.

Entrevistador: O barro. Que legal, né? Era diferente.

Entrevistado: É.

Entrevistador: Mas o senhor falou da sua vó que ela era branca. Ela era branca mesmo?

Entrevistado: É, a minha vó era branca.

Entrevistador: Aham. Ela era. E o senhor lembra dos pais dela?

Entrevistado: Não, dos pais dela não lembro.

Entrevistador: Ela era branca ou ela era mulata, clara ...

Entrevistado: Ela mais mulato que tu, é mais misturada um pouquinho.

Entrevistador: E o que que ela fazia, o que que o seu avô fazia? O seu avô plantava?

Entrevistado: O meu avô plantava, depois o meu tio plantava.

Entrevistador: E aí, o senhor tinha quantos tios?

Esposa: Ãh?

Entrevistador: Quantos tios ele tinha? Ele lembra?

Esposa: O avô dele?

Entrevistador: Não, o avô dele tinha quantos filhos?

Esposa: O tidê, o tizé, o lício, o

Entrevistado: O tio tidê, o tizé, o meu padrinho Tio Bagal

Esposa: Tidê, Tizé, Tio Bagal, Tilão.

Entrevistado: E só

Esposa: Aí tinha as filha mulher.

Entrevistado: É.

Esposa: Aí tinha a Ia, a Dona Adelaide … e a?

Entrevistador: E só.

Esposa: Não tinha nenhum morto?

Entrevistado: Não.

Esposa: Será que não tás enganado?

Entrevistado: A tia Rosa.

Esposa: Ah, a Tia Rosa. (risada) Viu? Mas tem mais algum.

Entrevistado: Tia Rosa.

Entrevistador: E aí o senhor, o que mais o senhor lembra da história de Paulo Lopes. Assim não só do território aqui, mas de outros lugares. Depois a gente vai falar um pouco sobre a história da Toca. O senhor lembra como funcionava lá? Como que as pessoas trabalhavam? Tinha alguma família importante?

Entrevistado: Ah, trabalhava por aqui mesmo. É aqui onde. Plantava aí. Aqui era Mato. O Caminho era um caminhozinho, só passava um caseiro e um carro de boi. Aqui tinha lugar que é cercado de mato, muito mato. Tinha que passar de noite de lanterna. Agora não, agora melhorou.

Entrevistador: Melhorou?

Entrevistado: De uns tempos pra cá fizeram estrada, passa ônibus, sai lá em cima no Morro Agudo por aqui.

Entrevistador: Aham. Legal.

Entrevistado: Antigamente não tinha nada disso.

Entrevistador: E o senhor chegou a ir pro Bom Retiro?

Entrevistado: O Bom Retiro eu cheguei. Até o final do Bom Retiro, até passei.

Entrevistador: Aham. E o senhor tinha parente pra lá?

Entrevistado: Parente pra lá não. Aqui no Bom Retiro, na entrada do Bom Retiro tinha uma fazenda aí que dava arroz que ali morreu um bocado de gente no tempo dos escravos.

Entrevistador: Mas o senhor chegou a conhecer um senhor chamado Damázio?

Entrevistado: Conheci.

Entrevistador: Conheceu? E o senhor pode me falar um pouquinho dele?

Esposa: Tio Damázio, pai do Toninho.

Entrevistado: É, Pai do Toninho.

Entrevistador: E ele fazia o quê lá?

Entrevistado: Ah, ele era, ele era do tempo dos escravos fazia.

Entrevistador: Aham. Eu não entendi muito bem, o senhor pode repetir? Ele era do tempo dos escravos?

Entrevistado: Era. Ele fazia o que era mandado.

Entrevistador: Aham. Sim. Mas ele era daqui.

Entrevistado: Ele era daqui, natural daqui, lá do Bom Retiro.

Entrevistador: E tinha algum parente seu que morava perto dele?

Entrevistado: Não. Nós morava praqui.

Entrevistador: Mas tinha alguma roça de vocês pra lá praquela região?

Entrevistado: Não tinha roça, mas tinha, ele tinha plantação laranja.

Entrevistador: (Risadas). Que bom.

Entrevistado: Nós ia pra lá, fim de semana nós ia pra lá.

Entrevistador: Que bom. E como é que vocês iam?

Entrevistado: Sai de pé aqui pelo morro, tinha um caminho, tinha um caminho, era um caminho mas aí já saia lá na casa dele.

Entrevistador: E ele morava perto do morro? Ou ele morava mais pra dentro?

Entrevistado: Não, morava não. Hoje é parte da tal Pedra Nogueira e pedra não tem. Um pouco da casa também tem pedra. E madeira da casa.

Entrevistador: A madeira da casa? Sim. Ele usava tronco de madeira pra construir a casa dele.

Entrevistado: Exatamente.

Entrevistador: Olha que legal. E o senhor subia aqui pela trilha.

Entrevistado: É, não.

Esposa: Conta pra ele do morro da Figueira que vocês moravam.

Entrevistado: Ah, o pai morou lá no morro da figueira. Aquele ali, a coisa fica feia hoje, quando completei até a minha idade pra mim sair fora da casa. É porque chegava noite e dia, era mato. Bicho.

Entrevistador: Era perigoso. Mata bem fechada?

Entrevistado: Era bem perigoso. E a mãe muito medrosa, às vezes, era de noite, às vezes de noite um bicho batia na parede da casa, aí a minha mãe dizia: oh, rapaz, tem gente batendo na porta. - Não, mãe. Que o meu pai foi pra bailão. Papai descia de lá, vinha pra Paulo Lopes. Aí chegavam: - O Olipio. Tem um serviço lá, lá em Imaruim de Laguna.

Entrevistador: Sim. Ele ia.

Entrevistado: É. Ah, falta, falta alguém lá, o negão já vai entrar.

Entrevistador: Ele trabalhava bastante.

Entrevistado: E lá no Maciambú tinha um morro chamado de Olipio.

Entrevistador: Morro do Olipio.

Entrevistado: É. Lá, aquele lá é mais feio. Lá é mais feio.

Entrevistador: Vocês foram morar lá? Morro do Olipio.

Esposa: O Mauro, ali no Bom Retiro tem aquele, aquele outro Morro que vocês moraram. Como é?

Entrevistado: Morro da Figueira.

Esposa: O Morro da Figueira e outro ...

Entrevistador: O Morro da Figueira é onde?

Esposa: É lá pra dentro.

Entrevistado: Ah, só de carro. Ah, pra ir só de carro.

Entrevistador: É Serra de Tabuleiro.

Esposa: É quase assim.

Entrevistado: É quase. Não, pra Serra do Tabuleiro, fica lá, no Morro do ali, o morro lá, quem vai lá na Brasil Pinho. A base do Morro do Maciambu.

Entrevistador: A base do morro do Maciambu é a Serra do Tabuleiro.

Entrevistado: É ali.

Entrevistador: Tá, mas o Morro do Alípio é a Serra do Tabuleiro?

Esposa: Não, a Serra do Tabuleiro é pra lá. Aqui é o Morro do Olipio.

Entrevistado: A Serra do Tabuleiro, quem vai pra, bem dizer pra Santo Amaro.

Entrevistador: Isso.

Esposa: Ah, pois é, e o Morro do Olipio é dentro de Paulo Lopes.

Entrevistado: É, bem pra cá.

Entrevistador: É mais pro interior, tipo, indo em direção a São Bonifácio?

Entrevistado: Já trabalhei lá, na Serra do Tabuleiro. Trabalhei de tirar madeira. Podia tirar. Agora que não.

Entrevistador: Não entendo?

Entrevistado: O serviço do meu pai era isso aí,

Entrevistador: O serviço do seu pai é extração de madeira.

Entrevistado: Meu pai é madeira.

Entrevistador: Sim. Sim.

Entrevistado: Só tinha um serrote grande lá. Ah, filho, agora chegou a motosserra um puxava de lá outro de cá, um puxava lá outro de cá, e derrubava o tronco de madeira. Tinha que ser no machado. Chegava a noite cansado. Chegava a noite a minha, às vezes, a mão da gente chegava, tinha calo.

Entrevistador: Aham. Cheio de calo a mão. Eu imagino. E o senhor trabalhou muito tempo com isso?

Entrevistado: ô, trabalhei

Entrevistador: Aham. E o seu pai também. O senhor saia com o seu pai pra trabalhar.

Entrevistado: Trabalhei até. Puta merda eu não lembro.

Entrevistador: Era menino?

Entrevistado: Aí depois caiu um galho de árvore na minha cabeça, eu desmaiei, aí a minha tia. A minha tia me levou lá pra casa dela, lá pro Morro do Mocotó. Aí de lá eu não quis saber.

Entrevistador: Mas daí vocês voltaram pra cá no fim das contas.

Entrevistado: Aí comecei a conhecer ela, aí a mais cedo nós teve filho.

Entrevistador: Aí casou, teve filho, aí veio pra cá. Aí voltou. Da onde vem a sua família é daqui mesmo. Tem algum parente de outro lugar?

Entrevistado: Lá. Ela disse. Lá eu tenho um primo chamado de Zé.

Entrevistador: Zé, onde que mora o Zé.

Entrevistado: Tem, lá no Morro do Mocotó.

Entrevistador: Tá a sua tia, é a Tia Rosa que morava no Morro do Mocotó.

Esposa: A Joana, a Neném, a Cláudia

Entrevistado: O Antônio.

Esposa: O Antônio, A lucinha.

Entrevistado: O Nilto.

Esposa: A família do compadre Nilton. Tudo é seu parente.

Entrevistador: Tudo é seu parente. E eles moram tudo no Mocotó?

Entrevistado: Aqui da Toca tudo é meu parente. A maioria.

Esposa: A Tia Tereza.

Entrevistador: Mas vocês também tem parente em Criciúma e tem algum outro lugar.

Esposa: Ele tem parente em Laguna, em Criciúma e, eu tenho lá pra Águas Mornas, Santo Amaro, Morro da Caixa que a gente tem prima, primo lá.

Entrevistador: É, o senhor já falou, o senhor tá mais em casa, mas onde começa e onde termina a Toca? Pelas suas andanças.

Entrevistado: A Toca aqui, aí daquele engenho pra lá, ela, ela vai do falecido Otávio até lá na frente.

Entrevistador: Falecido Otávio?

Entrevistado: É.

Esposa: Sogro da Joaquina.

Entrevistador: Sogro da Joaquina. Onde hoje é o engenho ele tinha um terreno ali?

Entrevistado: Tinha. Não. Aquele morro ali onde é o engenho

Esposa: O engenho, onde fizeram um loteamento agora ali.

Entrevistado: Todo mundo aqui, quanto mais eu não posso eu planto vergamota, lá na casa deles.

Entrevistador: Eles moravam aqui. Eles moravam aqui, seu Mauro.

Entrevistado: Moravam. Tudo morava aqui.

Entrevistador: A família da Joaquina. E o Pai dela plantava na direção do morro.

Entrevistado: Tudo. Ela também. Todo mundo plantava ali.

Entrevistador: Alguma casa daqui tem escritura pública.

Esposa: Não.

Entrevistador: Ai… eu faço as mesmas perguntas, né, Dona Cristina.

Entrevistado: Não tem.

Entrevistador: E como fica em caso de morte? Quando um parente morro, como fica essa situação de terra.

Entrevistado: Igual ela falou ali, igual eu vou falar. Se morreu, não tem mais família pra ocupar aquela terra, a gente vai ocupar.

Entrevistador: Aham. Tá. Se ninguém vai usar, alguém vem e. E, existe um pedaço da Toca em Florianópolis. Mas tem o pessoal.

Entrevistado: Tem bastante parente lá.

Entrevistador: Ainda é Toca?

Entrevistado: É Toca porque isso aqui era um buraco, assim, bem dizer. Não passava nada. Aí, ficou o apelido. De Toca, Toca. Agora é que...

Entrevistador: Mas vocês chamavam de Toca também não chamava? Sua vó chamava como, como é que ela dizia que era esse lugar?

Entrevistado: Era Toca, todo mundo dizia.

Entrevistador: Todo mundo dizia?

Entrevistado: até o pessoal branco de Paulo Lopes dizia: - Ah, eu vou lá chamar um preto daquele pra trabalhar, lá na Toca.

Entrevistador: Aham. Entendi. Entendi. Entendi. O senhor disse que eles vinham chamar. Chamar pra trabalhar onde?

Entrevistado: Em roça… roçar, plantar pra eles.

Entrevistador: Aham. Plantar pra eles.

Entrevistado: É. Fazer farinha.

Entrevistador: Fazer farinha. Fazer farinha.

Entrevistado: Eu já fiz muita farinha.

Entrevistador: Pra quem?

Entrevistado: Pra quem tinha engenho de farinha.

Entrevistador: O senhor lembra de alguém que tinha engenho por aqui?

Entrevistado: Sabe.

Entrevistador: Sabe o nome?

Entrevistado: Alguns já morreram. A maioria já morreu. E muitos mora lá pra, lá pra Costeira. Mudou, mudou muita gente pra lá.

Entrevistador: Ah, mora em Florianópolis. O senhor… agora eles se mudaram pra lá, mas antes eles moravam aqui.

Entrevistado: É.

Entrevistador: Quando foi que o nome mudou? Quando que falaram que não era mais Toca, era Santa Cruz? Que o apelido não...

Entrevistado: Ah, agora você me pegou. Agora você me pegou.

Entrevistador: Não tem problema, se o senhor não lembrar.

Entrevistado: Não.

Entrevistador: Faz muito tempo Seu Mauro?

Esposa: Já faz.

Entrevistado: Faz muito tempo já.

Entrevistador: Ah, é. O Senhor sabe, não precisa saber, o senhor desconfia quem que mudou. Quem quis mudar, o nome. Qualquer nome.

Entrevistado: Eu não posso dizer porque eu não vi. Eu não vou dizer. Eu tô mentindo.

Esposa: Foram os grandões mesmo que que botaram. Porque essa rua Manoel Felipe nem tinha, eles que botaram. Depois que os prefeitos mais velhos daqui foram coisa, que foram tirando os apelidos, botando cada qual o seu nome. Porque quando iam trazer uma correspondência não se sabia pra quem era.

Entrevistado: É.

Entrevistador: Mas Manuel Felipe é o Vô.

Entrevistado: Era meu vô.

Esposa: Oh, no caso dele ó. Aqui é rua Manuel Felipe por causa do Vô dele que é o mais velho da Toca. E lá em Águas Mornas é Rua Francisco Tolentino Lemos, o mais velho do lugar.

Entrevistador: Aí o seu avô tem o nome da rua e o senhor chegou a conhecer ele. E o seu avô era roceiro.

Entrevistado: Era. Era roceiro.

Entrevistador: E, já veio algum documento. O senhor já viu algum documento. O senhor saiu muito jovem daqui e foi morar no Mocotó. É mas o senhor chegou a receber algum envelope, alguma correspondência, algum lugar escrito que era da Toca. Que veio da Toca ou mandou pra Toca. Uma conta de luz de repente.

Esposa: Não porque não tinha luz aqui.

Entrevistado: Não tinha luz. A luz era aquela lamparina (risadas). Era pomboca, você passava a mão assim no nariz ficava até preta. (Gargalhadas)

Entrevistador: (Gargalhada) O senhor saia com a Lamparina na mão, de noite, de certo dava medo.

Entrevistado: É, dava medo. Pra trabalhar saia cinco horas da manhã. Chegava em casa de noite.

Entrevistador: Aham. Sim sim sim, escuro já. Com certeza. E o senhor lembra de alguém da história de Paulo Lopes, assim, importante. Alguma pessoa que o senhor tenha conhecido quando era jovem.

Entrevistado: A família que mais trabalhamos aqui foi do falecido Deca Pindá.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: De branco. E o Manoel Porfírio ali. O Manoel Porfírio.

Entrevistador: É o Dono do começo da rua aqui, não era?

Entrevistado: Era.

Entrevistador: Esse daí.

Entrevistado: Lá de Paulo Lopes.

Entrevistador: Já que eu terminei as perguntas, eu gostaria de perguntar mais uma coisa, mas aí é mais curiosidade minha. O senhor chegou a ir nos bailes do Bom Retiro.
Entrevistado: Não. Tinha baile, mas minha mãe e o meu pai ia.

Entrevistador: (Risadas). Seu pai ia.

Entrevistado: Ia. Meu pai dizia. Lugar de rapaz pequeno é em casa, não é em baile. Eu fui

conhecer baile no Morro. Lá no Morro.

Entrevistador: O seu pai atravessava pelo Morro ou ele passava lá por Paulo Lopes?

Entrevistado: Ah, o meu pai não tinha lugar pra passar não.

Entrevistador: Ele passava pelo mato mesmo?

Entrevistado: É. Meu pai não tinha. Ele não tinha chão.

Entrevistador: Mas o seu pai também plantava. Então ele já sabia mais ou menos como andar, né?

Entrevistado: O meu pai era mais de trabalhar com madeira. Com serraria.

Entrevistador: Sim, imagina. Ele trabalhava com serraria. Eu lembro.

Entrevistado: O primo que mora ali, aquele ali.

Entrevistador: O seu primo que mora ali.

Entrevistado: O Cícero.

Entrevistador: O Cíbero. O Cíbero também fazia, também cortava árvore?

Entrevistado: Não. O Cícero é mais aqui.

Entrevistador: O Cícero é mais aqui.

Entrevistado: E se criou aqui e pouco saiu aqui de dentro.

Entrevistador: Sim. Ele acompanhou todo. Mas o senhor saiu, isso é bom. Como é que o senhor saia daqui pra ir pra Florianópolis quando era novo?

Entrevistado: Ah, eu sai de carona, de ônibus. Arrumava, arrumava passagem de ônibus. Passava pela estrada velha. Passava no Maciambu, Morro da Cambirela. Às vezes quando subia, tinha que ter trator pra puxar, que atolava. Era caminhão, era tudo. Tudo passava pela estrada de chão.

Entrevistador: Tudo passava pela estrada de chão. Mas era aqui pra trás, não era aqui.

Entrevistado: Não. Passava aqui.

Entrevistador: Passava na frente.

Entrevistado: Lá do lado da Br.

Entrevistador: Lá do lado da Br. Aí ônibus passava por ali, era uma estrada de chão

Entrevistado: Passava por dentro de Paulo Lopes. Passava na Sorocaba de Paulo Lopes e descia

lá no Morretes.

Entrevistador: Morrete é Pinheira.

Entrevistado: Morrete é pra cá, Pinheira pra lá um pouquinho.

Entrevistador: Morretes é Paulo Lopes ou Pinheira?

Entrevistado: A metade da ponte dali é Paulo Lopes.

Entrevistador: Metade é Paulo Lopes e metade é… isso. Aí o Senhor, o ônibus passava e aí subia o Morro do… mas a estrada é o que a gente tem hoje?

Entrevistado: Era tudo de chão.

Entrevistador: Era tudo de chão. Era ruim a estrada.

Entrevistado: Era tudo quanto era carro, vinha de tudo. Quando São Paulo, todo mundo passava por aqui. Tudo passava por aqui.

Entrevistador: E antes de ter ido morar em Florianópolis, o senhor já tinha ido pra lá alguma vez?

Entrevistado: Como assim? Não entendi.

Entrevistador: Antes de morar lá em Florianópolis, o Senhor já tinha ido pra lá uma outra vez?

Entrevistado: Já.

Entrevistador: Já? Passear. Passear onde?

Entrevistado: Em Floripa. Quando nós, aí tinha um baile.

Entrevistador: Um baile?

Entrevistado: Um baile que eu ia. E pros outros lugar ia.

Entrevistador: Ah, que bom.

Entrevistado: E a maioria dos escravos ali no Bom Retiro.

Entrevistador: O senhor chegou a escutar alguma história? Alguém contou alguma história?

Entrevistado: Não.

Entrevistador: O seu avô contou?

Entrevistado: O meu avô contou. Contou que a gente. Falou que era muito judiado, muito chicotado.

Entrevistador: Era muito cortado?

Entrevistado: Chicotado. Sim. Puxava, puxava carro como um animal. Puxava carro como um animal.

Entrevistador: Ele puxava o carro?

Entrevistado: o pessoal dele. É, que dizia. É.

Entrevistador: Eles puxavam carro como animal? O senhor também falou do Damázio. O Damázio também.

Entrevistado: Esse daí foi judiado. Esse daí foi.

Entrevistador: Aham. Mas esses eram os dois. O seu Manuel, quando ele veio morar aqui? O senhor sabe por que ele veio pra cá? Por que ele veio praqui. Mas o senhor nasceu ele já tava morando aqui. E ele faleceu o senhor tinha quantos anos?

Entrevistado: Eu tinha que sair com a minha vó, pra ela pescar eu tinha que ir junto.

Entrevistador: Ela queria pescar e o senhor tinha que ir junto. Por quê?

Entrevistado: Pra ir na casa de uma amiga dela ali em Paulo Lopes, eu tinha que ir junto.

Entrevistador: Ele tinha ciúme dela?

Entrevistado: Não, porque ela mais gostava de mim.

Entrevistador: Não entendi muito bem.

Entrevistado: Eu era o neto que ela mais gostava.

Entrevistador: Ah, ela gostava mais. Aham

Entrevistado: A falecida minha vó.

Entrevistador: A Dona ...

Entrevistado: Avelina.

Entrevistador: Então a Dona Avelina e o seu Manoel eram casados e ela criou o senhor o tempo todo junto com ela. Que era o neto.

Entrevistado: Era tanto que a minha mãe fazia a cama pra mim e ela dizia: Não, o Mauro vai dormir comigo. Eu dormia lá com ela.

Entrevistador: E o senhor sabe da onde ela veio?

Entrevistado: Não.

Entrevistador: Ela já tava aqui. Mas o seu avô o senhor sabe. O seu avô o senhor sabe da onde veio?

Entrevistado: Não. O meu avô eu não sei da onde é que ele veio. Quando eu nasci ele já tava morando aqui.

Entrevistador: Mas o seu avô conhecia o Damázio.

Entrevistado: Conhecia.

Entrevistador: E ele ia pra lá, o senhor chegou a ver?

Entrevistado: Cheguei.

Entrevistador: Aham. Ele subia o morro ou passava pela frente.

Entrevistado: Passava lá pelo cemitério ali não tem.

Entrevistador: Tá. Entendi. E aí os mais jovens subiam o morro. Os mais velhos não.

Entrevistado: É, nós passava mais por aqui.

Entrevistador: Não. Foi ótima a entrevista. O senhor quer falar alguma outra coisa que o senhor ache interessante? Que o senhor lembra. O senhor falou de pesca.

Entrevistado: Essa história aqui. É. Uns pescavam final de semana (não compreensível), mas aí uns saiam pra pescar outros ficavam em casa, outros se arrumavam ia pra baile. Eu já gostava mais de pescaria. Eu gosto tanto que eu gosto de pescar que eu até nado pouco.

Entrevistador: Gosta de nadar? Foi isso, né?

Entrevistado: Eu gosto do peixe, só.

Entrevistador: Ah, gosta do peixe. E o senhor pesca como?

Entrevistado: Ah, eu pesco de, ali eu pego de vara.

Entrevistador: Pesca de vara? Aham. E o senhor pescava onde?

Entrevistado: Aqui tem uma porção de rio. Pegava.

Entrevistador: Algum mais perto aqui? O senhor chegou a pescar lá na Lagoa do Ribeirão?

Entrevistado: Já. De tarrafa já.

Entrevistador: De tarrafa já. E o senhor chegou alguma vez a usar o porto ali?

Entrevistado: Hein?

Entrevistador: O porto. O senhor chegou a conhecer o Porto?

Entrevistado: Porto? Era ali no Ribeirão?

Entrevistador: Isso.

Entrevistado: É conheci.

Entrevistador: Conheceu?

Entrevistado: Conheci.

Entrevistador: E tinha alguém que morava ali naquela região?

Entrevistado: branco sim.

Entrevistador: Negro não?

Entrevistado: Muito pouco.

Entrevistador: O senhor lembra quem que era que morava ali?

Entrevistado: Mais a pretada moravo lá no Bom Retiro.

Entrevistador: Tá, tá, entendi. A maioria dos pretos morava ...

Entrevistado: Não, muito pouco. Muito, porque eu morava ali.

(interferência)

Entrevistado: Ali, as vezes o branco me chamavam. ô, Mauro, quer armar pra entrar, fazer aquela bagunça fim de semana? ô, vou pegar, vamo leva a cervejinha, vou comer o camarão. Que ali dava muito camarão.

Entrevistador: Dava muito camarão.

Entrevistado: Dá e dá ainda.

Entrevistador: Ainda dá?

Entrevistado: É dá, só que tem época de pescar.

Entrevistador: Camarão? Não pode mais pescar. E aqui perto. Tem algum lago.

Entrevistado: Ah, tinha. Ali depois, ali pra baixo tinha ali e ia até o mar.

Entrevistador: Aham.

Entrevistado: Lá na Gamboa o rio dali, a lagoa, tinha um rio da Lagoa pra baixo, tinha um rio. Ia até no Mar da Gamboa.

Entrevistador: O rio que passava aqui?

Entrevistado: É o rio passa aqui. Dentro de Paulo Lopes.

Entrevistador: Mas ele sobe o Bom Retiro, né?

Entrevistado: Dentro de Paulo Lopes. Dentro de Paulo Lopes ele vem lá do Bom Retiro, lá no Bom Retiro tem a cachoeira.

Entrevistador: Ah, daí tem uma cachoeira e aí forma um rio.

Entrevistado: É isso mesmo.

Entrevistador: Que legal. E o senhor chegou a ver eles transportando coisa?

Entrevistado: Ah, vi.

Entrevistador: E como é que funcionava?

Entrevistado: O Bom Retiro ali. É, aí ele ia até o local que era largo, depois estreitava, depois ...

Entrevistador: O rio aumentava e estreitava.

Entrevistado: É. Aí virava ali naquela parte o rio de Paulo Lopes lá. Ali o coisa, o pedágio. Ali tem uma ponte.

Entrevistador: Tem, a ponte sobre o rio Paulo Lopes.

Entrevistado: É, aquele rio ali ele subia aqui no Bom Retiro.

Entrevistador: Ele subia aqui no Bom Retiro.

Entrevistado: Ia voltava o Bom Retiro e desemboca lá no mar.

Entrevistador: Sim, mas e aí como é que eles faziam. Porque não dá no mar ali?

Entrevistado: Não. Eles iam de canoa.

Entrevistador: Ah, eles iam de canoa. Tá, era Menorzinho?

Entrevistado: Era.

Entrevistador: Tá. Entendi. Entendi. Entendi. Entendi. E o que que se plantava muito aqui?

Entrevistado: Plantava mandioca, plantava aipim, plantava milho, plantava batata, plantava cebola, plantava ...

Entrevistador: Laranja.

Entrevistado: Laranja.

Entrevistador: Laranja, legal.

Esposa: Aipim.

Entrevistado: Aipim, mamão, falei.

Esposa: Alface.

Entrevistador: Alface. Ah, que legal. O senhor quer falar mais alguma coisa?

Entrevistado: Não.

Entrevistador: Não tem problema, eu já terminei a entrevista.